

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

CARLOS ALBERTO MACHADO NORONHA

LIMA BARRETO E A CULTURA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS E DISPUTAS EM TORNO DA MEMÓRIA NACIONAL
(1903-1922)

Belo Horizonte

2019

CARLOS ALBERTO MACHADO NORONHA

**LIMA BARRETO E A CULTURA HISTÓRICA:
DIÁLOGOS E DISPUTAS EM TORNO DA MEMÓRIA NACIONAL
(1903-1922)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

Linha de pesquisa: História Social da Cultura

Orientadora: Prof^a Dr^a Adriana Romeiro

Belo Horizonte

2019

907.2 Noronha, Carlos Alberto Machado
N8521 Lima Barreto e a cultura histórica [manuscrito] : diálogos
2019 e disputas em torno da memória nacional (1903-1922) /
Carlos Alberto Machado Noronha. - 2019.
345 f.
Orientadora: Adriana Romeiro.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

Inclui bibliografia

1.História – Teses. 2. Barreto, Lima, 1881-1922
3.Cultura -Teses. 4.Literatura - Teses. I. Romeiro, Adriana.
II.Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III.Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



**"Lima Barreto e A Cultura Histórica: Diálogos e Disputas Em Torno da
Memória Nacional (1903-1922)"**

Carlos Alberto Machado Noronha

Tese aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dra. Adriana Romeiro - Orientadora
UFMG

Prof. Dra. Kátia Gerab Baggio
UFMG

Prof. Dr. Douglas Attila Marcelino
UFMG

Prof. Dr. Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira
UEFS

Prof. Dr. Rinaldo Cesar Nascimento Leite
UEFS

Belo Horizonte, 20 de maio de 2019.

AGRADECIMENTOS

Tive o apoio emocional e intelectual de determinadas pessoas que tornaram a escrita desta tese possível. Possivelmente, de algumas delas, infelizmente, não me lembro mais com o passar desses mais de quatro anos, pois colaboraram, por meio de suas sugestões e críticas, em momentos específicos dessa trajetória, como as comunicações orais realizadas em simpósios temáticos. Já outras estão muito presentes em minha memória e/ou ainda fazem parte de meu cotidiano.

Agradeço à minha companheira Rosemary Santos que está ao meu lado nas alegrias e desventuras, de quem, muitas vezes, tive que me afastar, involuntariamente, por conta das atividades profissionais e relacionadas à produção desse trabalho.

Não poderia deixar de agradecer também aos colegas do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG que receberam com gentileza esse baiano em Belo Horizonte, compartilhando seus conhecimentos, sonhos e tempo. À Marcelo Dias, Rômulo Marcolino, Hugo Rocha, Maria Clara Ferreira, André Mascarenhas e Juliana Ventura, meus sinceros agradecimentos.

Ao meu primo Thiago Machado e à sua companheira Marilécia que sempre me incentivaram desde o processo seletivo para o doutorado.

Aos meus colegas de trabalho e amigos do Ifbaiano – Campus Uruçuca Marcello Mendonça, José Carlos Ferreira, Mário Cleber, Rísia Kaliane, Ricardo Rosa e Ísis Emanoela que colaboraram comigo na realização de diversas atividades, permitindo que conseguisse conciliar trabalho e pesquisa para elaboração da tese.

E agradeço, por último, à minha orientadora Adriana Romeiro pela competente, sincera e compreensiva parceria que foi de fundamental importância para o presente trabalho.

RESUMO

Esta tese discute a relação do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) com a cultura histórica brasileira de início do século XX. Os seus textos publicados (romances, crônicas, contos e artigos), bem como anotações pessoais (esboços de obras e projetos de estudo) e correspondências que indicam representações do passado e reflexões sobre a forma de investigar e narrar a história do Brasil, foram comparados com as narrativas e pensamento de outros intelectuais de sua época, os quais também estavam empenhados em publicizar uma memória nacional. Desse modo, destacamos a visão de Lima Barreto sobre a construção de narrativas literárias e históricas que buscavam construir uma imagem da identidade nacional e apontamos os recursos que utilizou para compor suas obras a fim de socializar a memória de grupos socialmente marginalizados.

Palavras-chave: Lima Barreto. Cultura histórica. Literatura. Memória nacional.

ABSTRACT

This thesis discusses the relationship of the carioca writer Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) with the Brazilian historical culture of the beginning of the 20th century. His published texts (novels, chronicles, short stories and articles) as well as personal annotations (sketches of works and study projects) and correspondences that indicate representations of the past and reflections on how to investigate and narrate the history of Brazil were compared with the narratives and thoughts of other intellectuals of his time, who were also engaged in publicizing a national memory. Thus, we highlight the vision of Lima Barreto on the construction of literary and historical narratives that sought to build an image of national identity and pointed out the resources that used to compose his works in order to socialize the memory of socially marginalized groups.

Keywords: Lima Barreto. Historical culture. Literature. National memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 OS ESTUDOS BARRETIANOS	26
1.1 Uma trajetória de inquietações: entre a “Vila Quilombo” e o centro da capital federal	27
1.2 Projetos iniciais da escrita: revendo o passado.....	36
1.3 O cientificismo e a intelectualidade brasileira sob a perspectiva barretiana....	53
1.3.1 “Um bando de ideias novas” no Brasil	53
1.3.2 Lima Barreto e o “bando de ideias novas”	59
CAPÍTULO 2 UMA LITERATURA MILITANTE AFRONTANDO A CULTURA HISTÓRICA.....	81
2.1 Como lidar com o passado? Intelectuais brasileiros e uma revisão da história.....	81
2.2 Uma literatura militante em diálogo com a historiografia.....	95
2.3 Literatura, história e nacionalismo na escrita barretiana	110
2.3.1 <i>Triste fim</i> : destaque no diálogo com a cultura histórica.....	136
CAPÍTULO 3 LIMA BARRETO E OS HISTORIADORES BRASILEIROS.....	152
3.1 Lima Barreto, leitor de João Ribeiro	153
3.2 Implicâncias com a historiografia oficial	167
3.3 Trajetórias paralelas, discursos que se cruzam: Lima Barreto e Capistrano de Abreu.....	195
CAPÍTULO 4 AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE LIMA BARRETO	234
4.1 Lacunas de nossa história	236
4.2 Processos de rememoração	259
4.2.1 Temporalidades da cidade e produção memorialística.	282
4.2.2 Comemorações do Centenário da Independência: escrita da história e espaço urbano.....	290
4.3 A busca por outras memórias, outros saberes: a oralidade em Lima Barreto.....	311
CONSIDERAÇÕES FINAIS	329
REFERÊNCIAS (fontes e bibliografia).....	333

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa analisar as relações entre a obra do escritor carioca Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) e as discussões que emergiram na sociedade brasileira de início do século XX em torno da rememoração do passado nacional. Iniciamos nosso interesse por essa temática durante o mestrado em História que concluímos em 2009 na Universidade Estadual de Feira de Santana. Naquela oportunidade, desenvolvemos uma dissertação cujo foco era a constituição da imagem de nação moderna para o Brasil através da visão de Lima acerca da modernização da, então capital federal, cidade do Rio de Janeiro.

Durante a elaboração dessa dissertação, intitulada “Lima Barreto entre lutas de representação: uma análise da modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX”, percebemos, em algumas anotações pessoais do autor, projetos de escrita que abordavam momentos da história brasileira. Essa escolha do escritor teve continuidade nas suas narrativas publicadas, revelando algumas de suas reflexões sobre a forma como estava sendo escrita a história de seu país.

Isso nos fez aprofundar a análise da bibliografia utilizada no mestrado e buscar referências mais recentes sobre a vida e a obra desse autor. Nesse processo, notamos que houve um aumento nos estudos acerca de Lima Barreto, inclusive com a publicação de textos inéditos escritos sob pseudônimo¹ e alguns manuscritos² que nem seu maior biógrafo e responsável pela divulgação de sua obra a partir da década de 1950, Francisco de Assis Barbosa - que contou com a colaboração de Antonio Houaiss e Cavalcanti Proença -, havia se debruçado.

Essas leituras revelam um interesse pela obra de Lima Barreto que ultrapassou a área da Literatura. Historiadores e sociólogos têm dialogado cada vez mais com os críticos literários na busca pela compreensão da escrita barretiana. Os temas que mais se destacaram nesses estudos foram a sua perspectiva sobre uso do espaço urbano, discriminação racial, construção da identidade nacional, papel do literato na sociedade, política na Primeira República e sua formação intelectual.

¹ BARRETO, Lima. **Sátiras e outras subversões**. Organização: Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin classics Companhia das Letras, 2016.

² Id. **Contos Completos de Lima Barreto**. Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010

Nesse sentido, vale a apresentação de alguns desses trabalhos para evidenciarmos o ineditismo de nossa proposta de estudo, considerando também certas pistas que esses pesquisadores sinalizaram, com as quais fomos desenvolvendo nosso pensamento acerca das possíveis relações de Lima Barreto com a escrita da história. Um dos primeiros autores que nos chamou a atenção foi Nicolau Sevcenko com a obra *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*.¹ Essa, escrita inicialmente para uma tese de doutoramento no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1981, apresenta uma análise da escrita de Lima Barreto inserida num cenário de preocupação dos intelectuais diante do processo de modernização empreendido pelo regime republicano.

A sua leitura nos permitiu compreender os temas principais da obra de Lima e a sua posição no cenário cultural da época que, segundo Sevcenko, aproximava-o, em alguns aspectos, de Euclides da Cunha – o outro escritor em destaque nesse estudo –, principalmente no que diz respeito à busca por um futuro com mais solidariedade humana. Sevcenko realiza uma abordagem que insere o texto literário num contexto de mudanças sociais, demonstrando como aqueles escritores vislumbravam na literatura um projeto de país que levasse em conta as condições históricas brasileiras.

Especificamente no quinto capítulo, Sevcenko indica para Lima, assim como o fez para Euclides, o anseio de revelar um retrato do presente. Contudo, esse retrato em Lima era apresentado por meio da construção de imagens de feições expressionistas, no qual o real representado é exacerbado em suas características, retirando o “aspecto frio e insensível que a rotina do cotidiano lhe assinala”.² Desse modo, Lima versou em seus textos ideias sociais e políticas, crítica cultural, transformações econômicas, cotidiano urbano, presente recente e futuro próximo até análises históricas.

Esses temas estão refletidos de tal forma nos seus escritos “que não pode dissociá-los ou isolar alguns deles sob pena de se comprometer o efeito grandioso propiciado pelo seu concerto”.³ Entretanto, Sevcenko não procurou se aprofundar no estudo dessas relações temporais na escrita barretiana, uma vez que seu objetivo

¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

² Ibid., p. 191.

³ Ibid., loc.cit.

era sintetizar aspectos gerais que apresentassem ao leitor a inserção daquele sujeito enquanto um escritor interessado em mudanças na sociedade em que vivia. Ao comentar sobre a composição de suas personagens, o autor nos traz um outro aspecto de sua escrita que nos inclinou a buscar, com mais acuidade, a compreensão da relação de Lima com o tempo.

Sevcenko destaca a fragmentação como uma das características dos sujeitos ficcionais de Lima. A criação desses, segundo o historiador, expressa certa nostalgia do escritor por “uma ordenação clânica da sociedade, evocativa de um passado patriarcal, em que a solidariedade se impunha pelo convívio das gerações, pela permanência do patrimônio e pelos sólidos vínculos com a terra”.⁴ Outra imagem que representa essa nostalgia é do mar que traz a ideia de eternidade das coisas nos escritos barretianos.

Essas afirmações de Sevcenko nos instigaram a refletir como a nostalgia de Lima se apresentaria nas citadas análises históricas que faziam parte de sua obra. Como isso influenciaria a sua leitura das análises históricas de outros intelectuais de sua época? Um outro estudioso que contribuiu para o adensamento de nossos questionamentos sobre Lima foi Edgar Salvadori de Decca no artigo “Quaresma: um relato do massacre republicano entre a ficção e a história”.

Esse estudo faz parte de uma obra composta por textos de historiadores e críticos literários cujo objetivo comum é estabelecer leituras de fronteira nas quais o literário dá lugar ao histórico, bem como há o cruzamento do histórico com seus componentes literários. De Decca se debruça sobre o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, atendo-se à historicização desse texto por meio da análise do relato de um massacre nele presente. Com isso, o autor, ancorado teoricamente nos trabalhos de Carlo Ginzburg e Michel Foucault acerca do recurso de deslocamento de narrativas em relação aos eventos, afirma que o término da escrita daquele romance de Lima (entre janeiro e março de 1911) estaria próximo dos acontecimentos da Revolta da Chibata de 1910.

Ao representar no seu enredo a repressão sofrida por alguns sujeitos envolvidos na Revolta da Armada (1893-1894), Lima também se remetia aos sujeitos anônimos que se rebelaram contra os ditames dos mandatários da República no fechamento da primeira década do século XX. Segundo De Decca,

⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 222.

essa representação barretiana pode ser considerada um modo narrativo singular de analisar a ordem estabelecida a partir de uma visão de baixo. Além disso, o trabalho desse historiador nos traz uma apreciação acerca das relações entre a literatura e a historiografia importante para tentarmos aprofundar a possível relação de Lima com as representações do passado naquele momento.

[...] Podemos levar em consideração, [...], que a literatura e a história, até a década de 1930, eram gêneros que dialogam com muita frequência. Adiantariamos, também, que a literatura, muitas vezes, realizou, desde o final do século XIX, o projeto hoje em voga, da história social e cultural no Brasil, procurando resgatar do silêncio da história os personagens anônimos. Quaresma não deixa de ser o ingresso inusitado das pequenas personagens na cena da história que, com seus dramas, ideais e sonhos, aproxima a vida cotidiana do homem comum à dos heróis e dos grandes acontecimentos.⁵

A narrativa de Lima é comparada à de Euclides em *Os sertões* sobre o massacre de Canudos e às da imprensa de São Paulo acerca da defesa dos anarquistas feitos prisioneiros e embarcados rumo ao estrangeiro no navio Curvelo, as quais se utilizaram dos relatos sobre a deportação de marinheiros da Revolta da Chibata. Para o autor, essas narrativas de massacre devem ser levadas em consideração pelos historiadores, uma vez que sinalizam acontecimentos obscuros e pouco esclarecidos ou até tentativas de cidadãos comuns de se tornarem agentes da história.

Aqui já temos uma abordagem que indica uma relação mais direta de Lima com história. Contudo, ficamos na dúvida se apenas essa obra do escritor carioca apresenta esse aspecto. Outra dúvida se refere ao modo como a historiografia tradicional tratava daqueles acontecimentos e os critérios adotados para considerar um sujeito memorável, o que, em comparação com o trabalho de Lima, pode lançar mais luz os seus posicionamentos quanto à representação do passado nacional. Um tipo de fonte ausente no trabalho de De Decca foram as anotações pessoais realizadas, cotidianamente, por Lima, as quais seriam reveladoras de como vivenciou alguns dos acontecimentos em que sujeitos anônimos se rebelam (Lima foi contemporâneo da Revolta da Armada. Revolta da Vacina e da Revolta da Chibata).

Nesse sentido, a leitura da dissertação *Diário Íntimo – documento da memória, criação estética – uma dupla leitura*, de Eliete Marim Martins, defendida no

⁵ DECCA, Edgar Salvatori de. Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história. In: DECCA, Edgar Salvatori de & LEMAIRE, Ria (orgs). **Pelas margens**: outros caminhos da História e da Literatura. Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p. 142.

Programa de Pós-Graduação em Literatura do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília, em 2008, foi pertinente no direcionamento do nosso olhar para os esboços de Lima Barreto e do registro de suas experiências diárias. Segundo Martins, Lima, no seu *Diário Íntimo*, apresenta em vários momentos “descrições fortalecidas” pela sua imaginação, “nas quais o poder criador aparece sobrepondo os relatos diários. As paisagens dos lugares que observa são narradas como num trecho de romance e sempre saltam para uma problemática maior, numa formulação que abarca as relações da sociedade”.⁶

A compreensão da relação entre a vida e a obra de Lima, bem como os indícios das intenções em escrever determinadas narrativas, tornam-se mais perceptíveis com o estudo de suas anotações pessoais. Além disso, temos acesso a muitos temas que interessavam Lima Barreto e suas hesitações em tornar pública sua visão sobre certos aspectos de sua sociedade. Essa falta de articulação entre escritos pessoais e publicados também aparece em outros trabalhos que nos orientaram na busca das relações entre Lima Barreto e discursos históricos.

Elvya Shirley Ribeiro Pereira incorre na mesma lacuna de De Decca, uma vez que, como este autor, seleciona da produção literária de Lima apenas o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Na sua dissertação *A representação do Nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma*, examina algumas representações ufanistas e nacionalistas subscritas pelo discurso ficcional e presentes nesse texto barretiano, apontando a forma como o autor as desqualifica e insinua mudanças na abordagem da cultura e na sociedade nacionais, as quais seriam realizadas pela conjunção de forças dos que estavam à margem.⁷

Essa autora prossegue a sua crítica literária de *Triste fim* no artigo intitulado “História à revelia: Quaresma e as ruínas alegóricas”. Neste texto, a atenção volta-se para as linhas de descontinuidade, ou seja, as fraturas históricas, os fragmentos de mundo na representação do negro. Segundo ela, o objetivo é buscar “uma outra via de leitura que se venha a somar ao modelo que incide sobre o ufanismo,

⁶ MARTINS, Eliete Marin. **Diário Íntimo** – documentos de memória, criação estética – uma dupla leitura. Orientadora: Ana Laura dos Reis Corrêa. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília, Brasília, 2008, p. 124.

⁷ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. **A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma**. Orientadora: Sônia Lúcia Ramalho de Farias Bronzeado. 1991. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991.

criticamente revisto no romance”.⁸ Para tal, Pereira, fundamentada na perspectiva benjaminiana de História, analisa as ações e ideias dos intelectuais representados por Lima no romance, os quais, pela sua leitura, problematizam os referenciais epistemológicos das visões históricas articuladas pela narrativa.

Os estudos de Pereira indicam como Lima sugere que a partir da leitura de fragmentos, nos desvãos da história dos vencedores, pode-se construir uma narrativa que represente a razão dos vencidos. Mantivemos, mesmo assim, nossa dúvida se essa abordagem de Lima é um caso isolado dentro de sua produção textual. Já na dissertação de Suely Santos Santana, defendida no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal da Bahia em 2005, temos um *corpus* documental mais ampliado.⁹

Santana analisou alguns contos, trechos de seus diários e romances – especialmente *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* -, e artigos, percebendo-os como momentos de desvios e rupturas em relação aos discursos que inferiorizavam os negros e seus descendentes, os quais contribuíam para a sua permanência nos lugares mais desprestigiados do espaço social. Para a autora, a literatura de Lima Barreto rompe com conceitos, hierarquias e valores, permitindo a compreensão do afro-brasileiro e de sua posição sempre vigiada. A leitura desse estudo nos fez atentar ainda mais para a questão racial em Lima e as implicações do lugar social desse autor, isto é, como negro vivendo no período de pós-abolição, levando-nos a refletir como esse traço marcante de sua produção, divergente das teorias racialistas em voga na época, pode ter repercutido na forma como interpretava a representação do negro nas narrativas sobre a formação do povo brasileiro.

A leitura da biografia de Lima Barreto escrita por Lilia Moritz Schwarcz¹⁰ trouxe elementos que endossam a necessidade de se conhecer o lugar social do escritor carioca para entender a sua produção literária. Além disso, essa obra apresenta alguns percursos de estudos de Lima que facilitam identificar a sua preparação para combater os argumentos utilizados pelos defensores do racismo. Um último ponto que destacamos dessa biografia é a identificação e análise que sua autora realiza

⁸ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. História à revelia: Quaresma e as ruínas alegóricas. In: CHIAPPINI, Lígia & BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). **Literatura e cultural no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 63.

⁹ SANTANA, Suely Santos. **Uma voz destoante na rua do Ouvidor: Lima Barreto e a representação das relações raciais no início do século XX**. Orientadora: Florentina da Silva Souza. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal da Bahia, 2005.

¹⁰ SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

dos “pretos velhos” como personagens barretianos, expondo uma parte dos sujeitos anônimos trazidos para cena da história pelos enredos de Lima, o que De Decca havia sugerido com a sua intenção no relato de massacre representado em *Triste fim*.

Dois trabalhos que foram também de grande importância para desenvolvermos esse estudo foram os de Robert John Oakley e Joachin de Melo Azevedo Neto, pois nos apresentam Lima inserido na circularidade de ideias que norteavam a intelectualidade da sua época. O primeiro tem como objetivo enveredar pela análise da relação entre o ideal de literatura defendido por Lima e as formas dos seus trabalhos ficcionais. Oakley norteou sua investigação a partir dos vínculos entre forma e conteúdo na prosa de ficção barretiana. Simultaneamente a isso, enfocou a “bagagem cultural europeia” que ele [Lima] absorveu através da leitura e que o acompanhou ao longo de sua vida de escritor”.¹¹ Já Azevedo Neto, que se serviu de muitos argumentos de Oakley, optou por confrontar fontes nas quais aquela bagagem aparece tanto nos textos de Lima quanto “na fala de alguns de seus desafetos literários”.

Sua pesquisa teve como base principal as impressões de leitura de Lima e o catálogo de sua biblioteca particular, a partir da qual estabeleceu comparações entre suas ideias literárias e as de outros homens de letras pertencentes à sua geração. Desse modo, propôs-se a um estudo detalhado sobre a formação cultural de Lima, com ênfase na sua percepção desencantada do limiar da modernidade brasileira, o que o levou a perceber seu diálogo com contextos documentais bem mais amplos do que o da história nacional.

Notamos, no entanto, que os dois trabalhos sobre a formação cultural de Lima se detêm no seu diálogo com intelectuais (filósofos, literatos, historiadores) estrangeiros e na apropriação desses pelos nacionais – no caso de Azevedo Neto - quanto ao tema funções da literatura e da arte. Os possíveis diálogos com autores nacionais que se debruçaram sobre a escrita da História do Brasil e demais processos de construção memorialística não são objeto dos olhares daqueles estudiosos. O próprio Azevedo Neto até assinala que a “incursão pelas conexões

¹¹ OAKLEY, Robert Jonh. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 2.

que podem ser estabelecidas entre os textos barretianos e as referências bibliográficas que neles figuram é ainda um fértil desafio historiográfico”.¹²

Na linha de identificação dos temas presentes na obra de Lima relacionados às questões sociais de início do século XX e, complementando, os estudos anteriores quanto às suas leituras, não podemos de abordar a tese de Denilson Botelho.¹³ Nela, o autor buscou compreender o processo de construção da sua carreira de escritor, relacionando-a com suas ideias políticas e concepções de literatura. Botelho selecionou artigos e crônicas de Lima referentes aos debates políticos em torno das eleições na Primeira República, Revolução Russa, entre outros temas.

Isso levou Botelho a analisar o modo como Lima se envolveu com ideias ligadas ao anarquismo e ao socialismo. Nesse estudo, vale ainda ressaltar a observação da biblioteca particular de Lima por meio da qual é possível identificar os seus temas de interesse. Algo que demonstra como o historiador pode encontrar indícios orientadores para a busca por determinados assuntos que povoavam a mente de um escritor, auxiliando na interpretação de seus textos.

Os trabalhos de Celi Freitas¹⁴ e Maria Cristina Machado,¹⁵ por sua vez, serviram para a retomada de uma faceta da obra de Lima, cujo estudo apenas iniciamos naquela dissertação, a saber: a sua preocupação com as publicizações das diversas temporalidades presentes na cidade do Rio de Janeiro. O empenho de Lima enquanto memorialista de sua cidade não deve ficar ausente num estudo que tenha como objetivo sua relação com discussões em torno da rememoração do passado nacional, uma vez que esse espaço urbano era o centro cultural e político da República.

Celi Freitas, com uma perspectiva teórico-metodológica situada no campo multidisciplinar, interligando a História Política (com incursões no campo biográfico) e a análise do discurso, apresenta formações discursivas em disputa no discurso barretiano que caracterizam o espaço-tempo da “Avenida Central”, expondo, na

¹² AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. **Vida literária e desencantos**: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922). Orientadora: Maria de Fátima Fontes Piazza. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 126.

¹³ BOTELHO, Denilson. **Letras militantes**: história, política e literatura em Lima Barreto. Orientador: Sidney Chalhoub. 2001. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

¹⁴ FREITAS, Celi. **Lima Barreto**: um intelectual negro na Avenida Central. Revista Intellectus, Vol. 1, Ano 4, 2005. Disponível em: <http://www.2uerj.br>. Acesso em: 10 dez. 2006.

¹⁵ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto**: um pensador social na Primeira República. São Paulo: Edusp, 2002.

paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro das primeiras décadas do século XX, as contradições da ordem republicana. Maria Machado já trabalha com a hipótese de que Lima desenvolveu grande sensibilidade sociológica por estar estreitamente vinculado às condições de emergência e configuração da sociedade capitalista brasileira.

Essa socióloga, a partir de uma leitura benjaminiana, reconhece na produção literária de Lima uma representação alegórica da modernidade brasileira, reveladora de que, no mundo capitalista, a estrutura social dos países marcados por relações que pressupõem a dependência, produziu um variante inacabada e frustrante da modernidade europeia. Notamos nesses trabalhos um olhar de Lima sobre as transformações físicas e culturais da cidade do Rio e como isso estava relacionado, de certo modo, com o apagamento da presença de alguns grupos sociais nesse cenário.

A revisão dessa bibliografia nos levou a perceber que a participação mais efetiva de Lima Barreto nas discussões acerca da representação do passado nacional ainda não havia sido contemplada. A releitura de seus escritos possibilitou a identificação, em sua trajetória, de diversos momentos em que se refere às obras dos historiadores de sua época, realizando uma análise de acontecimentos históricos e de práticas de rememoração histórica pública. Esse processo de identificação foi acompanhado da apropriação do pensamento do teórico da história Jörn Rüsen.

Segundo esse autor, a história é uma forma elaborada de memória que vai além dos limites de uma vida individual, tramando as peças do passado rememorado numa unidade temporal aberta para o futuro. Isso propicia às pessoas uma interpretação da mudança temporal, necessária para a orientação do seu agir.¹⁶ Rüsen aponta que essa interpretação constitui a consciência histórica. Esta “é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência do tempo”.¹⁷

Esse trabalho se efetua na forma de interpretações das experiências do tempo, as quais são realizadas “em função do que se tenciona para além das condições e

¹⁶ RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução: Valdeci Araujo; Pedro Caldas. **Revista História da Historiografia**. 2009, n. 2, p. 164. Disponível em: www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12 Acesso em: 15 mar. 2015.

¹⁷ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão de Rezende Martins Brasília: UnB, 2001, p. 59.

circunstâncias dadas da vida”. E a narrativa histórica, por sua vez, configura essa consciência ao representar as “mudanças temporais do passado lembradas no presente como processos contínuos nos quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro”.¹⁸ O trabalho interpretativo da consciência histórica e seu produto, “a estrutura cognitiva chamada história”, se manifesta na cultura histórica de uma sociedade.¹⁹

Para esse autor alemão, a cultura histórica é a memória histórica (exercida em e pela consciência histórica) que indica ao sujeito uma orientação temporária para sua práxis vital, na medida em que oferece um direcionamento para sua atuação e autocompreensão. Como todas as outras culturas, a cultura histórica é multidimensional. Em sua dimensão estética, as memórias históricas aparecem em forma de criações artísticas como, por exemplo, romances e dramas históricos, as quais são produtos culturais em que a história é tematizada.²⁰ Também estão inseridas nessa dimensão as representações históricas expressas em museus, memoriais, exposições e celebrações.

Já sua dimensão política está relacionada com a legitimação de certa ordem política. As relações de poder são inscritas pela consciência histórica nas concepções de identidade dos atores políticos através de narrativas mestras voltadas para uma dada construção de sentidos de pertencimento.²¹ O cuidado na elaboração e preservação de tradições que visam recordar determinado momento passado a fim de consolidar uma determinada visão histórica - seja esta justificadora da hegemonia de certos grupos sociais no poder ou no sentido de resistir a essa, produzindo narrativas que incluam sujeitos históricos excluídos -, portanto, fazem parte dessa dimensão da cultura histórica.

Quando à dimensão cognitiva da cultura histórica, Rüsen afirma que sua realização se dá, nas sociedades modernas, principalmente pela ciência histórica, a qual regula, metodologicamente, a atividade da consciência histórica. Trata-se, segundo o autor, do princípio de coerência de sentido que se refere à confiabilidade da experiência histórica e ao alcance das normas que se utilizam para sua

¹⁸ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: fundamentos da ciência histórica**. Tradução: Estevão de Rezende Martins Brasília: UnB, 2001 p. 59-64.

¹⁹ Id. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução: Valdeci Araujo; Pedro Caldas. **Revista História da Historiografia**. 2009, n. 2, p. 172. Disponível em: www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12 Acesso em: 15 mar. 2015.

²⁰ Id. ¿Qué es la cultura histórica?: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Disponível em: www.culturahistorica.es Acesso: 01 jul. 2014, p. 12-13.

²¹ Ibid., p. 18.

interpretação. Vale ressaltar que essas dimensões são inter-relacionadas, pois a rememoração histórica é marcada pelos princípios de beleza, poder e verdade, como, por exemplo, num texto historiográfico de domínio da ciência histórica no qual, ao lado das características de garantia de validade metodológica, temos princípios de forma estética e influências e intenções políticas na sua composição.²²

Como estamos lidando com formas pelas quais determinados sujeitos se orientam no tempo para direcionar suas ações futuras, fundamentamos nossa leitura dos textos barretianos também nas discussões de Reinhart Koselleck sobre as categorias históricas espaço de experiência e horizonte de expectativa.

[...] A experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a história é desde sempre concebida como conhecimento de experiências alheias.

Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é ao mesmo tempo ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltando para o ainda-não, para o não-experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem²³.

Pela reflexão de Koselleck, essas duas categorias possibilitam uma compreensão do tempo histórico, mostrando e produzindo a relação interna entre passado e futuro. Ao procurar, a partir delas, como cada época mantém relações diferentes com seu passado e futuro, o historiador pode vir a empreender uma análise das mudanças de percepção dos sujeitos em relação à sua sociedade, resgatando passados esquecidos bem como esquecendo outros passados sempre presentes e até propondo outras esperas, vislumbrando outros horizontes.

Desse modo, chegamos ao nosso problema de pesquisa que é a forma como Lima Barreto, por meio de sua escrita, dialoga com a cultura histórica brasileira de início do século XX. Nesse diálogo, quais as aproximações temáticas de Lima em relação aos outros intelectuais? Quais as características da obra de Lima que a

²² RÜSEN, Jörn. ¿**Qué es la cultura histórica?**: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Disponível em: www.culturahistorica.es Acesso: 01 jul. 2014, p. 20-22.

²³ KOSELLECK, Reinhart. "Espaço de experiência" e "horizonte de expectativa": duas categorias históricas. In: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 309-310.

torna diferenciada nessa cultura histórica? Como seu horizonte de expectativa norteou seus recortes na memória histórica nacional?

O recorte temporal desse estudo é o período de 1903 a 1922, o qual se justifica pelo momento de escrita de Lima Barreto. Em 1903, esse escritor registra, em suas anotações pessoais, a intenção de escrever a “História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”,²⁴ sendo, entre seus escritos, a primeira manifestação de interesse em discutir a história nacional. A sua produção literária segue até o ano de sua morte, em 1922, apresentando aspectos relacionados à cultura histórica, inclusive nos últimos textos. Para compreendermos as especificidades dessa produção literária barretiana e suas relações com a história e a memória, tivemos que refletir sobre caminhos a ser percorridos numa pesquisa histórica com fontes literárias.

A pesquisadora Sandra Pesavento nos deixou um legado acerca de investigações históricas a partir da literatura. A autora afirma que os historiadores devem estar atentos à “verdade da ficção literária”, considerando o contexto das condições que possibilitaram a emergência de tal narrativa.

A verdade da ficção literária não está, [...], em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura de questões em jogo numa temporalidade dada. Ou seja, houve uma troca substantiva, pois para o historiador que se volta para a literatura o que conta na leitura do texto não é o seu valor de documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema. O texto literário revela e insinua as verdades da representação ou do simbólico através de fatos criados pela ficção.

Mais do que isso o texto literário é a expressão ou sintoma de formas de pensar e agir. Tais fatos narrados não se apresentam como dados acontecidos, mas como possibilidades, como posturas de comportamento e sensibilidade, dotadas de credibilidades e significância.²⁵

Essa abordagem do texto literário nos orienta a examinar como Lima transfigura em representação a experiência e a realidade nas suas narrativas, apresentando uma série de preocupações, impressões particulares, visões críticas sobre a vida social de sua época. Como o literato reconfigura o passado numa composição narrativa, - algo que o historiador também o faz, mas por caminhos diferenciados (menor interferência da imaginação, preocupação com métodos e apresentação de fontes), procuramos analisar o modo de Lima expressar suas

²⁴ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 33.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatáhy. História e literatura: uma velha-nova história. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (orgs.). **Literatura e história**: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 22-23.

leituras possíveis da realidade, contribuindo para a construção e socialização de memórias.

Isso reforçou a necessidade de, durante a leitura dos textos barretianos, analisar o sentido que esse autor pretendeu atribuir às experiências passadas em relação ao presente que vivenciava e suas expectativas de futuro. Desse modo, tanto os textos ficcionais quanto os de caráter híbrido, entre o jornalismo e a ficção, como as crônicas, tiveram seus elementos analisados - as características de determinadas personagens, as escolhas dos enredos, a relação entre as vozes ficcionais – para que se tornasse inteligível a construção de sentidos por esse autor.

Para isso, também recorreremos às anotações pessoais de Lima, seus projetos de escrita e suas correspondências enviadas e recebidas, para termos uma visão mais ampla da forma como se percebia enquanto sujeito histórico e lidava com os meios social e cultural em que estava inserido. Especificamente para o seu contato com o meio cultural, foram pertinentes, durante a pesquisa, algumas elaborações teóricas de Roger Chartier na orientação da identificação de possíveis ideias e narrativas de outros autores que fizeram parte da conformação de seu pensamento em relação às manifestações da cultura histórica.

Esse autor considera que a elaboração de representações está envolvida num campo de concorrência e disputa cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação. Ele destaca que os interesses dos grupos sociais devem ser levados em conta no momento em que forjam determinadas representações do social, sendo relacionadas a seus objetivos de legitimar uma dada imagem para sua época.²⁶ As discussões sobre a representação do passado nacional e as formas escolhidas pelos intelectuais para rememorar-las no Brasil de início do século XX foram, nesse trabalho, portanto, analisadas de maneira conjunta aos seus posicionamentos político e social bem como às suas filiações institucionais e a projetos de nação.

Isso nos ofereceu bases para comparar com as representações de Lima, permitindo que buscássemos estabelecer suas aproximações e distanciamentos em relação à cultura histórica. Além disso, Chartier discute sobre as práticas culturais que, por sua vez estão vinculadas à representação do social e ao conceito de apropriação, o qual nos fez atentar para o modo como Lima, nos seus possíveis

²⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel, 1988, p. 17.

diálogos e disputas com outros homens de letras, se utilizou dos recursos culturais disponíveis para pensar a rememoração do passado.

Segundo Chartier, cada grupo social, diante dos materiais culturais à sua disposição num dado momento, terá práticas diferenciadas de se apropriar desses, sendo, o que importa, antes de tudo, é a identificação da maneira como, nas práticas, nas representações ou nas produções, cruzam-se e imbricam-se diferentes figuras culturais. Constitui-se, portanto, numa “história social das interpretações, remetidas para suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que a produzem”.²⁷

Diante dessas reflexões, para a seleção dos intelectuais que farão parte desse diálogo com Lima, optamos pela visão de Jean-François Sirinelli acerca da categoria intelectual, levando em consideração também as dimensões da cultura histórica daquele momento e as redes de sociabilidade desse literato, assim como as leituras que realizou. Para esse autor, intelectual é uma categoria profissional de contornos pouco rígidos, produtora e mediadora da interpretação da realidade social de grande valor político.²⁸

Naquele início de século XX, como veremos ao longo deste trabalho, membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Academia Brasileira de Letras (ABL), diplomatas e autores preocupados com a educação nacional estavam envolvidos nas questões em torno da rememoração do passado nacional e da legitimação do recente regime republicano. Desse conjunto, selecionamos grandes nomes da intelectualidade da época como Sílvio Romero (1861-1914), Manoel de Oliveira Lima (1867-1928), José Veríssimo (1857-1916), Manoel Bomfim (1868-1932), Capistrano de Abreu (1853-1927), Afonso Celso (1860-1938), Euclides da Cunha (1866-1970), João Ribeiro (1860-1934) entre outros, os quais terão alguns de seus escritos observados a partir da articulação entre seus conteúdos e os contextos cultural, social e político do momento de sua produção e circulação.

Traçamos, então, os seguintes objetivos para nosso estudo:

- Compreender o ambiente intelectual em que Lima Barreto estava inserido e as relações com seu espaço de experiência e horizonte de expectativa.

²⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel, 1988, p. 26.

²⁸ SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; FGV, 1996, p. 242-243.

- Analisar as conexões entre a sua concepção de literatura e os principais temas presentes na cultura histórica de início do século XX no Brasil.
- Apresentar as apropriações por Lima do discurso historiográfico brasileiro, percebendo suas aproximações e distanciamentos no que tange à representação do passado nacional.
- Discutir as práticas narrativas de Lima que possam ser consideradas como sugestões de mudanças na cultura histórica da época.

Organizamos, desse modo, este trabalho em quatro capítulos. No primeiro, iniciamos o texto com uma apresentação das articulações entre a história familiar de Lima Barreto, sua busca pelas suas origens e impressões sobre a experiência de ser negro na sociedade carioca da época. Em seguida, passamos a analisar os primeiros projetos de escrita desse autor nos quais já surgiam indícios de seu interesse pela revisão da escrita da História do Brasil. A fim de situar o ambiente cultural que levava Lima a tais projetos, discutimos, na última parte desse capítulo, o seu posicionamento quanto ao modo como a intelectualidade brasileira se apropriava das ideias deterministas vindas da Europa, as quais tinham forte impacto na forma como representavam a formação da nação e, principalmente com as teorias racialistas, procuravam discriminar e excluir os negros na sociedade e na narrativa nacional.

Para a construção desse capítulo, os escritos barretianos que se enquadram na categoria de auto-referenciais ou escritas de si, como as anotações em seu diário e cartas, tiveram um papel de destaque entre as fontes utilizadas, uma vez que nos permitiu perceber como Lima almejava ser visto pela sociedade, pensava sua identidade enquanto indivíduo, cidadão e escritor. Já no segundo capítulo, as escritas de si ainda fazem parte do *corpus* documental, mas nos debruçamos mais nos seus artigos e obras em que a sua concepção de literatura ficava mais evidente. Além disso, foram de grande importância os escritos de outros intelectuais acerca da escrita da história, sua cientificidade e divulgação.

A justificativa para tal escolha é o objetivo desse capítulo ao discutir as relações entre a concepção de literatura barratiana e os temas mais recorrentes na cultura histórica da época. Nesse sentido, iniciamos o segundo capítulo com a reflexão de questões que marcaram aquele cenário cultural, sendo destacados os pensamentos dos intelectuais Pedro Lessa (1859-1921), Sílvio Romero e José Veríssimo, dos quais utilizamos textos que indicavam as funções do conhecimento

histórico para a construção da identidade nacional e formação do cidadão na República brasileira.

Num segundo momento desse capítulo, então, exploramos as bases que norteavam a concepção de literatura militante de Lima, sinalizando como, a partir dela, o autor apresentava algumas críticas à cultura histórica. Como ficou latente a presença da questão nacional na cultura histórica e em diversas crônicas e, principalmente, no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* de Lima, dedicamos a última parte do capítulo a esse tema, no qual indicamos como esse autor dialoga intensamente com tradições historiográficas e literárias que orientavam a visão acerca da nacionalidade no Brasil.

O terceiro capítulo, por sua vez, está voltado para a dimensão cognitiva da cultura histórica, sendo dividido em três momentos. O primeiro deles apresenta a recepção de Lima Barreto da obra de João Ribeiro *História do Brasil*, a qual havia lhe suscitado reflexões acerca do passado nacional como também apresentou uma abordagem que se diferenciava, em certos aspectos, da predominante até aquele período. Assinalamos, nessa parte, diante das perspectivas apresentadas nos capítulos anteriores de Lima em relação à cultura histórica, passagens da obra de Ribeiro que poderia ter levado o literato a questioná-la e pontos que se afinavam às suas pretensões de representação do passado brasileiro.

Em seguida, passamos às observações de Lima acerca da produção de historiadores pertencentes ao IHGB, nos quais analisamos a intextualidade de trechos de sua obra *Os Bruzundangas* com as proposições desse instituto para a escrita da história do Brasil, salientando ainda mais a visão do literato carioca sobre os sujeitos que deveriam ser representados na narrativa nacional e os aspectos da sociedade a serem melhores abordados. O diálogo com a obra do diplomata Oliveira Lima *Na Argentina* também mereceu destaque nesse momento do terceiro capítulo, o qual evidenciou a preocupação de Lima com a forma como se dava a inclusão do povo na historiografia.

Para fechar as análises das relações de Lima com os historiadores brasileiros, fizemos um estudo comparativo entre o literato e Capistrano de Abreu, uma das maiores referências da historiografia nacional naquele início do século XX. Esse estudo permitiu que reforçasse a comprovação de nossa hipótese de que Lima propôs inovações na cultura histórica da época.

Os caminhos encontrados por Lima na elaboração de suas narrativas a fim de apontar mudanças na cultura histórica tiveram no último capítulo uma abordagem mais ampliada. Nesse, abordamos, inicialmente, o contexto de surgimento do primeiro romance publicado pelo escritor – *Recordações do escrivão Isaías Caminha* - e seu questionamento de lacunas existentes na cultura histórica, servindo de fio condutor para outras práticas narrativas nas quais se confrontava com a memória histórica oficial (e aqui estamos nos referindo à narrativas produzidas por certos membros do IHGB e da diplomacia brasileira que eram hegemônicas na época). Para esse primeiro momento, analisamos a criação literária barretiana em comparação à recepção de outros trabalhos de escritores coevos, refletindo acerca da tensão social que tal escrita de Lima procurava representar.

O passo seguinte foi a explicitação de como Lima percebia a comemoração de certas datas históricas, procurando apresentar a seus leitores uma releitura do passado e as tentativas de outros sujeitos em legitimar seu presente. Nesse sentido, Lima também representou em seus textos como a observação da cidade em transformação poderia ser fundamental na rememoração do passado. Destacamos, então, as narrativas barretianas que visavam combater o apagamento de parte da história da cidade do Rio de Janeiro, o que foi possível ao explorarmos suas crônicas publicadas na imprensa da época e o romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

Por último, aprofundamos a análise de um recurso muito utilizado por Lima na sua trajetória literária, a oralidade. Percebida ao longo do trabalho, a oralidade é, nesse último capítulo, objeto de uma análise das suas origens culturais, tanto quanto da forma como é utilizada, por Lima, para trazer para cultura histórica daquele momento a memória de grupos marginalizados. Seguindo essa estrutura, nas linhas que seguem, pretendemos narrar a participação desse literato nas discussões em torno da representação do passado nacional.

1 OS ESTUDOS BARRETIANOS

“Tentar compreender uma vida como uma série única e por si suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outro vínculo que não a associação a um ‘sujeito’ cuja constância certamente não é senão aquela de um nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar a razão de um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diferentes estações [...]”

(Pierre Bourdieu)

Este capítulo visa apresentar as diversas experiências do sujeito histórico Lima Barreto, com base na premissa de que a constituição da pluralidade de contextos em que estava inserido esse autor fornece elementos indispensáveis para a compreensão de suas escolhas intelectuais.

Relações familiares, trajetória profissional, projetos de escrita, leituras iniciais, apropriações do pensamento intelectual em voga na época serão destacados. Certamente que nosso olhar se voltará para as particularidades dessa biografia que aponte indícios de seu diálogo com a cultura histórica. Especificamente, nossa atenção se voltará para o modo como Lima esboçava seus romances, os temas sobre os quais mais procurava estudar, as suas observações do cotidiano realizadas durante os percursos realizados pelos diversos espaços na e em volta da cidade do Rio de Janeiro e os objetivos que pretendia alcançar com sua produção literária.

Nesse percurso pelas primeiras tentativas barretianas de produzir uma literatura voltada para questões sociais, veremos que temas como o passado de sua formação familiar e leituras sobre a história do país referentes ao período escravocrata estavam entrelaçados na sua busca por compreensão da discriminação racial nos primeiros anos do século XX. Acreditamos que elencaremos, dessa maneira, momentos da trajetória de Lima que permita uma exploração inicial da sua relação com questões pertinentes ao modo como a sociedade brasileira estava lidando com suas diversas temporalidades.

Além disso, a identificação de algumas bases de sua escrita nos fornecerá parâmetros para que, nos capítulos seguintes, possamos comparar sua abordagem sobre a forma como se representava o passado nacional com outros intelectuais, os quais eram considerados referenciais para a conformação de uma identidade nacional para o Brasil.

1.1 Uma trajetória de inquietações: entre a “Vila Quilombo” e o centro da capital federal

Rio de Janeiro, capital do Brasil, década de 1880. Este foi o cenário do início da trajetória de Afonso Henriques de Lima Barreto. Um recorte espaço-temporal de grandes mudanças e contradições sociais. Lutas pelo fim da escravidão e expectativas de mudança de regime político estavam entre as principais inquietações daquela sociedade.

Para a família dos Barreto, em particular, também representou um momento decisivo. Nessa família, iniciada pelo encontro de dois descendentes de escravizados que haviam superado algumas barreiras sociais, o jovem Lima compartilhou experiências que muito marcaram sua futura produção literária. Os caminhos percorridos por João Henriques de Lima Barreto (1853-1922) e Amália Augusta Pereira de Carvalho (1862-1887) sinalizam as dificuldades de uma família negra num Brasil ainda escravocrata e as poucas brechas que poderiam encontrar para alcançar uma certa ascensão social.

João Henriques era filho de uma escravizada chamada Carlota Maria dos Anjos e de um português que trabalhava no ramo de madeiras no Rio de Janeiro.¹ Esse comerciante não reconheceu a paternidade, justificando que aquela relação fora algo ocasional. Schwarcz afirma que essa postura “foi um padrão criado nos tempos em que se implementou o modelo de colonização escravocrata [...]”.²

Isso, segundo a autora, favoreceu dois tipos de discriminação às mulheres. Para as mulheres indígenas e africanas, muitas vezes abusadas sexualmente pelos brancos, coube um status social que as impedia de ter no casamento “uma saída possível”. A exploração sexual, à qual eram submetidas, foi identificada como “adulterios, concubinato e até mesmo prostituição”. Quanto às brancas, suas

¹ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 20.

² SCHWARCZ, Lília. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 42.

imagens eram associadas ao matrimônio, virtudes e tinham como espaço privilegiado de circulação o interior de suas casas.

A experiência familiar, que também foi coletiva e historicamente construída ao longo das relações sociais gestadas no processo de colonização portuguesa na América, acabou sendo transfigurada em matéria literária por Lima Barreto. Como veremos, a produção textual *Clara dos Anjos* foi sendo elaborada pelo autor desde 1904, tendo sua publicação no formato de romance sido realizada apenas postumamente em 1948.

Percebemos a nítida referência ao sobrenome de sua avó paterna no título da obra e o seu enredo - com várias alterações que sofreu durante o espaço de tempo entre o projeto do romance de 1904, passando pelo conto homônimo, e a versão publicada no formato de romance - tem como eixo principal a história de uma mulher negra que, assim como Carlota, acaba não sendo assumida pelo homem branco com o qual manteve relacionamento amoroso. A história familiar de sua mãe Amália Augusta também apresenta aproximações com as origens de João Henriques.

Amália era filha de uma liberta chamada Geraldina Leocádia da Conceição e sua avó, Maria da Conceição, era uma africana que fora transportada para o Brasil num navio negreiro.³ Essas mulheres viviam no lar da família dos Pereira de Carvalho cujo patriarca, o cirurgião-mor do Exército e padrinho de Amália Manoel Feliciano - segundo Barbosa a partir de informação cedida pela irmã de Lima D. Evangelina -, era o possível bisavô do escritor.

Tanto Amália quanto seus irmãos Jorge, Carlos e Bernardino “eram tratados como se fossem netos, justificando os rumores que corriam de boca em boca e que os apontavam como “filhos dos varões da casa”,⁴ tendo sido registrados com o sobrenome da família do cirurgião. Essas informações trazem aspectos das relações de dependência e favor entre senhores e antigos escravizados.

[...] Havia muita ambivalência de lado a lado, nessas trocas de favores; elas auxiliavam na inserção social futura dos “ingênuos”, mas igualmente mantinham laços de dependência e novas formas de dependência. É assim que encontramos todos os agregados dos Pereira de Carvalho residindo sob a égide da família. O exemplo de Amália Augusta comprova, uma vez mais, essa política de ordem do privado, de prover de benesses os “ingênuos” da casa, ao mesmo tempo que eram mantidos na órbita de influência da família. Basta ver que a menina recebeu educação muito

³ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 22.

⁴ *Ibid.*, p. 25.

diferenciada da média das demais colegas de geração, e sobretudo de origem: diplomou-se professora, depois de ter concluído a formação no Colégio Santa Cândida, na rua do Areal.⁵

João Henriques também contou com o apoio de um padrinho, o então ministro da Fazenda Afonso Celso. O pai de Lima foi um tipógrafo reconhecido nas últimas décadas do século XIX. A sua trajetória profissional teve início no Instituto Comercial do Rio de Janeiro no qual finalizou os estudos básicos.

Já no Imperial Liceu de Artes e Ofícios se graduou e adquiriu conhecimento de línguas estrangeiras. João completou sua formação técnica no Instituto Artístico, “pertencente aos irmãos Fleiuss, que estava em atividade desde 11 de janeiro de 1860”.⁶ A consolidação dessa profissionalização inicial se deu na Tipografia do Imperial Instituto Artístico. A partir disso e sendo apadrinhado por Afonso Celso, João conseguiu uma vaga na Tipografia Imperial. Atuou também como tipógrafo no *Jornal do Commercio* que era o mais tradicional periódico da corte e no liberal *A Reforma*, considerado um jornal de prestígio e um dos que mais investiam nas recentes tecnologias de imprensa durante o Império.⁷

Amália, por sua vez, como vimos concluiu o curso de magistério e, no ano 1878 no qual se casou com João Henriques, montou o colégio para meninas, denominado Santa Rosa no bairro das Laranjeiras onde foi residir com seu marido. Era um colégio pequeno, destinado somente para meninas, limitado ao ensino das primeiras letras e frequentado por um público que não pertencia às classes mais abastadas do Rio de Janeiro.⁸

A educação foi, portanto, um dos recursos utilizados pelo casal Barreto com o objetivo de atingir uma certa ascensão social. Algo que será estimulado entre os seus filhos. Lima iniciou sua alfabetização com sua mãe. Após a morte de Amália em 1887, ele “vai para a escola pública de D. Teresa Pimentel do Amaral [...]” e, em seguida, graças ao apoio financeiro daquele mesmo Afonso Celso a quem o seu pai convidara para ser padrinho de seu primogênito, estuda no Liceu Popular Niteroiense, o qual era dirigido pelo educador de origem escocesa William Cunditt e tinha por público jovens estudantes de famílias ricas.⁹

⁵ SCHWARCZ, Lília. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 37.

⁶ Ibid, p. 45.

⁷ Ibid., p. 47.

⁸ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 28-29.

⁹ Ibid., p. 50-53.

Nesse momento, a família Barreto passava por dificuldades. Além da já mencionada morte de Amália, João Henriques foi demitido da Imprensa Nacional em 1890 e também perdeu seu posto na *Tribuna Liberal*, periódico monarquista dirigido justamente por seu compadre Afonso Celso que era também ministro e chefe do último gabinete de D. Pedro II. A recente República iniciava seus expurgos. Contudo, o tipógrafo João Henriques, graças ao então ministro da Justiça e republicano de “última hora” Cesário Alvim que o conhecia “desde do tempo *d’A Reforma*”, foi nomeado escriturário das Colônias de Alienados da Ilha do Governador em março de 1890.

Vale destacar uma experiência do menino Afonso Henriques nesse espaço de tempo entre a morte de sua mãe e a mudança de função de seu pai a fim de identificar aspectos importantes na sua construção identitária. A comemoração dos sete anos de Lima coincidiu com o dia da abolição da escravidão no Brasil. João levou Lima ao Largo do Paço e à missa do Campo de São Cristóvão para testemunhar aquele acontecimento marcante, especialmente, para uma família negra.

Essa vivência teve grande impacto na formação de Lima permanecendo, ainda em 1911, no conjunto de suas memórias. Em 4 de maio daquele ano, veio a público na *Gazeta de Notícias*, um artigo do escritor que traz suas lembranças acerca do dia 13 de maio de 1888.

Estamos em maio, o mês das flores, o mês sagrado pela poesia. Não é sem emoção que o vejo entrar. Há em minha alma um renovamento; as ambições desabrocham de novo e, de novo, me chegam revoadas de sonhos. Nasci sob o seu signo, a treze, e creio que em sexta-feira; e, por isso, também à emoção que o mês sagrado me traz se misturam recordações da minha meninice.

Agora mesmo estou a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia de teus anos. E de fato passou; e nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço.¹⁰

A proximidade do 23º aniversário da abolição fez com que Lima rememorasse um momento de sua infância que, por sua vez, está associado ao passado escravocrata brasileiro e, como já vimos, às origens de sua família. O ato de João Henrique de levar o seu filho, nascido livre, para aquela celebração, pode ser visto como uma tentativa de mostrar ao jovem Lima a continuidade das conquistas que os

¹⁰ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 77.

afrodescendentes estavam obtendo. A própria trajetória dos seus pais, apresentada acima, já havia sinalizado esses avanços.

O entusiasmo de Lima, no início de sua narrativa, expressa a vontade do autor em também dar prosseguimento àqueles avanços. É um renovar de forças que busca ao relembrar o 13 de maio. A situação social de Lima no momento de produção do artigo “Maio” havia se modificado bastante em relação à ascensão profissional inicial dos seus pais.

Apesar de, em 1911, Lima já ter publicado seu primeiro romance – *Recordações do escrivão Isaias Caminha* - e ser conhecido pelos vários textos presentes em muitos periódicos da capital federal, a sua família apresentava uma condição social inferior. João Henriques havia sido aposentado do cargo de Administrador das Colônias em 1903 devido a problemas mentais que o transtornavam. Uma situação que gerou mais dificuldades à família Barreto.

Lima, como era o filho mais velho, tornou-se o chefe da família, o que o levou a abandonar a Escola Politécnica na qual iniciara em 1897 o curso de Engenharia. No mesmo ano em que foi expedido o título de aposentadoria de seu pai, assumiu o cargo de amanuense da Secretaria da Guerra, via concurso público, estabelecendo-se com sua família definitivamente no subúrbio de Todos os Santos.

Retornemos a sua narrativa do 13 de maio e percebamos como o tom esperançoso vai se definindo. Acreditamos que assim teremos uma melhor visão acerca do modo com as suas lembranças foram sendo modeladas e também o modelavam, sendo que os tempos da escravidão e seus reflexos na sua formação familiar se constituíam como o fio condutor desse enredo.

Fazia sol e dia estava claro. Jamais, na minha vida, vi tanta alegria. Era geral, era total; e os dias que se seguiram, dias de folganças e satisfação, deram-me uma visão da vida inteiramente festa e harmonia.

Houve uma missa campal no Campo de São de Cristóvão. Eu fui também com meu pai; mas pouco me recordo dela, a não ser lembrar-me que, ao assisti-la, me vinha aos olhos a “Primeira Missa”, de Vítor Meireles. Era como se o Brasil tivesse sido descoberto outra vez... [...]

[...]

Quando fui para o colégio, um colégio público, à Rua do Resende, a alegria entre a criançada era grande. Nós não sabíamos o alcance da lei, mas a alegria ambiente nos tinha tomado.

A professora, Dona Teresa Pimentel do Amaral, uma senhora muito inteligente, a quem muito deve meu espírito, creio que nos explicou a significação da coisa; mas com aquele feitio mental de criança, só uma coisa me ficou: livre! livre!

[...]

Mas como ainda estamos longe de ser livres! Como ainda nos enleamos nas teias dos preceitos, das regras e das leis!

[...]

São boas essas recordações; elas têm um perfume de saudade e fazem com que sintamos a eternidade do tempo.
 Oh! O tempo! O inflexível tempo, que como o Amor, é também irmão da Morte, vai ceifando aspirações, tirando presunções, trazendo desalentos, e só nos deixa na alma essa saudade do passado às vezes composta de coisas fúteis, cujo relembra, porém, traz sempre prazer.¹¹

O antropólogo francês Joël Candau no seu estudo sobre as indissolúveis ligações entre identidade e memória afirma que o “tempo, [...] provisoriamente domesticado” no “templo da memória coletiva, autoriza a ancoragem de cada sujeito em uma temporalidade fundadora da identidade”.¹² Lima, na suas lembranças, representa o dia 13 de maio de 1888 como um novo “descobrir” do Brasil a partir do qual traça uma representação do seu passado e vislumbra horizontes de espera.

Podemos perceber essa ancoragem nos “tempos do cativo” em várias situações nas quais Lima busca ordenar sua existência por meio de registros diários de seu cotidiano e elaboração literária. As experiências vivenciadas pelas suas avós são algumas delas. Estas marcaram profundamente o seu pensamento acerca das relações entre homens brancos e mulheres negras.

A última versão de *Clara dos Anjos* traz uma dedicatória à memória de sua mãe, acompanhada da seguinte epígrafe extraída de um livro de história muito lido por Lima: “Alguns as desposavam [as índias]; outros, quase todos, abusavam da inocência delas, como ainda hoje as mestiças, reduzindo-as por igual a concubinas e escravas. João Ribeiro, História do Brasil (p.103, 7ª edição)”.¹³ Para além da homenagem a sua mãe e da saudade que sentia dela – Amália havia falecido em 1887 quando o autor só tinha 6 anos -, notamos como Lima inseria sua trajetória familiar no contexto social da época com suas diversas relações temporais. A tentativa de denunciar certas práticas abusivas e discriminatórias em relação às mulheres negras bem como a sua busca por preencher certas lacunas de seu passado familiar já se manifestava anos antes.

Em 1903, Lima faz questão de se apresentar nas suas anotações pessoais como um filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto, ex-aluno da Escola Politécnica e futuro escritor da “História da Escravidão Negra no Brasil e sua

¹¹ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 77-79.

¹² CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016, p. 91.

¹³ BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Scipione, 1994 (Coleção Clássicos da Scipione), n/pag.

influência na nossa nacionalidade”.¹⁴ Estas informações cedidas por Lima traz elementos significativos para compreendermos seus posicionamentos quanto a suas origens, aos anseios presentes numa família negra durante o pós-abolição no Brasil. Com vinte e dois anos de idade e já chefe de sua família com a doença do pai, Lima faz questão de registrar, ao contrário do que aconteceu com seus pais, o seu reconhecimento pelo lado paterno.

Diante daquele passado familiar marcado pela escravidão, dificuldades financeiras e abandono de um curso superior, o autor buscou, naquele registro de 1903, produzir uma imagem de si que simbolizasse avanços na trajetória dos Barreto. Há também naquela anotação uma tentativa de direcionamento para a sua futura carreira literária que, inicialmente, estaria ancorada nos tempos do cativo. Compreender o seu presente a partir da investigação do modo como o passado ainda o influenciava era um dos objetivos iniciais do aspirante a literato.

As suas experiências entre os subúrbios e o centro da capital federal tiveram um grande impacto também quanto a suas perspectivas em relação ao preconceito e discriminação racial. Essas se constituíram como um reforço para aquela investigação acima mencionada.

Numa volta da Ilha do Governador em 6 de novembro de 1904 – onde havia ido pagar dívidas de seu pai –, Lima resolve na Estação de São Francisco “descer à cidade”. Ele registra no seu diário que naquela estação, ao embarcar, sentiu uma melancolia, questionando sua causa. “Foi o vinho? Sim, porque tenho observado que o vinho em pequenas doses causa-me melancolia; mas não era o sentimento; era outro, um vazio n’alma, um travo amargo na boca, um escárnio interior”.¹⁵

Atribui tal sensação, após reflexão, a uma situação vivenciada na Estação de São Francisco.

Na estação, passeava como que desafiando o C. J. (puto, ladrão e burro) com a esposa ao lado. O idiota tocou-me na tecla sensível, não há negá-lo. Ele dizia com certeza:

- Vê, “seu” negro, você me pode vencer nos concursos, mas nas mulheres, não. Poderás arranjar uma, mesmo branca como a minha, mas não desse talhe aristocrático.

Suportei o desafio e mirei-lhe a mulher de alto a baixo e, dentro de alguns anos, espero encontrar-me com ela em alguma casa de alugar cômodos por hora.¹⁶

¹⁴ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 33.

¹⁵ Ibid., p. 46.

¹⁶ Ibid, loc.cit.

Esta impressão que teve ao ver o tal C. J. indica muito do ressentimento que sentia diante do preconceito racial vivenciado naquele momento. Este já vinha desde sua passagem pela Politécnica a qual era considerada um ambiente asfíxiante pelo escritor. Para Lima, “todos os meus colegas, filhos de graúdos de toda sorte, que me tratavam, quando tratavam, com um compassivo desdém, formavam uma ambiência que me intimidava, que me abafava [...]”.¹⁷

Era uma sensação tão perturbadora que fazia oscilar o seu ânimo e aguçava sua observação de práticas cotidianas reveladoras daquele permanente preconceito vivenciado pelos afrodescendentes no Brasil pós-abolição. No mesmo ano do registro da melancolia sentida na Estação de São Francisco – no entanto ele não apontou o dia -, Lima assinala que observou “uma mulata que parecia amigada a um português; viajavam no bonde separados”.¹⁸

As recordações do passado familiar vinham à tona e Lima orientava seu pensamento para os motivos dos silenciamentos em relação às práticas discriminatórias. Além dos projetos de escrita e estudos abordados no item seguinte deste primeiro capítulo, o inquieto Lima buscava em certos lugares possíveis indícios para o preenchimento de algumas lacunas da sua origem (o lugar na África do qual a avó era natural, a confirmação do nome de seu bisavô e avô) como também, por meio de suas conversas, fontes de informação para suas futuras produções literárias.

Aos dez dias de fevereiro de 1908, Lima registra impressões que teve durante uma viagem a São Gonçalo, no dia anterior, a fim de visitar um conhecido do seu local de trabalho. Depois do embarque no Largo do Paço e quando já se encontrava mais afastado da “atmosfera urbana”, começou a observar a paisagem e indagar-se sobre os caminhos percorridos pela sua avó materna.

Há casas novas, os *chalets*, mas também as velhas casas de colunas heterodoxas e varanda de parapeito, a lembrar a escravatura e sistema da antiga lavoura. [...].

Eu, olhando aquelas casas e aqueles caminhos, lembrei-me da minha vida, dos meus avós escravos e, não sei como, lembrei-me de algumas frases ouvidas no meu âmago familiar que me deram vagas notícias das origens de minha avó materna, Geraldina. Era de São Gonçalo de Cubandê, onde eram lavradores os Pereira de Carvalho, de quem era ela cria.

Lembrando-me disso, eu olhei as árvores da estrada com mais simpatia. Eram muito novas; nenhuma delas teria visto minha avó passar, caminho da corte, quando os seus senhores vieram estabelecer-se na cidade. Isso

¹⁷ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 516.

¹⁸ Id. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 47.

devia ter sido por 1840, ou antes, e nenhuma delas tinha a venerável idade de setenta anos.¹⁹

Como não encontrou os indícios do percurso da avó materna na paisagem, buscou se identificar nos traços da população local, imaginando possíveis parentescos. Ao contrário do desalento presente no fim daquela sua recordação do 13 de maio e do ressentimento expresso na Estação de São Francisco, Lima apresenta orgulho ao sentir-se pertencente ao grupo de negros moradores daquela localidade e elabora uma imagem de si mesmo como representante do triunfo dos afrodescendentes.

[...] eu não pude deixar de lembrar-me, sem algum orgulho, que o meu sangue, parente do seu, depois de volta de três quartos de século, voltava àquelas paragens radiante de mocidade, saturado de noções superiores, sonhando grandes destinos, para ser recebido em casa de pessoas que, se não foram senhores dele, durante algum tempo, tinha-o sido de outrem da mesma origem que o meu(sic).²⁰

Esse pertencimento deve ter sido cultivado ainda na Ilha do Governador onde os Barreto passaram a residir após a nomeação de João Henriques para o cargo de almoxarife das Colônias de Alienados em 1891. Neste local, Lima desenvolveu uma relação de amizade com o preto velho Manuel de Oliveira, um dos internos das Colônias que, após sua alta e saída da família Barreto da Ilha do Governador, passou a residir com ele no subúrbio de Todos os Santos.

Segundo o escritor, Manuel viveu com sua família por cerca de vinte anos.²¹ A escuta sensível de Lima para as histórias de Manuel fez com que recordasse da trajetória daquele ex-escravizado, tornando-a pública em 1º de maio de 1921 por meio da *Revista Souza Cruz*. Novamente, temos o mês de maio como marco temporal para Lima lembrar situações vivenciadas que, por sua vez, apresentam vínculos com os tempos do cativo.

Manuel era “cabinda de nação” e, após sua vinda ainda menino da Costa da África para o Brasil, foi comprado por um português que lhe ensinou “o ofício de plantar couves”.²² Como vendia para seu senhor as verduras e legumes pelos bairros do Catete e de Botafogo, esse escravo de ganho conseguiu recursos com os lucros diários, obtendo sua alforria. Manteve-se, contudo, ao lado do seu antigo senhor e continuou a economizar dinheiro então oriundo do seu trabalho assalariado.

¹⁹ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 131.

²⁰ *Ibid.*, p. 132.

²¹ *Ibid.*, p. 183.

²² *Id.* **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 361.

Foi dessa maneira que comprou a liberdade de uma “pretinha escrava” chamada Maria Paulina a qual se tornou sua companheira. Contudo, Maria Paulina acabou fugindo e Manuel “ficou pateta”, vagando pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro até ser apanhado pela polícia e levado para o Asilo de Mendigos.

Daí foi enviado à Ilha do governador e internado numa espécie de colônia de pedintes que o governo imperial fundou nos últimos anos de existência. Vindo a república foram essas colônias, pois eram duas, transformadas nas atuais de alienados.²³

Esta história lhe foi contada, segundo Lima, muitas vezes de modo inalterável pelo preto velho Manuel. E o que mais lhe fascinou nesse amigo foi o orgulho que tinha de sua nação.

Coisa curiosa! Oliveira tinha em grande conta a sua dolorosa Costa d’África. Se eu motejava dela, o meu humilde amigo dizia-me: -“Seu Lifonso”, o senhor diz que lá não há quem saiba ler. Pois olhe: os doutores daqui, quando querem saber melhor, vão estudar lá. Além de ter esse singular e geral orgulho pela África, ele tinha um particular pela sua “nação”. Para ele, cabinda era a nacionalidade mais perfeita e superior da Terra. Nem todo negro podia ser cabinda.²⁴

Este diálogo deve ter sido de grande aprendizado para Lima Barreto, pois as afirmativas de Manuel reproduzidas no artigo invertiam toda uma escala de valores da época que tinha o homem branco e as nações europeias como superiores. Algo extremamente significativo para um escritor que vivenciou discriminações ao longo de sua vida e possuía, como vimos, a pretensão inicial de escrever “a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”.

Temos aí o lugar social a partir do qual Lima vai estabelecer diálogos com seus leitores. Como um sujeito negro, suburbano, pobre e preocupado com as dificuldades enfrentadas pela população negra na capital federal, Lima vai transformar as suas idas e vindas entre os subúrbios e o centro daquela cidade em matéria literária. Nesse processo criativo, marca sua posição de enfrentamento em relação ao que aquele centro poderia representar de discriminatório e excludente.

Não é à toa que ele denominava de “Vila Quilombo” a sua residência no subúrbio de Todos os Santos na qual amadurecia, trancado no seu quarto que era também biblioteca, as suas narrativas. Era como se fosse o lugar de resistência onde produziria uma literatura questionadora e denunciadora, como veremos logo a seguir com a leitura de seus projetos iniciais de estudo e criação literária.

²³ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 361-362.

²⁴ Ibid., p. 362-363.

1.2 Projetos iniciais de escrita: revendo o passado

“Eu sou Afonso Henriques de Lima Barreto. Tenho vinte e dois anos. Sou filho legítimo de João Henriques de Lima Barreto. Fui aluno da Escola Politécnica. No futuro, escreverei a História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”.

(Barreto, 1903)

Já vimos como o ano de 1903 foi decisivo para a família Barreto. Lima agora tinha a responsabilidade de prover seu lar e exercia a função de amanuense numa secretaria do Estado, incumbências que muito o angustiavam. Entretanto, naquele ano, também procurava nutrir expectativas quanto à atividade que tanto amava: a escrita.

Uma parte do desenvolvimento dessa escrita estava voltada para a investigação do passado, suas permanências e rupturas. No ano seguinte, Lima ainda mantém esse interesse e tenta levar a público algumas de suas reflexões. Entre suas anotações pessoais acerca das contas a pagar e impressões sobre determinados sujeitos com os quais convivia, encontramos um registro (sem data) com o título *Dom João VI no Brasil*.²⁵ Logo abaixo, uma lista de pontos que deveriam ser abordados para se compreender a vinda da Corte portuguesa ao Brasil.

A intenção desse registro tornou-se mais compreensível quando realizamos a leitura de uma carta de Lima Barreto endereçada a seu amigo Antonio Noronha Santos, datada de 11 de junho de 1904. Nessa, Lima o convida para a escrita de uma monografia para o concurso de memórias históricas sobre o reinado de Dom João VI no Brasil, promovido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).²⁶

Hoje, no Correio da Manhã, estão publicadas as bases para o concurso da memória histórica do reinado de Dom João VI no Brasil, posta a prêmio pelo Instituto Histórico; assim verifiquei *não ser certo o que havias dito*²⁷, isto é, que o Max das Férias já havia abiscoitado o prêmio.

²⁵ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 42-43.

²⁶ Id. . **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p. 60.

²⁷ Grifo nosso.

Se ainda estás de ânimo pronto a escrevê-la e se te agrada fazê-la comigo, marca dia, hora e lugar para tratarmos da empresa. aguardo a tua resposta breve, mas se, entretanto – por qualquer razão julgares melhor fazer cada um de nós a cousa só – dize-o francamente a este.²⁸

Essa carta indica que o tema já havia sido discutido pelos amigos – mas o projeto não foi concretizado²⁹ - bem como a idoneidade do concurso³⁰. Max Fleiuss (1868-1943), sócio benemérito e secretário perpétuo do IHGB, é pejorativamente chamado por Lima de Max das Férias e era visto como suspeito, por Noronha, de já ser considerado vencedor do concurso antes mesmo da avaliação das demais monografias.

As palavras de Lima sinalizam uma possível desconfiança naquele momento dos dois amigos quanto aos critérios adotados pelo IHGB para aceitação de trabalhos históricos. Talvez vissem essa instituição como um local fechado quanto ao acesso de sujeitos que não faziam parte de grupos privilegiados da sociedade. Uma hipótese que, ao longo desse trabalho, quiçá possamos averiguar melhor. Por ora, retomemos à análise do projeto de memória histórica barretiano.

Ao lado daquela intenção de escrita de 1903, esse projeto de memória histórica de Lima sinaliza mais um indício de sua preocupação inicial em refletir sobre a História do Brasil. E, nesse caso, por um tema que estava fomentando um grande interesse pelos letrados, pois se aproximava a data comemorativa do centenário da instalação da Corte portuguesa no Brasil que, mais tarde, teve como grande culminância, em termos bibliográficos, a publicação da obra *D. João VI no Brasil* em 1908, escrita pelo reconhecido historiador e diplomata brasileiro Manoel de Oliveira Lima (1897-1928).

²⁸ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p. 60.

²⁹ Não encontramos nas correspondências entre Lima Barreto e Antonio Noronha Santos a resposta deste quanto à escrita da memória histórica bem como nenhum texto do primeiro que se configurasse como resultado daquele projeto.

³⁰ Houve discussões sobre o tipo de premiação a ser oferecido ao ganhador do concurso (em dinheiro ou entrega de medalha) na cerimônia que se realizaria em 28 de janeiro de 1908 no Primeiro Centenário da Abertura dos Portos. O regulamento proposto pela Comissão de História para o concurso foi aprovado acabou determinando a concessão de um prêmio em dinheiro de cinco contos de réis. Apesar das discussões, não foram mencionadas as obras participantes e a vencedora. Segundo Hruby, não é descartável a possibilidade de que este concurso não tenha sido finalizado. Ver HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.144.

Vale, então, um retorno ao esboço do projeto registrado por Lima em suas anotações pessoais e um olhar mais atento sobre a sua lista de pontos. Os primeiros pontos listados eram os mais esperados - dentro de uma perspectiva historiográfica voltada para acontecimentos políticos -, como os motivos que levaram o príncipe regente português a vir para o Brasil, as medidas que tomou durante seu reinado, transformações na cidade do Rio de Janeiro com aquela vinda, passando por conflitos e relações diplomáticas. Entretanto, o último ponto estava relacionado à escravidão negra no Brasil, “temporalidade de ancoragem” do autor.

Lima pretendia inserir na narrativa sobre o período de Dom João VI no Brasil a situação vivida por muitos negros escravizados que permaneciam em péssimas condições de existência, divergindo do luxo que cercava a Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Destacou na sua lista, como pontos a serem desenvolvidos na memória histórica, leis relativas à escravatura, “relações entre senhores e escravos”, objetos usados na punição dos escravizados (o tronco e o bacalhau), aspectos da sua cultura (“cantos de senzala”, “caráter dos negros”), situação psicológica (o banzo) e a mistura de raças (“mulatos”).

Vale salientar, nesse esboço, a preocupação de Lima Barreto em listar aspectos do cotidiano dos escravizados que os humanizavam. Ao contrário da perspectiva dos escravistas que os viam apenas como objetos, instrumentos de trabalho; a produção cultural dos negros, o estado de sua saúde mental bem como as suas relações com outros grupos sociais têm estatuto de memorável pelo projeto barretiano. Essa humanização teve um melhor desenvolvimento em outros escritos daquele ano de 1904.

Neles, Lima estabeleceu conexões entre suas primeiras tentativas de criação literária e representações do passado nacional. Estamos nos referindo a suas anotações acerca do que seria seu primeiro romance, intitulado de *Clara dos Anjos*. O escritor registrou os perfis de algumas personagens e acontecimentos que vivenciariam ao longo da futura narrativa.

Lima assinalou como recorte temporal o período de 1874 a 1905. Mais adiante, elaborou com mais detalhes uma cronologia relacionada à trajetória da protagonista Clara por meio da qual ficou evidente sua intenção de cruzá-la como momentos do passado mais recente brasileiro, alterando aquele recorte temporal inicial para 1868 a 1900. O mesmo ano da publicação do poema “Vozes da África” de Castro Alves foi assinalado para o nascimento de Clara – logo abaixo da

cronologia, Lima havia registrado que precisava “saber de que data são as “Vozes d’África”, a qual foi justamente aquele ano de 1868.³¹

Um ano marcado pela efervescência do movimento abolicionista³² cujos desdobramentos continuam a compor a cronologia elaborada por Lima. A morte do pai de Clara foi no ano de 1887, dois anos após a assinatura da Lei do Sexagenário. Já a perda da virgindade (“defloramento”) da personagem principal se passou no ano da Lei Áurea (1888), exatamente no dia 13 de maio, e o nascimento de seu filho no ano de início do regime republicano brasileiro (1889).

Já sob o novo regime, a cronologia indica que Clara foi “deixada” pelo homem que a seduzira em 1892 (governo do marechal Floriano), casou-se 1894, quando assumiu o primeiro presidente civil da República, Prudente de Moraes, tornou-se viúva em 1899 durante o governo Campos Sales e sua política dos governadores e valorização do café, e “amigou-se” de novo em 1900.³³ À primeira vista, podemos inferir que, nesse esboço, Lima procurou, de alguma forma, estabelecer uma leitura do passado recente brasileiro através da trajetória da personagem ficcional Clara.

Nessa leitura, a condição social dos negros e as mudanças de regime surgem de modo associados, levando-nos a entender que, pela forma como criou aquela cronologia, os espaços de experiência dos negros, em fins do século XIX, oscilavam entre expectativas de possíveis melhorias na sua vida e frustrações diante de acontecimentos políticos daquele momento. Expectativas que se vislumbravam no horizonte com o fim da escravidão e as esperanças de uma maior inserção social com a iminência de uma sociedade democrática ventilada pela recente República que, pelos marcos temporais relacionados, apontam momentos do início daquele regime.

Um início militarizado, fechado e, logo em seguida, mesmo com os civis no poder, ainda excludente com o estreitamento dos laços oligárquicos. Até aquele processo de libertação dos escravizados foi representado na trajetória de Clara de forma a insinuar que as leis assinadas para, gradualmente, eliminar a escravidão beneficiavam menos os negros que os seus antigos senhores. Isto pode ser

³¹ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 58.

³² Alonso afirma que o movimento abolicionista é anterior a 1879, ano sinalizado por Nabuco em *Minha formação* como o do seu início. Associações antiescravistas já de destacavam às vésperas da Lei Eusébio de Queirós de 1850 bem como manifestações coletivas aumentavam na segunda metade da década de 1860, antes da Lei do Ventre Livre. Ver ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos*. - *CEBRAP [online]*. 2014, n.100, ISSN 0101-3300, p.117. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>. Acesso: 04 mar. 2018.

³³ BARRETO, Lima. *Op.cit*, p. 58.

percebido pela data assinalada para a morte pai de Clara - apenas dois anos após a aprovação da Lei do Sexagenário -, simbolizando a iniciativa do Estado brasileiro em eximir os escravocratas da responsabilidade em ofertar condições de sobrevivência aos negros considerados não produtivos por conta da idade avançada, abandonando-os à própria sorte.

A abolição, pela forma sinalizada na cronologia, é representada como uma ilusão. Clara foi seduzida no dia 13 de maio de 1888,³⁴ como muitos negros se sentiram seduzidos pela possibilidade de uma nova vida com o fim da abolição. Contudo, a Lei Áurea não determinava entre seus artigos medidas que pudessem fornecer reparações pelos séculos de exploração a que foram submetidos os negros. Vimos no item anterior desta tese, como em 1911, Lima ainda se entusiasmava com o início do mês de maio para, logo depois, mostrar-se descrente de um futuro melhor diante da sua experiência sob o regime republicano.

A memória que se transmitia acerca do fim da escravidão, pelo visto, não agradava Lima Barreto assim como aquela que se tentava publicizar em relação à presença no Brasil do regente português Dom João VI. Lima percebia uma lacuna que tentava preencher com a elaboração de seus projetos de escrita. Hugo Hruby, analisando a forma como IHGB se portou depois do fim da Monarquia e suas implicações na escrita da História do Brasil, afirma que, entre os assuntos mais recorrentes nas sessões e trabalhos publicados entre 1889 e 1912, estava justamente o período joanino.³⁵

O Visconde de Ouro Preto considerou, durante a 17ª Sessão Ordinária do IHGB de 23 de outubro de 1903, Dom João VI o “verdadeiro fundador da nossa nacionalidade”, propondo, na sessão seguinte de 6 de novembro,³⁶ aquele concurso sobre os trezes anos de seu governo no Brasil para o qual Lima desejava se inscrever. Também em 1903, como já foi indicado acima, Lima estava interessado na formação da nossa nacionalidade, mas, tendo como referência, a influência da escravidão nesse processo.

³⁴ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 59.

³⁵ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 143.

³⁶ *Ibid.*, p. 144.

Quanto ao abolicionismo, Lima tinha uma versão diferente sobre as motivações de um dos seus destaques. Em 2 de fevereiro de 1905, fez anotações sobre o enterro de José do Patrocínio (1853-1905).

[...] Propalado pelos jornais que esse jornalista tinha sido a alma da Abolição, o populacho à ultima hora agitou-se e fez-lhe a manifestação de uso: coche puxado a braços, ululos pelas ruas e discursos de cidadãos mais ou menos sequiosos de renome, que aproveitam a ocasião para aumentá-lo um pouco. Quem conheceu o Patrocínio como eu o conheci, lacaio de todos os patoteiros, alugado a todas as patifarias, sem uma forte linha de conduta nos seus atos e nos seus pensamentos, não acredita que pudesse ter sido, como dizem, o apóstolo da Abolição.³⁷

Lima acusa o abolicionista, em seguida, de ter se servido da causa para obter recursos financeiros e glória, rememorando que

A lei 13 de maio vinha de longe, era convicção da nação a injustiça da escravidão, não precisava de jornalistas nem evangelizadores para mostrar-lhe a injustiça. Quem notar – basta fazê-lo de 1822 – as referências que os nossos governantes fazem à coisa, sente que eles o fazem com vergonha, com descaso, sentiam-no a ilegalidade, a injustiça; e esse sentimento, que se foi espalhando pelo país, aumentou extraordinariamente depois da guerra do Paraguai e foi como, se dando a lei de 1871, não teve para encarná-lo senão o funcionário que a subscreveu, o Visconde do Rio Branco, ministro daquele tempo. A lei dos sexagenários foi assim também, E, quando já era quase universal no Brasil esse amargo sentimento, é que apareceu seu Patrocínio, que, sem honestidade e sem grandeza, aproveitasse da história e, pelo “jornalismo”, consegue ser elevado à altura de um apóstolo, de um evangelizador. Demais, há e houve sempre entre nós um grande sentimento liberal, com certas restrições, em favor dos negros.³⁸

Além da disputa no Parlamento por aprovação de leis emancipacionistas, como a atuação de José Paranhos,³⁹ o Visconde do Rio Branco citado por Lima, o movimento abolicionista também se servia da imprensa, associativismo, conferências e até apresentações artísticas,⁴⁰ principalmente após a subida ao poder do Partido Liberal em 1878. José do Patrocínio teve destaque nessa segunda forma de atuação do movimento.

Patrocínio popularizou-se com seus artigos abolicionistas, principalmente na *Gazeta de Notícias* no qual ingressou em 1877 e na *Gazeta da Tarde*, a qual adquiriu em 1881, compra muito facilitada pelo seu casamento com a filha de um militar republicano proprietário de muitos prédios e terrenos. Como membro da ala

³⁷ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 97-98.

³⁸ Ibid, p. 98.

³⁹ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 54-56.

⁴⁰ Ibid., p. 119-151.

dos radicais liberais do Partido Liberal, viu a sua possibilidade de atuação ser potencializada com aquele governo liberal iniciado em 1878.⁴¹

Essa trajetória era vista por Lima como uma forma oportunista encontrada para ascender socialmente. Pela sua perspectiva, há décadas anteriores à atuação de Patrocínio, já havia no Brasil um sentimento de injustiça em relação à continuidade da escravidão que se valia muito da retórica liberal. Para fundamentar sua argumentação, fez alusão às discussões ocorridas em torno da proposta de José Bonifácio de abolição da escravidão ainda na década de 1820.

Em 1823, José Bonifácio de Andrada e Silva escreveu a *Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil sobre a Escravatura*. Neste documento, o autor, pautado no liberalismo adotado por várias nações europeias, prescreveu que houvesse um Estado forte e cidadãos plenos de direitos. Como os escravos não eram considerados cidadãos, contrariava-se a adoção no Brasil de uma constituição liberal, levantando também questionamentos quanto à sua utilidade para a economia nacional.⁴²

Outro momento, apontado por Lima, que adensou a discussão em prol da libertação dos escravizados foi a experiência da Guerra do Paraguai (1865-1870). O contato com os negros escravizados nos campos de batalha fez com que alguns homens brancos “pudessem perceber” a injustiça da escravidão e, como o próprio Visconde do Rio Branco mencionado por Lima, a imagem humilhante do Brasil no estrangeiro por mantê-la.⁴³

Esses registros feitos por Lima endossam a importância que os temas da presença negra e do processo de abolição da escravidão no Brasil adquiriam nos seus estudos iniciais. Sua busca por uma narrativa que os contemplasse se tornou uma das prioridades do autor. Nesse sentido, vale retomar suas anotações do ano anterior àquela opinião sobre o abolicionista José do Patrocínio e verificarmos o resultado do empenho de Lima Barreto com a elaboração do esboço do romance *Clara dos Anjos* bem como de outros manuscritos. Em 1904, Lima finaliza os quatro capítulos da primeira versão de *Clara dos Anjos*.

⁴¹ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 114-167.

⁴² SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002, p. 66-73.

⁴³ ALONSO, Angela. Op.cit., p. 54.

A narrativa se inicia pela descrição do cenário, a cidade do Rio de Janeiro. Nesse primeiro momento, Lima procurou historicizar a distribuição espacial da cidade.⁴⁴

A cidade do Rio de Janeiro é regularmente edificada. Não se infira daí que ela o seja conforme o estabelecido na teoria das perpendiculares e oblíquas; antes se conclua que a cidade se tem erguido, acorde com a topografia do local onde se assentou e com as vicissitudes históricas que sofreu.

[...]

Ao nascer no topo do Castelo, não foi mais que um escolho branco, surgindo no revolto mar de floresta e brejos. Aumentando desceu pela venerável colina abaixo, coleou-se, pelas várzeas, em ruas estreitas. A necessidade de defesa externa obrigou-as a ser assim, e a polícia recíproca dos habitantes contra malfeitores prováveis fez com que elas continuassem do mesmo modo, quando de piratas pouco tinham a temer.

O quilombola e o corsário projetaram a cidade.⁴⁵

O narrador apresenta a diversidade de sujeitos que, pelas suas ações ao longo do tempo, foram conformando o formato da cidade ao lado do respeito a sua topografia. Uma narrativa que insere determinados grupos que não eram considerados protagonistas nas memórias da cidade acerca da sua constituição, como, por exemplo, os negros escravizados. Notemos que os negros em destaque participaram desse processo numa postura ativa em busca de sua liberdade, uma vez que o trecho acima se refere ao quilombola.

Os negros, linhas depois, tiveram mais registros de sua participação na constituição da cidade quando o narrador afirma que o tráfico de escravos “imprimiu ao Valongo e aos morros da Saúde alguma coisa de cubata⁴⁶ africana [...]”.⁴⁷ Segundo Gerson, o Valongo foi, no período colonial e parte do imperial, o mercado de compra e venda de escravizados trazidos pelos navios negreiros, e a Saúde se constituiu “num reduto da capoeiragem na cidade do Rio.”⁴⁸

Lima mapeia, ainda que de maneira incipiente, alguns rastros da presença africana na cidade e prossegue, nessa versão inacabada de *Clara dos Anjos*, a representação de outros momentos do passado nacional. Por meio da polifonia expressa pelos personagens, Lima traz para a reflexão a participação dos negros na Guerra do Paraguai e a abolição da escravidão.

⁴⁴ Essa historicização foi melhor desenvolvida, inclusive com o aproveitamento de trechos dessa primeira versão de *Clara dos Anjos*, na obra *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, iniciada em 1907 e publicada somente em 1919.

⁴⁵ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 221.

⁴⁶ Choupana de negros africanos coberta de folhas.

⁴⁷ BARRETO, Lima. Op.cit., p. 222.

⁴⁸ GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**: e de sua liderança na história política do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 145-150.

Ao verificarmos a trajetória que Lima elabora para o pai de Clara, o amanuense negro da Secretaria da Agricultura chamado Manuel dos Anjos, temos contato com a seleção de elementos do passado referentes a um acontecimento de grande repercussão no imaginário nacional que, combinados nesse texto ficcional, leva-nos a uma interpretação acerca das alterações trazidas pela Guerra do Paraguai no cotidiano da sociedade brasileira. A vida de Manuel apresentou mudanças significativas quando retornou do conflito em 1869 e deu baixa de um batalhão de voluntários.

“De volta à corte, obtivera com alguns empenhos e aquele seu título de voluntário um lugar de contínuo interino da Secretaria do Império e pouco depois efetivo na da Agricultura”.⁴⁹ Foi durante a interinidade que conheceu aquele que seria o futuro padrinho de sua filha Clara, o senhor Carlos Alves da Silva, que ocupava o cargo de primeiro oficial daquela secretaria.

O narrador do romance apresenta Alves da Silva como poeta abolicionista e sua chegada àquele cargo se deu “por um curso gorado de Direito e peso da manutenção da mãe”, pois seu pai, que havia morrido em Lomas Valentinas⁵⁰ como Major do Exército, deixou como herança uma escrava, uma casa em São Cristóvão e um baixo soldo. Os dois personagens possuem, portanto, um traço comum nas suas histórias de vida que é o conflito sul-americano. E esse traço comum é explorado pelo autor para tensionar, na narrativa, questões relacionadas às desigualdades sociais e raciais.

A simpatia de Manuel por Alves nasceu durante uma tarde na qual ajudou a servir na festa que o segundo havia promovido pelo batismo de seu neto. A fim de melhor delinear o contexto social no qual surgiria aquela simpatia, o narrador traz um pequeno panorama da repercussão da Guerra do Paraguai na sociedade brasileira.

Havia a pouco que o Brasil definitivamente domara o Paraguai: com essa vitória o país tinha tomado consciência de si mesmo – era como um tímido que, superada grave dificuldade de sua vida, acredita na sua energia, no seu valor e, quiçá, na efetividade de sua existência. Um tal sentimento que naquela época se apodera fortemente da nação, traduzia-se num explosivo desejo de progresso, de engrandecimento. [...]

Mas o que veio a constituir, depois dela, a verdadeira questão palpitante de norte a sul do Império foi a que se chamou a do elemento servil. A guerra, pondo em apertado contato senhores e recentes escravos, fazendo-os sofrer os mesmos perigos e as mesmas agruras, aproximou-os, dando

⁴⁹ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 225.

⁵⁰ Referência ao local pertencente ao território paraguaio no qual foi travada uma batalha decisiva da Guerra do Paraguai.

nascimento a uma mútua compreensão das suas necessidades. Com o pleno sucesso das armas imperiais, espalharam-se por todos os recantos do país gente tomada de generosos sentimentos pelos escravos, e essa foi a sementeira donde brotou mais tarde a árvore da abolição. Entretanto, a poesia nacional, que mais ou menos já colaborava em algumas das nossas transformações políticas, muito antes, já começava a preparar artigos de fundo de alguns anos depois. As escolas de Direito eram o centro de irradiação e o Carlos Alves da Silva, chegado do Recife, vinha impregnado dela, e mesmo para seu gosto pessoal trazia alguns tropos escolhidos e cinco ou seis argumentos irrespondíveis, que, a seu julgar, seriam as pedras com que o minúsculo David havia de matar o Golias Negroiro...⁵¹

Segundo Thomas Skidmore, a participação do Brasil na Guerra do Paraguai favoreceu o reexame da nação, levando muitos civis a perceberem o atraso do país em áreas como educação e transporte⁵² e a contestarem a ordem mantida pela tradição imperial, a qual não beneficiava em números significativos grupos marginais em relação à economia escravista.⁵³ Assim como o personagem Alves da Silva, estudantes e egressos da faculdade de Direito de Recife, embebidos pelo ideário cientificista europeu, defendiam uma modernização da nação, sendo a escravidão considerada um de seus entraves.

Os militares também foram outro grupo social a se questionar sobre a manutenção da escravidão. A guerra revelou a escassez de homens livres aptos para o serviço militar. Esta escassez levou a um recrutamento compulsivo de escravizados, “muitos dos quais provaram ser excelentes soldados”. Após o conflito, o Império apresentava um contra-senso ao pedir para o exército - instituição agora com maior visibilidade no cenário político nacional, mas sem receber maiores atenções das autoridades imperiais como melhoria salarial e na própria carreira - a captura de escravos.⁵⁴

Percebemos que esse cenário ao qual se remete o trecho acima da narrativa barretiana apresenta o processo que levou à defesa da abolição por uma via de aproximação entre grupos distintos, expressando, de uma certa forma, a superação de conflitos raciais no Brasil. A referência às lutas dos escravizados para se tornarem libertos não se apresenta nesse momento da narrativa. Entre os próprios componentes do batalhão de voluntários, havia muitos negros fugidos que,

⁵¹ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 225-226.

⁵² SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 23-24.

⁵³ ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015, passarim

⁵⁴ SKIDMORE, Thomas E. op. cit., p. 24.

tencionando obter a liberdade, apresentavam-se para o alistamento, uma vez que as autoridades imperiais “legislaram oferecendo vantagens e benefícios para os recrutas” e “alforria para os escravos que se apresentassem para a guerra” (fazendo vista grossa para os escravizados fugidos), mas poucos foram aqueles que, de fato, tiveram garantidas essas promessas.⁵⁵

Pela narrativa, não podemos afirmar se Manuel foi escravizado, mas vimos que foi um dos poucos que receberam algumas das vantagens prometidas. Contudo, seguindo as linhas seguintes acerca da festa de Alves, notamos como o autor ironiza o discurso abolicionista, evidenciando o seu silêncio quanto à permanência do preconceito racial que tanto contribuiu para continuidade da desigualdade social entre brancos e negros no Brasil após o fim da escravidão.

Alves foi solicitado por sua filha para que recitasse um poema. Este foi justamente aquele registrado anteriormente no esboço do romance, voltado para a denúncia das atrocidades vividas pelos escravizados: “As Vozes d’África” de Castro Alves. Manuel se emocionou com a declamação, a qual serviu de estímulo para a sua recordação de certos acontecimentos vivenciados nos campos de batalha.

[...] O certo é que ia com Urbano... Um negro, alto, delgado, de pele macia e reluzente, vindo do Norte, onde, escravo, libertado, fora dado como substituto do filho do Barão de Cajaí...[...]. Num encontro de caminhos, uma moeda de ouro no chão atraía a atenção de Urbano. Um soldado oriental, que a vira também, correrá ao mesmo tempo que o nortista. O brasileiro agarrou-a antes do Uruguaio, que não se satisfazendo com essa prova de propriedade, alterou-o:

- *És mio. Yo lo vi primeiro.*

- Qual teu o que! É minha, está aqui, e mostra a mão fechada.

O montivideano olhou Urbano de alto a baixo e, desdenhoso de lábios e ombros, disse:

- *Suyo... negro... Vá-te.*

Muitas ocasiões depois lembrou-se desse fato. Sempre que o Exército formado se lhe apresentava aos olhos, considerava um a um os homens que o compunham. Via-lhes os matizes da pele e com amargura recordava a frase do gringo. Alguns milhares de *suyos* levavam pelos pantanais do Paraguai o prestígio do Império e um enxame igual borrifava no país com sangue a sua riqueza! Faziam jus a um futuro melhor, então o gringo...⁵⁶

As recordações de Manuel trazem elementos que contradizem, em parte, o próprio discurso do narrador. O seu companheiro negro tinha ido à guerra por um artifício utilizado por muitos senhores membros da Guarda Nacional para não ter seus descendentes postos em risco de vida no combate: a sua substituição por um

⁵⁵ BATISTA, Luís Cláudio. **Guerra do Paraguai**: peculiaridades do recrutamento. Orientador: Dennison de Oliveira. 2010. 51 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010, p. 15.

⁵⁶ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 228-229.

escravizado.⁵⁷ Além disso, a percepção da importância da presença dos combatentes negros na Guerra do Paraguai se deu pelo próprio Manuel, um negro que esteve no conflito e, mesmo liberto e exercendo um cargo público, estava naquela festa atuando como um serviçal como muitos seus ascendentes estiveram enquanto escravizados em anos anteriores.

Em complemento a isso, vale destacar a inversão de ativismo dos sujeitos envolvidos na memória histórica da Guerra do Paraguai, marcada pelas narrativas da época enaltecidas dos chefes militares do Exército imperial. A recordação de Manuel, ao invés de demonstrar aquela compreensão mútua entre senhores e escravos acerca de suas necessidades destacada pelo narrador, representa a compreensão maior por parte de um sujeito negro da exploração e discriminação a que era submetida a população negra no Brasil.

Contudo, após essas lembranças advindas da declamação, o olhar de Manuel se voltou novamente para Alves da Silva, imaginando-o como um derrubador de senhores de fazenda com o uso de sua poesia.⁵⁸ Lima, então, representando a ilusão daquele discurso abolicionista que tanto seduziu Manuel, narra a forma severa como Alves, após a festa, repreende a sua velha escrava por ainda não ter aprontado o café matinal, ironizando: “Eram os restos – quem sabe? – das inflamadas estâncias de Castro Alves”.⁵⁹

Conforme Alvarce, a ironia atua nos textos literários, na maior parte das vezes, “com o objetivo de suspender e burlar as prisões dos discursos monofônicos e conseqüentemente autoritários”.⁶⁰ Com esse recurso, o autor instaura no seu discurso “a possibilidade”, [...], o ambivalente, a tensão e o elemento instável”.⁶¹ A posição de Manuel com suas memórias ao lado da reverência a Alves da Silva e este, com sua severidade em relação a sua escrava, apresentam aquela instabilidade e tensão que o autor quis expressar na sua narrativa quanto ao tema fim da escravidão.

Percebemos que o sentido presente no esboço desse romance para as experiências dos negros, situadas entre expectativas de melhorias nas suas

⁵⁷ BATISTA, Luís Cláudio. **Guerra do Paraguai**: peculiaridades do recrutamento. Orientador: Dennison de Oliveira. 2010. 51 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010, p. 14.

⁵⁸ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 229.

⁵⁹ Ibid., p. 230.

⁶⁰ ALAVARCE, Camila da Silva. **A ironia e suas refrações**: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 12.

⁶¹ Ibid., p. 14.

condições e frustrações, foi mantido por Lima. As frustrações foram personificadas na figura do Alves da Silva. A proximidade entre a composição de seu nome e a da personagem representativa do Exército na Guerra do Paraguai o militar Luis Alves de Lima e Silva (1803-1880), o Duque de Caxias, pode ser alusivo ao contraponto que Lima pretendeu realizar na narrativa. Esse, pelo que até aqui foi exposto, procurava atingir seu objetivo, traçado em 1903, de escrever a “História da escravidão negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”.

José Murilo de Carvalho afirma que a medida de abolir a escravidão “atendeu antes a uma necessidade política de preservar a ordem pública ameaçada pela fuga em massa dos escravos e a uma necessidade econômica de atrair mão de obra livre para as regiões cafeeiras”. O que levou as questões da incorporação dos ex-escravizados à vida nacional e da identidade nacional não serem resolvidas e tampouco ter iniciado seu enfrentamento.⁶² Lima, com esses projetos iniciais de escrita, ensaiou narrativas na tentativa de levantar essa discussão, criando protagonistas negros.

Uma tentativa que, naquele cenário muito marcado por preconceitos raciais e sociais, fazia com que Lima hesitasse quanto à divulgação e continuidade de suas narrativas. Em 12 de janeiro de 1905, registra uma ideia que o perseguia: escrever um romance que contasse “a vida e o trabalho dos negros numa fazenda”.⁶³ Contudo, resolve adiar a escrita, pois considerava que a obra, “uma espécie de *Germinal* negro”, poderia levá-lo à glória literária ou a descomposturas.

“Dirão que é negrismo, que é um novo indianismo, e a proximidade simplesmente aparente das coisas turbará todos os espíritos em meu desfavor; e eu, pobre, sem fortes auxílios, com fracas amizades, como poderei viver perseguido, amargurado, debicado?”⁶⁴

O outro motivo para o adiamento era a necessidade que sentia de uma “pesquisa variada de impressões” para composição do romance, o qual desejava que se tornasse a sua obra prima. Mesmo diante dessa insegurança, Lima continua seus estudos sobre o tema da escravidão, pois considerava importante atingir seu objetivo de reconhecimento no mundo das letras, prestando um “imenso serviço” a sua gente “e a parte da raça” a que pertencia. Nessa trilha, encontramos Lima Barreto na Biblioteca Nacional, tomando notas para seu romance em 21 de janeiro

⁶² CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 23-24.

⁶³ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 84.

⁶⁴ *Ibid.*, loc.cit.

de 1905. “Pedi maio de 1888; vindo-me, corri o mês, desde 1º até 16,⁶⁵ onde recebi confirmação do que pensava”,⁶⁶ possivelmente, pelo período destacado, informações relacionadas ao processo de assinatura da Lei Áurea e sua repercussão nos dias seguintes.

Como ensaio, talvez, para aquela sua grande obra, Lima finalizou em 21 de setembro de 1905 um esboço de uma peça intitulada “Os negros” cujo enredo tratava de uma fuga de escravizados, forma de resistência dos negros que tanto ameaçava a preservação da ordem pública almejada pelo Império brasileiro. Os seus protagonistas eram sete negros que não possuíam nome e pertenciam a gerações diferentes.

Lima constrói um diálogo entre esses personagens no qual são socializadas algumas de suas recordações. “No recanto de um penhasco abrupto, aberto como uma concha de mão, para o mar infinito, acorados e sentados, há um grupo de negros”.⁶⁷ Nesse momento, enquanto decidiam qual rumo deviam tomar para continuar a fuga, o 1º negro avista um navio que passa ao longe. “Como corre!”. A sua observação serviu como um gatilho para a emergência de lembranças dos outros negros acerca de sua saída do continente africano até suas experiências como cativos no Brasil.

3º NEGRO Os navios, que não nos vejam eles... Quando vim, da minha terra, dentro deles... Que coisa! Era escuro, molhado... Estava solto e parecia que vinha amarrado pelo pescoço. Melhor vale a fazenda...

2º NEGRO É longe a sua terra? Lá só há negro?

3º NEGRO Não sei... Não sei... Era pequeno. Andei uma porção de dias. [...]. Se queria descanso, lá vinham uns homens com chicotes. Vínhamos muitos, de vários lugares. Cada qual falava uma língua. Não nos entediámos. Todo dia, morriam dois, quatro; e os urubus acompanhavam-nos sempre.

- Minha terra... Não sei... Era perto de um rio, muito largo, como o mar, mas roncava mais... Sim! Tudo era negro lá... Um dia, houve um grande estrépito, barulho, tiros e quando dei acordo de mim estava atado, amarrado e... marchei... Não sei... Não sei... [...]

NEGRA VELHA E eu não sei nada mais donde vim. [...] Do que me lembro foi do desembarque. [...] Fomos para o barracão. [...] Depois vieram homens. Escolheram dentre nós alguns. Experimentavam os dentes, os braços, faziam abrir as pernas, examinavam a nós, com cuidado; e, ao fim, andávamos por muitas terras. Eu fui comprada pelo coronel [...].⁶⁸

⁶⁵ Pela forma como se reportou ao documento verificado e também pelo local onde foi consultá-lo – A Biblioteca Nacional até hoje possui um grande acervo de periódicos -, acreditamos que tenha sido uma coleção de jornais. Ele pede por mês e analisa os 16 primeiros dias de maio.

⁶⁶ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 90.

⁶⁷ Id. **Contos completos de Lima Barreto**. Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 347.

⁶⁸ Ibid., p. 349.

A narrativa é encerrada com a morte do negro mais velho e a proximidade dos seus perseguidores. Nesse texto, Lima representa o impacto do processo de escravização na rememoração do passado pelas suas vítimas. Isso novamente é simbolizado num outro manuscrito incompleto de Lima Barreto. O conto “O escravo” que, segundo a organizadora da coletânea *Contos completos de Lima Barreto* Lilia Schwarcz, faz parte das anotações do autor sobre o tráfico negreiro.

O protagonista “forçava a memória”, mas “era em vão. As reminiscências que lhe chegavam à consciência nevoentas, nubladas, confusas”. Buscava, então, perguntar aos mais velhos “coisas de sua terra”. O escravo obtinha poucas informações. Sua nação era “Cabinda d’água doce” na qual havia “bois, gatos” e lá as casas eram de palha. Contudo, estas informações do pai Mathias não o contentavam e procurava indagar à sinhá-moça, “que achava notícias de matéria. Guiava-o numa interrogação”.⁶⁹

Lima sinaliza nesse texto indícios que pudessem trazer à tona parte da história de negros escravizados, como o recurso da oralidade e recortes de jornais, estes muito comuns na época da escravidão que traziam informações sobre negros fugidos com suas identificações como origem e seu senhor. Essas dificuldades em encontrar fontes que pudessem elucidar mais o passado dos negros escravizados foram também representadas num outro conto incompleto, intitulado “Babá”, bem como a problematização do desenraizamento provocado pela escravidão que tornava mais complexa a construção das identidades desses sujeitos.

Pelas datas presentes nas folhas timbradas do Ministério da Guerra em cujos versos Lima escreveu o conto, a narrativa foi composta pelos anos de 1903 ou 1904.⁷⁰ O narrador desse conto era um médico interino do hospital da Misericórdia, o qual se comoveu com uma paciente negra africana, idosa e moribunda. Essa mulher lhe despertou a curiosidade, levando-o a indagar sobre as suas origens

A partir de seu diálogo com aquela senhora, conseguiu algumas informações acerca de sua origem africana e sua trajetória no Brasil enquanto escravizada. Ela contou que era da nação Moçambique e viera muito jovem para o Brasil onde teve como primeiro senhor “os Carvalho de S. Gonçalo”. De modo desconexo, afirmou que havia conhecido Dom João VI, narrando sobre ele “uma ou outra coisa

⁶⁹ BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 590-591.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 699.

avaramente guardada naquela estragada memória”. Ainda disse ao médico que teve filhos de várias cores, sendo que uns morreram e de outros não tinha mais notícias, “pois que as vicissitudes do cativo os transportava aos quatro cantos do Brasil”.⁷¹

Antes de chegar enferma naquele hospital, vivia há anos com uma velha senhora, viúva de seu último senhor, “a quem há poucos dias ela vira morrer [...]”. Essas lembranças da preta velha que se chamava Quirina, fizeram o médico ficar pensativo quando foi repousar à noite no quarto destinado aos médicos do hospital. Resolveu, então, voltar ao leito de Quirina. Ficaram um tempo se olhando até que Quirina se pôs em pé sobre o leito e, com “uma voz dolorosa, cheia de modulações de mágoa e ódio, às vezes, outras de desconsolo e pranto, foi solenemente dizendo em frase que não lhe era isso” que contou ao médico.⁷² Ou seja, como não conseguir lembrar seu passado, Quirina havia reunido reminiscências de experiências comuns a muitas negras escravizadas e inventou uma história para si. Não sabemos, infelizmente, o desfecho desse conto, pois Lima só o escreveu até essa confissão de Quirina.

Podemos perceber que essas narrativas, pelas datas, foram produzidas paralelamente à elaboração do início do seu primeiro romance que veio a ser publicado. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* possui um prefácio datado de 12 de junho de 1905⁷³ e seu enredo apresenta relações com aquelas dificuldades representadas pelo autor nas narrativas incompletas sobre os negros escravizados. Lima criou para aquele romance um protagonista negro que narra sua própria trajetória na cidade do Rio de Janeiro, marcada pela experiência dos preconceitos racial e social.

Diante da carência de fontes acerca do passado dos negros que elucidassem as suas condições de existência bem como as suas origens, Lima sugeriu no romance que as suas vozes fossem consideradas (memória oral) a fim de desconstruir certos discursos que preconizavam a inferioridade da população afrodescendente. Estes discursos, por sua vez, foram objetos de uma outra parte dos estudos barretianos. Num outro manuscrito incompleto, “O peso da ciência”, sem data de escrita identificada, Lima iniciou uma breve discussão sobre como o

⁷¹ BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 563-564

⁷² Ibid, p. 564-565.

⁷³ Id. **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**. Erichim: EDELBRA, [2000?], p. 11.

pensamento racista estava presente em certas narrativas históricas, sendo um empecilho para o conhecimento do passado dos negros no Brasil.

O narrador em primeira pessoa desse conto descreve as aulas de História de um professor negro.

[...] embrulhava com reminiscência sua, e acabava pessimisticamente como *remarques* à Republica, ao Brasil, às coisas e aos seus homens. Perdido um quarto de hora com isso, meu saudoso professor encetava a lição. Foi pela quarta ou quinta lição que eu me prendi a ele. Tratava-se da divisão de raça.⁷⁴

Notamos como esse professor procurava trazer algo que vivenciara para relacionar com o passado que iria ser estudado pelos seus alunos. E nisso, como nos outros textos de Lima acima destacados, acabava não conseguindo vislumbrar um horizonte muito promissor para o país, especialmente para a parcela de sua população negra. Algo que ficou ainda mais claro quando o aluno-narrador, identificando-se com o professor, afirmou que se prendeu mais ao professor quando este tratou da teoria das raças.

Infelizmente, o texto ficou incompleto, mas podemos imaginar o quanto deve ter sido desafiador e incômodo para aquele professor negro abordar o tema da “quarta ou quinta lição”. Um desafio que Lima procurou inserir nos seus estudos e produção literária como veremos a seguir ao enveredarmos pela sua perspectiva em relação à intelectualidade e ao pensamento científico de sua época.

1.3O cientificismo e a intelectualidade sob a perspectiva barretiana

1.3.1 “Um bando de ideias novas” no Brasil

Todorov considera o racismo como “um movimento de ideias nascido na Europa ocidental, cujo grande período vai de meados do século XVIII a meados do século XX”.⁷⁵ Seu desenvolvimento se deu à sombra da crença na superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da realidade. A obra *História natural (Histoire naturelle)* de Georges-Louis

⁷⁴ BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 566.

⁷⁵ TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 107.

Leclerc , o conde de Buffon (1707-1788), pode ser visto como o ponto de partida para a divulgação desse ideário.

Esse trabalho, com uma síntese de numerosos relatos de viagem dos séculos XVII e XVIII, teve “uma influência decisiva sobre a literatura posterior, tanto por suas qualidades de estilo quanto por sua autoridade científica. O naturalista francês, em linhas gerais, defendeu a relação entre a cor da pele e o nível de civilização.⁷⁶ Os brancos e a civilização européia estavam, segundo o naturalista, no topo da hierarquia das raças e nações.

Com o decorrer do tempo, a doutrina racista foi se configurando como um conjunto coerente de proposições. A primeira assegurava a realidade das raças, estabelecendo que existia entre as raças humanas a mesma distância encontrada entre o cavalo e o asno, o que levava considerar o cruzamento racial como condenável. A segunda estabelecia uma relação direta entre caracteres físicos e morais, determinando uma correspondência entre a divisão do mundo entre raças e a divisão entre culturas. O terceiro aspecto desse pensamento considerava, de maneira determinista, que o “comportamento do indivíduo depende, em grande medida do grupo racial-cultural a que pertence”, constituindo-se como uma doutrina de psicologia coletiva hostil à idéia de arbítrio do indivíduo. Uma quarta premissa defendia que existiam raças superiores às outras, o que nos leva para sua última proposição que era uma “política baseada no saber”, a qual, por sua vez, implica no desenvolvimento de uma política que “ponha o mundo em harmonia” com a ordem acima descrita, juntando a doutrina racista ao racismo.⁷⁷

Esse determinismo evolucionista presente no racismo, amplamente utilizado pela política imperialista europeia, penetrou no Brasil a partir dos anos 1870, tornando-se uma referência para explicação das suas diferenças internas.

Adotando uma espécie de “imperialismo interno”, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo social passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – “classes perigosas” a partir de então – nas palavras de Silvio Romero transformaram-se em “objetos de ciência” (prefácio a Rodrigues, 1933/88).

⁷⁶ TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 199., p. 113-121.

⁷⁷ Ibid, p. 108-111.

Era a partir da ciência que se reconheciam diferenças e se determinavam inferioridades.⁷⁸

Muitos intelectuais brasileiros estavam abertos, nesse momento, às influências de autores como Spencer, Darwin, Ranke, Ratzel, Comte, Taine, Renan e Le Bon.⁷⁹ A leitura desses pensadores europeus fez com que as teorias do evolucionismo social, positivismo, naturalismo, social-darwinismo se difundissem a partir dos anos 1870, “tendo como horizonte de referência o debate sobre os fundamentos de uma cultura nacional em oposição aos legados metropolitanos e à origem colonial”.⁸⁰

Essa adoção de ideias ocorreu, entretanto, de maneira crítica e seletiva⁸¹, uma vez que algumas premissas daquelas teorias não corroboravam as expectativas da geração de 1870, a qual vislumbrava a sua atuação política e intelectual como guia para a elevação do Brasil à categoria de nação civilizada. O movimento intelectual da geração de 1870 foi um fenômeno internacional. Tanto na Europa como na América se apresentou como uma reação “às formas intelectuais e políticas da sociedade tradicional: ao romantismo e ao catolicismo, sobretudo”.⁸²

No Brasil, durante a crise do seu Império, essa geração, composta de sujeitos que não compartilhavam uma mesma origem social, experimentava uma situação de marginalização política e se articulava em prol da reforma do *status quo* usando um conjunto de recursos, dentre os quais um repertório intelectual⁸³. Além da apropriação seletiva de elementos teóricos europeus com os quais criticou a tradição imperial e reinterpretou a história nacional, a geração de 1870 também manteve diálogo com aquela tradição como, por exemplo, a preservação

⁷⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 28.

⁷⁹ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 9 ed. ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 89.

⁸⁰ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Op. cit., p. 28

⁸¹ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁸² ALONSO, Angela. **Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 331.

⁸³ Angela Alonso utiliza o conceito de repertório de Swindler. Este autor considera repertório como um conjunto dos recursos intelectuais disponível numa sociedade num dado período histórico. Não importa a consistência teórica de seus elementos componentes mas que possuam uma orientação geral que permita aos agentes transformá-los em instrumentos de luta numa conjuntura (SALLUN JR, Brasília. Apresentação. In: ALONSO, Angela. Op. cit., p. 18).

de traços românticos, especialmente na oratória e a incorporação da preferência da elite imperial pela reforma em vez de revolução, mantendo a ordem social.⁸⁴

Os elementos desse repertório, que tiveram que ser revistos pela intelectualidade brasileira da época, diziam respeito a uma visão que estabelecia para o Brasil uma imagem de nação em processo de degeneração. Este se dava pelas características de seu meio e da mistura de raças que compunha sua sociedade. Um dos autores europeus que tinham uma perspectiva pessimista quanto ao Brasil foi o inglês Thomas Buckle (1821-1862).

Buckle, adepto da teoria do determinismo climático, dedicou dez páginas de sua obra *História da Civilização na Inglaterra* à discussão da situação brasileira (mesmo sem ter vindo ao Brasil). As suas conclusões indicavam que o homem brasileiro estava condenado à decadência devido a sua abundante natureza local, a qual deixava pouco espaço para o homem e suas obras. Para esse autor, havia no Brasil um “contraste entre a grandiosidade do mundo externo e a pequenez do interno”, o que deixava a mente da população local acovardada e, “sem a ajuda estrangeira”, estaria fadada à regressão.⁸⁵

Quanto ao determinismo racial, os escritos que tiveram grande impacto no Brasil foram os de Artur de Gobineau (1816-1882), José Ingenieros (1877-1925), Louis Couty (1854-1884) e Louis Agassiz (1807-1873). O primeiro, ao contrário de Buckle, visitou o Brasil e, em seu *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1854), asseverou a decadência da civilização como resultado da mistura de sangue e do abastardamento das raças superiores e puras, fundamentos das elites.

A miscigenação estaria colocando em risco as nacionalidades pela introdução de elementos “heterogêneos”, capazes de destruir sua identidade. A incapacidade das raças não-brancas não teria como ser corrigida pela educação. Apenas a mestiçagem poderia elevar intelectualmente as raças inferiores, com o inconveniente de “rebaixar” as etnias superiores participantes da mistura. Ao identificar a civilização à história e às raças brancas, Gobineau se mostra descrente quanto ao futuro dos países latino-americanos, onde os cruzamentos raciais e a degradação dos europeus trariam de modo inevitável, a decadência [...].⁸⁶

⁸⁴ ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002., p. 51-96; p. 332-333.

⁸⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 36.

⁸⁶ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 56.

O sociólogo argentino Ingenieros também teve grande influência sobre a elite brasileira com seu pensamento que defendia a irremediável inferioridade racial dos não-brancos, o qual foi seguido pelo francês Couty. Este, interessado especialmente pelas províncias cafeeiras do Centro do Brasil, colaborou com “reformadores brasileiros, com o visconde de Taunay e outros líderes da Imperial Sociedade para a imigração”. Em 1884, publicou um livro acerca do Brasil sob o título *Ebauches Sociologiques* no qual afirmou que a colonização pelos escravos africanos foi o fator de todos os males do Brasil, indicando que a única solução seria a colonização por homens livres da Europa.⁸⁷

Já Agassiz, que veio ao Brasil em 1865 numa expedição científica, publicou um relato de viagem com sua esposa três anos depois no qual sentenciava a deterioração que passava o país em virtude do amálgama de raças, “mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo”. Isso estaria excluindo as “melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental”.⁸⁸

Todo esse pessimismo propagado por autores reconhecidos internacionalmente, fez com que um dos grandes expoentes da geração de 1870 realizasse uma leitura desse “bando de ideias novas”⁸⁹, como ele chamou aquelas doutrinas deterministas. A fim de, respaldado pelo próprio cientificismo, reverter a imagem negativa do Brasil, vislumbrando um horizonte de expectativa no qual a nação brasileira se tornaria pertencente ao rol das nações civilizadas, o intelectual sergipano Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (1851-1914) propôs alternativas para a saída do seu país daquela degradação tão anunciada.

Em sua *História da literatura brasileira*, publicada em 1888, Romero dedicou o capítulo III do Tomo I à “Filosofia da História de Buckle e o Atraso do Povo Brasileiro”. As assertivas de Buckle sobre o Brasil foram em parte aceitas pelo crítico literário sergipano, recomendando até a sua meditação “por todos os brasileiros”. Mas, se em sentido geral, são verdadeiras, apresentavam “mais de

⁸⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 47.

⁸⁸ Ibid., p. 47-48.

⁸⁹ ROMERO apud GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 93.

uma inexatidão”.⁹⁰ Após discorrer sobre as inexatidões do historiador britânico, Romero considerou:

Buckle é verdadeiro na pintura que faz de nosso atraso, não na determinação dos seus fatores.

Estes, a meu ver, são primários ou naturais, secundários ou étnicos e terciários ou morais. Os principais daqueles vêm a ser o excessivo calor, ajudado pelas secas na maior parte do país; as chuvas torrenciais no valor do Amazonas, além do intensíssimo calor; a falta de grandes vias fluviais nas províncias entre o S. Francisco e o Parnaíba; as febres de mau caráter reinantes na costa. O mais notável dos secundários é a incapacidade relativa das três raças que constituíram a população do país. Os últimos os fatores históricos chamados política, legislação, usos, costumes, que são efeitos que depois atuam também como causas.

[...]

Um país pode possuir um clima melhor que o outro, e ser menos civilizado. Provam o caso a Espanha e a Alemanha. É que para explicar o andar e progresso da civilização de hoje é mister pesar as três categorias de fatores que deixei enumerados.⁹¹

Notamos que Romero, sem desconsiderar o fator meio, elencou a miscigenação como o fator mais importante na sua análise do Brasil. A sua função no interior do seu pensamento revelou-se um grande paradoxo que atravessa toda a sua obra.

[...] Por um lado, o autor acreditou que as nações possuíam uma essência cultural e popular, e a aludida essência brasileira estaria na mestiçagem gerada pela colonização lusitana nos trópicos. Por outro lado, essa “essência morena” deveria embranquecer-se, mas sem romper os vínculos com seu passado histórico fundador. A miscigenação, além de encarnar o passado étnico e cultural do país, tinha um papel a desempenhar no futuro: o de contribuir para o branqueamento da população.

[...]

O autor desautorizou qualquer leitura da realidade brasileira que negasse a importância capital da mestiçagem na formação histórica e cultural do país. A aceitação das teorias da desigualdade das raças não o levou ao desprezo pelas “raças inferiores” e, menos ainda, à percepção da miscigenação como degenerativa, como foi recorrente. Aqui se percebe, em toda a intensidade, a tensão interna de sua obra, entre a autoridade da Ciência que condena a mestiçagem e a militância nacionalista, empenhada em aceitar essa mestiçagem como uma realidade histórica inexorável.⁹²

Essa relação tensa da intelectualidade com aquele ideário cientificizante, como veremos a seguir, também fez parte do pensamento de Lima Barreto. Este estudou as suas bases e não perdeu a oportunidade de, nos seus escritos, assinalar o que considerava negativo desse ideário como também se serviu de algumas de suas premissas para sua produção literária.

⁹⁰ ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Organização: Luiz Antonio Barreto. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju: UFS, 2001 (Edição comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Sílvio Romero), p. 85

⁹¹ Ibid., p. 88-89.

⁹² SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 74-75.

1.3.2 Lima Barreto e o “bando de ideias novas”

“[...] Um dos traços do meu espírito é a curiosidade pelas criações humanas. Não se me dá que sejam verdadeiras; o principal, para o meu espírito, é o esforço da inteligência que elas representam e que eu amo. Leio-as, compreendo-as até o ponto que quero, depois fecho livros – certo de que o mundo continua ainda...”

(Lima Barreto, 1905)

Essa busca de Lima Barreto pela compreensão do esforço de muitos pensadores em explicar a realidade já estava presente naqueles seus primeiros projetos de estudo registrados em 1903. Após traçar o seu objetivo de escrever a “História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade” e anotar algumas considerações sobre seu cotidiano, o jovem Lima elaborou um programa de estudos filosóficos.

Intitulado “Curso de filosofia feito por Afonso Henriques de Lima Barreto para Afonso Henriques de Lima Barreto”, tinha como referências “artigos da *Grande Encyclopédie Française Du Siècle XIX^{ème}*, outros dicionários e livros fáceis de se obter”. O curso, tão personalizado, seria conduzido

[...] segundo a história do pensamento filosófico, devendo cada época ser representada pela opinião dos seus notáveis filósofos. Na passagem de uma época para outra, constituirá o grande objetivo do curso estabelecer a ligação dos dois pensamentos, as suas modificações e o que se eliminou de um e porque essa eliminação foi feita, assim com as reações na ciência e na arte.⁹³

Delimitado o objetivo do curso, Lima enumerou as suas partes e respectivos conteúdos. Em seguida, fez anotações sobre a primeira parte do programa que dizia respeito ao objeto da Filosofia, baseado num artigo do filósofo francês e professor da Universidade de Sorbonne Victor Delbos (1862-1916).

⁹³ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 35.

[...] O que define uma ciência não é o objeto que ela considera, é o ponto de vista em que ele o considera. Se se propõe definir uma ciência pelo seu objeto, é preciso dizer-se que esse objeto não é tal qual existe nas coisas, mas tal qual ele é para a ciência. A ciência vem a ser, portanto, um ponto de vista sobre as coisas. Segue-se daí, que, sendo as ciências extensivas sobre as coisas, a filosofia a bom título pode constituir um conhecimento [...]. A unidade relativa das ciências, a conexão entre a inteligência e as coisas, a natureza dos princípios científicos, a validade deles, a legitimidade e ilegitimidade das interrogações que apõem às ciências, e que, às vezes, são postas por elas mesmas nem respondendo à solução, constituem o objeto da filosofia, donde partirá uma concepção rígida das coisas e da vida, e da sua harmonia geral.
É mais ou menos o artigo de Víctor Delbos.⁹⁴

Mais adiante acerca do método filosófico, destacou:

[...] Usa abstração, da determinação, da síntese e da indução e da dedução. Mas, mesmo assim, o seu método possui caracteres específicos, tanto mais que o filósofo sabe que, além de tais processos de chegar à verdade, a inteligência possui outros que o cientista não admite nem emprega, o sentimento, a intuição.⁹⁵

As escolhas de Lima para a montagem de seu curso sinalizam uma posição oposta aos ditames deterministas e evolucionistas do cientificismo predominante na época em que realizava esses estudos. Não temos nesses trechos destacados de seu curso referências a um determinado aspecto pelo qual seria conduzido o pensamento filosófico num sentido progressivo e cumulativo. A sua preocupação é compreender como se dão as mudanças no pensamento filosófico, o que não implicava o abandono absoluto de conhecimentos de gerações anteriores. Notamos nessas anotações, um Lima atento tanto às mudanças quanto às permanências no pensamento filosófico ao longo tempo.

O autor assumiu, nesse programa de estudos filosóficos, uma perspectiva histórica, contrariando a visão cientificista pela qual a compreensão da realidade era reduzida a suas leis, conceitos e informações objetivas. O seu desejo de, durante desse estudo, perceber os motivos que levaram certos pensamentos a serem eliminados, esquecidos e outros alçados, numa dada época, a referência para a explicação da realidade, traz uma evidência importante para o entendimento da forma como Lima desnaturaliza a concepção de ciência como único conhecimento possível para o avanço da sociedade.

Uma perspectiva que foi se aguçando no decorrer do desenvolvimento de sua escrita. Sevcenko, analisando alguns aspectos da linguagem de Lima

⁹⁴ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 37-38.

⁹⁵ Ibid., p. 38.

Barreto, percebeu a presença de registros históricos que o autor entremeia em seus escritos. Ao lado de uma aguçada precisão cronológica, Sevcenko identificou em Lima também uma visão “relativista, ética e voluntarista”.⁹⁶

[...] Essa perspectiva peculiar revela também a partir de suas discussões sobre filosofia da história. Lima Barreto possuía uma visão extremamente clara dos limites e das propriedades do saber humano, em particular do grande mito de seu tempo – a ciência. Sua compreensão do processo de conhecimento revela um fundo de kantismo, talvez traduzido de Schopenhauer, de quem era leitor assíduo, que compreende todo o saber como mera representação subjetiva da consciência. Resulta daí um relativismo definitivo, que rejeita a priori qualquer interpretação determinista ou naturalista, de base animista, que pretenda descortinar no comportamento humano ou nos processos históricos a ação de leis naturais imponderáveis. [...].⁹⁷

Nesse sentido, o olhar de Barreto estaria voltado para as ressonâncias do pensamento cientificista na construção de interpretações sobre a realidade brasileira. Segundo Schwarcz, a literatura, a propósito, teve um papel significativo para a entrada da moda cientificista no Brasil.

[...] os romances naturalistas da época fariam larga utilização e divulgação dos modelos científicos deterministas. Essa é a época em que “a ciência serve de rótulo ao literato” [...], o qual toma mais e mais exterioridade do pensamento científico a fim de garantir uma suposta “objetividade literária”. Com efeito, a moda cientificista entra no país por meio da literatura e não da ciência diretamente. As personagens serão condicionadas pelas máximas deterministas, os enredos terão seu conteúdo determinado pelos princípios de Darwin e Spencer, ou pelas conclusões pessimistas das teorias científicas raciais da época: Lenita, heroína de *A carne*, será descrita como “um Hebert Spencer de saias” (Ribeiro, 1888:67); o naturalista Hartt é citado em *O Ateneu* (Pompeia, 1888); e a obra *A esfinge* termina com um discurso que nada acrescenta ao romance central, já que é, antes, um tratado sobre a “concorrência e a luta pela correção de uma imperfeição natural” da nação (Peixoto, 1911:473). Com efeito, modelos e teorias ganhavam larga divulgação por meio de heróis e enredos dessa literatura, que pareciam guardar mais respeito às máximas científicas evolutivas do que à imaginação do autor.⁹⁸

Aquela versão incompleta de *Clara dos Anjos* (1904) nos remete, em certos trechos, a um Lima Barreto ensaiando uma literatura que justamente apontaria a circulação daquelas ideias cientificistas no Brasil da virada do século XIX para o XX. Em vez de tomar as máximas cientificistas como constituintes de seu enredo, divulgando-as como os literatos naturalistas, Lima procurou incitar uma reflexão no seu leitor acerca de como aquele ideário repercutiria na forma de se pensar a

⁹⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 193.

⁹⁷ Ibid, p. loc.cit.

⁹⁸ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 32.

sociedade brasileira. Encontramos no capítulo II, diálogos entre um médico, um engenheiro e um advogado que nos direcionam para esse raciocínio.

Esses sujeitos, naquele contexto em que se tentava criar uma imagem moderna para o Brasil, eram vistos como “categorias de doutores responsáveis pelo progresso” do país.⁹⁹ Dentre os temas sobre os quais versavam aqueles personagens representantes da civilização no país estava o do higienismo, especificamente discutiam sobre a identificação de possíveis doenças entre futuros casais.

A conversa se dava na residência do Alves da Silva. Um de seus convidados, o bacharel em Direito, doutor Alfredo retrucou o pensamento do anfitrião que considerava, a fim de evitar a surpresa de possíveis doenças, que o pai da moça fizesse uma pesquisa da “limpeza da família do noivo”, descobrindo seus costumes íntimos.¹⁰⁰ Para Alfredo, isso era fácil de ser burlado.

O “remédio” para isso, seria estatuir uma legislação que obrigasse os noivos a “apresentarem certidões comprobativas de que não estão afetados de moléstias transmissíveis”, o que foi considerado plausível pelo médico, o doutor Gomensoro. Já Boaventura, engenheiro positivista caracterizado pelo narrador como de “conversa desagradável” e “espírito rígido” falando “por dogmas”¹⁰¹, via na proposta uma exorbitância do Estado e, que, “na época de transição em que estávamos”, aquela verificação deveria ser feita pelas famílias.¹⁰²

Percebemos nesse início do diálogo, as marcas do momento em que Lima escrevia esse texto, pois ainda se discutia as ações do Estado que promoveram a vacinação obrigatória contra a varíola com a invasão de residências das camadas populares, culminando com a chamada Revolta da Vacina. Lima já se mostrava atento nessa época à entrada do ideário cientificista na cidade do Rio de Janeiro que se fazia sentir “diretamente a partir da adoção de grandes programas de higienização e saneamento”. Estes tratavam de “trazer uma nova racionalidade

⁹⁹ GUEDES, Amadeu da Silva. **Diálogos de Lima Barreto com o cientificismo em Os Bruzundangas e O Subterrâneo do Morro do Castelo**. Orientador: Luis Filipe Ribeiro. 2012. 252 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 117.

¹⁰⁰ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 242-243.

¹⁰¹ Ibid., p. 241.

¹⁰² Ibid., p. 243.

científica para os abarrotados centros urbanos” e implementar projetos de cunho eugênico que pretendiam eliminar a doença, separar a loucura e a pobreza”.¹⁰³

Retornando à conversa, a discussão se acalora. Boaventura afirma que quando atingisse “o regime normal, em plena sociocracia¹⁰⁴ – então sim! – a situação regular-se-ia perfeitamente com os “casamentos castos”.¹⁰⁵ Essa opinião gerou uma grande gargalhada dos ouvintes e o doutor Gomensoro questiona o positivista se, “enquanto não vem essa época normal”, o governo teria que permitir “esse contínuo apodrecimento da raça”.¹⁰⁶ Boaventura, por sua vez, discorre sobre o papel do Estado, defendendo a sua incumbência, para manter a ordem, de garantir plenamente a propriedade.

Como o tempo da narrativa criada por Barreto estava situado num período anterior à abolição da escravidão, a defesa da propriedade pelo Estado apresentada por Boaventura fez com que Alfredo o indagasse, então, se ele concluiria, pelo seu pensamento, que a escravidão deveria ser mantida. O positivista, seguindo as máximas de sua filosofia, apontou a continuidade da escravidão no Brasil como um retrocesso e arrematou:

- Não sou abolicionista nem escravocrata, como não sou nem a favor ou nem contra os eclipses. Os acontecimentos sociais regidos como quaisquer outros por leis invariáveis, desvendados pelo maior dos filósofos de sempre, realizam-se independentemente da nossa vontade. É em vão querer ou não querer, respondeu o alferes.¹⁰⁷

Boaventura desconsidera as razões econômicas, sociais, políticas e culturais que ainda mantinham a escravidão no Brasil para defender um pensamento filosófico elaborado num contexto europeu. O positivismo desse personagem enquadrava a realidade nacional numa linha evolutiva. Desse modo, inexoravelmente, a escravidão pertencia a um estágio da civilização brasileira que estava por ser superada pela chegada do seguinte que era superior.

Esse pensamento não oferecia uma explicação plausível para as situações vivenciadas pelos negros brasileiros. Algo que o narrador barretiano já salientava ao

¹⁰³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 34.

¹⁰⁴ Segundo o filósofo positivista Auguste Comte, a sociocracia seria um sistema de governo baseado nas decisões tomadas a partir da opinião de indivíduos iguais integrantes de uma estrutura organizacional semelhante a um organismo vivo. Para maiores detalhes, Cf. GIANNOTI, José Arthur (org.). **Comte**. Traduções: José Arthur Giannoti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os pensadores).

¹⁰⁵ BARRETO, Lima. **Diário íntimo: memórias**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 243.

¹⁰⁶ Ibid., p. 244.

¹⁰⁷ Ibid, p. 245.

apresentar, em linhas anteriores, aquelas recordações de Manoel dos Anjos da sua experiência na Guerra do Paraguai e o tratamento de Alves da Silva dado a sua escrava velha. Lima, ao elaborar essas cenas nessa primeira versão de *Clara dos Anjos*, representou como o negro (Manoel dos Anjos), mesmo sendo um soldado brasileiro, sofreu discriminação racial de um outro soldado aliado (um uruguaio). Já na segunda cena, o suposto abolicionista Alves da Silva, declamador de poema de Castro Alves, trata sua escrava velha de maneira extremamente rude e autoritária.

Por essas cenas, o autor representa um dos grandes empecilhos para a inserção do negro no Brasil mesmo com uma possível abolição da escravidão: a persistência do preconceito racial e do autoritarismo. Estes criaram raízes na sociedade brasileira desde o período colonial e durante os mais de três séculos de escravismo e não seriam extirpados do país por uma mera aplicação de pressupostos filosóficos elaborados em outro contexto sociocultural.

Em um outro diálogo criado por Lima nesse mesmo romance, também fica clara a intenção do autor em apresentar os limites das ideias que circulavam na época e como elas afetavam as práticas sociais de muitos sujeitos em relação à população negra. Num encontro entre o médico Gomensoro e o advogado Alfredo na rua e depois numa viagem de bonde, esses personagens começam a conversar sobre a validade do pensamento de Boaventura, expresso no diálogo acima. Após uma parada inesperada do bonde devido a um caminhão que estava descarregando uns fardos numa loja e fechando a sua passagem, o bacharel em Direito, irritado com a situação, começa a criticar a cidade: “[...] Uma cidade feia, suja, esburacada, sem estética, sem parques. Um relaxamento... maldita colônia...”¹⁰⁸

Diante do silêncio e constrangimento do médico, esbraveja: “- Sabe o que nos matou?” Como o médico não soube responder, disse-lhe, categoricamente: “- Foi o negro”. A partir disso, tenta explicar a “teoria dos árias” a Gomensoro e este diz apenas que aquela é uma hipótese. Ainda mais enervado, Alfredo afirma que a teoria era uma “conquista da ciência”. Segundo o bacharel em Direito, as migrações sucessivas de uma raça surgida na Ásia Central e denominada de ária foram como

raios de sol [...] que – emitidos do *plateau* de Bactriana – seguiram vetores e pararam aqui, ali, pela Europa, pela Ásia, ao norte, ao noroeste, a oeste e a sul, com os nomes de lituanos, eslavos, germanos, celtas, gregos, latinos, persas e hindus [...]. O que caracteriza o ária é a capacidade para a

¹⁰⁸ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 252.

civilização. Rapidamente evoluíram e vão ficando senhores do mundo. [...] ¹⁰⁹

O doutor Gomensoro, depois de tão detalhada explicação da teoria dos árias¹¹⁰, exclamou: “- Bonito!”. E o doutor Alfredo continuou: “- Do grego-latino [...], do iraniano e do ramo hindu surgiram civilizações poderosas, o que...” O médico o rebate, questionando se dos lituanos, eslavos, germanos e celtas, também citados na lista acima dos seguidores dos raios de sol dos árias, não poderiam surgir civilizações como aquelas.¹¹¹ A partir disso, Alfredo começa a se atrapalhar na contra-argumentação, deixando o caminho livre para mais questionamentos de Gomensoro.

O mesmo interrompe o debate e resolve abordar um passageiro para lhe perguntar sobre sua saúde. Com uma postura tão determinista quanto a do seu colega Alfredo ao defender a “teoria dos árias”, baseado apenas na observação de suas características físicas e em questionamentos bem superficiais sobre o que sentia aquele sujeito, receita um medicamento: “[...] Tome Quinino [...]”.

“- É um caso de paludismo hereditário, perfeito, tachado. Aquelas “orelhas de abano” não negam. O doutor Polyenesky, de Varsóvia, verificou seiscentos e vinte e sete casos idênticos na Bessarábia, e eu...”¹¹² Finda a viagem, cada um segue para seus compromissos profissionais e suas limitações e contradições de pensamento.

Essa postura crítica de Lima Barreto frente o cientificismo continuou em seus diversos escritos ao longo de sua trajetória. No prefácio do seu primeiro romance publicado, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, temos uma “resposta” de Lima ao modo como o racismo era discutido e assimilado pela intelectualidade brasileira. Nesse texto, datado de 12 de julho de 1905, como se fosse o humilde escrivão da coletoria do Espírito Santo, apontou o motivo da escrita de suas recordações da época em que viveu no Rio de Janeiro:

Eu me lembrei de escrever estas recordações, há dois anos, quando, um dia, por acaso, agarrei um fascículo de uma revista nacional, esquecida sobre o sofá de minha sala humilde, pelo promotor da comarca.

¹⁰⁹ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, 254.

¹¹⁰ Lima Barreto faz alusão ao arianismo. O termo raça ariana foi utilizado pela primeira vez pelo racista francês conde Arthur de Gobineau (1806-1882) que, baseado na teoria de Friedrich von Shlegel, assegurava a existência de um povo antigo, os ariannos, originários da Ásia central. Esse povo migrou para o sul e para o oeste, atingindo a Europa e alguns territórios hoje pertencentes ao Afeganistão, à Índia e ao Irã. Para Gobineau, todos os povos que descenderam dos arianos constituem uma “raça pura” e superior às demais.

¹¹¹ BARRETO, Lima. **Op.cit.**, p. 254-255.

¹¹² *Ibid*, p. 256.

Nela um dos seus colaboradores fazia multiplicadas considerações desfavoráveis à natureza da inteligência das pessoas do meu nascimento, notando a sua brilhante pujança nas primeiras idades, desmentida mais tarde, na madureza, com a fraqueza dos produtos, quando os havia, ou regra em regra geral, pela ausência deles.

Li-o a primeira vez com ódio, tive desejo de rasgar as páginas e escrever algumas verrinas contra o autor.

Considerarei melhor e vi que verrinas nada adiantam, não destroem; se, acaso, conseguem afugentar, magoar o adversário, os argumentos deste ficam vivos, de pé.

O melhor pensei, seria opor argumentos a argumentos, pois se uns não destruíssem o outro, ficariam ambos face a face, à mão de adeptos de um e de outro partido.¹¹³

Passou, em seguida, a relembrar sua vida desde o nascimento até a mocidade, chegando a concordar com o “autor do escrito”, objeto de sua crítica. Contudo, ao analisar mais detidamente os fatos de seu passado (em muitos aspectos, estes eram parecidos com os da trajetória do próprio Lima Barreto), conclui que, quando se dispunha “a tomar na vida o lugar que parecia de” seu “dever ocupar”, encontrava “hostilidade, estúpida má vontade” lhe vinha ao encontro, levando-o ao abatimento e à vontade de fuga de toda “aquela soma de ideias e crenças” que o alentaram na sua “adolescência e puerícia”.¹¹⁴

E foram tantos os casos dos quais essa minha conclusão ressaltava, que resolvi narrar trechos de minha vida, sem reservas, nem perifrases, para de algum modo mostrar ao tal autor do artigo, que, sendo verdadeiras as suas observações, a sentença geral que tirava, não estava em nós, na nossa carne e no nosso sangue, mas fora de nós, *na sociedade que nos cercava*¹¹⁵, as causas de tão feios fins de tão belos começos.

Com isso, não foi minha tenção fazer obra d’arte, romance, embora aquele Taine [...] dissesse que a obra d’arte tem por fim dizer aquilo que os simples fatos não dizem.

[...] é meu propósito [...] fazer [...] uma defesa a acusações deduzidas superficialmente de aparências cuja essência explicadora, as mais das vezes, está na sociedade e não no indivíduo desprovido de tudo, de família, de afetos, de simpatias, de fortuna, isolado contra inimigos que o rodeiam, armados da velocidade da bala e da insídia do veneno.¹¹⁶

Vemos, nesse prefácio, Lima estabelecendo a forma que considerava eficaz de debates entre os intelectuais e o critério mais apropriado para a análise da situação dos negros na sociedade brasileira. Seus argumentos podem ser considerados uma crítica aos intelectuais “intoxicados” pela perspectiva científicizante com sua apropriação de modelos deterministas e evolucionistas.

Quando propôs que “verrinhas nada adiantam” e a melhor forma seria “opor argumentos a argumentos”, Lima faz alusão aos debates entre Silvio Romero,

¹¹³ BARRETO, Lima. **Recordações do escrívão Isaías Caminha**. Erichim: EDELBRA, [2000?], p. 9.

¹¹⁴ Ibid., p. 10.

¹¹⁵ Grifo nosso.

¹¹⁶ BARRETO, Lima.op.cit, p. 10-11.

Araripe Júnior e Manoel Bomfim iniciados em fins do século XIX. O primeiro teve destaque nesse momento, trazendo para a crítica literária o racismo como base norteadora e travando polêmicas com os outros dois. Essas apresentavam, muitas vezes, caráter personalista, chegando ao ponto de por em xeque a honra e a capacidade intelectual dos envolvidos.¹¹⁷

Lima sugeriu a exposição dos argumentos em disputa, trazendo a possibilidade da escolha pelo público das diversas explicações para a realidade daquele momento. A sua escolha foi bem explícita naquele prefácio. Ao contrário dos racistas, o motivo dos negros não alcançarem uma posição de destaque, mesmo apresentando requisitos para isso, não deveria ser buscado numa inferioridade definida a priori, mas nas relações sociais historicamente estabelecidas.

Essa discussão foi levada adiante por Lima Barreto, tentando, inclusive, mantê-la também com a intelectualidade internacional. Entre seus manuscritos, há uma minuta de uma carta enviada ao sociólogo francês Célestin Bouglé de 1906. Não sabemos se realmente foi enviada, ficando o autor com uma cópia, ou se o autor desistiu da empreitada. O seu conteúdo, entretanto, sinaliza o prosseguimento dos embates barretianos frente à forma negativa pela qual os negros eram vistos pela perspectiva racista.

A missiva foi escrita em virtude da leitura que realizara da obra de Bouglé intitulada *La Démocratie devant la Science*. Nessa carta, Lima afirma que o sociólogo “está a par das coisas da Índia e pouco sobre os mulatos do Brasil”, citando, para fortalecer seu argumento, nomes de mulatos brasileiros que se destacaram na literatura, música, jornalismo entre outras áreas, concluindo:

Se desejar informações mais desenvolvidas, poderei fornecer-lhe em outra carta. Peço-lhe desculpas de me exprimir mal em sua bela língua, coisa que me impus a mim mesmo para apontar certos juízos falsos com que o mundo civilizado envolve os homens de cor.

Espero, Senhor Bouglé, que o senhor saiba perceber nesta carta um desejo muito puro de verdade e justiça, que sai de uma pequena alma sofredora.¹¹⁸

Lima Barreto, que no início da carta se apresenta como mulato e literato, “tendo estudado na Escola Politécnica do Rio”, novamente busca, a partir da realidade concreta, demonstrar o equívoco em se considerar “os homens de cor” como inferiores. Essas críticas barretianas ao pensamento racista partia de um

¹¹⁷ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, passim.

¹¹⁸ BARRETO, **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p. p.158.

intenso estudo de seus principais autores. Entre os diversos volumes existentes na sua “Limana”, como ele denominava sua biblioteca na Vila Quilombo, havia um vasto acervo das obras dos teóricos do determinismo racial.

Por isso guardava volumes de G. Le Bon, Haechel, Buckle, Topinard, Gobineau, Morel, e Théodule Ribot, autor de *L'Hérédité psychologique*, tema que preocupava muito o escritor. Obras de divulgação de Darwin, *Névrose*, Morel, *Determinismo y responsabilidad*, Hamon, e *Le Préjugé des races*, de J. Finot, também faziam parte do acervo.¹¹⁹

Não era de surpreender que, diante do desejo de conhecer para combater essas teorias, Lima tivesse também na sua biblioteca textos de João Batista de Lacerda (1846-1915). De autoria desse sujeito, que foi diretor do Museu Nacional por longo tempo e um dos intelectuais brasileiros mais conhecidos a defender a tese do branqueamento da nação brasileira, havia na Limana um livro intitulado *Fastos do Museu Nacional* e uma réplica do discurso *Sur Les Métis au Brésil* (Sobre os mestiços do Brasil), proferido no Congresso Universal de Raças.¹²⁰

Esse foi o documento oficial apresentado pelo governo brasileiro, único país da América do Sul convidado a participar desse evento, realizado na cidade de Londres no ano de 1911 cujas conferências e discussões estavam fundamentadas no determinismo racial. Essa participação era significativa por, naquele momento, o país ser considerado “um laboratório racial”¹²¹ e o seu representante, Lacerda, fazer um discurso que valorizava o mestiço “sem questionar o pressuposto da inferioridade dos não-brancos”.¹²² Desse modo, assim como Sílvio Romero, Lacerda defendeu o branqueamento da população pela miscigenação, prevendo um período ainda mais breve que o sergipano para isso: em um século apenas. Ou seja, Lacerda apresentava uma saída autóctone para questão étnica que era a fusão para promover a extinção das raças consideradas inferiores.

Notamos como Lima Barreto fazia parte de um pequeno grupo de intelectuais contrário àquelas ideias e preocupado com a imagem que se construía do Brasil no exterior. “Até 1910 apenas intelectuais isolados, como Araripe Júnior, Manuel Quirino e Manoel Bomfim, criticaram as concepções racistas, atacadas tanto em sua base científica, quanto em termos ideológicos”.¹²³ Manoel Bomfim (1868-1932), por

¹¹⁹ SCHWARCZ, Lília. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 320.

¹²⁰ *Ibid.*, loc.cit.

¹²¹ *Ibid.*, p. 322.

¹²² VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 63.

¹²³ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 62.

exemplo, escreveu uma obra intitulada *A América Latina: males de origem*, publicada em 1905. Nesta, Bomfim procurou demonstrar os motivos do atraso da América em relação à Europa.

Não há registro que indique um contato direto de Lima com esse autor. Contudo, numa carta enviada a Antonio Noronha Santos com data de 26/06/1916, Lima afirma que, durante sua estadia em Ouro Fino a convite de Emílio Alvim, leu, na biblioteca deste, “autores que pouco lemos, mas que merecem ser lidos”.¹²⁴ Entre esses autores estava Bomfim. Como até aquele momento, Bomfim tinha publicado apenas *A América Latina* como obra que discutia de maneira crítica o pensamento racista¹²⁵, possivelmente a leitura a que Lima se refere e recomenda tenha sido esse trabalho.

Nessa obra, Bomfim, apesar do uso de termos retirados da Biologia, refutou o emprego de teorias relacionadas ao estudo dos organismos biológicos na análise da sociedade.

Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse vezo de assimilar, em tudo e pata tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade, não consiste em considerar as sociedades – digamos os grupos sociais – como organismos vivos, sujeitos, por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos. Em suma, não é o conceito que é condenável, e sim a estreiteza de vistas com que aplicam à crítica dos fatos sociais, mais complexos, sem dúvida, que os fatos biológicos, pois dependem das leis biológicas, e ainda das leis sociais, peculiares a ele. [...].¹²⁶

Diante disso, Bomfim argumenta que a causa do atraso da América em relação à Europa “é toda de ordem política; ela deriva exclusivamente das condições históricas da colonização”. Ele procura também examinar o argumento de alguns sociólogos que justificam a inferioridade das nações sul-americanas pelo cruzamento racial aí ocorrido. Bomfim se mostra contrário a essa justificativa, utilizando-se do trabalho de Darwin pelo qual o estado de degradação em que se encontram os mestiços “tem causa moral-social”¹²⁷, acrescentando que esse juízo do naturalista

¹²⁴ BARRETO, **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p.105.

¹²⁵ Bomfim escreveu ensaios e artigos publicados em jornais e revistas, mas os livros de sua autoria, após *A América Latina*, foram *Através do Brasil* (em parceria com Olavo Bilac, 1910), *O Brasil na América* (1929), *o Brasil na história* (1930) e *o Brasil nação* (1931).

¹²⁶ BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005 (Edição do Centenário), p. 57.

¹²⁷ *Ibid*, p. 286-290.

seria mais categórico se ele conhecesse, como nós, toda a história das longas misérias e infinitos martírios que, durante gerações e gerações, vieram cultivando e desenvolvendo nesses desgraçados todos os instintos de rancor e ódio, obliterando-lhes as fontes de bondade... [...]. Se Darwin as conhecesse em toda a sua história, nem pensaria em efeitos de cruzamento, e reconheceria que esses mestiços são, hoje, infinitamente melhores do que era de esperar.¹²⁸

Esse autor, referindo-se mais diretamente sobre a teoria das raças, questionou o que vinha a ser esta teoria e como ela se originou. Bomfim procurou explicar que a resposta para aquelas questões era que “tal teoria não passa de um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata, e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes”.¹²⁹

Com esses argumentos, numa época na qual predominava a exaltação de autores estrangeiros que defendiam o racismo dito científico, esse trabalho não teve grande sucesso na época;¹³⁰ mesmo seu autor tendo uma trajetória no Rio de Janeiro como professor e ocupando cargos públicos como o de diretor do Instituto de Educação e secretário da Instrução Pública.¹³¹ Além disso, essa obra e seu autor sofreram ataques do grande polemista Sílvio Romero numa série de 25 artigos no semanário *Os Anais*, depois reunidos no volume *América Latina: análise do livro de igual título do dr. Manoel Bomfim*, publicado em 1906.

Romero, dentre as suas críticas, destacou que Bomfim “resvalaria do terreno da ciência e da imparcialidade para as das paixões e ataques pessoais, ao lançar xingamentos a Gustave le Bon, um dos principais teóricos do racismo” e, utilizando da injúria como meio retórico, referiu-se ao seu conterrâneo como membro de uma corja ou “de um bando de malfeitores do bom senso e bom gosto”.¹³² Já a obra *Recordações do escrivão Isaías Caminha* de Lima, também não obteve uma boa recepção, sendo que muitos periódicos se silenciaram sobre esse texto em virtude de seu autor, iniciante e negro,¹³³ além de desmascarar os bastidores da grande imprensa carioca, trazer, desde seu prefácio, ideias contrárias ao racismo. Como

¹²⁸ BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005 (Edição do Centenário), p. 290.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 268.

¹³⁰ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 131.

¹³¹ RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. *Op. cit.*, p. 13-14.

¹³² VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 146.

¹³³ No último capítulo desta tese, trataremos da recepção dessa obra de Lima Barreto bem como suas respostas a algumas críticas que lhe dirigiram uma parte da intelectualidade da época.

vimos, Lima apresentava um pensamento muito próximo ao de Bomfim acerca da teoria das raças.

No mesmo ano em que escreveu aquele prefácio, Lima, por meio de suas anotações pessoais expressava um pensamento bem crítico em relação ao que a ciência dizia sobre a inferioridade dos negros bem como isso o impactava.

Vai se estendendo, pelo mundo, a noção de que há certas raças superiores e umas inferiores, e que essa inferioridade, longe de ser transitória, é eterna e intrínseca à própria estrutura da raça.

Diz-se ainda mais: que as misturas entre essas raças são um vício social, uma praga e não sei que cousa feia mais.

Tudo isto se diz em nome da ciência e a coberto da autoridade de sábios alemães.

[...]

O que se diz em alemão é verdade transcendente. [...].

E assim a coisa vai se espelhando, graças à fraqueza da crítica das pessoas interessadas, e mais que à fraqueza, à covardia intelectual de que estamos apossados em face aos grandes nomes da Europa. [...].

Os séculos que passaram não tiveram opinião diversa a nosso respeito – é verdade; mas, desprovidos de qualquer base séria, as suas sentenças não ofereciam o mínimo perigo. Era o preconceito; hoje é o conceito.

[...]

É satisfação para minha alma poder oferecer contestação, atirar sarcasmos à soberbia de tais sentenças, que me fazem sofrer desde os quatorze anos.

Oh! A ciência! Eu era menino, [...], quando li, na *Revista Brasileira*, os seus esconjuros, os seus anátemas... Falavam as autorizadas penas do Senhor Domicio da Gama e Oliveira Lima...

Eles me encheram de medo, de timidez, abateram-me [...].

Mas, hoje! Hoje! Já posso alguma coisa e amanhã poderei mais e mais. [...].

É que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo.¹³⁴

Percebemos que Lima, nesses trechos, demonstrava, mais uma vez, a intenção de combater o pensamento hegemônico da intelectualidade de sua época e a sua compreensão de como postulados científicos foram utilizados para manter as desigualdades entre brancos e negros após o fim da escravidão. O peso que Lima sentia dessa ciência sobre homens e mulheres de sua cor deve ter sido reforçado quando das suas duas passagens pelo Hospital Nacional de Alienados nos anos de 1914 e 1919. Durante a segunda, que durou de 25 de dezembro de 1919 a 2 de fevereiro de 1920, Lima escreveu aquele que seria o desdobramento do seu *Diário Íntimo: o Diário do Hospício*.

Os delírios provocados pelo uso excessivo de álcool foram a motivação de suas internações. Assim como fez nas suas anotações que deram origem ao *Diário Íntimo*, publicado pelo empenho do biógrafo Francisco de Assis Barbosa, Lima imprimiu nas páginas em que registrou sua experiência no Hospital uma observação

¹³⁴ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 110-112.

do cotidiano com traços de uma escrita ficcional. Tanto que, paralelamente, ao registro de sua estadia naquela instituição, desenvolveu também um romance, que ficou incompleto, intitulado *Cemitério dos vivos*.

Numa época em que os alcoolizados eram internados juntamente com os alienados bem como submetidos a tratamentos e terapias semelhantes, havia a publicação de artigos que faziam correlações entre a incidência do alcoolismo e a população da “raça africana no Brasil e sua descendência”, afirmações essas que associavam o tal vício, por sua vez, à hereditariedade e degeneração entre indivíduos daquela origem. Como exemplo, podemos citar *O Brazil-Medico*, que era uma publicação da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, na qual se afirmava que entre os africanos e seus descendentes havia um “grande dízimo mortuário determinado, quase sempre, pelo alcoolismo e suas consequências”.¹³⁵ Lima, cujo pai há anos sofria com problemas mentais, não se sentia confortável diante dessas correlações.

No seu *Diário do Hospício*, ao observar os outros pacientes e como os médicos tentavam classificá-los, Lima Barreto registrou a seguinte reflexão sobre a busca pela origem da loucura:

[...] Procuram os antecedentes do indivíduo, mas nós temos milhões deles, e, se nos fosse possível conhecê-los todos, ou melhor, ter memória dos seus vícios e hábitos, é bem certo que, nessa população que cada um de nós resume, havia de haver loucos, viciosos, degenerados de toda sorte. De resto, quase nunca os filhos dos loucos são gerados quando eles são loucos; os filhos de alcoólicos, da mesma forma, não o são quando seus pais chegam ao estado agudo do vício e, pelo tempo da geração, bebem como todo mundo. Todas essas explicações da origem da loucura me parecem absolutamente pueris. Todo problema de origem é sempre insolúvel; mas não queria já que determinassem a origem, ou explicação; mas que tratassem e curassem as mais simples formas. Até hoje, tudo tem sido em vão, tudo tem sido experimentado; e os doutores mundanos ainda gritam nas salas diante das moças embasbacadas, mostrando os colos e os brilhantes, que a ciência pode tudo.¹³⁶

Esses embates de Lima Barreto contra os determinismos defendidos pelo cientificismo, contudo, não podem ser vistos como reveladores de uma total imunidade do autor aos seus ditames. Como um sujeito histórico, Lima estava inserido num ambiente social e cultural no qual procurava dialogar com aquelas ideias e teve uma educação formal baseada no pensamento eurocêntrico. Assim como outros intelectuais de sua época, Lima também realizou sua apropriação

¹³⁵ SCHWARCZ, Lília. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 152.

¹³⁶ BARRETO, Lima. **Diário do Hospício e o Cemitério dos vivos**. Organização e notas: Augusto Massi; Murilo Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 55.

daquele “bando de ideias novas”, selecionando tanto o que interessava para seus propósitos literários quanto, ao longo de sua trajetória, revendo algumas doutrinas que lhe chamavam a atenção.

Francisco Barbosa, no primeiro capítulo que compõe a segunda parte de sua biografia de Lima Barreto, analisou a relação do escritor com o positivismo. Barbosa destacou que ainda no ano de 1896, o jovem Lima já debatia, no Colégio Paula Freitas, com outro estudante chamado Carlos Costa, que defendia o positivismo. O biógrafo sinaliza que no ano seguinte, quando Lima começara a viver em pensões, este certamente havia frequentado o Templo da Humanidade, nova sede da Igreja Positivista no Brasil, inaugurada em 1897.¹³⁷

Nesse ano, Teixeira Mendes, “misto de filósofo e apóstolo, iniciara o seu famoso ensino enciclopédico, dedicado especialmente aos “adolescentes de 14 a 21 anos”.¹³⁸ O próprio Lima Barreto, no artigo “Vários autores e várias obras” de 06/12/1920 publicado na *Gazeta de Notícias*, confessa que pelos seus “15 anos e mesmo antes, não tinha a mínima preocupação literária; havia até abandonado o meu Júlio Verne e todo eu era seduzido para o positivismo e coisas correlatas”.¹³⁹

“Além dessa referência direta, em artigo assinado”, Barbosa aponta outras, de forma indireta, em que o romancista trouxe para seus enredos momentos de sua iniciação na doutrina de Comte. A primeira com o protagonista Isaías Caminha do seu primeiro romance publicado (1909) e a segunda por meio de Vicente Mascarenhas, “personagem central do Cemitério dos Vivos”, livro que Lima Barreto deixou inacabado e no qual, talvez mais do que em qualquer outro, são evidentes as reminiscências autobiográficas”.¹⁴⁰

Em 1904, como vimos naqueles diálogos que destacamos da primeira versão de Clara dos Anjos acima, sua postura passou a ser questionadora da validade das recomendações positivistas. Já no *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Barbosa identificou um Lima Barreto furioso com os positivistas brasileiros ao descrever os excessos cometidos por Floriano Peixoto durante a revolta de 1893.

[...] Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do

¹³⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 70.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 70-71.

¹³⁹ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 97.

¹⁴⁰ BARBOSA, Francisco de Assis. **Op.cit.**, p. 71.

regímem normal, a religião da humanidade, a adoração do grão-fetichê, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso, enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados como sapatos de sola de borracha!...

Os positivistas discutiam e citavam teoremas de mecânica para justificar as suas ideias de governo, em tudo semelhantes aos canatos e emirados orientais.¹⁴¹

Entretanto, Barbosa também apontou, já no último ano de sua vida, uma certa reparação por Lima em relação ao positivismo. Esta veio num outro artigo, “Feiras e Mafuás”, publicado na Gazeta de Notícias em 28/07/1921, “não com elogios descabidos mas em crítica perfeitamente razoável”.¹⁴²

Não se pode dizer muito mal do positivismo. Ele trouxe vantagens à nossa cultura e às nossas instituições políticas.

Quanto à cultura, o comtismo republicano, com todos os exageros dogmáticos, mostrou bem que toda aquela que não se baseava no estudo da ciência, tendo por princípio a matemática, era inane e não valia nada.¹⁴³

Nesse trecho, temos que destacar dois pontos representativos da forma como Lima lidava com aquela doutrina. Primeiramente, com seu intuito de ver a sociedade reformada, o positivismo deve ter sido uma pequena chama a iluminar o seu horizonte de expectativa, especialmente na sua juventude. O positivismo, segundo Bosi, teve efeitos salutareos para a sociedade brasileira, constando “algumas iniciativas que, em várias conjunturas, se opuseram ao pesado conformismo social de nossas oligarquias liberais desde o fim do Império até o ocaso da República Velha”. Dentre elas, o autor elenca:

o pensamento antropológico antirracista; a precoce adesão à campanha abolicionista mais radical; a luta pelo estado republicano leigo com a consequente instituição do casamento civil, do registro civil obrigatório e da laicização dos cemitérios; a exigência sempre reiterada da austeridade financeira no trato da coisa pública; enfim, o interesse pela humanização das condições de trabalho operário [...].¹⁴⁴

Sevcenko, ao tratar da obra de Lima Barreto no seu estudo comparativo com Euclides da Cunha, afirma que a crítica do romancista era dirigida “contra cinco correntes políticas difusas e mais ou menos intercambiáveis”: o florianismo, o hermismo, o republicanismo exaltado, o jacobinismo e o positivismo, mas este “como

¹⁴¹ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 256.

¹⁴² BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 74.

¹⁴³ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 385.

¹⁴⁴ BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 280.

corrente política e não como filosofia”.¹⁴⁵ Isso deixa mais clara ainda aquela indignação que Lima expressa, naquele trecho de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, contra os adeptos da doutrina que lançavam mão de seus postulados para justificar sua ação repressiva.

Ao continuarmos a seguir o pensamento de Sevcenko, notamos que este sinaliza outra faceta de Lima que o aproxima de certos aspectos do positivismo. Tanto Lima quanto Euclides apresentavam como nutrientes de suas criações “um alento utópico profundamente otimista, supondo uma eterna elevação material e moral da espécie”.¹⁴⁶ Assim como Comte acreditava que a humanidade evoluiria até o estágio positivo, Lima possuía uma projeção final do tempo em perspectiva. Esta, inserida nos quadros do evolucionismo,

“seria caracterizada por um momento em que, firmada a solidariedade de toda a espécie humana sobre a terra e em comunhão com a natureza, haveria uma libertação contínua da inteligência e sensibilidade coletivas no sentido do aperfeiçoamento moral infinito”.¹⁴⁷

Um segundo ponto daquela última opinião de Lima que podemos destacar é o modo como ele lidava com doutrinas que apontassem um único caminho como válido para explicar a realidade. Já tínhamos notado, desde aquela sua anotação sobre um curso de filosofia que estava planejando para si mesmo, o seu desconforto com a ciência como forma solitária de conhecimento a assegurar a verdade.

A fim de desconstruir esse pensamento predominante naquela época, Lima se utilizava da ironia como recurso para “burlar as prisões dos discursos monofônicos e consequentemente autoritários”.¹⁴⁸ Daí ele ter criado personagens que, em seus diálogos e outras ações vividas nas narrativas, representavam as limitações dos modelos de explicação da realidade presentes no cientificismo, como vimos naqueles trechos da primeira versão de *Clara dos Anjos* e, mais adiante neste trabalho, destacaremos quando abordarmos o seu protagonista mais conhecido, o major Policarpo Quaresma.

O enfoque típico da ciência também marcou presença na localização do foco narrativo utilizado por Barreto. Ao preferir a narrativa em terceira pessoa onisciente

¹⁴⁵ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 204.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 268-269.

¹⁴⁷ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 268.

¹⁴⁸ ALAVARCE, Camila da Silva. **A ironia e suas refrações: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 12.

ou, em alguns casos, primeira pessoa onisciente, a exemplo do *Isaiás Caminha*, do *Gonzaga de Sá* e em grande parte de seus contos, Lima Barreto adotou um modelo de enfoque característico “da literatura realista e naturalista, justamente por estar próxima do padrão de linguagem” utilizado “pelos discursos do conhecimento, como a filosofia, o ensaio e eventualmente parte da própria ciência, notadamente no século XIX [...]”.¹⁴⁹

Com outros objetivos, Lima se serviu do foco narrativo da literatura naturalista que, como assinalamos em linhas anteriores, foi uma das portas de entrada para a moda cientificista no Brasil. O efeito obtido pelo escritor com essa escolha era o de produzir “textos apresentados como narrativas e análises objetivas, permanecendo velada a subjetividade do autor”, o que, por sua vez, era o enfoque também preferido “pela linguagem historiográfica e de forma geral por toda a produção científica” daquele momento.¹⁵⁰ Nesse sentido,

As opções pessoais aparecem [...] como induções determinadas pelo próprio curso da realidade, sendo pois resoluções tão inevitáveis para os personagens como o seriam para os leitores. A adoção desse recurso tornava imediata a identificação entre leitor, obra e público, instigando raciocínios e tomadas de decisão predeterminadas, como as únicas alternativas conseqüentes diante das situações propostas com objetividade. Não era a literatura que reproduzia a realidade, mas a realidade que reproduzia a literatura.¹⁵¹

Lima também se apropriou de um autor francês, pertencente aos quadros do racialismo, que teve grande influência na intelectualidade brasileira: o historiador e crítico literário Hyppolyte Taine (1828-1893). Naquele prefácio de *Recordações do escritor Isaiás Caminha*, ao justificar a sua escrita, Lima a fundamentou com o pensamento de Taine: “[...] não foi minha tenção fazer obra d’arte, romance, embora aquele Taine [...] dissesse que a obra d’arte tem por fim dizer aquilo que os simples fatos não dizem”.

Para Taine, os textos literários não interessavam por si mesmos, mas como documentos acerca da “psicologia de um povo, sobre o estado de espírito de uma sociedade, ou sobre uma situação histórica de uma época”.¹⁵² Essa dimensão social do texto literário presente em Taine atraiu Lima Barreto na sua trajetória de escritor.

¹⁴⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 272.

¹⁵⁰ *Ibid.*, loc.cit.

¹⁵¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 272.

¹⁵² FREITAS, Maria Teresa de. A história na literatura. **Revista de História**, n. 117, 2º semestre 1984. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61352/64287>. Acesso em: 26 mai. 2018, p. 172.

Entre os escritos que produziu acerca dos fins da literatura, temos no “O destino da literatura”¹⁵³, um trecho em que Lima se refere a Taine como “um autor claro, profundo e autorizado”¹⁵⁴, utilizando-se de seu pensamento para esclarecer o caráter da beleza na obra artística.

A Beleza, para Taine, é a manifestação, por meio dos elementos literários, do caráter essencial de uma ideia mais completamente do que ela se acha expressa em fatos reais.

Portanto, ela já não está na forma, no encanto plástico, na proporção e harmonia das partes, como querem os helenizantes de última hora e dentro de cuja concepção muitas vezes não cabem as grandes obras modernas, e, mesmo, algumas antigas.

Não é o caráter extrínseco de obra, mas intrínseco, perante o qual aquele pouco vale. É a substância da obra, não são as suas aparências.¹⁵⁵

Lima encontrou nesse pensamento de Taine uma das bases para fundamentar seu realismo crítico e, na sua “Limana”, havia obras do autor francês que indicam como o escritor carioca estava a par da sua produção - tanto a voltada para a crítica literária quanto a historiográfica. Contudo, Lima se desvencilhou dos elementos deterministas presentes nas teses desse intelectual.¹⁵⁶

Dentro daquela conjuntura de assimilação do instrumental científico como via para a garantia da passagem do país para a modernidade, a intelectualidade brasileira, inspirada nas teorias evolucionistas de Taine em *Histoire de la littérature anglaise* (1863) – umas das obras do autor francês também presente na “Limana” -, procurava definir a brasilidade como resultado do meio físico-geográfico, da raça e do momento. “A nacionalidade era matéria-prima, uma espécie de pedra bruta a ser trabalhada pelo saber científico das elites”.¹⁵⁷

Algo que para Lima Barreto era considerado como temerário, pois, como temos acompanhado de seu pensamento até o momento, via nesse pensamento cientificista um discurso que reforçava a discriminação da população negra. O que pode sinalizar sua opção pela dimensão social da literatura presente na teoria de

¹⁵³ Originalmente, esse texto foi escrito para uma conferência que Lima Barreto iria realizar na cidade de Mirassol em 1921. Lima foi encontrado por Ranulfo Prata e alguns de seus convidados “nos fundos de um botequim, completamente bêbado” naquela cidade, o que anulou a sua apresentação. Contudo, o texto foi publicado ainda em 1921 no periódico carioca *Revista Souza Cruz*. Cf. OAKLEY, Robert. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011, p. 3-4.

¹⁵⁴ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 58.

¹⁵⁵ Ibid., loc.cit.

¹⁵⁶ AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. **Vida literária e desencantos**: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922). Orientadora: Maria de Fátima Fontes Piazza. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 134-137.

¹⁵⁷ WINOCK apud Ibid., p. 136.

Taine e seu silêncio quanto ao seu aspecto racista. Para melhor explorar isso, vale uma maior aproximação dessa vertente do trabalho de Taine.

Nossa hipótese é a de que a escolha desse autor por Lima apresenta mais indícios de sua perspectiva crítica em relação aos intelectuais que se pautavam na noção de raça para compreender a sociedade. Ao contrário de representantes do racismo que tinham uma visão mais naturalista de raça, utilizando-a para justificar hierarquias entre grupos humanos, Taine foi um autor cujo lugar na história do racismo não é fácil situar.

[...] Sua influência é muito grande, mas seus textos consagrados explicitamente à questão das raças se reduzem a algumas páginas. Ademais, há uma discordância perturbadora entre suas explicações programáticas e sua prática. [...] Taine oscila, na verdade, entre duas dimensões da palavra “raça”, uma física e outra cultural, autorizando assim seus discípulos a encontrar em seus escritos argumentos em favor de teses contraditórias.¹⁵⁸

Em relação a sua declaração de princípios, Taine aderiu a um determinismo integral. Na introdução à *Histoire de la littérature anglaise*, o autor expôs os fatores que governam o comportamento humano. Estes eram a raça, o meio e o momento. Para Taine, deve-se levar em consideração tanto “o que o homem traz em si mesmo” quanto “o que lhe é imposto pelo ambiente exterior” bem como “os resultados da interação dessas duas forças”, ou seja, o momento.¹⁵⁹

Este “não é, na verdade, produto de uma época em que se vive, mas da fase de uma evolução interna, própria a cada grupo humano [...]”. Acerca disso, Todorov se interroga: “Mas em que consiste exatamente a contribuição interior, chamada “raça” e, nela, quais são sua natureza e extensão?”¹⁶⁰ Quando Taine tratou especificamente do fator raça, Todorov afirma que o francês pareceu identificar raça e nação. Na prática, as características físicas acabam tendo um papel menor nas análises de Taine. Suas raças, “contrariamente ao que implicavam suas próprias distinções, são nações, entendidas no sentido de “culturas”.¹⁶¹ Já quando se volta para o meio,

Taine enumera entre os fatores mais poderosos que agem sobre os homens: o clima e os elementos geográficos, as circunstâncias políticas e as condições sociais; tomadas em conjunto, essas “situações prolongadas”, essas “circunstâncias englobantes” produzem “os instintos reguladores e as faculdades implantadas em uma raça, em suma, o espírito segundo o qual

¹⁵⁸ TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 166.

¹⁵⁹ TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 166.

¹⁶⁰ Ibid., loc.cit..

¹⁶¹ Ibid., p. 167.

hoje em dia ela pensa e age” (p. XXVI). Não é mais, portanto, a raça que faz a história, mas a história que faz a raça (ou o espírito da nação); e, modificando as instituições ou as formas de vida social, pode-se transformar a raça: tais ações “são para as nações o que a educação, a profissão, a condição, a vivência são para os indivíduos” (p. XXVII) [...].¹⁶²

Notamos como Taine apresenta, nessa parte, um pensamento contrário ao ideário racialista. Isso o afasta do determinismo que o racialismo tomou de empréstimo do cientificismo, levando-o ao extremo. Em contrapartida, opera uma transformação na doutrina racialista na qual se observa uma aproximação do termo “raça” ao de “cultura”.

Temos, então, a indicação de condições naturais e sociais em interação como elementos a serem analisados a fim de se perceber as causas que levariam um povo a determinado estado moral, sendo o texto literário o reflexo dessas condições, permitindo, por sua vez, a percepção de “uma psicologia de um século ou raça”.¹⁶³ Lima, naquele prefácio de *Isaías Caminha*, deu sinais da seleção que fez na teoria do autor francês, uma das grandes referências para a crítica naturalista entre a intelectualidade brasileira.

Lima Barreto optou pela parte do pensamento de Taine que justamente desloca o sentido de raça para cultura e enfatiza as condições sociais como determinantes. Como se fosse o personagem Isaías a justificar a escrita de suas recordações, Lima destacou que os motivos que levaram os negros a uma situação de inferiorização naquele momento deveriam ser buscados na “sociedade que nos cercava”. O desenrolar do enredo do romance se configurou na tentativa do autor em demonstrar como, mesmo tendo uma educação escolar adequada e apresentando qualidades morais e intelectuais, um sujeito descendente de negros não conseguia uma posição favorável na sociedade brasileira, pois era visto pela ótica racialista e racista, que predominava em inícios do século XX, como fadado ao fracasso.

Ainda sobre a relação de Barreto com o pensamento de Taine, podemos apontar uma proximidade entre os seus horizontes de expectativa. Ambos viam nas mudanças das instituições e modos de vida a possibilidade de superação dos efeitos negativos das condições históricas a que estavam submetidas as raças.

¹⁶² TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 168.

¹⁶³ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 87-88.

Essa narrativa da trajetória de experiências sociais, estudos e escritos iniciais de Lima Barreto nos forneceram o conhecimento de parte do modo como o literato carioca foi criando uma imagem de si. Esta estava pautada por uma atitude combativa diante de uma realidade excludente. Para ascender como escritor, diante desse cenário, Lima procurou compreender as bases do pensamento dos outros intelectuais. Seus escritos apresentam um indivíduo inconformado com a forma pela qual o negro era representado na literatura e na historiografia.

No capítulo seguinte desta tese, vamos nos deter na análise dos principais aspectos da escrita da história nacional no início do século XX e da concepção de literatura de Lima Barreto. Ao realizar a comparação entre esses aspectos, pretendemos apresentar o interesse do autor carioca por temas comuns à cultura histórica bem como destacar sua insatisfação com as lacunas que nela identificava e alguns caminhos possíveis sinalizados para reorientá-la.

CAPÍTULO 2 UMA LITERATURA MILITANTE AFRONTANDO A CULTURA HISTÓRICA

No capítulo anterior, percebemos que Lima já apontava nos seus esboços literários algumas críticas e sugestões para a produção historiográfica da época. Do que foi exposto acima, podemos afirmar que Lima via como necessária a ampliação das fontes, incluindo aí a memória oral, e explicitava a dimensão política da escrita da história, principalmente as bases do conhecimento científico que norteavam o pensamento de muitos intelectuais, o qual promovia a exclusão dos negros da narrativa bem como se mostrava distanciado da realidade nacional.

O presente capítulo, por sua vez, retoma alguns dessas características de Lima, adensando-as a fim de apresentar as relações entre a sua concepção de literatura e expectativa quanto ao conhecimento histórico. Desse modo, antes de compreendermos como a literatura produzida por Lima Barreto dialoga com certos temas da cultura histórica brasileira, faremos uma abordagem preliminar sobre algumas discussões que envolviam esse universo cultural.

Nossa abordagem, nesse capítulo, irá se deter, inicialmente, nos aspectos sobre os quais muitos homens de letras, desde fins do século XIX até primeiras duas décadas do XX, se debruçaram para lidar com o passado. Em seguida, veremos características da escrita barretiana que nos permitam observar como o literato se insere nos embates da intelectualidade brasileira que envolviam, principalmente, a questão nacional.

2.1 Como lidar com o passado? Intelectuais brasileiros e uma revisão da História

A visão da ciência como norteadora do conhecimento da realidade também esteve presente no estudo do passado em inícios do século XX no Brasil. Neste período, começava a preponderar uma forma nova de entender a história. A escrita

da história nacional implicava “tomar parte de um debate sobre problemas do momento e das incertezas do futuro, e se inteirar dos avanços científicos da época”.¹

A questão racial, a identidade nacional e o regime republicano foram temas muito presentes nas discussões historiográficas e na literatura naquele princípio de século, assim como povoavam a agenda intelectual do escritor Lima Barreto. A abordagem desses temas foi, metodologicamente, ganhando contornos mais definidos. Mesmo não sendo uma exigência nova, a qualidade da erudição passou a ter um peso maior para os intelectuais que enveredavam pela produção dos estudos históricos.

A pesquisa, em busca da “verdade” sobre o passado, a partir de uma sólida base documental e da neutralidade do historiador ao analisá-la, tornou-se procedimentos fundamentais que eram destacados a fim de validar determinado trabalho histórico. Não podemos, contudo, considerar que as tão reconhecidas objetividade e neutralidade do historiador significassem seu afastamento das questões sociais e políticas de seu presente.

A cientificidade de sua produção deve ser vista como um critério para avaliar a objetividade de sua narrativa e, muitas vezes, esse mesmo critério era utilizado pelos intelectuais no momento de defesa de seus posicionamentos políticos. Além disso, a História enquanto ciência, o progressivo distanciamento de seu objeto de estudo pelo pesquisador e as características de sua narrativa também eram alvo de discussões entre os intelectuais que buscavam enveredar pelas análises do passado nacional.

A escrita da História do Brasil nas primeiras décadas do século XX estava inserida num contexto de mudanças significativas na sociedade brasileira. A busca por referenciais, temas que se ajustassem aos interesses políticos de uma nação havia pouco saída de um regime monárquico e de um sistema escravocrata era recorrente no meio intelectual. Daí o destaque que demos acima quanto às questões racial, nacional e à legitimação da República. Isso estava associado também à conjuntura internacional, a qual trazia uma preocupação com o lugar do Brasil num cenário de disputas entre potências industrializadas, símbolos do progresso no período aqui considerado.

¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 116.

A História, nesse sentido, deveria seguir os padrões da moderna ciência e, ao mesmo tempo, produzir uma tradição que legitimasse as premissas do recente regime republicano.² Ou seja, esperava-se do conhecimento histórico um papel ratificador da República brasileira no concerto das nações consideradas civilizadas.

Esse vínculo entre produção intelectual e política pode ser melhor esclarecido pelo estudo de Angela de Castro Gomes no qual tece comentários acerca da historiografia realizada nas primeiras décadas da República no Brasil:

A concepção de história e o tipo de narrativa histórica que estariam sendo elaborados no período, portanto, decorriam, em parte, das novas exigências políticas desse novo regime. Um regime que precisava se legitimar, produzindo tanto um “passado” no qual pudesse se reconhecer e ser reconhecido, como “futuros” que pudessem ser projetados e nos quais se pudesse acreditar. A Abolição e a República impactaram profundamente o processo de construção da identidade nacional brasileira, até porque apenas depois desses eventos foi possível “imaginar” a existência de uma nação constituída por um “povo”, ou seja, integrada juridicamente por homens livres. A própria eclosão de debates políticos e de uma variada produção intelectual que discutia a existência ou não de um “povo brasileiro”, bem como o que tal presença ou ausência podia significar, aponta para um novo delineamento das questões políticas e culturais trazidas pelo século XX, no que se refere ao processo de construção, não mais apenas do Estado (state-building), mas também da nação (nation-building).³

A narrativa histórica brasileira, diante dessa demanda sociopolítica, procurava estabelecer não só relações de continuidade entre o passado e o presente, mas também produzir um passado que legitimasse o tempo presente, dando-lhe sentido. Essas relações, por sua vez, serviriam de orientação para o encaminhamento de futuros projetos, justificativas para as ações das elites intelectuais e políticas. A busca, então, pela conformação de uma consciência histórica - esta fruto da relação estrutural entre aquelas três dimensões temporais, conforme Rüsen⁴ - era algo almejado.

O impacto social provocado pelo fim da escravidão e a consequente incorporação de uma população negra livre à categoria de cidadão num momento de início de um regime político ávido por referenciais que o legitimassem delineavam o contexto no qual a escrita da história nacional procurava se renovar. Como o racismo foi um instrumento teórico fortemente empregado para justificar

² Cf. DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República**: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Humanitas, 2005. GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

³ GOMES, Angela de Castro. **República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 24.

⁴ RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001, p. 65.

hierarquias no Brasil pós-abolição, os intelectuais que se debruçaram sobre a renovação da narrativa histórica se apropriaram de muitas de suas premissas bem como de outros fundamentos cientificistas.

Buscavam, com isso, torná-la um conhecimento aceitável, segundo o modelo da moderna ciência europeia. A sua produção contribuiria também para a suposta elevação do país ao posto de nação civilizada. Nesse sentido, consideramos pertinente a retomada do pensamento de Angela de Castro Gomes acerca da historiografia do período:

[...] é nesse momento que o debate sobre o caráter científico desse saber/disciplina (a História) cresce, ao mesmo tempo em que ela é considerada um dos índices de “civilização e progresso” de uma nação “moderna”. História, ciência e progresso eram termos correlatos de uma mesma equação, no início do século XX.⁵

Os sujeitos envolvidos nessa discussão apresentavam uma outra característica marcante: a poligrafia. A escrita sobre assuntos que pertenciam a diversas áreas do conhecimento fazia parte de um esforço coletivo, naquele contexto, de criar um saber próprio acerca do Brasil.⁶ Além disso, devemos considerar que naquele princípio de século XX ainda não existia no país cursos de História⁷ e as “distinções disciplinares não eram claras, sendo elas mesmas produto quer de interseções, quer da busca do estabelecimento de fronteiras”.⁸

Diplomatas, professores, advogados, párocos, militares, comerciantes dedicavam-se à escrita da história cuja principal fonte de legitimidade era o trabalho de pesquisa documental.⁹ “Muitas vezes”, inclusive, “os estudos históricos tinham estrita relação com a atividade do seu produtor”, sendo realizados com o objetivo “de municiar o exercício de sua atuação política no país ou no exterior”.¹⁰

⁵ GOMES, Angela de Castro. **República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 24-25.

⁶ SILVA, Roberto Candido da. **O polígrafo interessado**: João Ribeiro e a construção brasilidade. Orientadora: Mirian Dolhnikoff 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 9

⁷ Espaços acadêmicos para curso de História no Brasil apenas surgiriam com a fundação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo em 1934 e, no ano seguinte, do Rio de Janeiro.

⁸ GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 75.

⁹ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 143. p. 24.

¹⁰ GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 77.

O diálogo desses historiadores com um amplo espaço de conhecimento era, então, constante. Escreviam sobre história da geografia ou geografia da história; elaboravam textos acerca da fauna e flora brasileiras; estudavam línguas indígenas; analisavam sob uma perspectiva etnográfica festas populares e religiosas e muitos também se dedicavam à filosofia e à literatura.¹¹ Vale destacar ainda que, nesse universo heterogêneo de intelectuais preocupados com a escrita da história nacional, havia aqueles que, mesmo não escrevendo textos considerados de história (sobre um determinado período do passado com base em análise metódica de documentos), apresentavam uma produção que fomentava a discussão sobre como deveria ser escrita a História do Brasil e sua função sociocultural.

A cultura histórica que então se forjava nesse momento tinha entre seus construtores desde membros do IHGB quanto outros sujeitos envolvidos numa escrita que objetivava conformar uma identidade nacional brasileira, orientando a produção de uma memória voltada para a inserção do país no rol das nações modernas. Esse contexto nos permite que adotemos como concepção de intelectuais a do historiador francês Jean-François Sirinelli. Este os considera como uma categoria socioprofissional de contornos pouco rígidos, produtora e mediadora de interpretações da realidade social de grande valor político.¹²

Para percebermos um pouco a dimensão dessa heterogeneidade de intelectuais e as especificidades das suas escolhas ao tratar a cientificidade da História, os fins da sua narrativa bem como suas aproximações com a narrativa literária, abordaremos o pensamento de alguns deles que tiveram grande influência no cenário cultural brasileiro de fins do século XIX até princípios do XX. Um primeiro a ser destacado é Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921) que foi membro do IHGB, jurista e professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Já o seu trabalho que nos interessa é uma monografia que justamente o credenciou a fazer parte do quadro dos sócios correspondentes do IHGB.

“Reflexões sobre o conceito da História” foi publicado na Revista do IHGB em 1908, mas, segundo a nota que o precede, havia aparecido “alhures”. A comissão de redação da revista pretendia permitir “a sua leitura aos que ainda não puderam apreciar as esclarecidas considerações sobre o conceito de História e aos que

¹¹ GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996, p. 75-76.

¹² SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; FGV, 1996, p. 242-243.

desejarem de pronto relê-las”. Esse trabalho com outro título e intenção já havia aparecido em 1900. “É a História uma ciência?” foi o título presente na capa do volume publicado isoladamente e seguido do esclarecimento: “O estudo reproduzido nesse opúsculo foi escrito e publicado como introdução à *História da Civilização na Inglaterra* de Buckle, traduzida para o vernáculo pelo Sr. Adolfo J. A. Melcher”.¹³

Esse trabalho pode ser inserido no círculo de discussões dentro do IHGB acerca da continuidade de seus sócios em desempenhar apenas a função de meros registradores de episódios do passado nacional ou se deveriam propor ações mais abrangentes, buscando “encadear os acontecimentos, confeccionar uma síntese do passado e dele extrair uma ou mais leis”.¹⁴ Lessa, nesse sentido, foi além das reflexões dos outros sócios, as quais estavam limitadas a discursos e rápidas alusões em artigos.

“Reflexões sobre o conceito de História” teve como principal referência justamente a obra acima destacada do historiador inglês Buckle, a qual buscava demonstrar a cientificidade da História e também um dos textos fundamentais para as discussões de outro grande nome da intelectualidade brasileira no período que foi Romero, como visto no capítulo anterior. A própria comissão de admissão que aprovou esse trabalho de Lessa o qualificou de “erudito, patriótico e repositório precioso de fatos”.¹⁵

Nesse texto, Pedro Lessa afirmou que a história não é uma ciência, discordando de Buckle. Este acreditava ser possível a história se tornar uma ciência, considerando-a fundada numa doutrina na qual a natureza tinha centralidade. Lessa até ia ao encontro do pensamento do historiador inglês quanto à assertiva de que da influência recíproca entre o homem e a natureza “devem necessariamente decorrer todos os acontecimentos”.¹⁶ Contudo, o historiador brasileiro considerava que as generalizações do inglês não se traduziam em leis históricas.

A concepção de ciência de Lessa, baseada no paradigma das ciências naturais, entendia que o mundo, o físico e o social, é regulado por leis. Fundamentando-se nas afirmações de Stuart Mill, Lessa considerava que as leis que

¹³ GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 31-32.

¹⁴ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 114.

¹⁵ GOMES, Angela de Castro. Op.cit., p. 32.

¹⁶ Ibid., p. 41.

formam o conteúdo de uma ciência se constituíam em relações constantes de sucessão e semelhança entre os fatos. Diante disso, questionava quais seriam as relações constantes de sucessão, de semelhança ou de uniformidade que a História poderia nos oferecer.¹⁷ Os fenômenos históricos eram vistos pelo jurista como de extrema complexidade, sendo que “a causa de um fato poderia ser um conjunto especial e único de fatores ou circunstâncias que não se repetiu nem viria a se repetir”.¹⁸

Daí a impossibilidade de produção de generalizações pela história e, conseqüentemente, a recusa de Lessa em vê-la como uma ciência. A função da história seria, então, a de “coligir e classificar metodicamente os fatos para ministrar os materiais que serviriam de base às induções da ciência social fundamental e das ciências sociais especiais”.¹⁹ A execução de tal função deveria ser orientada pelas operações de busca, seleção e ordenamento de documentos, os quais, por sua vez passariam pela crítica interna.

Lessa, portanto, baseava-se na leitura de historiadores alemães e franceses que, a partir da década de 1880, contribuíram para a conformação da conhecida história metódica. O autor também apresentou nesse texto objeções a certas prerrogativas das filosofias da história. Na última parte do ensaio, intitulada “O conceito real de história”, Lessa afirmou:

Em verdade, que é a filosofia da história? A doutrina que pretende ensinar-nos as leis que presidem a evolução da humanidade. A darmos crédito aos filósofos da história, a sua teoria abrange o curso inteiro da história do gênero humano. Eles nutrem a pretensão de determinar de onde veio a humanidade, e qual a direção que há de seguir no futuro.²⁰

Lessa procurou demonstrar que isso é inviável. A própria história, segundo o autor, desmentiria a ideia de que o progresso humano, como princípio que rege a humanidade, era algo contínuo e ilimitado bem como também não considerava o livre arbítrio e Deus como guias críveis da história da humanidade. Esse sócio do IHGB se diferenciava de uma parcela de outros membros que ainda apresentavam como uma questão de difícil resolução a separação entre ciência e religião/fé numa

¹⁷ LESSA, Pedro. Reflexões sobre o conceito de História. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 69, vol. 114, 1906 (publicado em 1908), p. 277-278.

¹⁸ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 116.

¹⁹ Ibid., loc.cit.

²⁰ LESSA, Pedro. Op. cit., p. 255.

instituição ancorada numa tradição historiográfica vinculada a uma monarquia católica.²¹

Tampouco Lessa aprovava a concepção de história como mestra da vida (*magistra vitae*) que ainda povoava a concepção de outros sócios. Como vimos, devido a sua leitura de historiadores seguidores da história metódica, Lessa incorporou as suas críticas em relação à chamada história clássica, mestra da vida, bem como as “objeções a uma percepção meramente linear e cumulativa de tempo, muito característica daquela escola”.²²

Mesmo reconhecendo que a história não poderia se tornar uma ciência, dar lições ou fazer previsões e apenas exercer uma função de auxiliar, embora fundamental, da Sociologia, Lessa lhe atribuía um papel de grande importância para a nação. A história “era o saber que fundava os alicerces memoriais de um povo, também singular e complexo. Sem tais dimensões era impossível responder à questão de sua identidade, acreditando-se na sua ação humana no presente, para se ter esperanças no futuro”.²³

Lessa, no encerramento de seu discurso de posse no IHGB, em 1907, asseverou que sem história não se civilizaria o país, concluindo: “Não conheço missão mais proveitosa, nem mais augusta”.²⁴ Um outro autor que podemos destacar nessa discussão acerca do conhecimento histórico no Brasil é o já mencionado Sílvio Romero. Foi através deste que a intelectualidade brasileira travou contato com as ideias contidas naquela obra de Buckle. Mesmo não sendo citado por Lessa, fica difícil não imaginarmos que o jurista tenha lido Romero, uma vez que a obra *História da literatura brasileira* do sergipano, publicada em 1888 e tendo uma segunda edição em 1902 pela famosa livraria Garnier, teve uma grande recepção no meio intelectual.

Sílvio Romero, membro da ABL e do IHGB, com essa obra

[...] produziu um painel interpretativo da sociedade brasileira marcado pelos ideais de modernização e nacionalidade. A História da literatura brasileira é um imenso tratado destinado a fazer saltar um país em suas páginas,

²¹ Cf. HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Orientador: Charles Monteiro 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

²² GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 45.

²³ Ibid., p. 52.

²⁴ LESSA, Pedro. Discurso de posse. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 70, vol. 116, 1907 (publicado em 1908), p. 720..

inclusive sua literatura. Além de poetas e romancistas, Romero contemplou historiadores, cronistas e economistas. [...].

O livro representa o primeiro esforço sistemático e abrangente de historiar a literatura do país e vê-la como fruto da sociedade que a produziu. Trata-se de uma obra permeada por uma feroz disposição interpretativa, da qual emerge uma experimentação hermenêutica, que buscou aludir ao passado, explicar o presente e propor um norte ao futuro [...] ²⁵

Romero não tinha a pretensão de se tornar um historiador, mas as reflexões que produziu acerca da formação da nacionalidade brasileira balizou a história da ciência histórica no Brasil.²⁶ O seu objetivo final é criar uma filosofia da história brasileira.²⁷ Para esse autor,

A filosofia da história de um povo qualquer é o mais temeroso problema que possa ocupar a inteligência humana. [...] Uma teoria da evolução histórica do Brasil deveria elucidar entre nós a ação do meio físico, por todas as suas faces, com fatos objetivos e não por simples frases feitas; estudar as qualidades etnológicas das raças que nos constituíram; consignar as condições biológicas e econômicas em que se acharam os povos para aqui imigrados nos primeiros tempos da conquista; determinar quais hábitos os antigos que se estiolaram por inúteis e irrealizáveis, como órgãos atrofiados por falta de função; acompanhar o advento das populações cruzadas e suas predisposições; descobrir assim as qualidades e tendências recentes que foram despertando; descrever os novos incentivos de psicologia nacional que se iniciaram no organismo social e determinaram-lhe a marcha futura. [...].²⁸

Podemos notar que, diferentemente de Lessa, Romero via a história como uma forma de conhecimento que permitia traçar generalizações sobre uma dada sociedade e realizar previsões. Contudo, na hierarquia das ciências, a história ocupava o posto de “quase ciências”, por maiores que tenham sido os esforços de Buckle” para alçá-la à categoria de ciência. O autor sergipano entendia que toda “a ordem de estudos, tendo por objetivo o homem e a sociedade, deveria ser classificada de quase ciência, pois não atingia o “grau de certeza que constitui o brilho próprio das completas ciências” (as ciências naturais).²⁹

Com essa perspectiva, Romero privilegiou a moderna concepção de História, insistindo “sobre a de Buckle especialmente”. O estudo das características atuais do povo brasileiro deveria ser relacionado à análise do seu desenvolvimento histórico a

²⁵ SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 15.

²⁶ SOUZA, Ricardo Luiz. **Identidade nacional e modernidade brasileira: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 29 (Ensaio, 2).

²⁷ Ibid., p. 49.

²⁸ ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Organização: Luiz Antonio Barreto. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju: UFS, 2001 (Edição comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Sílvio Romero), p. 72.

²⁹ Ibid., p. 74.

qual, por sua vez, era norteada pelos princípios de cientificidade advindo da perspectiva naturalista. Dessa forma, não era possível, segundo Romero, “a história sem crítica, como não” era “admissível esta sem as ciências naturais”.

Além dessa fé inabalável na ciência, nessa abordagem de Romero sobre a história, notamos que esta se entrelaça com a literatura no objetivo de promover a compreensão da constituição da nacionalidade brasileira. Para Romero,

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao país.

A literatura no Brasil, a literatura em toda a América, tem sido um processo de adaptação de ideias europeias às sociedades do continente. Esta adaptação nos tempos coloniais foi mais ou menos inconsciente; hoje tende a tornar-se compreensiva e deliberadamente feita. Da imitação tumultuária, do antigo servilismo mental, queremos passar à escolha, à seleção literária e científica. A darwinização da crítica é uma realidade tão grande quanto é a da biologia.

[...]

Para que a adaptação de doutrinas e escolas europeias ao nosso meio social e literário seja fecunda e progressiva, é de instante necessidade conhecer bem o estado do pensamento europeu do Velho Mundo e ter uma ideia nítida do passado e da atualidade nacional.

[Desse modo, necessita-se] começar por conhecer a fundo as diversas teorias da história do Brasil, e, pelo estudo deste problema, compreender a sucessão das escolas literárias entre nós.³⁰

O autor se utilizou da História ao contemplar o país, fosse através da literatura, da cultura popular ou mesmo da Etnografia. Divergindo da grande referência na época de historiador moderno, Capistrano de Abreu, que priorizava a documentação e evitava o abuso das generalizações teóricas, Romero procurou encontrar na história princípios válidos para explicar o Brasil com “um fenômeno histórico de natureza nacional”.³¹

No segundo capítulo de sua *História da literatura brasileira*, portanto, Romero fez questão, mesmo que indicando somente “os lados mais salientes, de apresentar sua reflexão acerca das teorias da história do Brasil, enumerando-as em ordem cronológica. Após destacar as lacunas das teorias de Martius, Buckle, Teófilo Braga, Oliveira Martins, discípulos de Comte e sectários de Spencer, o crítico enfatiza a importância do conhecimento histórico para a construção da identidade nacional.

³⁰ ROMERO, Sívio. **História da literatura brasileira**. Organização: Luiz Antonio Barreto. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju: UFS, 2001 (Edição comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Sívio Romero), p. 63-64.

³¹ SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sívio Romero, hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 72.

Uma teoria da história sobre um povo, segundo Romero, devia ser “ampla e compreensiva”, proporcionando “uma explicação completa de sua marcha evolutiva”. Nesse sentido, procuraria “apoderar-se de todos os fatos, firmar-se sobre eles para esclarecer o segredo do passado e abrir largas perspectivas na direção do futuro. Essa teoria visaria não só mostrar “o que esse povo tem de comum com os outros; sua obrigação é ao contrário exibir os motivos das [suas] originalidades [...] no meio de todos os outros”. Não basta apenas apresentar que o Brasil “é o prolongamento da cultura portuguesa a que se ligam vermelhos e negros”.³²

[...] resta ainda saber como estes elementos atuaram e atuarão uns sobre os outros e mostrar as causas de seleção histórica que nos vão afastando de nossos antepassados ibéricos e de nossos vizinhos também filiados na velha cultura iberica. [...].³³

Concomitante a essa preocupação com a escrita da história como saber, havia também um forte interesse pela disciplina ensinável, ampliando nosso olhar para outros elementos da cultura histórica como, por exemplo, a elaboração de manuais. A questão da educação nacional, em função da “urgência da República em produzir um novo discurso político, carregado de valores e simbologias cívico-morais, no qual a história ao lado da geografia e da língua pátria”,³⁴ teve um peso considerável nesse contexto.

O que nos leva ao pensamento de outro intelectual de grande destaque no cenário nacional: José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916). Este, também republicano e membro da ABL como Romero, teve publicada a obra *A educação nacional* em 1890 (uma segunda edição foi lançada em 1906). O crítico e historiador paraense da literatura no Brasil também manifestou, como o pensador sergipano, seu desejo de contribuir para a compreensão da formação histórica do país e construção da identidade nacional, escolhendo até como epígrafe para esse trabalho trechos da *História da literatura brasileira*, publicado dois anos antes: “Este livro, quero que seja um protesto, um grito de alarma de são brasileiro, um brado de entusiasmo para um futuro melhor”.³⁵

³² ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Organização: Luiz Antonio Barreto. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju: UFS, 2001 (Edição comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Sílvio Romero), p. 71.

³³ Ibid., p. 72.

³⁴ GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 85.

³⁵ ROMERO apud VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 3 (Série Novas Perspectivas).

A educação nacional, publicada num momento ainda de estruturação do recém proclamado regime republicano, tinha como objetivo defender recomendações para o desenvolvimento de uma educação patriótica num país em que apenas existia instrução, segundo o autor. Desse modo, estaria contribuindo para formação de cidadãos com valores republicanos e cívicos.

Veríssimo apontou que apenas o regime republicano não era suficiente para reformar o país. O povo precisaria ser reformado para que a República realizasse “as bens fundadas e auspiciosas esperanças, que alvoreceram nos corações dos brasileiros”. Para tal, Veríssimo viu somente a educação como meio “quando não infalível, certo e seguro” na busca pelo cultivo do sentimento nacional.³⁶ Este era entendido não como só a maneira

[...] de receber e reproduzir as impressões, que distingue os povos uns dos outros, mas ainda o conjunto de impressões recebidas em uma perene comunhão com a Pátria e transformadas no cérebro em ideias ou sensações que têm a Pátria por origem e fim, causa e efeito. Destarte concebido o sentimento nacional, é ele independente do caráter nacional, antes subordinado a causas extrínsecas de ordem física que a causas morais de ordem psíquica e é também independente do simples patriotismo político.³⁷

Para o autor, sem uma consciência do espaço físico do país e uma perspectiva histórica da evolução do seu povo não haveria condição para a oferta de uma educação que construísse aquele sentimento. Daí o destaque que Veríssimo concedeu à História e à Geografia nacionais no ensino desde os primeiros anos de instrução. E a História foi ainda mais valorizada nesse processo, pois a educação nacional não se poderia fazer “senão pelo estudo da Pátria e no estudo da Pátria, a sua história é, quase poderia dizer, a parte principal”.³⁸

O intelectual paraense atuou tanto no ensino privado no Colégio Americano (1884-1890) quanto no público como Diretor de Instrução Pública do Estado do Pará (1891) e Diretor do Externado do Ginásio Nacional (por sete anos após seu retorno ao Rio em 1891). Essa experiência fez com que percebesse a indiferença do poder público para com a educação.³⁹

Em relação ao ensino de história, nesse contexto, Veríssimo considerou que

Se o brasileiro ignora a geografia pátria, mais profunda é ainda a sua ignorância da história nacional. A geografia, essa aprende-se um pouco

³⁶ VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 43 (Série Novas Perpectivas).

³⁷ Ibid., loc.cit.

³⁸ Ibid., p. 103.

³⁹ BARBOSA, João Alexandre. Introdução: a vertente pedagógica. In: VERÍSSIMO, José. Op. cit., p. 9.

empiricamente nas viagens e digressões pelo país, nas conversações, na leitura das folhas diárias e nas mesmas nas relações sociais. A História, não há outro meio de aprendê-la senão estudando, e o brasileiro não estuda, tendo-a sempre materialmente representada por monumentos de toda ordem, e os não têm o Brasil.⁴⁰

O educador, então, passou, nas linhas seguintes, a apontar meios para o ensino de história. Para o autor, “não é somente nas escolas ou pelo estudo dos Autores e documentos que se pode estudar a história pátria”.

[...] Os monumentos, os museus, as coleções arqueológicas e históricas, essas construções que os nossos antepassados com tanta propriedade chamaram memórias, são outras tantas maneiras de recordação do passado, de ensino histórico, portanto, e, em última análise, nacional. É ensino às vezes bem mais eloqüente e palpável que a prosa de um historiador. [...].⁴¹

Percebemos que Veríssimo apresentava uma perspectiva ampliada dos lugares de memória, úteis para a divulgação do conhecimento acerca do passado nacional. Além disso, mostrava-se insatisfeito com a linguagem dos historiadores, pois não a considerava facilitadora do aprendizado da história pátria. O crítico literário buscava, pelo trecho acima de sua *Educação nacional*, formas mais cristalizadas de divulgação da memória nacional.

Ainda nesse início do capítulo “A história pátria e a educação nacional”, Veríssimo sinalizou que ao lado daquelas “memórias de pedra ou de bronze” deveria se considerar também para o ensino de história “os contos dos poetas e as lendas de populares”: uns e outros produtos das mesmas forças emotivas que o povo contém [...].⁴² A partir daquela experiência como educador e dos seus conhecimentos acerca da condução do ensino em países como Estados Unidos, Alemanha e França, o autor traçou, portanto, recomendações sobre os recursos didáticos a serem utilizados nas aulas de história.

Primeiramente, apresentou ao leitor que a grande parte dos livros sobre a história do Brasil foi escrita por estrangeiros até aquele momento, o que sinalizava para o autor o desprezo a que estava relegada a história pátria. “Os raríssimos trabalhos especiais sobre este ou aquele ponto de nossa história não chegam ao grande público”. Essa situação ainda era pior quando se pensava acerca das histórias particulares dos estados.⁴³

⁴⁰ VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 101 (Série Novas Perspectivas)

⁴¹ Ibid., loc.cit.

⁴² Ibid., loc.cit.

⁴³ Ibid., p. 111.

A própria revista do IHGB “é desconhecida no Brasil, apesar da excessiva barateza de seu custo”.⁴⁴ Para Veríssimo, a literatura histórica brasileira era nula. E o ensino da história pátria, “além de escassissimamente feito, é pessimamente dado. Os compêndios, insisto, são em geral despidos de qualquer merecimento didático. São pesados, indigestos e mal escritos”.⁴⁵

O livro de leitura que era utilizado nas escolas primárias, segundo Veríssimo, “também não fala da Pátria, nem se ocupa da sua história”. Acerca disso, recomendava que na escola primária o ensino da história pátria deveria começar, ao menos, desde o segundo livro. Já em relação ao conteúdo, via como necessária a inclusão de “contos e cantos populares e pequenas histórias em que se reflitam a nossa vida e nossos costumes”.⁴⁶

Quanto às “classes superiores da escola”, o educador indicou que o “compêndio especial da História do Brasil” viria “completar e sistematizar esse ensino”.⁴⁷ Esse recurso, assim como o livro de leitura, deveria ser ilustrado, “ao menos para as classes infantis” e a escola, a fim de melhorar o aprendizado dos alunos, possuir “uma coleção de gravuras históricas”.⁴⁸

A indicação da metodologia empregada nas aulas, revelou um Veríssimo interessado na superação de um ensino de história muito voltado para a memorização de datas e fatos. Seu desejo era que se evitasse anacronismo e selecionasse acontecimentos principais para que os alunos lhes descubram as causas e deduzam seus efeitos. Veríssimo também não descartava “um estudo particular da história do Estado em que” vivessem os alunos bem como uma “curta e precisa notícia biográfica dos homens notáveis”⁴⁹, indicando os serviços que prestaram à nação.⁵⁰

⁴⁴ VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985., p. 111. (Série Novas Perspectivas).

⁴⁵ Ibid., p. 112

⁴⁶ Ibid., loc.cit.

⁴⁷ Ibid., p. 114.

⁴⁸ Ibid., p. 115.

⁴⁹ No mesmo ano dessa obra de Veríssimo, Sílvio Romero, uma das referências para o autor paraense, publicou um livro que ia ao encontro daquele objetivo de divulgar a história pátria. A história do Brasil ensinada pela biografia de seus heróis foi concebida segundo a indicação, então muito acreditada, de que a biografia de grandes homens era uma das formas mais seguras para o aprendizado de virtudes cívicas e da história de um povo. Cf. GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 111.

⁵⁰ VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985., p. 114 (Série Novas Perspectivas)

Como recomendação ainda, Veríssimo apontou a “imitação do sistema alemão da comemoração das datas célebres da história pátria” como um auxílio para o estudo feito no compêndio e por meio da lição oral do mestre. A necessidade de criação no Brasil de um curso superior de História no qual a História do Brasil deveria ter pelo menos uma cadeira foi algo também observado nessa obra do intelectual paraense.⁵¹

Nessa busca por uma educação nacional na qual a história tinha um peso considerável, como vimos, Veríssimo sinalizou que a narrativa produzida pelos historiadores não era suficiente. Nesse sentido, a literatura foi apresentada como outra narrativa que poderia fomentar o sentimento nacional pelo estudo do passado. Em 1906, ao comentar o trabalho de Machado de Assis,⁵² o crítico literário se apresentou ainda mais incisivo quanto ao conhecimento do passado pela narrativa literária, sustentando que os “romancistas são a seu modo historiadores e sociólogos e não sei se não serão melhores”.⁵³

Esse pensamento corrobora ainda mais a apresentação acima acerca de aspectos da cultura histórica daquele início de século XX. A escrita da história no Brasil e a divulgação de uma dada memória nacional estiveram mutuamente implicadas na produção de uma identidade brasileira que legitimasse o regime republicano. Nesse processo, o cientificismo foi uma base norteadora, sendo o diálogo da história com outras áreas do conhecimento uma constante.

Muitos desses aspectos da narrativa histórica brasileira de princípios do século XX fizeram parte das discussões que Lima Barreto realizou ao longo de sua produção literária.

2.2 Uma literatura militante em diálogo com a cultura histórica

“Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros, e

⁵¹ VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985., p. 115 (Série Novas Perspectivas).

⁵² Esse texto foi originalmente escrito para uma revista portuguesa denominada *Renascença* em 1906.

⁵³ VERÍSSIMO apud CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. **Entre ilustres e anônimos: a concepção de história em Machado de Assis**. Orientador: Noé Freire Sandes. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal em Goiás, Goiânia, 2009, p. 27.

aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, para tentar reformar certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, para soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todas, pela revelação das almas individuais e do que elas têm em comum e dependente entre si.”

(BARRETO, 1920)

Esse trecho da escrita barretiana utilizada como epígrafe faz parte do pequeno ensaio “Amplius” que introduz a coletânea de contos *Histórias e sonhos*, publicada em 1920. Lima o tornou público primeiramente em 31 de agosto de 1916 por meio do jornal editado no Rio de Janeiro *A Época*, momento no qual já era reconhecido como romancista, principalmente pela obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Nele, o autor carioca sintetizou aspectos que considerava imprescindíveis para superação de uma escrita literária presa a regras gramaticais e referências que não diziam respeito a sua época.

Numa outra oportunidade, Lima retomou essa discussão, nomeando aquela literatura, que teria como missão “difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo”, de militante. Com um artigo intitulado justamente de “Literatura militante”, publicado no periódico operário *A.B.C* de 07/09/1918, o escritor afirmou que o termo militante havia sido empregado pela primeira vez pelo romancista português Eça de Queirós (1845-1900).

O Eça, por quem não cesso de proclamar a minha admiração, empregou-o, creio que nas *Prosas Bárbaras*, quando comparou o espírito da literatura francesa com a portuguesa.

Pode-se lê-lo e lá o encontrei. Ele mostrou que desde muito as letras francesas se ocuparam com o debate das questões da época, enquanto as portuguesas limitavam-se às preocupações da forma, dos casos sentimentais e amorosos e da idealização da natureza. Aquelas eram – militantes; enquanto estas eram contemplativas e de paixão.

Creio que temo não amar, tendo por ideal de arte essa concepção. Brunetière diz em um seu estudo sobre a literatura que ela tem por fim interessar, pela virtude da forma, tudo o que pertence ao destino de todos nós; e a solidariedade humana, mais do que nenhuma outra coisa interessa o destino da humanidade.⁵⁴

⁵⁴ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 73-74.

Mas foi com aquele texto, originalmente escrito para uma conferência, “O destino da literatura”, publicado na *Revista Souza Cruz* dos meses de outubro e novembro de 1921, que Lima Barreto apresentou a seus leitores maiores detalhes das referências que o levaram a executar uma literatura militante. Nesse texto, Lima iniciou sua explanação, comentando a sua relação com o gênero conferência literária.

Para o autor, tal gênero exigia “desembaraço e graça, distinção de pessoa, capricho no vestuário e [...] beleza física e sedução pessoal”,⁵⁵ sendo esses atributos os valorizados no Brasil. Essas primeiras considerações sinalizam questões que Lima Barreto já vinha discutindo quanto ao uso da literatura na sociedade carioca de início do século XX. A conferência, um dos hábitos importados da França e que tinha normalmente sua execução paga, chamava a atenção para o seu ator, servindo também como publicidade para sua produção literária.⁵⁶

Lima, desde o início da sua carreira, apresentou um desconforto com essa posição de outros literatos que se utilizavam da conferência para obter retorno financeiro bem como repudiava os temas mundanos e pueris que eram tratados a fim de agradar o público pagante. Nesse sentido, Lima apresentou como uma das referências de conferencista o autor francês Anatole France, do qual assistiu apresentação quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro em 1909.⁵⁷ O escritor brasileiro observou que a beleza de Anatole, um requisito importante para um conferencista naquela sociedade, não era o que chamava atenção de seu público.

Anatole France foi um dos autores que preenchia os espaços de sua “Limana”. O inventário da sua biblioteca assinalava os seguintes exemplares do autor francês: Na segunda estante, localizada na segunda prateleira, temos *Pierre Nozière*, *Le Lys Rouge* e *L'Église et la République*, respectivamente na terceira e quarta prateleiras e, na última estante da quinta prateleira, as obras *Crainquebille* e *Au Petit Bonheur*.⁵⁸ Não podemos especular se Lima havia se detido na leitura desses livros, mas a sua aquisição revela o seu interesse pelo trabalho de France.

⁵⁵ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 51.

⁵⁶ BROCCA, Brito. **A vida literária no Brasil**. 5ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005, p. 193-200.

⁵⁷ BARRETO, Lima. Op.cit., p. 56.

⁵⁸ AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. **Vida literária e desencantos: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922)**. Orientadora: Maria de Fátima Fontes Piazza. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 123.

A escrita desse, “caracterizada por uma retórica bastante irônica e combativa, endossava a necessidade de dotar a literatura de alguma utilidade social”.⁵⁹ Muitos dos escritos barretianos estão alicerçados por essa perspectiva. Maria Cristina Machado afirma que:

[...] Lima Barreto produziu uma literatura flexível, dinâmica e transgressora dos cânones estabelecidos. Interpretando “de dentro”, o intercâmbio arte-sociedade é extremamente visível em Lima Barreto, no modo como sua forma/estilo rompe com os preceitos dominantes, na tentativa de transportar para o universo literário a vida que se transformava. A sociedade em transformação, trazida para a literatura como “tema”, transformou a literatura como “forma”. É bem verdade que essa perspectiva não pode ser considerada de modo unilateral, devendo ser relativizada em face dos desejos do autor. A essa dinâmica, somam-se os ideais literários de Lima Barreto compondo um processo em que a dialética escritor-sociedade está presente: à realidade em mudança se agregam os ideais literários de um autor inadaptado e marginal.⁶⁰

Naquele artigo anterior, “Literatura militante” de 1918, Lima especificou os aspectos do trabalho de Anatole France que o qualificavam como produtor de uma literatura militante.

A começar por Anatole France, a grande literatura tem sido militante. Não sei [...] como classificar a *Ilha dos Pinguins*, os *Bergerets*, e mais alguns livros do grande mestre francês, senão dessa maneira. Eles nada têm de contemplativos, de plásticos, de incolores. Todas, ou quase todas as suas obras, se não visam a propaganda de um credo social, tem por mira um escopo sociológico. Militam.⁶¹

Azevedo Neto, no seu estudo sobre a formação intelectual do escritor carioca, traça algumas considerações sobre as obras de Anatole citadas acima que nos auxiliam nessa reflexão sobre o tipo de literatura que Lima se propôs como missão elaborar e divulgar. Acerca de *Monsieur Bergeret à Paris*, de 1900, Azevedo Neto destaca a presença da trajetória de “um errante professor que passa a ser perseguido pela população da capital francesa por causa de seu comportamento excêntrico”.⁶² Apesar disso, Bergeret, um melancólico filósofo, não abriu mão do que chamava “de as alegrias do compreender”.

O Sr. Bergeret e seu cão, Riquet, são protagonistas de uma verdadeira odisseia intelectual. Na medida em que o sábio elabora reflexões sobre o Estado e a religião, Riquet, também dissectiona o caráter humano observando o comportamento de seu dono. Sem temer aqui fazer uma afirmação

⁵⁹ AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. **Vida literária e desencantos**: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922). Orientadora: Maria de Fátima Fontes Piazza. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 121.

⁶⁰ MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto**: um pensador social na Primeira República. Goiânia: Ed. da UFG; São Paulo: Edusp, 2002, p. 159-160.

⁶¹ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 72.

⁶² AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. Op.cit., p. 129.

exagerada, essa obra é uma das mais sutis e engenhosas denúncias sobre os preconceitos dos homens encontrados na literatura moderna.⁶³

Quanto à obra *A Ilha dos Pinguins*, de 1908, Azevedo Neto observou “temáticas como as proibições de certos hábitos, o desenvolvimento de uma nobreza, bem como da propriedade privada, uma vez que esse romance trata-se de uma sátira na qual Deus, devido a um batismo acidental realizado por um missionário velho, teve que transformar os pingüins de uma colônia isolada em pessoas. Durante o processo de aprimoramento de sua cultura, os pingüins começaram a tornar certas práticas como “se alimentar, defecar ou se reproduzir em tabus. Por essa narrativa, Anatole expôs ao ridículo “a lógica das convenções sociais, os preconceitos, as iniquidades e as perversões das civilizações ocidentais”.⁶⁴

As considerações de Lima que expomos sobre o caráter da literatura militante, levam-nos a perceber em que medida o autor identificava as lacunas da escrita de outros intelectuais, adensando sua reflexão sobre os produtos culturais a que tinha acesso. Os dois primeiros textos com os quais iniciamos esse item do nosso estudo, correspondem às respostas que Lima Barreto elaborou para certas críticas recebidas a suas publicações até aquele momento. Em “Amplius”, o objetivo do autor era “esclarecer o que poderia haver de obscuro em certas passagens” dos seus “humildes trabalhos”. A motivação havia sido o recebimento de uma carta anônima na qual o missivista fazia “reparos sagazes e originais” ao seu romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*.⁶⁵

A crítica em si não incomodava Lima Barreto, uma vez que considerava o silêncio a única crítica que o aborrecia. O que fez com que contestasse o correspondente anônimo foi a sua insistência em comentar sobre a Grécia. Numa clara alusão aos parnasianos brasileiros, Lima confessou:

Implico solenemente com a Grécia, ou melhor: implico solenemente com nossos cloróticos gregos da Barra da Corda e pançudos helenos da praia do Flamengo (vide banhos de mar).

Sainte-Beuve disse algures que, de cinqüenta em cinqüenta anos, fazíamos da Grécia uma ideia nova. Tinha razão.⁶⁶

⁶³ AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. **Vida literária e desencantos**: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922). Orientadora: Maria de Fátima Fontes Piazza. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 129..

⁶⁴ Ibid., p. 130.

⁶⁵ BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 29-30.

⁶⁶ Ibid., p. 30

Lima, então, apresentou alguns resultados de estudos do passado grego a fim de demonstrar a seu correspondente a historicidade das visões acerca da cultura daquele povo e, por conseguinte, a necessidade de revisão de sua perspectiva sobre a Grécia.

A nossa Grécia varia muito e o que nos resta dela são ossos descarnados, insuficientes talvez para recompô-la como foi em vida, e totalmente incapazes para nos mostrar ela viva, e totalmente incapazes, a sua alma, as ideias que a animavam, os sonhos que queria ver realizados na Terra, segundo os seus pensamentos religiosos.

Atermo-nos a eles, assim variável e fugidia, é impedir que realizemos o nosso ideal, aquele que está na nossa consciência, vivo no fundo de nós mesmo, para procurar a beleza em uma carcaça cujos ossos já se fazem pó. Ela não nos pode falar, talvez nem mesmo balbuciar, e o que nos tinha a dar, já nos deu e vive em nós inconscientemente.

Como se vê, o meu correspondente está preso a ideias mortas; e, em matéria de novela, por certas notações que fez, à minha, se não está jungida a um pensamento morto, deixou-se prender por uma generalização que a experiência do gênero não legitima.⁶⁷

Daí a necessidade que o autor aponta, nesse ensaio, de “sugerir dúvidas e levantar argumentos adormecidos” bem como “deixar de lado as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros”. Além disso, essa implicância de Lima Barreto com o helenismo de muitos literatos estava também inserida naquela discussão em torno do desejo de igualar o Brasil às nações ditas civilizadas, procurando, muitas vezes, evadir-se da realidade nacional. Brito Brocca afirma que a mania de Grécia entre nós, como também da latinidade, “era um meio, por vezes, inconsciente, de muitos intelectuais brasileiros reagirem contra a increpação de mestiçagem, escamoteando as verdadeiras origens raciais, num país em que o cativo estigmatizara a contribuição do sangue negro.”⁶⁸

A questão racial que tanto incomodava Lima Barreto desde seus projetos iniciais de estudo e escrita – e, como vimos linhas acima estava no conjunto dos temas daqueles interessados na produção de uma narrativa do passado nacional – ressurgiu nessa discussão sobre a literatura a ser produzida. A linguagem que deveria ser utilizada para essa produção, pela perspectiva barretiana, deveria ser renovada.

Na obra *Os Bruzundangas*, Lima no capítulo especial “Os samoeidas”, dedicou trechos em que discute aquela relação entre literatura parnasiana e questão racial. Essa narrativa, classificada como sátira, já tinha sido mencionada por Lima Barreto ainda em 1911 num artigo publicado na *Gazeta da Tarde* no qual fazia

⁶⁷ BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 32-33.

⁶⁸ BROCCA, Brito. **A vida literária no Brasil**. 5ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005, p. 157.

referência ao Império das Bruzundangas, mas somente em janeiro de 1917 as crônicas sobre a República dos Bruzundangas veio a público no semanário *A.B.C.*, dirigido por Paulo Hasslocher e Luís Moraes.

O narrador dessas crônicas é um jornalista brasileiro que visita essa república estrangeira. Esse justifica a necessidade do capítulo especial, afirmando que as notícias que trazia daquele país não seriam completas se não desse algumas informações sobre suas letras. O narrador, apresentando a mesma finalidade para a escrita literária do autor Barreto naqueles textos sobre literatura militante, esclarece os seus leitores:

A Bruzundanga não podia deixar de tê-las, pois todo o povo, tribo, clã, todo agregado humano, enfim, tem a sua literatura e o estudo dessas literaturas muito tem contribuído para nós nos conhecermos a nós mesmos, melhor nos compreendermos e mais perfeitamente nos ligarmos em sociedade, humanidade, afinal.⁶⁹

À literatura é atribuída a missão de unir um povo, a qual é uma formulação que se aproxima daqueles críticos literários apontados acima, como Sílvio Romero e José Veríssimo. Deste último, aliás, Lima foi correspondente e recebeu incentivos para continuar sua carreira, sendo um exemplo de intelectual combativo.⁷⁰ Continuemos, entretanto, como nossa abordagem da visão barretiana, ainda nesse capítulo dos *Bruzundangas*, e, em seguida com os ensaios acima expostos, que veremos como Lima apresenta outras aproximações com a geração de 1870.

Depois de justificada a sua necessidade de tratar da literatura Bruzundanguense, o narrador se volta para uma escola literária que considera característica daquela nação: A “Escola Samoieda”. Nem todos escritores brunzundanguenses pertenciam a tal escola, apenas os mais pretensiosos, “os que se têm na conta de sacerdotes da Arte, se dizem graduados, diplomados nela”. O narrador ainda explica que disse “caracteriza”, pois “não há na maioria daquela gente uma profundidade de sentimento que a impila a ir ao âmago das coisas que fingem amar, de decifrá-las pelo amor sincero em que as têm, de querê-las totalmente, de absorvê-las”.⁷¹

Ao lado dessa falta de profundidade de pensamento desses literatos, também é destacado seu desejo de notoriedade com a produção literária. O narrador, em seguida, comenta sobre a origem da escola samoieda. Segundo os poetas

⁶⁹ BARRETO, Lima. *Os bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 19.

⁷⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 269-270.

⁷¹ BARRETO, Lima. *Op.cit.*, p. 22.

samoeadas, a escola “nasceu de um poema de um príncipe samoieida, que viveu nas margens do Ártico, nas proximidades do Óbi ou do Lena, na Sibéria”.

O príncipe era chamado Tuque-Tuque Fit-Fit e descrito como tendo “uma beleza sem par e triunfal entre as deidades daquelas regiões”.⁷² Nesse ponto, o narrador destaca uma fuga da realidade por parte dos poetas que buscavam prestígio social com sua filiação à escola samoieida.

[...] A raça samoieida é de estrutura baixa, pouco menos que dos lapões, cabelos longos, duros e negros de jade, vivendo da carne de renas, de urso branco.[...]

Entretanto na opinião dos poetas daquela república, que dizem seguir as teorias da literatura do Oceano Ártico, não são os samoeadas assim, como o contam os mais autorizados viajantes; mas sim os mais belos espécimes da raça humana, possuindo uma civilização digna da Grécia antiga. Esta Grécia serve para tudo, especialmente na Bruzundanga...⁷³

Nesse trecho, o narrador endossa sua visão do distanciamento da realidade por parte daqueles literatos, sendo que para isso negam até evidências, documentos confiáveis, como os relatos de viajantes que estiveram nas terras dos samoeadas com os quais pretendem ser identificados. A fictícia república da Bruzundanga está localizada “nas zonas tropical e subtropical”,⁷⁴ mas os seus literatos buscam apresentar sua produção filiada a uma suposta civilização mais evoluída, sendo um dos traços que comprovam sua superioridade o clima mais frio, seguindo as orientações próximas do historiador Buckle.

Como vimos, este autor, norteado por um determinismo climático, afirmou que o Brasil estava fadado à regressão devido a sua imponente natureza, a qual, em vez de excitar a imaginação, a inteligência e o engenho dos que dela desfrutavam, acabaria por produzir-lhes certa hipertrofia de sensibilidade. O contrário ocorreria com os europeus que, por possuírem um meio físico menos imponente e fértil, eram compelidos a um esforço maior, tendo que se esforçar frequentemente em trabalhar e se dedicar a engenhos para tornar sua subsistência possível.⁷⁵

O príncipe que havia originado a escola literária seguida pelos bruzundanguenses viveu num das zonas da terra com uma das naturezas mais hostis - o Ártico -, tendo que se alimentar “da carne de mamutes conservados há

⁷² BARRETO, Lima. **Os bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 23.

⁷³ Ibid., loc.cit.

⁷⁴ Ibid., p. 26.

⁷⁵ BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. 2 ed. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 99-100.

centenas de séculos nas geleiras [...]”. Isso, para os literatos da fictícia república, daria à produção literária do príncipe “singular prestígio”.⁷⁶

Não há como discutir com eles, porque todos se guiam por ideias feitas, receitas de julgamentos e nunca se aventuram a examinar por si qualquer questão, preferindo resolvê-las por generalizações quase sempre recebidas de segunda ou terceira mão, diluídas e desfiguradas pelas sucessivas passagens de uma cabeça para outra cabeça.⁷⁷

Como o objetivo dessas notas sobre essa nação estrangeira é “livrar-nos, a nós do Brasil, de piores males”, uma vez que Bruzundanga possui maiores e mais completos; essa seria um modelo negativo que devíamos observar para não permitir que problemas semelhantes viessem a surgir no Brasil e orientasse os leitores nacionais na observação daqueles que já apresentamos.

Lima critica, mais uma vez, a falta de atenção para a realidade local por parte de muitos intelectuais brasileiros que adotavam certos modelos de escrita, o que envolvia a negação da presença de grupos sociais descendentes de não-europeus na formação da nacionalidade. Antes de retomarmos àquele segundo texto barretiano sobre literatura militante e a resposta a outro escritor envolvendo discussões acerca da relação entre literatura e sociedade, vale ainda apresentarmos mais um aspecto da obra *Os Bruzundangas*, o qual nos permite vislumbrar a construção do autor carioca de uma escrita desafiadora aos cânones literários e atenta às transformações sociais.

Amadeu Guedes, em seu estudo sobre os textos barretianos *Os Bruzundangas* e *O subterrâneo do Morro do Castelo*, destaca no primeiro o recurso ao diálogo de gêneros.⁷⁸ O autor argumenta que esse diálogo marcou a produção literária de Lima Barreto, algo que, como vimos, o próprio escritor havia elencado entre os objetivos de sua literatura militante naquele ensaio “Amplius” (“deixar de lado toda a disciplina exterior dos gêneros”). Sevcenko já tinha observado que a literatura barretiana se distribui pelos gêneros sátira, romance, crônica, conto, epistolografia e memórias, sendo que estes, no seu processo criativo, são, muitas vezes, combinados simultaneamente.⁷⁹

⁷⁶ BARRETO, Lima. **Os bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 23.

⁷⁷ Ibid., p. 24.

⁷⁸ GUEDES, Amadeu da Silva. **Diálogos de Lima Barreto com o cientificismo em Os Bruzundangas e O Subterrâneo do Morro do Castelo**. Orientador: Luis Filipe Ribeiro. 2012. 252 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 44-62.

⁷⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 194.

Esse aspecto também revela a percepção de Lima quanto à importância de adequação da linguagem diante das mudanças socioculturais daquele início do século XX. “Numa sociedade com ideais de modernidade, a ampliação e mistura de gêneros discursivos e estilos de escrita tornam-se necessárias para se dar conta das ações e relações humanas naquele momento”.⁸⁰ Além disso, a escrita acadêmica, muito influenciada pelos ideais cientificistas, não atenderia à abordagem que Lima pretendia realizar acerca da realidade de sua época, uma vez que o seu interesse era representar os segmentos sociais desconsiderados pelo poder republicano e estigmatizados pelo discurso dos intelectuais seguidores de pensamentos deterministas importados da Europa.

No que se refere à literatura propriamente dita, as transformações históricas de todo esse período fizeram sentir o seu peso sobre ela. O grande passado da unidade romântica, da plena vigência das ilusões e dos sentimentos, é percebido como uma angustiada ausência. O fracionamento do romantismo em várias escolas que acabaram se equiparando e mantendo-se eqüidistantes, impedindo a definição de uma nova grande corrente, arruinou irremediavelmente o grande império literário do século XIX, expondo os escritores à concorrência da ciência, do jornalismo e até do cinematógrafo.⁸¹

Vimos como Lima havia se apropriado do modelo de enfoque que se aproximava do padrão de linguagem também utilizado pela ciência por meio da adoção do foco narrativo da literatura naturalista. Outros recursos lingüísticos de que se serviu foram os empregados pelo jornalismo. Dentre os gêneros discursivos que Amadeu Guedes identificou na obra *Os Bruzundangas*, temos, ao lado da sátira, a crônica jornalística.

Esse gênero é predominante na obra. Além de seu narrador se apresentar como jornalista, podemos perceber na obra os traços daquele gênero como a linguagem cotidiana e a atenção aos detalhes. Lima Barreto havia iniciado sua trajetória na imprensa no ano de 1902 num jornal de estudantes denominado *A lanterna*. Além desse, o autor escreveu para revistas humorísticas como *Tagarela*, *Fon-Fon*, *Careta* (a sua colaboração nesta só foi interrompida com sua morte), *O Diabo* e a revista literária *Floreal*, de sua criação. Quanto aos jornais, podemos destacar a sua presença no reconhecido *Correio da Manhã*, no qual produziu uma

⁸⁰ GUEDES, Amadeu da Silva. **Diálogos de Lima Barreto com o cientificismo em Os Bruzundangas e O Subterrâneo do Morro do Castelo**. Orientador: Luis Filipe Ribeiro. 2012. 252 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 50.

⁸¹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 122.

série de reportagens, sem assinatura, intitulada “Os subterrâneos do Morro do Castelo” entre os meses de abril e junho de 1905; na *Gazeta da Tarde*; no *Jornal do Comércio* no qual iniciou, em folhetins, o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* em agosto de 1911; em *A Noite*; no semanário político *A.B.C.* entre outros periódicos.⁸²

Familiarizado com a crônica jornalística, a qual é um gênero flexível, Lima na narrativa de *Os Bruzundangas*, então, inseriu recursos estéticos que dialogam com as narrativas de viagem. Esse diálogo, por sua vez, nos permite a observação da forma como o autor discute as relações temporais presentes na sua sociedade.

Se a crônica, literariamente trabalhada na obra, apresenta [...] características relacionadas ao instante presente, ao leitor e seu cotidiano e ao pormenor, as narrativas de viagem ligam-se ao passado, estão intimamente relacionadas ao processo de mapeamento dos povos não-europeus. Elas apresentam o olhar do estrangeiro. Foram elas que ajudaram a “sciencia” a construir uma imagem dos outros povos.

Na obra, encontramos a apresentação de uma terra exótica e distante e que faz parte das experiências do narrador. No entanto essa terra exótica, distante e imaginária, ela é a representação satírica do país atual desse mesmo narrador, que é um jornalista..⁸³

Segundo Guedes, no casamento entre esses dois gêneros literários na obra *Os Bruzundangas*, a crônica “dá uma força vivificante às narrativas de viagem”. Desse modo, as descrições realizadas pelo narrador viajante representam “o detalhe e o momento”, permitindo a visualização da Bruzundanga por um ângulo diferente do oficial. A crônica, a narrativa de viagem e outros gêneros reunidos na conformação dessa obra barretiana procuram dar conta da pluralidade do país, discutindo reminiscências do passado no seu presente bem como apontando “as tensões na ordem social idealizada em parâmetros estranhos àquele lugar”.⁸⁴

Para Lima, a literatura militante deveria sinalizar um futuro diferente da realidade presente do Brasil. A sua consciência histórica era afiada e as suas palavras escritas buscavam rasgar o tecido social e evidenciar suas contradições. Não foi à toa que no artigo “Literatura militante”, Lima se mostrou inconformado com a leitura que o historiador, jornalista e escritor português Carlos Malheiro Dias

⁸² Cf. BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros).

⁸³ GUEDES, Amadeu da Silva. **Diálogos de Lima Barreto com o cientificismo em Os Bruzundangas e O Subterrâneo do Morro do Castelo**. Orientador: Luis Filipe Ribeiro. 2012. 252 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 55-56.

⁸⁴ Ibid., p. 55-56.

expressou sobre a literatura de Anatole pela qual o autor carioca tanto nutria admiração.

Pelo artigo “À margem do último livro” de Anatole France, publicado em 2 de setembro de 1918 no *O Paíz*, Malheiro Dias deixou transparecer um desdém pelos escritores militantes quando enfatizou que o escritor francês “não era lido apenas por esse segmento do campo literário”.⁸⁵ Malheiro considerou que apenas as elites tiveram um melhor proveito da literatura produzida por Anatole e “literatos aprendizes, militantes e honorários” que enveredaram pelo jornalismo, ao se apropriarem do pensamento do escritor francês, vulgarizaram as letras. Um último ponto que merece ser destacado dessa leitura de Malheiro foi a sua visão de um suposto afastamento dos literatos “da graça da forma” e da “arte de escrever com elegância”.⁸⁶

Em resposta, Lima afirmou: “[...] não sei porque despreza os aprendizes literatos, militantes e honorários”. [...] Eu sempre falei em literatura militante, se bem julgando aprendiz, mas não honorário, pois já tenho publicado livros, tomei o pião na unha”.⁸⁷ Diante disso, apresentou aquela leitura, a qual acima destacamos, sobre o caráter das obras de Anatole que, como vimos, apresentavam uma forte crítica social. Logo em seguida, Lima Barreto, numa postura anticolonial, apontou autores portugueses que, pela sua ótica, não mereceriam a atenção “que estamos tendo por eles”, pois não representavam a realidade local.

O Brasil é mais complexo, na ordem social econômica, no seu próprio destino, do que Portugal.

A velha terra lusa tem um grande passado. Nós não temos nenhum; só temos futuro. E é dele que a nossa literatura deve tratar, de maneira literária. Nós nos precisamos ligar; precisamos nos compreender uns aos outros; precisamos dizer as qualidades que cada um de nós tem, para bem suportarmos o fardo da vida e dos nossos destinos. Em vez de estarmos aí a cantar cavalheiros de fidalguia suspeita e damas de uma aristocracia de armazém por atacado, porque moram em Botafogo ou Laranjeira, devemos mostrar nas nossas obras que um negro, um índio, um português ou um italiano se podem entender e se podem amar, no interesse comum a todos nós.⁸⁸

⁸⁵ AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. **Vida literária e desencantos**: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922). Orientadora: Maria de Fátima Fontes Piazza. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 132.

⁸⁶ Apud AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. **Vida literária e desencantos**: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922). Orientadora: Maria de Fátima Fontes Piazza. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 131.

⁸⁷ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 72.

⁸⁸ Ibid., p. 72-73.

Essas expectativas de Lima Barreto levaram-no a questionar como a literatura ou a arte poderia contribuir “para a felicidade de um povo, de uma nação, da humanidade”.⁸⁹ No seu texto “O destino da literatura”, Lima, tendo como referências outros autores franceses como Taine, Brunetière e Guyau, os russos Tolstói e Dostoiévski e o escocês Thomas Carlyle, explicitou seu pensamento sobre esse questionamento, o qual considerou como “o resumo do problema da importância e do destino da Literatura que se contém no da arte em geral”.⁹⁰

“O debate a esse respeito não está encerrado, e nunca ficará encerrado enquanto não concordarem os sábios e as autoridades no assunto que o fenômeno artístico é um fenômeno social e o da Arte é social para não dizer sociológico”.⁹¹ Esse debate, por sua vez, leva, segundo Barreto, a outro questionamento: “o que é a Beleza?”

Segundo as ideias de Taine, Brunetière e, especialmente, dos escritos anarco-estéticos de Jean-Marie Guyau e de Tolstói no ensaio *O que é a arte?*, publicado em 1898,⁹² Lima argumentou que a beleza estética depende da “substância da obra”.⁹³ Tal concepção deveria ser vinculada ao destino humano neste mundo. A importância da literatura, então, reside em seu conteúdo, o qual “fale do problema angustioso do nosso destino em face do Infinito e do Mistério que nos cerca e aluda às questões de nossa conduta na vida”.⁹⁴

Como exemplo do “pensamento de interesse humano que a literatura deveria exteriorizar, Lima citou a obra *Crime e Castigo* de Dostoiévski. A partir desta, o autor explicitou que o argumento do texto literário deveria ser transformado em sentimento. Este, que motivou o autor do texto ou simplesmente foi por ele descrito, tem o poder de contágio, passando o “simples capricho individual” para “traço de união, em força de ligação entre os homens [...]”.⁹⁵

Nesse sentido, a arte, incluindo a literatura, para Lima, baseando-se em Guyau, contribuiria para a humanidade superar os “preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça [...]”.⁹⁶ O sentimento

⁸⁹ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 55-56.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 56.

⁹¹ *Ibid.*, loc.cit.

⁹² OAKLEY, Robert John. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 4.

⁹³ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 58.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 59.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 62.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 66.

barretiano é um desejo de comunicar ideias para a humanidade e pela humanidade. Segundo Oakley, esse seria “a primeira necessidade fundamental sobre a qual se baseia o conceito de arte barretiano”.⁹⁷

Quanto à segunda, esta mais pessoal, é “necessidade de uma inteligência considerável, a qual se aprimoraria pelo “meio quase perfeito de comunicação”: a linguagem.

[...] com a qual nos é permitido somar e multiplicar a força do pensamento do indivíduo, das nações e das raças, e até, mesmo das gerações passadas graças à escrita e à tradição oral que guardam as cogitações e conquistas mentais delas e se ligam às subseqüentes.

[....]

A arte, tendo o poder de transmitir sentimentos e ideias, sob a forma de sentimentos, trabalha pela união da espécie [...].

[...] ela explicou e explica a dor dos humildes aos poderosos e as angustiosas dúvidas destes, àqueles; ela faz compreender, uns aos outros, as almas dos homens dos mais desconhecidos nascimentos, mas mais diversas épocas, das mais divergentes raças; ela se apieda do criminoso, do vagabundo, quanto de Napoleão prisioneiro ou de Maria Antonieta subindo à guilhotina [...].

[...] a literatura [então] reforça o nosso natural sentimento de solidariedade com os nossos semelhantes, explicando-lhes os defeitos, realçando-lhes as qualidades e zombando dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros.⁹⁸

Aqui notamos, implicitamente, umas das críticas que Lima fazia à historiografia produzida por integrantes do IHGB⁹⁹ bem como à literatura predominante na grande imprensa e na Academia Brasileira de Letras. As narrativas aceitas nesses ambientes acabavam por ser produtoras de memórias que efetivavam desigualdades, hierarquias, pois tinham como personagens principais membros das elites política, econômica e cultural do Brasil e/ou relegava aos demais grupos étnico-sociais um espaço subalterno no enredo, atribuía-lhes características inferiorizantes bem como os retirava das cenas, silenciando-os.

No trecho acima de “O destino da literatura”, Lima apresentou sua expectativa de aproximar, via a sua literatura militante, sujeitos históricos de segmentos sociais e temporalidades diversas. Sua preocupação estava voltada para uma linguagem que possibilitasse uma comunicabilidade dos sentimentos, anseios e angústias daqueles sujeitos a fim de transformar a mentalidade predominante da sua época, na qual criações ditas científicas norteavam a construção das muitas narrativas literária e histórica em circulação.

⁹⁷ OAKLEY, Robert John. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011., p. 5.

⁹⁸ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 67-68.

⁹⁹ Trataremos como mais acuidade essa implicância de Lima Barreto no item 3.2.

O propósito da literatura militante, para Lima, era tornar “assimilável à memória”¹⁰⁰ aquele sentimento em que os diversos sujeitos se compreendessem. Apesar de sua visão universalista, Lima, nesse propósito, não descuidava das questões locais. Pelo contexto sociocultural que vimos acima, discutir questões como as relações entre construção da identidade nacional, poder, escrita e formas de lidar com o passado estava entre os objetivos literários do escritor Lima Barreto.

A última parte de “O destino da literatura”, na sua argumentação em prol do realce dos “nossos defeitos” e zombaria “dos fúteis motivos que nos separam uns dos outros”, traz o pensamento de Carlyle no qual o homem de letras é um herói incumbido. A leitura de Lima do ensaio *O que é a arte?* de Tostói e da obra *Os heróis* de Carlyle, fez com que o autor carioca tomasse para si a missão de produzir uma literatura pela qual os seus leitores tivessem acesso a uma escrita sincera. Esta, por sua vez, era entendida como uma forma de desvendar os motivos das desigualdades entre os seres humanos e, ao mesmo tempo, provocar a reflexão acerca do poder que a linguagem poderia ter sobre a deturpação da realidade.

O conceito do sacerdócio das letras carlyleano está associado diretamente ao primeiro dos pensadores pós-kantianos, Johannes Gottlieb Fichte (1762-1814), especialmente a uma das suas obras mais célebres, populares e divulgadas: a série de ensaios *Bestimmung des Gelehrten* [Vocação do estudioso], de 1794, desenvolvidos e ampliados alguns anos depois em uma segunda série de intitulada *Über das Wesen des Gelehrten* [Sobre a natureza do estudioso), de 1806. [...].¹⁰¹

Segundo Oakley, Fichte havia criado uma concepção de sociedade humana formada por várias vocações morais, as quais, por sua vez, convergiram para um ideal comum que seria “o estabelecimento de uma ordem mundial moral”. A natureza do estudioso seria o de guiar a humanidade, sua vocação sagrada. “Nesta noção de estudioso verdadeiro, ideal, perfila-se a noção carlyleana do herói”.

A literatura, na percepção tolstoiana do papel que adquire na sociedade, é obviamente uma daquelas vocações morais. A noção de vocação literária como manifestação do estudioso como guia da humanidade é remetida a *Über das Wesen des Gelehrten*, obra em que Fichte sustenta que os mestres ideais se dividem em duas espécies: a primeira ensina o resto da humanidade, e a segunda propaga uma concepção a que Fichte chama de Ideia Divina do mundo, numa forma completa, acabada: a escrita. Tais estudiosos são autores. Contudo, nos últimos parágrafos de seu ensaio-

¹⁰⁰ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 61.

¹⁰¹ OAKLEY, Robert John. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 8.

palestra, no qual Lima Barreto cita a expressão achada de Carlyle, o termo literatura amplia-se para abranger qualquer forma de palavra escrita. [...] ¹⁰²

Carlyle seguia a visão fichteana do estudioso ideal pela qual haveria dois tipos. O falso, que age por uma percepção das meras aparências (um fracassado); e o verdadeiro cuja ação se baseia “numa verdade muitas vezes escondida, caminhando sempre à procura da verdade. Com essas e outras concepções em mente, como veremos a seguir, Lima se debruçou sobre um tema muito caro à intelectualidade brasileira na época e fortemente ancorada na forma como o passado estava sendo representado: a questão nacional.

Essas concepções devem ser levadas em conta também ao observarmos o interesse barretiano pela história do seu país e o papel da linguagem na sua divulgação, o que esteve entrelaçado com seu desejo de apresentar a literatura como uma forma de conhecimento válido para a compreensão da realidade.

2.3 Literatura, história e nacionalismo na escrita barretiana

O interesse de Lima pelo conhecimento do passado nacional foi contínuo ao longo de sua trajetória intelectual. Em carta ao escritor Almeida Magalhães, datada de 15 de julho de 1918, Lima confessou a mudança de preferência em suas leituras.

De há muito, desde os tempos em passei na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, que só acidentalmente faço leituras filosóficas. Quando andei por lá, em casa ou na biblioteca, lia o meu maravilhoso Descartes, o Comte, o Spencer e mesmo o Kant, mas, desde que a abandonei [1902], todo me voltei para a Literatura, para a História e para as questões econômicas e sociais [...]. ¹⁰³

A sua “Limana” refletiu esse interesse, pois possuía, entre as obras de literatura e filosofia, 63 exemplares com temas sobre História Geral e do Brasil. ¹⁰⁴ A escolha barretiana de escritor da língua portuguesa como referência de literatura militante também evidencia a sua busca por um diálogo entre as narrativas literárias e históricas na construção de seu realismo crítico.

José Maria de Eça de Queirós, representante da Geração de 1870 e citado como pioneiro por Lima no uso do termo literatura militante, desenvolveu uma

¹⁰² OAKLEY, Robert John. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 9.

¹⁰³ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c (Tomo II), p. 45.

¹⁰⁴ BOTELHO, Denilson. **Letras militantes**: história, política e literatura em Lima Barreto. Orientador: Sidney Chalhou. 2001. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001, p. 165-186.

literatura na qual predominou a abordagem de temas sociais e o tratamento de maneira objetiva da realidade humana. Publicou obras marcantes para a literatura portuguesa como, por exemplo, *O crime do Padre Amaro* (1880), *O Primo Basílio* (1874), *Os maias* (1887) e *A Relíquia* (1887). Neste último, o estudioso Antonio Nery observou como no seu terceiro capítulo, *Eça*, a fim de representar na sua narrativa um Jesus Cristo humanizado, parodiou ou aproveitou, além da Bíblia, textos de filósofos e historiadores.

Dos historiadores, Nery identificou a presença na narrativa de *Eça* de uma intexutalidade com trabalhos dos franceses David Strauss (1808-1874) e Ernest Renan (1823-1892).¹⁰⁵ O último historiador, em especial, fez parte das leituras e apropriações de Lima Barreto para a composição de suas narrativas, como veremos um pouco mais adiante. Além disso, o escritor carioca se ateu ao pressuposto de *Eça*, “sorvido do naturalismo francês, de captar um máximo de realidade e compô-lo com um mínimo de ficção”, o que ficou claro pela “sua tônica obstinadamente confessional”.¹⁰⁶

Contudo, Lima exagerou o postulado de *Eça* no sentido inverso, utilizando-se de caricaturas e ironias na sua ficção. Para Lima, a realidade “só poderia falar através da ficção, ficção crítica e caricatural, bem entendido”.¹⁰⁷ A ironia já fazia parte das primeiras tentativas barretianas de elaboração literária, como vimos nos seus esboços acima, e permitia ao autor distorcer e desautorizar certos discursos com os quais implicava.

[...] Lima a concebia numa envergadura bastante ampla, “que vai da simples malícia ao mais profundo humour”, abrangendo praticamente a inteireza de sua obra. Era o artifício através do qual se sobrepunha aos infinitos percalços que entravavam o desenvolvimento da personalidade e da carreira. [...].¹⁰⁸

Quanto à caricatura, Lima, naquela sua busca por adequar a linguagem literária às mudanças sociais e culturais, observou o trabalho dos ilustradores com os quais teve contato durante sua passagem pela revista humorística *Fon-Fon* na

¹⁰⁵ NERY, Antonio Augusto. Bíblia, história e ficção: a intexutalidade no terceiro capítulo de *A relíquia* (*Eça* de Queirós). *Revista de Literatura, História e Memória*. 2009, vol.5, n. 5. ISSN 1809-5313, p. 193-205. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/2111> Acesso em: 24 abr. 2018.

¹⁰⁶ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 238.

¹⁰⁷ *Ibid.*, loc.cit.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 197.

qual as caricaturas abundavam.¹⁰⁹ Outras fontes utilizadas, assim como para a ironia, foram os modelos apropriados de autores estrangeiros como Swift, Dickens, Voltaire, Balzac, Daudet e Maupassant.¹¹⁰

Contudo, Lima não procurava seguir à risca esses modelos de escrita, muitos dos quais oriundos do jornalismo da época. Como temos acompanhado, Lima os utilizava de uma forma que colaborassem para os propósitos de sua literatura militante. Ainda em 1905, Lima assinalou, entre suas anotações pessoais, suas observações acerca da ignorância dos literatos de sua época a partir de sua participação em algumas rodas literárias cujos encontros se davam em bares, cafés e confeitarias.

Eu tenho notado nas rodas que hei frequentado, exceto a do Alcides, uma nefasta influência dos portugueses. Não é o Eça, que inegavelmente quem fala português não o pode ignorar, são figuras subalternas: Fialho e menores. Ajeita-se o modo de escrever deles, copiam-lhes os cacoetes, a estrutura da frase, não há dentre eles um que conscientemente procure escrever como seu meio pede e o requer, pressentindo isso na tradição dos escritores passados, embora inferiores. É uma literatura concetti, uma literatura de clube, imbecil, de palavrinhas, de coisinhas, não há neles um grande sopro humano, uma grandeza de análise, um vendaval de epopéia, o ciclo lírico há neles é mal encaminhado para a literatura estreitamente pessoal, no que há de inferior e banal: amores ricos, mortes de parentes e coisas assim. A pouco e pouco, vou deixando de os frequentar, abomino-lhes a ignorância deles, a lassidão, covardia dos seus ataques.¹¹¹

Dois anos depois, numa carta a Mário Pederneiras na qual justificava sua saída daquela revista *Fon-Fon* (ele colaborou nos três primeiros trimestres dessa revista com crônicas e artigos assinados sob o pseudônimo de Philéas Fogg e S. Holmes), Lima demonstrou sua insatisfação quanto à produção literária veiculada pela imprensa e sua conseqüente inadequação. Nessa, relatou seu esforço para agradar os proprietários da revista: “[...] Fantasio, imagino, faço química, escrevo pilhérias... não há meio”, acrescentando:

[...] Eu mais que ninguém, já pela idade, já pelo talento, estou disposto a me curvar, a respeitar, [...] a ti, Mário Pederneiras¹¹², [...]; mas, se não me gabo de ser escritor (eu o sou, segundo eu mesmo), contudo, pela minha educação inicial, orgulho-me de ter alguma penetração e um pouco o dom de colher analogias; assim atribuo à antipatia dos donos da revista o desfavor em que estou, e toda gente sabe o que é antipatia no julgamento de um escritor...¹¹³

¹⁰⁹ NORONHA, Carlos Alberto Machado. **Lima Barreto entre lutas de representação**: uma análise da modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Curitiba: CRV, 2018, p. 42.

¹¹⁰ SEVCENKO, Nicolau. Op.cit., p. 198.

¹¹¹ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 100.

¹¹² Pederneiras foi um dos fundadores da *Fon-Fon*.

¹¹³ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c (Tomo II), p. 162.

Lima Barreto não se ajustava às demandas da revista e via o humor praticado pelos outros colaboradores como superficial, apresentando-se como capaz de produzir textos que “mergulhassem” na realidade social. Ao compararmos esse desabafo com aquele de 1905, presente nas suas anotações pessoais, percebemos também o quanto Lima estava atento à padronização da escrita dos literatos que ocorria naquele início do século XX no intuito de atender ao desejo dos proprietários dos periódicos cariocas em obter lucro e prestígio.

Nesse sentido, o autor carioca sugeria que os outros escritores fossem independentes intelectualmente e procurassem escrever seus textos a partir da realidade que os cercava, a qual ia além dos acontecimentos ocorridos nos “salões elegantes” do Rio de Janeiro (“amores ricos, mortes de parentes e coisas assim”). Lima procurava com o recurso caricatural, juntamente com a linguagem simples e despojada por ele empregada, uma comunicabilidade mais imediata e expressiva, uma vez que a caricatura, ao exagerar os traços de uma dada realidade ou sujeitos, permite “revelar os defeitos e expor as deformações que despertem o desprezo geral”¹¹⁴. (“aquilo que os simples fatos não dizem”).

Daí Lima rejeitar a retórica e apontar sua possibilidade de deturpação de fatos da realidade, mostrando sua preocupação com as relações entre linguagem e poder. Numa de suas anotações pessoais de 1904, o autor carioca registrou sua impressão acerca da forma como Rui Barbosa, no mês de novembro, se referiu aos acontecimentos relacionados com a Revolta da Vacina.

Rui, o letrado beneditino das coisas de gramática, artificialmente artista e estilista, aconselha pelos jornais condutas ao governo. Há dia, ele, no auge da retórica, perpetrou uma extraordinária mentira. Referindo-se ao dia 14, que fora cheia de apreensões, de revoltas e levantes, e à nota a 15, da vitória da “legalidade”, disse assim, da manhã de 15: “fresca, azulada e radiante”, quando toda a gente sabe que essa manhã foi chuvosa, ventosa e hedionda.

Eis até onde leva a retórica; e depois...¹¹⁵

José Murilo de Carvalho, em estudo sobre a presença da retórica na história intelectual do Brasil, afirma que o seu uso tem raízes na formação escolar vinda de Portugal e teve um peso significativo na linguagem dos pensadores brasileiros. Ao analisar alguns compêndios dos séculos XVIII e XIX sobre retórica usados no Brasil

¹¹⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 198.

¹¹⁵ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 51.

e em Portugal, assinala que a retórica busca persuadir, mover a vontade.¹¹⁶ Lima, assim como outras heranças lingüísticas que já vimos combater, condenou a exploração da retórica, considerando-a imoral e reacionária,¹¹⁷ contrariando os princípios de sua literatura militante.

Com essa bagagem cultural, Lima levou à frente sua produção textual por meio da qual discutiu fatos da história contemporânea que envolviam questões relacionadas ao nacionalismo. Lúcia Lippi Oliveira destaca que a “questão da nação como uma unidade própria emergiu em diferentes momentos do processo de autoconsciência dos intelectuais brasileiros, e um deles ocorreu na segunda metade do século XIX, com a chamada “geração de 1870”.¹¹⁸

Essa autora, valendo-se das palavras de José Veríssimo, afirma que “sucessos de ordem política e social, e ainda de ordem geral” contribuíram para a manifestação de ideias oriundas da Europa, as quais começaram a operar no velho continente “antes de acabada a primeira metade do século XIX” e influenciaram vinte anos depois muitos intelectuais no Brasil. O “bando de ideias novas”, que vimos acima como o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan, tiveram uma grande influência na literatura nacional, pondo termo ao “domínio exclusivo do romantismo e reverberando na forma como se discutia a formação da nação.

Dentre os “sucessos” que Veríssimo assinalou, tínhamos a Guerra do Paraguai (“acordando o sentimento nacional”); a questão do elemento servil (“comovendo toda a nação); a questão religiosa; “a guerra franco-alemã com suas consequências, despertando a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades intelectuais; e acontecimentos que “fizeram ressurgir aqui com maior vigor do que nunca a ideia republicana” como o advento da República na Espanha após a Revolução de 1868, a queda do Segundo

¹¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, 2000, vol.1, n.1, p.137. Disponível em: www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_artigo03.pdf Acesso em: 29 mai. 2016.

¹¹⁷ OAKLEY, Robert John. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 41.

¹¹⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990, p. 79.

Império napoleônico e a consequente Proclamação da República na França em 1870.¹¹⁹

No início desse capítulo, havíamos comentado sobre a relação entre legitimação do regime republicano brasileiro e construção de uma identidade nacional com base, principalmente, nas premissas do cientificismo. Essa tríade, na busca de fortalecimento da nacionalidade brasileira frente às ditas nações civilizadas, propiciou a reinterpretação da história do país. Aqueles homens da geração de 1870 pretendiam “entender o Brasil, construir o Brasil”¹²⁰ e, para alcançar esse objetivo, “julgavam que o país deveria repetir, de forma acelerada a experiência do Ocidente”.

Neste contexto, a construção do sentimento brasileiro tinha uma importância fundamental, sendo a nacionalidade o critério básico de avaliação dos produtos literários e culturais. Eles apontavam a carência de originalidade na literatura brasileira e viam como saída o estudo etnológico e histórico.¹²¹

Percebemos que as questões locais eram apreciadas por essa intelectualidade de modo concomitante à repercussão dos acontecimentos que se davam no continente europeu. Em relação ao nacionalismo, o seu conteúdo naquele continente mudou entre 1840 e 1890. O nacionalismo já não era mais um movimento democrático-revolucionário que buscava organizar o povo. A proposta passou “a ser a organização de uma sociedade altamente excludente, autocentrada, fechada, em oposição a qualquer tipo de internacionalismo.”¹²²

Nesse contexto, embora não fosse novidade a discussão sobre as desigualdades de raças na Europa, surgiram novas implicações histórico-políticas para noção de desigualdade já existente. Diferentes pensadores, em meados do século XIX, passaram a interpretar os conflitos de ordem política e social em termos de luta de raças.

Como destaque, podemos assinalar, o já apontado por Veríssimo, conflito franco-prussiano de 1870. A derrota francesa fez do revanchismo uma bandeira nacional, contribuindo para a penetração no pensamento francês de componentes racistas, corporificadas no anti-semitismo. Produziu-se “uma reflexão preocupada em explicar como a Prússia, aristocrática e hierárquica, pôde vencer a França, democrática e igualitária”.¹²³

¹¹⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990, p. 80.

¹²⁰ Ibid., p. 85.

¹²¹ Ibid., p. 85.

¹²² Ibid., p. 45.

¹²³ Ibid., p. 50.

Autores como Renan, Taine, Fustel de Coulanges se debruçaram sobre essa questão, partilhando da nostalgia de valores aristocráticos. Somados à aquela derrota francesa, acontecimentos como o trauma da Comuna de Paris, a mobilização política na luta contra a democracia liberal representada pelo regime parlamentar (o boulangismo), o escândalo do Panamá e o caso Dreyfus contribuíram para o clima de revanchismo, antisemitismo, antiparlamentarismo, anticlericalismo e militarismo que se seguiu na França depois de 1870.¹²⁴

O esforço da intelectualidade francesa em reinterpretar o passado e reconstruir a ideologia nacionalista deixou marcas em todo pensamento que teve no mundo francês sua fonte de inspiração. A estrutura temática do nacionalismo e do cientificismo franceses se fizeram presentes no pensamento social brasileiro do século XIX e início do século XX. [...]

As visões de mundo de Renan e Taine foram fontes de inspiração para parcela considerável da intelectualidade literária do Brasil da Primeira República. O determinismo preso às leis inexoráveis da natureza física e biológica marca o pensamento moderno brasileiro, ou seja, aquele que rompeu como o nosso passado romântico do século XIX [certamente, como já vimos, que essa importação de ideias obedeceu aos critérios de adequação nacional].¹²⁵

Lima, na abertura de uma coletânea de relatos sobre tradições e lendas populares denominada “Mágoas e sonhos do povo” e publicada na revista *Hoje* de 1919, recordou-se de um periódico quinzenal por meio do qual teve acesso a textos de muitos representantes daquela geração de 1870.

Em 1884, publicou-se aqui, neste Rio de Janeiro, uma pequena revista quinzenal intitulada *Gazeta Literária*. [...]

O jornalzinho literário era [...] bem feito e curioso. Impresso em bom papel e nas oficinas Leuzinger, muito cuidado na revisão, tinha um aspecto muito simpático e uma leitura variada, de forte cunho intelectual. Colaboravam nele nomes conhecidos, alguns cheios de glória inesquecível, como Capistrano de Abreu, Raul Pompéia, João Ribeiro, Urbano Duarte, Valentim Magalhães, Araripe Júnior, e outros que, embora pouco conhecidos do grande público, ainda são, não obstante, muito estimados pelos que se interessam com as etapas do nosso acanhado desenvolvimento intelectual.

[...]

[...] podemos dizer que, sem nome de diretor, sem talvez um programa definido (não tenho o número inicial), o espírito que a animava, como os leitores estão vendo, era de um grande nacionalismo.

Não era o nacionalismo dos nossos dias, guerreiro, espingardeiro, “cantativo”, mas que acaba na comodidade das linhas de tiro de classes e repartições e deixa para as funções árduas do verdadeiro soldado a pobre gente que sempre as exerceu, com sorteio ou sem ele.

Era um patriotismo mais espiritual, que não tinha uma finalidade guerreira e pretendia tão somente conhecer as coisas da nossa terra, a alma das suas populações, o seu passado, e transmitir tudo isto aos outros, para nos

¹²⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990, p. 51.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 73.

ligarmos mais fortemente no tempo e no espaço, em virtude desse entendimento mútuo.¹²⁶

Lima tinha na sua biblioteca recortes de periódicos antigos que costumava guardar para suas leituras acerca do pensamento de homens passados.¹²⁷ No trecho acima, vemos uma pequena amostra de sua coleção em que percebemos sua admiração pela forma como aqueles autores citados procuravam estudar a nacionalidade bem como sua percepção das mudanças nesses estudos no final da década de 1910.

Lima desaprova o abandono do nacionalismo “praticado” por aqueles membros da geração de 1870 pelo de contornos militaristas e belicistas do momento em que escrevia aquele texto. Mesmo tendo críticas ao cientificismo da geração de 1870 e a algumas de suas premissas que afastavam da sua análise a realidade local, como já indicamos, o novo conteúdo que se revestia o nacionalismo entre os intelectuais brasileiros lhe parecia mais preocupante.

Estava no ano de 1919, depois do fim da Primeira Guerra Mundial e este conflito trouxe transformações para vida intelectual brasileira quanto ao modo como abordavam o tema nacionalismo. “Após sua eclosão, reacendeu-se a necessidade de pensar o Brasil do ponto de vista brasileiro”, tendo como pano de fundo “o confronto e a releitura da tradição, ou seja, a releitura da interpretação histórica”.¹²⁸

Lima foi um dos autores que se posicionaram em relação ao confronto mundial, discutindo, por meio de suas crônicas, as bases do nacionalismo que estava por trás da deflagração da guerra e sua apropriação pela intelectualidade brasileira. As crônicas que publicou acerca de como os nacionalismos interferiam na compreensão do passado, tinham como objeto os acontecimentos que justamente contribuíram para aquela mudança de perspectiva. Discuti-las, nesse momento do nosso trabalho, vai permitir que observemos como Lima se apropria de referências historiográficas daquele período para produzir sua versão dos fatos.

O primeiro texto de Lima que selecionamos foi a crônica “Meia página de Renan”, publicada na *Revista Contemporânea* do dia 3 de julho de 1919. O foco do

¹²⁶ BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon**: sátira e folclore. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b, p. 241-242.

¹²⁷ Cf. BARRETO, Lima. Velhos “apedidos” e velhos anúncios. In: BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 376. BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 365.

¹²⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990, p. 126.

autor foram duas obras dos franceses Renan e Taine e o modo como o resultado do conflito franco-prussiano em 1870 teve reflexos na interpretação histórica de ambos. O escritor carioca iniciou sua crítica a partir de alguns trechos da obra *La reforme intellectuelle e morale de la France*, traduzidos e publicados naquela revista.

O autor afirma que houve um grande abalo “nos grandes espíritos de França, que tinham florescido antes da guerra de 1870” com a derrota e humilhação de sua pátria no ano de 1871.¹²⁹ Lima considerou que esse abalo era natural, pois, “por mais que nós queiramos ficar acima dos preconceitos nacionais, eles nos marcam de uma forma indelével”.

E ironiza: “Se isto se dá com os naturais de países obscuros, muito mais fortemente se deverá dar entre franceses, sobre os quais pesam não sei quantos séculos de glórias de toda a ordem”. Aqui Lima fez alusão aos intelectuais brasileiros que procuravam criar tradições no intuito de fortalecer um sentimento nacional por meio de narrativas acerca de um grande passado do país, o qual, como vimos naquele artigo “Literatura militante” do ano anterior, para o autor o Brasil não possuía e sua literatura deveria se voltar para o seu futuro.¹³⁰

Lima se mostrou, a princípio, compreensivo com a situação dos autores franceses e até afirmou que ele mesmo, “muito pouco patriota”, não desejaria ver seu país “humilhado e estrangulado por outra pátria”. Se isso ocorresse, não conseguiria se manter imparcial. Contudo, o que interessa para Lima é analisar a mudança no modo de pensar daqueles intelectuais depois da humilhação da França.

Como foi dito acima, o nacionalismo francês do final do século XIX constituiu uma meditação sobre a decadência,¹³¹ reinterpretao o seu passado. Lima Barreto, na crônica, salientou essa reinterpretação quando passou a comentar sobre a obra *Les origines de La France contemporaine* de Taine.

Pensaram todos os grandes franceses que a derrota da França era proveniente do enfraquecimento do seu espírito guerreiro, devido aos ideais humanitários que desde a Revolução vinham trabalhando os seus melhores espíritos, conquanto as campanhas propriamente da Revolução tenham sido gloriosas e extraordinárias...

¹²⁹ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 533.

¹³⁰ Id. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 72.

¹³¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990, p. 51

Taine, o extraordinário Taine, encetou logo um exame detalhado disso com as - Les origines de La France contemporaine – cuja primeira parte – L’Ancien Régime – apareceu em 1875 ou 76.¹³²

Lima reconheceu o valor dessa obra “como erudição, como concepção, como estilo”, mas esclareceu a seus leitores que o propósito do autor era manchar a reputação da Revolução Francesa, posição essa com a qual não concordava. De elogiosas, as considerações de Barreto passam a uma crítica severa sobre um critério visto como fundamental pela maioria dos intelectuais ao tomar uma obra como científica. O trabalho de Taine, segundo o escritor carioca, “devia ressumar a imparcialidade do grande historiador que ele era, do grande sábio que foi, do grande artista que é, ficou assim tisonada de uma paixão mesquinha, a que só se pode atribuir à dor de sua pátria derrotada e humilhada [...]”.

Com Renan, Lima considerou que ocorreu a mesma coisa. “[...] até o título da obra que esta revista deu a tradução de alguns trechos acima indica isso”.¹³³ Apontou, então, equívocos na obra de Renan, os quais envolviam a questão racial tão presente nos estudos barretianos e nas discussões sobre a identidade nacional naquele momento. O primeiro deles foi identificado na afirmativa do francês de que “uma raça de dominadores e soldados”, como era a europeia, não poderia suportar o trabalho manual da terra. “Reduzi esta raça, diz ele, a trabalhar no ergástulo como negros ou chineses; e ela se revolta!”.

Como contraponto a essa afirmativa, Lima partiu para uma argumentação que tinha como cerne inicial a historicidade de um termo utilizado por Renan:

“[...] ergástulo¹³⁴ lembra, não a escravidão de negros ou chineses, mas a de germanos, gauleses, iberos, helvécios, gregos, em Roma e seus arredores, quando ela era dos Césares da família Júlia, da burguesada dos Flávios e outras; e que todas essas raças da Gália, da Ibéria, da Helvécia e da Grécia são perfeitamente europeias.¹³⁵

Mesmo tendo ele também cometido um equívoco relacionado ao anacronismo de atribuir o adjetivo burguês a uma das dinastias da Roma antiga, Lima prosseguiu sua crítica a Renan. O cronista apresentou o esquecimento do renomado historiador e um dos defensores do culto à ciência de evidências históricas a fim de sustentar seu pensamento nacionalista e racista.

¹³² BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 533.

¹³³ Ibid., p. 534.

¹³⁴ Calabouço ou lugar destinado ao confinamento de escravos na Roma antiga.

¹³⁵ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 534.

“É curioso [...] que visse só a escravidão negra da Renascença e não se lembrasse da antiga” como também é admirável que, “tendo escapado de ser um doutor da Igreja, Renan “devia saber que a Humanidade deve a ela a transformação da escravatura antiga em servagem [...]”.¹³⁶ Outro engano cometido pelo historiador francês, segundo Lima, foi afirmar que “os negros e chineses estão condenados a uma servidão externa”.

O grande sábio devia conhecer a história das antigas colônias de sua pátria. Devia saber das rebeliões do Haiti, das surras que Louverture deu nas forças francesas que o foram subjugar e de que maneira traiçoeira foi preso, para morrer de frio, nas mãos de salteador de Napoleão, no forte de Joux, em França.

Lamartine e Schoelcher, que foram seus contemporâneos, escreveram a esse respeito alguma coisa...

Muito me admira que Renan diga que os normandos foram criadores da propriedade territorial na Europa. Não é preciso ser grande historiador para saber que de há muito ela já existia e era motivo de barulho, antes deles.¹³⁷

A desigualdade das raças humanas é uma constante no pensamento de Renan, a qual considera como um fato científico e justificador do imperialismo europeu. Na obra desse autor destacada por Lima na crônica, é categórica sua sentença: “A natureza fez uma raça de operários, a raça chinesa (...); - uma raça de trabalhadores da terra, o negro (...); - uma raça de senhores e soldados, a raça europeia”.¹³⁸

Como a função de domínio está na natureza da raça branca europeia, Renan vê como legítimas as guerras de expansão, “desde que não se dêem entre senhores”. Essas guerras permitiriam a conquista de povos operários e camponeses, ou seja, “a guerra perfeita é a guerra colonial”. Por esses argumentos, Renan considerava a conquista entre raças iguais como censuráveis, sendo um erro da Alemanha a sua vitória sobre a França.¹³⁹

Lima, atento às especificidades do pensamento de Renan, ironiza os esquecimentos do autor francês, apresentando argumentos característicos de um historiador. O literato carioca até indica fontes sobre as quais o historiador francês deveria ter se debruçado antes de realizar aquelas afirmativas. Lima se refere ao escritor romântico francês Alphonse de Lamartine (1790-1869) e Victor Schoelcher (1804-1893), ambos envolvidos na defesa do fim escravidão. O segundo, também

¹³⁶ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 535.

¹³⁷ Ibid., loc.cit.

¹³⁸ TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 126.

¹³⁹ Ibid, p. 127.

francês, se destacou justamente pela produção de trabalhos sobre a escravidão e colonialismo nas Américas, incluindo aí a Revolução Haitiana, frutos de suas viagens àquele continente.¹⁴⁰

O autor carioca, nessa análise, apresenta um pensamento que se aproxima do próprio Renan na sua conferência *Qu'est-ce qu'une nation?* de 1882. Nessa conferência, Renan afirmou: “O esquecimento, diria mesmo o erro histórico, são um fato essencial na criação de uma nação, e é assim que o progresso dos estudos históricos é frequentemente um perigo para a nacionalidade”.¹⁴¹ Lima percebe essa criação na forma como Renan avaliou o passado da França e utiliza, justamente, dos estudos históricos para desconstruí-la.

Nas linhas seguintes, notamos como Lima enfatiza a necessidade do conhecimento da realidade local, sugerindo a não adoção de teorias produzidas num outro contexto para evitar equívocos acima como os de Renan. Sobre os negros, afirma que o seu desconhecimento por Renan era esperado, uma vez que “viviam num país onde não os havia nem como escravos, nem como homens livres”. Além disso, a “sua dor patriótica, e talvez, o seu cansaço mental fizeram que avançasse generalizações apressadas”.

Se [...] vivesse entre nós, por exemplo, veria que nunca os negros aceitaram a escravidão, apesar de ser legal e penal entre eles, com a docilidade que lhe parece. Aceitavam como os atuais operários recebem a escravidão econômica, o salariato, isto é, com contínuas revoltas.¹⁴²

O cronista reforça seu exemplo, trazendo para o texto marcas da resistência negra à escravidão no passado brasileiro. Aponta, como um dos maiores perigos que corria Dom João VI e sua corte no Rio de Janeiro, era a “revolta de inúmeros negros fugidos que havia pelos arredores, e se podiam associar de uma hora para outra”. Essa situação, segundo, Barreto, se passava por todo o Brasil.

“Quilombo”, é uma palavra, não sei de que origem, que quer dizer acantonamento de negros fugidos. Aqui, no Rio de Janeiro, onde nasci, ainda no regime da escravidão, não tendo, porém, conhecido uma única pessoa escrava, a nomenclatura dos acidentes topográficos de seus arredores marca com esse nome, indicando muitas revoltas dos negros, vários lugares. De pronto, eu me lembro de dois, em pontos bem afastados: um, na ilha do Governador – simplesmente

¹⁴⁰ Cf. TOMICH, Dale. Pensando o “impensável”: Victor Schoelcher e o Haiti. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, 2009, vol.1, n. 15, p. 183-212. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000100007. Acesso em: 31 ago. 2018.

¹⁴¹ RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (org.). **Escrever a nação**: literatura e nacionalidade (uma antologia). Guimarães: Opera Omnia, 2011, p. 32.

¹⁴² BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 535.

“Quilombo”, e outro, lá pelas bandas do Jardim Botânico, o morro do “Quilombo”.¹⁴³

À guisa de conclusão, o autor declara que a paixão patriótica, “como todas as paixões, cega, mais que nenhuma outra, porém, ela é sáfara e estéril”. Essa paixão não permitiria o melhoramento da humanidade, fazendo-nos julgar mal os semelhantes. Como sua literatura militante desejava o oposto, mais uma vez Lima, com a sua escrita, zomba “dos fúteis motivos que nos separam um dos outros”.

As recomendações presentes nesse texto de Lima, referentes à necessidade do conhecimento da realidade local e certo distanciamento de teorias europeias, bem como o uso do conteúdo histórico para fundamentá-las (outro aspecto da geração de 1870 que Lima assimilou), nos diz muito da inserção desse autor nas discussões em voga acerca do nacionalismo no Brasil após a Primeira Guerra. Diante de um temor generalizado de uma possível invasão das potências imperialistas, muitos intelectuais advogaram um tipo de nacionalismo peculiar.

Segundo Sevckenko, esse nacionalismo eram bem caracterizado “na preocupação militarista defensiva de Olavo Bilac (Liga de Defesa Nacional) – amplamente exacerbada com a irrupção da Primeira Guerra Mundial –“ ou na necessidade de conhecimento do país, apregoada por Euclides da Cunha.¹⁴⁴ Skidmore também assinala essa perspectiva da intelectualidade brasileira ao afirmar que

[...] A necessidade de uma avaliação realista do Brasil cresceu na mente das pessoas. O abismo entre a realidade brasileira e os modelos que pensadores do passado tinham [...] foi mais geralmente percebido. O tom ficou empírico. A desconfiança das fórmulas cresceu. Por sua vez, estimulou-se o pensamento nacionalista.¹⁴⁵

Nesse momento, os intelectuais tiveram uma percepção mais aguçada de que havia a possibilidade de “mudar o papel que o darwinismo social e a herdada cultura europeia tentavam atribuir ao Brasil”.¹⁴⁶ Não é à toa que nomes, antes isolados, como Manuel Bomfim e Alberto Torres, tiveram uma influência mais ampla. Se retomarmos a carta enviada a Antonio Noronha Santos, ainda nesse momento da Primeira Guerra Mundial (26/06/1916), veremos que Lima recomendava a leitura

¹⁴³ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 535-536.

¹⁴⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 105.

¹⁴⁵ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 164.

¹⁴⁶ *Ibid.*, loc.cit.

desses dois autores (“Quer dizer que leio Manuel Bomfim [...], Alberto Torres – autores que pouco lemos, mas que merecem ser lidos”).

Bomfim e Torres refutaram as teorias racialistas. O primeiro fez do seu anti-racismo “parte de uma posição nacionalista e antiimperialista. Além de apontar a visão racialista como um instrumento utilizado pelos europeus para desmoralizar e dominar os latino-americanos, condenava a transplantação indiscriminada de instituições europeias e dos Estados Unidos.¹⁴⁷ Para o autor, o atraso sul-americano seria superado com a instrução popular¹⁴⁸.

Já Alberto Torres pensava que o problema brasileiro “só poderia ser explicado com a liquidação da doutrina racista. Esse autor endossava a escola culturalista que estava emergindo sob a liderança do antropólogo Franz Boas. Nesse sentido, “afirmava que o Brasil era um museu vivo”, desmentindo as teorias de superioridade ariana, pois “alemães e demais tipos saxônicos estavam na mesma situação dos outros grupos étnicos na luta para adaptar-se às condições do Brasil”¹⁴⁹.

Como entrave para a superação daquele pensamento racialista e reorganização política do país, Torres assinalava a alienação das elites brasileiras no que se refere à realidade nacional, “sintomas da falta de uma consciência nacional, da ausência de uma soma de padrões éticos aceitos por todos”. Diante dessa situação, Torres atribuía, como verdadeira tarefa do patriota, a assunção “da causa dos povos que, por acidente histórico, ficaram colocados em posição inferior”.¹⁵⁰

Autores, portanto, que devem ter chamado a atenção de Lima para a forma como a questão nacional estava vinculada à racial no Brasil e com os quais compartilhava a preocupação de se buscar conhecer a realidade nacional e superar a influência do pensamento racialista com seu suporte para o racismo predominante. O que nos leva a percepção da busca por Lima de referências teóricas que representassem uma fissura no pensamento social brasileiro.

Não podemos desconsiderar, diante do que observamos até o momento das escolhas barretianas, o nome de Capistrano de Abreu (1853-1927) naquela lista de

¹⁴⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9, p. 134-135).

¹⁴⁸ BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005 (Edição do Centenário), p. 363-367.

¹⁴⁹ SKIDMORE, Thomas E. **op.cit.**, p. 136.

¹⁵⁰ *Ibid.*, p. 138-139.

intelectuais que praticavam um “nacionalismo mais espiritual”, o qual valorizava em contraste ao que chamou de “guerreiro” daquele pós Primeira Guerra Mundial. Capistrano de Abreu teve uma produção que representou um sopro revisionista na historiografia brasileira daquele momento. Em 1907, Capistrano publicou *Capítulos de História Colonial* na qual o conceito de raça é substituído pelo de cultura, “refletindo” assim, como vimos em Alberto Torres, “a mudança no pensamento antropológico que triunfou nos Estados Unidos e na Europa entre 1900 e 1930”.¹⁵¹

Ainda em 1919, Lima redigiu três crônicas nas quais avaliava os motivos da Primeira Guerra e seus resultados. “A guerra faliu” (Revista Argos de 01/05/1919), “As lições da Grande Guerra” (Revista Hoje de 03/07/1919) e “Após a Guerra” (A.B.C de dezembro 1919¹⁵²) têm em comum a condenação da guerra em si, do patriotismo alemão que contaminou as mentes das outras nações e da forma como se estabelecia os acordos de paz.

A monstruosa guerra europeia que durou quatro anos, na qual se inutilizaram cerca de dez milhões de homens, que destruiu cidades, vilas, monumentos inestimáveis, bibliotecas, recordações do passado que as anteriores guerras poupado, não sabe ela mesma como acabar.

Quando começou, parecia a todos simplórios, mais ou menos ideólogos como eu, que bastava a anulação do brutal e estúpido poderio militar alemão para que os povos vencedores, cheios de boa-fé e sinceridade, resolvessem rapidamente de vez, logo após a vitória, as cláusulas da paz. Cheguei mesmo a dar minha adesão à Liga Brasileira pelos Aliados, da qual me separei [...].

Veio a vitória ou coisa parecida; a Alemanha ficou aniquilada militarmente, - por que então não se faz a paz?

É que a guerra não conseguiu modificar a mentalidade dos dirigentes e dos seus imediatos clientes.¹⁵³

Mesmo tendo sido a guerra, para Lima, “uma violenta sacudidela nas nações, na sociedade e nas instituições”,¹⁵⁴ a ideia de pátria, “hipermística”, que a Alemanha “inoculou na cabeça dócil de seus filhos”, estava sendo apossada pelos governantes,

¹⁵¹ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p.119-120.

¹⁵² Essa crônica, segundo Resende e Valença, não foi localizada na imprensa. Como indica o cumprimento no final do texto (“Boas festas, meus senhores”), deve ter sido escrita no final do ano, um ano após a assinatura do Armistício em 11 de novembro de 1918 (“Há um ano que as hostilidades entre povos de diversos feitios e estágios de civilização foram suspensas [...]”), e publicada em dezembro de 1919. Cf. BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 92-95.

¹⁵³ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 514-515.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 539.

com ou sem investidura de todos os países. Esse processo estava a incutir “no espírito das massas” a mística exaltação patriótica e militar.¹⁵⁵

Essa situação, que o enchia de “tristeza e de sombrias apreensões para o futuro”, era visível, pela sua concepção, aqui no Brasil também. Daí Lima Barreto não esperar que as resoluções tomadas na Conferência de Paz, que ocorria na França, garantissem tempos melhores, considerando-a um congresso de burgueses que querem organizar o mundo de acordo com as ambições de suas respectivas burguesias.¹⁵⁶

Lima acompanhou o processo que levou seu país a apoiar os aliados na Grande Guerra. A elite brasileira ainda era fortemente influenciada pela cultura francesa, tendo os jornais e revistas mais populares apresentado a guerra como uma ameaça da barbárie à liberdade e à cultura. Os poderes centrais tiveram defensores ocasionais como Sampaio Ferraz, para quem os alemães apresentavam riqueza de caráter, alguns oficiais brasileiros que haviam estagiado no exército alemão antes do conflito e líderes de colonos alemães no sul do Brasil.¹⁵⁷

Dos que se apresentam como opositores dos adeptos dos aliados, vale destacar ainda uma minoria que não concebia um interesse comum entre o Brasil e os países aliados, devendo continuar neutro. Oliveira Lima e Capistrano de Abreu foram algumas dessas vozes. Eles temiam que a entrada do país na guerra o transformasse “por demais dependente dos Estados Unidos, pois o Brasil seria a única nação “importante a tomar posição com os mesmos e pelos aliados”.¹⁵⁸

Desse modo, em 1915, os intelectuais pró-aliados fundaram a Liga Pelos Aliados com o intuito de promover comícios e mobilizar pela propaganda o sentimento brasileiro contra os poderes centrais. A partir desse momento, “o ar de isolamento começou a ceder lugar a um crescente espírito marcial”.¹⁵⁹ Como vimos, o próprio Lima chegou a aderir àquela liga, mas sua aproximação de grupos

¹⁵⁵ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 94.

¹⁵⁶ Id. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 514.

¹⁵⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 167-168.

¹⁵⁸ Ibid., p. 169.

¹⁵⁹ Ibid., p. 170.

anarquistas¹⁶⁰ e a entrada dos Estados Unidos na guerra (1917) foram determinantes para sua decisão de abandoná-la.

O escritor carioca reconheceu seu erro de avaliação a respeito dos adversários da Alemanha. Julgara que esses não se deixavam explorar “pelos corvos da finança, da indústria e do comércio, mas bem cedo” viu que se enganara. Lima considerava que a queda da Alemanha representaria um golpe ao patriotismo, o qual naquele momento, “era um instrumento nas mãos da burguesia para dominar as massas e explorar a terra em seu proveito [...]”.¹⁶¹

O próprio Brasil, que, por prudência, se devia ter mantido neutro na contenda, embebedou-se com discursivas, deixou a sua filosofia bonancheirona de matuto e meteu-se na guerra para tomar navios mercantes alemães, passá-los a outras mãos, vender café, a fim de dar lucros e comissões avultadas a certos espertalhões fartos que chamam todos os demais de vagabundos.

Demais, não podia continuar a dar o insignificante apoio do meu nome a uma associação, a tal liga, quando os Estados Unidos da América do Norte entraram na guerra, com aquele arrogância e ares de mata-mouros que lhes são próprios.

[...] os meus motivos para detestar tão semelhante país eram os mesmo que eu tinha para querer o aniquilamento político da Alemanha.¹⁶²

Essa posição de Lima sobre os Estados Unidos deve ser pensada dentro do cenário cultural e político que desde o início da República levou uma parcela da intelectualidade brasileira a refletir sobre sua relação com as outras nações americanas. Katia Baggio, em estudo das interpretações dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas sobre a América Latina, afirmou que, com a proclamação da República, sentiram a necessidade de buscar referenciais para refletir sobre os problemas complexos vinculados à mudança de regime, à transição do trabalho escravo para o assalariado e livre bem como para formular projetos de futuro.

“Houve, neste período, um evidente fortalecimento do americanismo no Brasil, ainda que o exemplo norte-americano tenha sido aquele que mais ganhou a adesão efetiva da maioria dos intelectuais”.¹⁶³ Objetivo estadunidense de ter uma hegemonia

¹⁶⁰ Lima circulou entre grupos anarquistas, publicou em periódicos sob essa orientação política bem como lia obras sobre o anarquismo, muitas vezes até citadas em suas crônicas. Cf. SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 345-369.

¹⁶¹ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 446.

¹⁶² Ibid., loc.cit.

¹⁶³ BAGGIO, Kátia Gerab. **A “outra” América**: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. Orientadora: Maria Lígia Coelho Prado. 1998. 226 f. Tese

sobre os demais estados do continente americano teve como marco oficial, a Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington de 02 de outubro de 1889 a 19 de abril de 1890.¹⁶⁴

A partir disso, difundiu-se um conjunto de políticas de incentivo à integração dos países americanos, sob o predomínio dos Estados Unidos, que ficou conhecido como pan-americanismo. E, naquele ano de 1919, com a vitória dos aliados, reforçados pelos Estados Unidos, esta nação surgia como referência econômica, financiando a reconstrução da Europa e, conseqüentemente, promovendo a aceleração de suas atividades econômicas.

Numa crônica, intitulada “O nosso ianquismo” e levada ao público pela *Revista Contemporânea* de 22 de março de 1919, Lima explicitou sua apreensão diante da forte influência dos Estados Unidos sobre o Brasil. As suas considerações sobre os Estados Unidos partiram da leitura de um artigo publicado na *Revista do Brasil*, a qual Lima considerava excelente e demonstrava interesse pelo que nela fosse socializado.

O artigo lido foi “Um confronto infeliz” de autoria do jornalista e co-diretor da *Revista do Brasil* Breno Ferraz do Amaral que, segundo Lima, “faz um estudo algo apaixonado, entre os Estados Unidos e o Brasil”. Lima afirma que a sua leitura o convenceu ainda mais da necessidade de “combater essa ingênua tolice dos nossos sociólogos *ad hoc* [...] nos aconselham a imitar a monstruosa República da América do Norte [...]”.¹⁶⁵

A *Revista do Brasil* foi um periódico fundado em São Paulo no ano de 1916 cujo objetivo era ser um ponto de convergência para os escritores que se empenhavam no reexame da identidade nacional. Ao lado de artigos de cunho literário escritos por membros da ABL, havia na revista discussões freqüentes de outros assuntos relacionados como “aplicação das técnicas norte-americanas de organização do trabalho às fábricas brasileiras (taylorismo)”, modernização da agricultura, “debates sobre o equilíbrio ideal entre nacionalismo e adoção de métodos estrangeiros na reforma do ensino [...], noticiário sobre a imprensa de São

(Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 8-9.

¹⁶⁴ BAGGIO, Kátia Gerab. **A “outra” América:** A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. Orientadora: Maria Lígia Coelho Prado. 1998. 226 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 45.

¹⁶⁵ BARRETO, Lima. **Toda crônica:** Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 480.

Paulo e do Rio de Janeiro e “despachos estrangeiros, especialmente de Londres, Paris, Berlim, Nova Yorque”.¹⁶⁶

Como ficou claro pelas próprias palavras de Lima, este era interessado pelo conteúdo dessa revista, o que deve ter contribuído para sua atualização da forma como estava se discutindo o nacionalismo no Brasil naquele momento. Nesse contexto, o autor carioca sentiu a necessidade de apresentar “o outro lado da História” para seus leitores. “Nós só vemos dos Estados Unidos o verso, não vemos o reverso ou o avesso; e este é repugnante, vil e horroroso”.¹⁶⁷

Após apresentar como desnecessárias as modificações urbanas realizadas no Rio de Janeiro sob influência das obras arquitetônicas norte-americanas, Lima analisa o perigo que considerava a aproximação de seu país dos Estados Unidos, tendo como base uma obra histórica escrita ainda no século XIX por Eduardo Prado. “O fundo do espírito americano” que é, para Lima, o da brutalidade inspira um sentimento de “esmagamento e opressão” e a obra *Ilusão Americana* “dá bem uma imagem disso”,

quando vê, ao entrar no porto de Nova Iorque, um mestiço com sangue de asteca e tolteca olhar assombrado aquela confusão diabólica, parecendo pensar um instante na conquista daquele inferno, mas, depois, considera bem alto que, unicamente, com os apitos, eles, os de Nova Iorque, conseguiriam ensurdecê-los, e derrotá-los, os seus patrícios de Guatemala ou alhures.

Nós não estamos ficando surdos com as coisas americanas, mas estamos ficando cegos; e, na clássica imagem, somos como as mariposas que a luz atrai, para matá-las.

[...]

Substituir o ideal coletivo que é espantosamente o nosso, por um outro que vai de encontro à nossa mentalidade e ao nosso temperamento, é suicidar-nos.¹⁶⁸

Eduardo Prado (1860-1901) ao lado de Oliveira Lima, José Veríssimo e Manoel Bomfim representavam a parcela da intelectualidade brasileira contrária ao pan-americanismo. Monarquista, foi um dos mais combativos críticos do regime republicano. *A Ilusão americana* - escrita em 1893 e tratando do período histórico de 1823 (elaboração da doutrina Monroe) até a época da política do big-stick quando da presença armada dos Estados Unidos na América Central - condena a forma republicana, apresentando-a como uma cópia do modelo político norte-americano.

¹⁶⁶ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 186-187.

¹⁶⁷ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 480.

¹⁶⁸ Ibid, p. 481.

Essa obra, inclusive, teve sua primeira edição confiscada pelo governo brasileiro naquele momento de estado de sítio decretado por Floriano Peixoto no qual o clima era desfavorável à circulação de ideias comprometidas com a Monarquia.

Lima, pelas palavras acima, concordou com os argumentos apresentados por Prado na primeira parte daquela obra, a qual considerava como escrita “documentadamente”.¹⁶⁹ Nessa parte, Prado apresenta a política externa dos Estados Unidos frente aos países da América Latina, condenando a doutrina Monroe e sinalizando a Inglaterra como protetora das independências daqueles países.

Dentre os argumentos apresentados por Prado, encontramos nas linhas abaixo alguns que vão ao encontro da ideia de suicídio que Lima aponta como destino das nações que adotam um ideal coletivo de uma outra pátria.

Todos os países espanhóis na América, declarando sua independência, adotaram as fórmulas norte-americanas, isto é, renegaram as tradições da sua raça e de sua história, sacrificando o princípio insensato do artificialismo político e do exotismo legislativo. O que colheram desse absurdo, disse a triste história hispano-americana deste século. [...].¹⁷⁰

A escolha de Lima Barreto por essa obra de Prado deve ser vista também como sinalizadora de sua visão acerca do modo como se deveria ser abordada a produção de narrativas sobre o passado. Oliveira afirma que Prado, “diversamente dos cientificistas de sua época, [...] faz a defesa da singularidade histórica, ainda que esta tenha como modelo a Inglaterra”.¹⁷¹ Além disso, notamos em Lima a necessidade de promover uma confrontação de fontes, como vimos acima ao criticar Renan e Taine.

As fontes, a propósito, é algo que Lima, como todo historiador moderno, considera como fundamental para a construção de suas assertivas. Ao continuarmos a suas observações sobre a aproximação entre Brasil e Estados Unidos, Lima, procurando as singularidades históricas dos norte-americanos que seriam incompatíveis com as nacionais, utiliza-se de notícias veiculadas no jornal libertário de São Paulo “*A Plebe*”.

Nessas notícias, Lima destaca a violência e a repressão contra os operários norte-americanos praticada por grupos financiados pela burguesia, o que

¹⁶⁹ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 448.

¹⁷⁰ PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, [1893], 2003 (Edições do Senado Federal, V.11), p. 33.

¹⁷¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990, p. 107.

representaria o espírito brutal dos Estados Unidos até mesmo dentro de suas fronteiras. Uma situação que revelaria também outro aspecto do espírito estadunidense, o qual era caracterizado “pela fé de que tudo se pode obter com dinheiro”.¹⁷²

A crença no todo-poderio do dinheiro, que entre nós se apossou, primeiramente em São Paulo, o que foi notado por Alberto Torres, não sei em que lugar, vai avassalando todo o Brasil, matando as nossas boas qualidades de desprendimento, de doçura e generosidade, de modéstia nos gostos e nos prazeres, emprestando-nos, em troca, uma dureza com os humildes, com os inferiores, com os desgraçados, com todas as infundadas superstições de raça, de classe, etc., nesta época de grandes e justas reivindicações, ameaça-nos de morte, ou senão, de grandes lutas, sangrentas. [...].¹⁷³

Neste trecho percebemos um Lima que, para diferenciar a sua nação da norte-americana e endossar o perigo a que estaria sujeita ficando sob sua influência, aproxima-se das máximas de Renan quanto à essência de uma nação. Esta, segundo o pensador francês, consiste na identificação pelos seus indivíduos de coisas em comum bem como pelo esquecimento de outras. É o que Benedict Anderson chama de “amnésias do nacionalismo”¹⁷⁴, ou seja, os esquecimentos de certos aspectos da trajetória de um povo que revelariam momentos de conflitos comprometedores da construção de um sentimento de pertencimento à nação.

Lima “se esquece”, no trecho acima destacado, das discriminações e explorações existentes no Brasil desde o período colonial, delineando uma imagem de Brasil, antes das relações com os Estados Unidos, marcada pela “doçura e generosidade” e abdicando da crítica histórica que até então vinha aplicando ao comentar sobre a influência norte-americana sobre o Brasil, contra o próprio nacionalista Renan e até em suas análises da discriminação sofrida pelos negros no Brasil. Como afirma Anderson, ao explicar as suas razões em considerar uma nação como uma comunidade imaginada, “independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal”.¹⁷⁵

Essa ambivalência de Lima fica mais nítida quando expressa sua preocupação com a forma como aquela influência norte-americana poderia afetar a

¹⁷² BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 481-484.

¹⁷³ Ibid., p. 485.

¹⁷⁴ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 24.

¹⁷⁵ Ibid., p. 34.

situação da população negra brasileira. Numa carta ao historiador e diplomata Manoel de Oliveira Lima datada de 29 de junho de 1919, Barreto, após ler um artigo do eminente intelectual pernambucano no *A.B.C.* (o qual não conseguimos identificar), pede orientações sobre como proceder diante daquela aproximação entre Brasil e Estados Unidos.

A minha intenção era perguntar-lhe, ao senhor, mais esclarecido e inteligente do que eu, mais culto e mais viajado do que eu, conhecendo bem a evolução das ideias e a sua transformação em sentimentos, a ditar atos quase automáticos – se eu, homem de cor, mulato, etc. etc., posso e devo concorrer de alguma forma para reforçar a influência ou o predomínio, no Brasil, dos Estados Unidos; e, também, se não é minha obrigação de modesto homem da pena combater de todas as maneiras essa influência?¹⁷⁶

Lima obteve sua resposta na carta que Oliveira lhe enviou no dia 9 de julho de 1919. O historiador se mostra agradecido pela pergunta do literato e logo já apresenta a sua impressão de que Lima Barreto “faz a justiça de crer que não tenho preconceitos estúpidos de cor, que aliás não são brasileiros”. Oliveira Lima ainda enfatiza que nas conferências que realizou nos Estados Unidos em 1912 afirmou “que a solução portuguesa das raças era a verdadeira e não a americana”.¹⁷⁷ Quanto à pergunta de Lima Barreto, esclarece que a amizade com os Estados Unidos não representa perigo para uma pessoa de cor, considerando-a como conveniente para o Brasil como fora a da Alemanha, “porque as duas se faziam contrapeso”.¹⁷⁸

Oliveira Lima, contudo, explica que não é a favor do predomínio dos Estados Unidos no Brasil, afirmando que sempre foi “inverso ao pan-americanismo nesse sentido” e defendendo “uma *entente cordiale* de igual para igual. Terá notado que o meu artigo é simpático, sem ser sabujo: bem longe disso”.¹⁷⁹

Oliveira Lima apresentou, durante a sua trajetória, uma mudança no seu pensamento em relação aos Estados Unidos e sua política externa destinada aos países latino-americanos. Se, em fins do século XIX, reconhecia os Estados Unidos como uma potência emergente e aceitava a Doutrina Monroe como um princípio de defesa continental, nos textos incluídos na obra *Pan-americanismo* de 1907 o tom era outro.

¹⁷⁶ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c (Tomo II), p. 39

¹⁷⁷ Ibid., p. 39-40.

¹⁷⁸ Ibid., 40.

¹⁷⁹ Ibid., loc.cit.

Certamente impactado pelas suas experiências como diplomata em Tóquio e Caracas e pelo endurecimento da política externa intervencionista e militarista dos Estados Unidos, Oliveira Lima afirmou naquela obra que o monroísmo servia como mecanismo para justificar as agressões perpetradas pelos Estados Unidos. Daí sua posição de ressalvas quanto à aproximação entre Brasil e Estados Unidos na carta que enviou a Lima.¹⁸⁰

A pergunta que Barreto fez na carta enviada a esse ex-representante do Brasil no exterior nos convida a acreditar que foi uma forma encontrada pelo autor para obter testemunho de um sujeito que vivenciou a realidade norte-americana e conhecia as relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos. Mais de um mês após a resposta de Oliveira Lima, Barreto publicou no mesmo periódico que havia lido o artigo do historiador, um texto que discute a presença do pensamento racista nos Estados Unidos norteado pelo racionalismo. Talvez Lima tenha procurado apresentar aos leitores do *A.B.C* um contraponto à visão de Oliveira Lima.

A consulta ao ilustre intelectual pode ser considerada com parte da preparação deste artigo que veio a público no dia 16 de agosto de 1919 com o título bem sugestivo para a discussão em voga naquele momento: “Considerações oportunas”. Lima afirma no início desse texto que os telegramas de Washington e Chicago chegavam ao Brasil “secos, amputados” e deduz:

[...] mas nós sabemos, pelos exemplos das matanças de armênios, na Turquia, e pela de judeus, na Rússia, o que deve ter sido a chacina de negros naquelas duas cidades dos Estados Unidos.

Para os massacres da Turquia e da Rússia, não havia censura telegráfica diplomática, ou de outra ordem; mas, para os negros americanos, deve ter havido uma.

É preciso que a América do Sul, com as suas civilizações mais ou menos escuras [...] fique, até certo e dado dia, convencida de que aquilo não foi nada, não passando de simples conflitos sem importância.¹⁸¹

A partir disso, Lima explica como a ciência, “transformada em arma de guerra”, tem relação com a violência contra os negros norte-americanos. Argumenta o autor carioca em prol da desmistificação dos dados apresentados pela Ciência:

Nada mais falso que apelar para a Ciência em tal questão. O que se chama de Ciência nesse campo de nossa atividade mental ainda não é nem um corpo homogêneo de doutrinas. Cada autor faz um poema à raça de que parece descender ou com que simpatiza, por isto ou aquilo. Os seus dados,

¹⁸⁰ BAGGIO, Katia Gerab. La Argentina según Oliveira Lima: impresiones de viaje, vida política y sociabilidad intelectual (1918-1919). In: MAILHE, Alejandra (org.). **Pensar al outro/pensar la nación**: intelectuales y cultura popular en Argentina y América Latina. La Plata: Al Margen, 2010, p. 99.

¹⁸¹ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 582.

as suas insinuações, os seus índices, [...] são interpretados ao sabor da paixão oculta ou clara de cada dissertador.

[...]

O critério mesmo de raça não é fixo de um autor para outro [...]. Não há dúvida nenhuma que, para classificar, é preciso abstrair de certos dados, para só procurar os gerais e comuns ao fenômeno a estudar, mas o resultado disso só pode valer para a Ciência, enquanto Ciência. Desde, porém, que passemos do campo espiritual, abstrato, para o da aplicação e da prática, esses resultados devem ser tomados com as necessárias reservas e convicções.

[...]

Nas ciências naturais, com em outra qualquer, toda a classificação há de ser um produto do nosso espírito em função do poder de abstrair. Fora dele, ela não existe, não é.¹⁸²

Para Lima, esse pensamento que busca na Ciência justificativas para as desigualdades das raças alimenta um ódio coletivo. Nos Estados Unidos, segundo o autor, esse ódio “achou sua aplicação no negro”.¹⁸³ Lima localiza no tempo o início do adensamento do ódio contra os negros e aponta questões políticas e preconceitos que persistiram mesmo com o fim da escravidão como fatos que encontraram no racismo bases de sustentação.

“Depois de vencido o Sul, na guerra de secessão, de 1861 a 65, os vencedores trataram de dar todos os direitos políticos aos antigos escravos”.¹⁸⁴ Os brancos, seus antigos senhores, começaram, segundo Lima, irritarem-se com a ocupação de “cargos eletivos e outros” pelos negros libertos que constituíam a maioria da população nos estados do Sul. Isso acabou gerando a prática de atos violentos contra os negros, espalhando-se pelo restante da nação norte-americana.

Percebemos que Lima escolhe um tema que aglutinava muitos intelectuais e, como vimos, estava relacionado às discussões em torno da conformação da identidade nacional. Contudo, não perde de vista aquele que mais o incomodava, como, assim se apresentou a Oliveira Lima naquela carta, homem de letras e de cor: a questão racial. A inserção dessa questão nos debates sobre a aproximação entre Brasil e Estados Unidos, denota a apreensão barretiana, já apresentada nos seus primeiros escritos, com a situação vivenciada pelos negros no Brasil.

Se naquela nação do norte da América, considerada como uma potência emergente depois do fim da Primeira Guerra Mundial e com crescente influência sobre o Brasil, aconteciam atos tenebrosos como linchamentos e segregação racial contra os negros - apontados por Barreto no artigo “Considerações oportunas” a

¹⁸² BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 583.

¹⁸³ Ibid., p. 585.

¹⁸⁴ Ibid., loc.cit.

partir de informações que coletou em periódicos internacionais e nacionais – o que poderia ocorrer aqui no Brasil cuja sociedade era marcada pelo preconceito racial? Esta poderia ter sido, diante do exposto nos textos acima, o questionamento de Lima Barreto.

Vale ressaltar naquele artigo também o amadurecimento intelectual de Lima Barreto acerca de sua visão da forte relação entre o que era considerado na época conhecimento científico e desigualdades das raças. Uma relação que, como temos acompanhado, orientou o modo como os intelectuais coevos a Lima lidavam com o passado através de narrativas literárias e históricas. Estas últimas, nessa discussão do nacionalismo por Lima, se faziam presente como referências, as quais eram tomadas pelo autor de maneira crítica.

Na crônica “São capazes de tudo”, publicada novamente no *A.B.C.* em 2 de janeiro de 1919, em que ainda tratava da Primeira Guerra, Lima já se mostrava preocupado com a influência norte-americana e utilizava a obra *Ilusão Americana* de Prado como referência a fim mostrar o caráter imperialista dos Estados Unidos frente à outras nações americanas. Lima lembrou o episódio da guerra do México e, citando diretamente Prado, destacou a maneira como o governo norte-americano “fomentou a revolta do Texas” para que se separasse do México.

O intuito disso foi facilitar a posterior absorção do território do Texas. Em seguida, os Estados Unidos declararam “guerra ao México, verdadeira guerra da conquista”, humilhando “aquela república até ao extremo” e arrebatando-lhe “a metade de seu território”. Lima, entretanto, afirmou que Prado não disse qual tinha sido “o verdadeiro fito” daquela guerra, assinalando que se poderia identificá-lo “nos *Études Morales et Politiques*” do poeta e jurista francês Edouard Laboulaye (1811-1883).

[...] Os estados do sul dos Estados Unidos, escravagistas, temendo perder a maioria que tinham no Senado americano, fomentaram a insurreição do Texas, que foi afinal anexado aos Estados Unidos, dividido em estados, dando estes ao Senado representantes perfeitamente escravocratas. Não havia, portanto, perigo de passar nenhuma lei que acabasse com a escravidão; mas, não contentes com isso, conseguiram que a União declarasse a guerra, para obter mais territórios e, vencedores, restabelecerem a escravidão, onde o governo do pobre México já a tinha abolido desde muito. Eis aí o que foi a guerra do México. [...].¹⁸⁵

¹⁸⁵ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 449.

Aqui podemos observar que aquela apreensão de Lima quanto ao futuro da população negra brasileira diante do predomínio norte-americano no país já fazia parte de seu pensamento antes daquela carta enviada a Oliveira Lima. A sua inserção nas discussões em voga no meio intelectual daquele momento para Lima era urgente. Isso até o levou a cometer uma injustiça com Eduardo Prado.

Ainda naquela primeira parte de *A ilusão americana*, ao comentar sobre a guerra do México, Prado sinalizou os interesses escravagistas que estavam por trás do interesse norte-americano em obter parte do território mexicano. Prado afirmou que aquela guerra tinha sido “um negócio premeditado e determinado de antemão”. Entre os envolvidos, o autor elencou “os senadores, os membros do congresso, sem falar do presidente e de seu gabinete”. Havia ainda “a grande horda dos demagogos e politiquinhos, que se comprazia em satisfazer os instintos de seus partidários”, os quais eram “os senhores de escravos, os contrabandistas, os assassinos de índios [...]”.¹⁸⁶

Os Estados Unidos começaram, então, “a empregar toda a sua energia em descobrir plausíveis pretextos para roubar de um vizinho mais fraco uma vasta extensão de terra. E para que? Para aí estabelecer a escravidão”.¹⁸⁷ Talvez Lima não tenha considerado o modo como Prado narrou os interesses envolvidos na guerra do México suficiente para elucidar os desejos dos escravocratas. Ou, melhor ainda, viu os escravocratas como os principais sujeitos causadores daquele conflito, refletindo, assim, sua preocupação em deixar bem explícito o racismo existente nos Estados Unidos que poderia trazer prejuízos à nação brasileira com aquela crescente aproximação.

Notamos como Lima procurava se cercar de fontes que lhes permitissem repensar as versões que lhe chegavam dos acontecimentos da história contemporânea. Nesse diálogo com a cultura histórica, o nacionalismo foi um dos temas que teve uma presença marcante nos textos barretianos e, como vimos, de muitos outros intelectuais naquele princípio do século XX. A seguir trataremos da obra barretiana que mais trouxe em seu enredo uma aguçada crítica dos discursos nacionalistas no Brasil.

¹⁸⁶ PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, [1893], 2003 (Edições do Senado Federal, V.11), p. 29

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 30.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima, apresentou relações intertextuais com uma série de narrativas literárias e históricas que serviam de referência para a vertente nacionalista que procurava superar o determinismo pessimista do cientificismo, valorizando a natureza exuberante, os recursos naturais abundantes e a grandeza do território como sinais do futuro grandioso da nação: o ufanismo. Além disso, o tempo dessa narrativa está ancorado num momento do passado recente da República que corresponde ao período da presidência do marechal Floriano Peixoto (1891-1894). Esses aspectos de *Triste fim* fizeram com que lhe reservássemos um lugar de destaque, pois, como veremos, contribuirá para o aprofundamento do nosso estudo cujo objetivo é discutir o diálogo barretiano com a cultura histórica.

2.3.1 *Triste fim*: destaque no diálogo com a cultura histórica

Triste fim de Policarpo Quaresma foi publicado, pela primeira vez, sob o formato de folhetim em 1911 pelo *Jornal do Commercio*. Este jornal era um dos principais periódicos em circulação do Rio de Janeiro, contando com duas edições diárias. O romance de Lima saiu na edição vespertina, estando a história completa após 52 folhetins.

A obra reapareceu como livro apenas em 1915, sendo publicada pela *Revista dos Tribunais* cujo custeio ficou por conta do próprio autor. A recepção do livro foi moderada, mas despertou a atenção de um grande nome da intelectualidade da época: o diplomata e historiador Oliveira Lima. Este, pelo jornal *O Estado de São Paulo* de 13 de novembro de 1916, destacou, o que até aquele momento, seria um injustiça por parte da imprensa do país o fato de não ter dado a devida atenção ao romance do escritor carioca, realizando uma comparação deste com outra obra que teve uma grande divulgação no início do século XX.

“[...] há quinze anos passados, mais de um crítico que saudasse como uma revelação genial a aparição de *Canaã*. O que dizer então do romance do senhor Lima Barreto, que lhe é em todos os sentidos cem vezes superior?”¹⁸⁸ Oliveira Lima continua seu questionamento, desafiando os leitores a responderem qual dos tipos criados por Graça Aranha perdurará na memória dos intelectuais. Posto isso, afirma:

¹⁸⁸ LIMA, Manoel de Oliveira. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin, 2011, p. 57.

[...] Em Milkau e em Lentz pretendeu o autor do *Canaã* simbolizar as tendências opostas da alma alemã, o idealismo e a força, mas representará isso um pensamento original, ou será antes o chavão batizado por todo aspirante a observador das psicologias estranhas? O que faz a superioridade olímpica de Goethe, senão a combinação perfeita daqueles dois elementos?

Entretanto o major Quaresma viverá na tradição, como um dom Quixote Nacional. Ambos otimistas incuráveis, porque acreditam que os males sociais e sofrimentos humanos podem ser curados pela mais simples e ao mesmo tempo mais difícil das terapêuticas, que é a aplicação da justiça da qual um e outro se arvoravam paladinos. [...].¹⁸⁹

Canaã de Graça Aranha foi muito lido e discutido entre a data de sua publicação e a I Guerra Mundial e apresentava no seu enredo o dilema sobre a possibilidade de, num país tropical, tornar-se um centro de civilização pela fusão de correntes imigratórias europeias e mestiços brasileiros. Tal dilema era representado pelo diálogo entre os personagens Milkau e Lentz.

O primeiro via a miscigenação como positiva e capaz de elevar a capacidade cultural e física do Brasil, expressando o ideal de branqueamento que se baseava na presunção de que uma raça superior poderia assimilar uma inferior. Essa visão, como vimos, articulava-se com pensamento predominante das elites intelectuais seguidoras das teorias racialistas. Já o segundo personagem tinha uma posição divergente do seu colega imigrante e conterrâneo alemão.¹⁹⁰

Lentz representava o pensamento “racista ortodoxo” pelo qual o progresso só poderia advir da substituição de uma raça híbrida, como os mulatos, por europeus. Skidmore considerou esse trabalho de Graça Aranha “um esforço de um homem em estreito contato com os mais ilustres intelectuais do seu tempo”, sendo por eles elogiado como obra literária. E, reflexo desse grupo social orientado para a Europa, não tiveram as opiniões racistas de Lentz recebido contestações.

Já no *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima, que como já destacamos se mostrava contrário à análise da sociedade nacional pelos parâmetros do cientificismo, criou um personagem nacionalista extremado cujo objetivo era melhorar seu país, resgatando elementos culturais “originais” do Brasil bem como valorizando suas potencialidades econômicas “naturais”. Essas características devem ter encantado o ilustre historiador que, assim como muitos intelectuais,

¹⁸⁹ LIMA, Manoel de Oliveira. Prefácio. In: BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 57-58.

¹⁹⁰Cf. ARANHA, José Pereira da Graça. **Canaã**. Disponível: <http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/project/canaa-graca-aranha/> Acesso: 07 abr. 2018.

procuravam referências e promoviam discussões a fim de conformar a identidade nacional.

O nacionalismo de Policarpo era parte integrante do sentimento de otimismo observado nos primórdios da República e estava presente em três áreas ou esferas da vida brasileira: encerrava um projeto cultural, um projeto socioeconômico, baseado numa tentativa de redenção através do trabalho agrícola, e um projeto político, que incluía a adesão ao governo forte de Floriano. [...].¹⁹¹

Lima dividiu sua obra em três partes que correspondem àquelas esferas da vida brasileira, sendo a primeira dedicada à narrativa dos projetos de Quaresma concernentes ao estudo e adoção de aspectos da cultura presente no Brasil que fossem nacionais, incluído aí seu requerimento para que o tupi se tornasse a língua oficial. A segunda parte do romance representa as tentativas do seu personagem principal em aplicar seu conhecimento adquirido nos livros para o desenvolvimento da agricultura nacional. Já na última parte, temos a narrativa da tentativa, frustrada como as anteriores, de atuação política de Policarpo, defendendo um suposto governo forte e nacionalista.

Umberto Eco compara o texto narrativo a um bosque. Este “é um jardim de caminhos que se bifurcam. Mesmo quando não existem num bosque trilhas bem definidas, todos podem traçar sua própria trilha”, optando por um dos lados de determinada árvore.¹⁹² A trilha que temos traçado nesta parte do trabalho, como acompanhamos no item anterior, está pautada pela discussão do diálogo da literatura militante de Lima com a historiografia brasileira, tendo como recorte a questão do nacionalismo.

Nesse passeio pelo “bosque” cultivado por Lima Barreto, escolhemos a “trilha” do primeiro item localizada na primeira parte de *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Dessa “árvore”, optamos ainda pelo seu lado que nos conduz à biblioteca do major Quaresma. Não queremos afirmar com essas seleções que as outras partes do romance não atendam à discussão barretiana sobre o nacionalismo, mas muitas delas serão retomadas num outro momento desta tese por considerarmos mais oportuno para o modo como estamos organizando nosso pensamento sobre os “bosques” barretianos.

¹⁹¹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990, p. 95.

¹⁹² ECO, Umberto. **Seis passos pelos bosques da ficção**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 12.

Obviamente, que nesse passeio nos depararemos com algumas daquelas características da escrita de Lima Barreto abordadas acima e teremos também como companhia, a nos orientar, o trabalho de Elvya Shirley Pereira, o qual apresenta a análise de algumas matrizes ideológicas subjacentes ao projeto nacionalista de Quaresma, destacando o entrecruzamento do discurso do narrador ao do protagonista que funciona como força tensiva no encaminhamento da narrativa.

O romance traz aquela concepção de missão tolstoiana e carlyleana, segundo a qual uma escrita sincera realizada por um estudioso verdadeiro e ideal – o herói – poderia guiar a sociedade no caminho de sua compreensão e solidariedade entre seus membros. Contudo, e aqui observamos a ironia tão bem empregada pelo autor, pois se, a princípio o romance segue o ideal tolstoiano e otimista que Lima apresentou acima naquele ensaio-palestra “O destino da literatura”, o decorrer da narrativa apresenta a derrota do protagonista ao se deparar com a realidade que o cercava.

Segundo Oakley, essa derrota da escrita pró-tolstoiana ao longo da narrativa representa o pessimismo de Lima Barreto e sua ambivalência quanto ao destino da inteligência humana e da palavra escrita,¹⁹³ o que reforça ainda mais nossa escolha pelo caminho até a biblioteca do protagonista. A epígrafe do romance, que é um trecho da obra *Marc-Aurèle e la fin Du monde antique* de Ernest Renan, reflete esse pessimismo de Lima, permitindo a compreensão de sua visão sobre o destino do personagem Quaresma.

O grande inconveniente da vida real e que a torna insuportável para o homem superior é que, se transportarmos para aí os princípios do ideal, as qualidades se tornam defeitos, de forma que frequentemente suas realizações e sucessos são mais fracos do que as daquele que se move pelo egoísmo ou pela rotina vulgar.¹⁹⁴

Renan vê o imperador Marco Aurélio como um homem superior cujas convicções moralizantes lhe permitiram permanecer firme na prática de seus deveres. Entretanto, a sua empreitada estava fadada ao fracasso – a conservação do Império Romano – e, tal como um herói trágico, ele se sacrifica por esse fim. A trajetória de Policarpo Quaresma segue essa linha e Lima o retrata como um homem superior, “incompatível com a ignorância e o egoísmo com o qual é obrigado a

¹⁹³ OAKLEY, Robert John. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 100.

¹⁹⁴ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 67.

defrontar-se”.¹⁹⁵ Os dois heróis também são escritores cujas obras não podem modificar os destinos de suas respectivas nações.

Conforme destacamos acima, Renan tinha acabado de assistir ao desastre que foi para a França o conflito com a Alemanha e o futuro imediato lhe parecia turvo. O imperador renanista é representado como a quintessência do tédio finissecular do qual tanto o historiador Renan e o romancista Anatole France se valeram para criar o herói intelectual paradigmático. Lima, leitor desses autores e preocupado com os rumos tomados pela República brasileira, não escapou a esse tédio, apesar de sua militância.¹⁹⁶

Com essas orientações preliminares, chegamos à casa do major Quaresma, em São Januário, e ocupamos o cômodo que servia de biblioteca, com “suas estantes peçadas de cima a baixo”.¹⁹⁷ O narrador assim descreve o espaço: “[...] um aposento vasto, com janelas para a rua lateral, e todo ele forrado por estantes de ferro.” Ao todo havia “perto de dez, com quatro prateleiras, fora as pequenas com os livros de maior tomo”.¹⁹⁸ O espírito que presidia a coleção de livros era o patriotismo de seu proprietário.

Desde os vinte anos que esse espírito animava Policarpo, fazendo com que procurasse obter “um conhecimento inteiro do Brasil”. Sem ambições políticas ou administrativas, seus estudos levaram-no a meditar sobre os recursos do seu país “para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa”.¹⁹⁹ Um espírito próximo, portanto, daquele “nacionalismo espiritual” que Lima identificou como característico dos escritores acima destacados na *Gazeta Literária*.

Vamos nos aproximar dessas prateleiras e verificar os títulos e autores que as preenchem.

Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da Prosopopeia; o Gregório de Matos, o Basílio da Gama, o Santa Rita Durão, José de Alencar (todo), o Macedo, o Gonçalves Dias (todo), além de muitos outros. Podia-se afiançar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta aparecia lá faltava nas estantes do major.

De história do Brasil, era farta a messe: os cronistas, Gabriel Soares, Gândavo; e Rocha Pita, Frei Vicente de Salvador, Armitage, Aires do Casal,

¹⁹⁵ OAKLEY, Robert John. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 109.

¹⁹⁶ Ibid., p. 109-110.

¹⁹⁷ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 73.

¹⁹⁸ Ibid., p. 76-77.

¹⁹⁹ Ibid., p. 84.

Pereira Da Silva, Handelmann (Geschichte von Brasilien), Melo Morais, Capistrano de Abreu, Southey, Varnhagem, além de outros mais raros ou menos famosos. Então no tocante a viagens e explorações, que riqueza! Lá estavam Hans Staden, o Jean de Léry, o Saint-Hilaire, o Martius, o príncipe de Neuwied, o John Mawe, o Von Eschwege, o Agassiz, Couto de Magalhães, e se se encontravam também Dawin, Freycinet, Cook, Bougainville e até o famoso Pigafetta, cronista de viagem de Magalhães, é porque todos esses últimos viajantes tocavam no Brasil, resumida ou amplamente.

Além desses, havia livros subsidiários: dicionários, manuais, enciclopédias, compêndios, em vários idiomas.²⁰⁰

O major Quaresma, semelhante ao “cavaleiro andante” de Cervantes, direciona sua atuação na vida real tendo por base os ensinamentos dos livros. O narrador sinaliza ao leitor o grande descompasso que essa postura de Quaresma representava entre o seu mundo idealizado e as condições reais de existência que o envolviam. Shirley Pereira esclarece que para melhor compreender a trama ficcional desse romance barretiano, a qual está fundada no entrecruzamento de discursos em torno do nacionalismo, faz-se necessário penetrar na biblioteca do protagonista em busca dos segredos de sua brasileira.²⁰¹

Essa autora observa que, vista em conjunto, a brasileira parecerá, tendo em vista aquele “espírito que a presidia”, convencional. Entretanto, o exame, em particular, leva-nos a questionar o seu “caráter eminentemente convencional”. Pereira destaca alguns nomes que a compõem. É o caso de Gregório de Matos.

A época de produção de Gregório foi aquela “em que se formavam as nossas origens histórico-literárias”, sendo, portanto, sua presença justificada enquanto registro histórico.²⁰² Mas quanto aos elementos nacionalistas que norteavam aquele acervo? Como a obra desse autor poderia se encaixar?

Pereira afirma que “o discurso poético de Gregório assume uma postura dessacralizadora em relação à matriz ufanista”. Tanto para sua vertente eurocêntrica, pela qual o modelo colonizador é visto como “soma harmoniosa às diferenças locais, quanto na perspectiva ufanista xenófoba que, por sua vez, tende a subtrair da nossa cultura aquele modelo, Gregório, segundo Pereira, apresenta um discurso que se faz corrosivo em relação aos elementos cosmopolitas e locais.²⁰³

²⁰⁰ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 77-83.

²⁰¹ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. **A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma**. Orientadora: Sônia Lúcia Ramalho de Farias Bronzeado. 1991. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991, p. 18.

²⁰² Ibid., p. 20

²⁰³ Ibid., p. 3-4; p. 20.

Esse poeta, “contemporâneo dos diálogos e tratados das grandezas do Brasil que se prolongaram pelo período colonial, insurge-se com uma das primeiras vozes a ecoar, iconoclasticamente, contra o mito ufanista e a empresa colonizadora”.²⁰⁴ Sua sátira social leva o leitor a esquadrihar o lado escuso da colonização, divergindo da imagem edênica que os cronistas procuravam transmitir.²⁰⁵

A inserção de Gregório na biblioteca de Quaresma representa também o acompanhamento pelo autor Lima Barreto das recentes mudanças na história da literatura brasileira. Era uma discussão corrente entre os intelectuais da virada do século XIX para o XX a definição e desenvolvimento de uma literatura nacional, como um dos critérios para medir “seu sentimento de identidade nacional²⁰⁶ e, em conseqüência, de autoconfiança”. Em termos literários (em perspectiva histórica), até o romantismo Gregório não existia, embora tenha permanecido na tradição local da Bahia. Ele foi redescoberto, graças a Varnhagen (este também presente na brasileira de Quaresma), depois de 1882.

Pouco tempo depois de ser introduzido no cenário da história da literatura brasileira, Gregório já fazia parte, portanto, da biblioteca de Quaresma, cujas “aventuras romanescas” se davam entre os anos de 1891 e 1894. Essa presença, dentro da trama ficcional, é vista da seguinte forma por Shirley Pereira:

[...] Nesse quadro intertextual e polifônico criado pelo romance de Lima Barreto, a intrigante, ou melhor, instigante presença de Gregório de Matos aparece ainda como que por tabela na brasileira de Quaresma, ou seja, projeta-se através do seu redescobridor, o historiador Varnhagen, que é uma presença citada (e teoricamente sintonizada) nessa mesma brasileira nacionalista. É como se fosse a paródia surgindo de dentro da paráfrase (Gregório dentro da brasileira, e ainda através de Varnhagen), contaminando seu discurso, subvertendo o seu desempenho, complementando a sua trajetória estética na estrutura romanesca de Policarpo Quaresma. Aqui, a paráfrase entrecruza-se com a paródia, criando o espaço da ironia-crítica e da reflexão dentro do romance.²⁰⁷

²⁰⁴ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. **A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma**. Orientadora: Sônia Lúcia Ramalho de Farias Bronzeado. 1991. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991, p. 51.

²⁰⁵ Segundo José Veríssimo, em sua *História da literatura brasileira*, Gregório de Matos não era um nacionalista, muito menos um autor “revoltado contra a miséria moral da colônia”, sendo de considerável importância sua obra pela feição documental de hábitos, “sentimentos e feições morais” do Brasil no período colonial. Cf. VERÍSSIMO, José. *História da Literatura brasileira*, p. 35-42. Disponível em: www.passeidireto.com/arquivo/24687055/a-historia-da-literatura-brasileira-jose-verissimo Acesso em: 26 jun. 2016.

²⁰⁶ A outra medida era a capacidade de atingir estabilidade política. Cf. SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 95-114.

²⁰⁷ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. **A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma**. Orientadora: Sônia Lúcia Ramalho de Farias Bronzeado. 1991. 97 f. Dissertação

Acrescentamos a esse pensamento de Pereira, a nossa visão acerca do modo como Lima dialogava com a cultura histórica do período. Diante do que identificamos até o momento desta tese, percebemos em Lima uma necessidade de apresentar a seus leitores as bases que norteavam a produção de discursos sobre o passado e as finalidades de seus autores em publicizá-las.

Com isso, Lima, utilizando-se de outras referências e da ironia, critica muitos daqueles discursos, como o faz no romance aqui em foco, evidenciando lacunas e pondo em xeque a tão propalada objetividade de autores seguidores do cientificismo. Vale, então, darmos continuidade às considerações de Pereira acerca da brasileira de Quaresma.

Outra presença, que endossa o seu argumento de que a brasileira não era tão convencional e sim o recorte realizado pelo Quaresma nas suas leituras, é a do cronista Gabriel Soares de Souza. Entre seus textos que insistem em demonstrar as “grandezas do Brasil” com sua terra exuberante e fértil, o cronista Gabriel Soares de Souza também alerta para o problema da saúva como elemento que oferece resistência ao desenvolvimento da agricultura brasileira.²⁰⁸ O narrador, promovendo a crítica do nacionalismo ingênuo de Quaresma, ironiza suas tentativas de produção agrícola respaldadas pelas informações que obtinha de seus livros.

Já no seu sítio, Quaresma ao ir para sua cama à noite “pôs-se a ler um velho elogio das riquezas e opulências do Brasil”. Até que ouviu um ruído vindo de sua despensa. Ao procurar pela casa a causa daquele barulho, foi surpreendido por “uma ferroadada no peito do pé. [...] Abaixou a vela para ver melhor e deu com uma enorme saúva agarrada com toda a fúria à sua pele magra”.²⁰⁹ Constatou que eram formigas, carregando “suas reservas de milho e feijão”.

Pereira também enfatiza que a constatação dos resultados da prática agrícola “sugere uma complementação irônica da frase de Caminha “nessa terra em se plantando tudo dá”.

O ingênuo Quaresma, compelido pelo seu ufanismo, embarcou na continuidade de jogo ideológico (terra inocente/terra pródiga – semente principal/sememente secundária) iniciado, na cultura brasileira com a carta de Caminha e reiterado por muitos nomes presentes em sua brasileira. O

(Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991, p. 50-51.

²⁰⁸ Ibid., p. 20-21.

²⁰⁹ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 226-227.

personagem só consegue entender as regras desse jogo muito tardiamente e, aí, ao invés de idealização, assoma a negação.²¹⁰

Um outro destaque que precisa ser feito da brasileira de Quaresma é a presença de escritores românticos como José de Alencar, Gonçalves Dias e Macedo, sendo que, em relação aos dois primeiros, o narrador enfatizou que era toda a sua obra.²¹¹ A análise dessa presença deve ser realizada juntamente com o requerimento redigido por Quaresma no qual defendia a adoção da língua tupi como oficial do país e, seguindo o raciocínio de Pereira em mostrar a não convencionalidade daquela brasileira – embora autora não se refira ao nome que iremos destacar – estabelecer mais uma obra que o personagem tinha acesso, mas não considerou seus argumentos devido ao seu recorte.

Aqui iremos observar o diálogo que, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima travou com a tradição literária e historiográfica romântica bem como suas possíveis relações com o contexto da escrita desse romance. Nesse sentido, procuraremos desenvolver uma abordagem pela qual evidenciaremos a ausência do negro naquelas narrativas.

O romantismo apresentou um compromisso nacionalista bastante reforçado pelo clima de euforia provocado pela independência política do Brasil. Os seus representantes, como parte do esforço de construir uma identidade nacional, erigiram mitos no intuito de conferir à incipiente pátria e a seu povo caráter e origens nobres. Como legítimo representante de nossa cultura, o índio foi alçado à categoria de expressão daquela identidade.

O indianismo romântico “atingiria seus momentos de maior grandeza no romance e na poesia justamente em José de Alencar e Gonçalves Dias, respectivamente. Vale registrar que o índio representado pelo romantismo é um sujeito idealizado, “revestido de características e comportamentos peculiares à cultura europeia”. O índio do romantismo é cortês e submisso ao homem branco e temente ao deus cristão.

Havia na visão romântica um otimismo quando à formação de uma nação nova na qual se desenvolvia uma harmonia racial. Por essa perspectiva, o branco colonizador é representado como elemento purificador no cruzamento das raças,

²¹⁰ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. **A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma**. Orientadora: Sônia Lúcia Ramalho de Farias Bronzeado. 1991. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991, p. 22-23.

²¹¹ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 78.

sendo deslocado de um papel contrário à cultura nativa. A suposta conciliação entre o elemento branco colonizador e o indígena colonizado é representada de uma maneira em que a cultura do primeiro predomina sobre a do segundo.

Ainda nessa visão otimista do romantismo havia a valorização da natureza como símbolo da grandeza da pátria. A literatura, nesse sentido, “se fez linguagem de celebração e terno apego [...], com apoio da hipérbole e na transformação do exotismo em estado de alma”.²¹² Os elementos considerados exóticos, o índio e a natureza, tornaram-se sinônimos de brasilidade e sua valorização pela literatura romântica fez com que fossem representados como razão para otimismo social, compensando “o atraso material e a debilidade das instituições”.²¹³

Uma visão de sociedade que animou o major Quaresma a enviar um requerimento ao Congresso Nacional. Este continha o desejo patriótico do protagonista de ver a língua indígena tupi como oficial do Brasil, pois, segundo ele, “a língua portuguesa é emprestada ao Brasil” e, sendo a língua “a mais alta manifestação da inteligência de um povo”, o aceite de seu pedido representaria o complemento à emancipação política do país.²¹⁴

Essa atitude de Quaresma gerou uma série de “pilhérias” por parte da imprensa e irritação entre seus colegas de repartição, levando-o a delírios e conseqüente internamento no hospício. O descompasso entre seu nacionalismo advindo de suas leituras e a vida real mais uma vez é sinalizada pelo narrador. Dentro desse descompasso, temos que observar também a própria negação de certos elementos da realidade que aquela visão romântica acaba se reverberando nas ações de Quaresma.

Estamos aqui nos referindo à ausência do negro na formação da nacionalidade e à elipse do índio presente no pensamento de Quaresma. A tradição romântica na sociedade escravocrata brasileira não insere na mistura das raças o elemento negro e o índio foi incorporado por ainda ser possível sua assimilação à civilização, embora também considerado como uma raça inferior. O negro, visto

²¹² CANDIDO, Antonio. **A Educação Pela Noite & Outros Ensaios**. São Paulo: Ática, 1989 (Série Temas: Volume 1 Estudos Literários), p. 141.

²¹³ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. **A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma**. Orientadora: Sônia Lúcia Ramalho de Farias Bronzeado. 1991. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991, p. 61.

²¹⁴ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 139-140.

como ameaça à ordem e mão de obra servil, não apresenta aspectos que poderiam, na visão romântica, contribuir para a melhoria da formação da nação.

Devemos levar em consideração também, nessa exclusão dos negros, as teorias científicas que, no seu âmbito, tinha o racismo como um dos destaques. Este, por sua vez, apresentava o problema que a mestiçagem geraria para o Brasil, tema que, como vimos, levou a muitos debates entre os pensadores nacionais. Na obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, ambientada na última década do século XIX em que a intelectualidade brasileira apresentava uma grande aceitação do racismo, tanto o narrador quanto o protagonista não dão maiores destaque à presença negra.

O romance “como um todo relega o negro a situações periféricas e a uns poucos estereótipos raciais que até então marcara a literatura brasileira”.²¹⁵ Os negros que trabalham com Quaresma - Anastácio, Felizardo e Mané Candeeiro – são apresentados no enredo como leais e hábeis para o trabalho braçal. Quanto a Mané Candeeiro, o narrador recorre a outro estereótipo para realizar sua descrição física, denotando sua aceitação, a princípio, das teorias racialistas com seu pessimismo em relação aos mestiços.

Ele era claro e tinha umas feições regulares, cesarianas, duras e fortes, um tanto amolecida pelo sangue africano.
Quaresma procurou descobrir naquela odiosa catadura que Darwin achou nos mestiços, mas, sinceramente, não a encontrou.²¹⁶

O narrador se mostra vacilante quanto às máximas do evolucionismo. Inicialmente, fez uma referência preconceituosa à fisionomia de Felizardo, salientando que, apesar de aspectos que se atribuíam à raça branca (“cesarianas, duras e fortes”) presentes no trabalhador negro, estes já se encontravam degenerados pela contaminação do sangue negro. Contudo, logo em seguida, se contradiz ao narrar que Quaresma não consegue ver em Felizardo o semblante negativo que o cientista inglês afirmava ser típico dos mestiços.

Já um outro estereótipo do negro nesse romance é a personagem Maria Rita. Uma ex-escrava, como Anastácio, “antiga lavadeira da família Albernaz”. Servil como os demais personagens negros, a preta velha Maria Rita é procurada por

²¹⁵ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. **A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma**. Orientadora: Sônia Lúcia Ramalho de Farias Bronzeado. 1991. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991, p. 77

²¹⁶ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 235.

Quaresma e seu amigo general Albernaz, pois este último queria realizar uma festa na sua casa com cantigas originárias do norte do país, consideradas genuinamente nacionais. Uma proposta que estimulou o furor patriótico de Quaresma.

Entretanto, os dois amigos saíram desanimados com o encontro, pois Maria Rita não se recordava das cantigas. O desejo deles era apenas fazer uma apresentação com o que pudesse conseguir com a preta velha.²¹⁷ Não havia na procura de Quaresma pelas recordações daquela personagem uma tentativa de vincular a figura do negro e sua memória cultural ao projeto de construção de uma identidade nacional, como o fez em relação ao índio.

A inclusão dos negros no processo de formação da nacionalidade, não poderia ser vislumbrado pelo patriotismo do protagonista. Na sua brasiliana de Quaresma, entre as referências de História do Brasil, podemos notar a presença de Martius, também não percebida no trabalho de Shirley Pereira. A monografia do naturalista bávaro Carl Friedrich von Martius (1791-1868) *Como se deve escrever a História do Brasil* foi a vencedora do concurso promovido pelo IHGB em 1840 e fez parte das leituras de Lima Barreto durante o processo de escrita do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*.

Esse trabalho teve uma grande influência sobre a intelectualidade nacional, apresentando um receituário para quem se interessasse pela escrita da história do Brasil. Nesse, o autor foi favorável à mescla das raças no país. O elemento branco português é o elemento superior a absorver as outras raças. Contudo, Martius, ao contrário dos românticos indianistas, não exclui “o sangue africano” dessa mistura bem como acreditava que essa fusão entre branco, índio e negro (“raças índia e etiópica”) fortaleceria a população brasileira.²¹⁸

O recorte de Quaresma se orienta pelos ditames discriminatórios do romantismo e do cientificismo pelos quais os negros não são vistos como um elemento favorável à construção da identidade nacional. Essa postura justifica a ausência naquela brasiliana de representantes da terceira geração romântica em que a indignação contra a escravidão foi uma das suas marcas. Os textos publicados de Castro Alves e Bernardo Guimarães que levantavam a bandeira do abolicionismo foram anteriores ao momento da apresentação da brasiliana de

²¹⁷ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 103.

²¹⁸ MARTIUS, Carl von. Como se deve escrever a História do Brazil. **Revista Trimestral de História e Geographia**, Rio de Janeiro, v.6, n.24, p.383, jan. 1845.

Quaresma,²¹⁹ mas o objetivo de esconder as contradições e os conflitos da sociedade brasileira para apresentar uma nação em formação com harmonia entre seus membros era o alvo do ufanista protagonista.

A primeira geração do romantismo, indianista, foi, então, o recorte na cultura histórica brasileira do século XIX a servir de referência para Quaresma. Mesmo nessa tradição, como vimos, os tão valorizados índios, também considerados inferiores aos brancos, entram na composição da nacionalidade com ressalvas. O indianismo de Policarpo Quaresma não sinaliza uma integração das raças, mas, apenas, “a absorção dos valores socioculturais do índio, como sua língua e seus costumes”.²²⁰

Assim como no romantismo, nesse romance barretiano há uma elipse do índio presente. Se no romantismo há uma idealização a-histórica do índio, no romance este desaparece, “restando apenas o espectro de seus valores culturais (valores arqueológicos do índio)”.²²¹ Àquele recorte de Quaresma na sua brasiliana, tão bem estudado pela professora Elvya Shirley que vem nos orientando nesse “bosque” barretiano, podemos acrescentar mais aspectos que corroboram na exclusão do índio presente bem como evidenciam as alusões que Lima Barreto fazia das possíveis seleções operadas pela intelectualidade de sua época no intuito de conformar uma dada imagem da identidade nacional.

Ao retornarmos às prateleiras da biblioteca de Quaresma, veremos que o narrador destaca que havia, entre os textos ficcionais, “o Gonçalves Dias (todo)”.²²² Este autor, porém, como sócio ativo do IHGB desde 1847, publicou, na revista do instituto, narrativas arqueológicas e etnográficas.²²³ Nessas, o poeta romântico trouxe informações sobre o passado de certos grupos indígenas que desmitificavam o índio presente que o próprio autor e seus contemporâneos românticos tentavam invisibilizar nos seus textos ficcionais.

²¹⁹ Castro Alves publicou *Vozes d'África* em 1868 e, no ano seguinte, *Navio negreiro*. Já Bernardo Guimarães publicou *Escrava Isaura* em 1875.

²²⁰ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. **A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma**. Orientadora: Sônia Lúcia Ramalho de Farias Bronzeado. 1991. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991, p. 73.

²²¹ Ibid., p. 65.

²²² BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 78.

²²³ FERREIRA, Lúcio Menezes. Gonçalves Dias: arqueólogo e antropólogo. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da História intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 456-457.

Apesar dos exemplares da revista do IHGB não figurarem na biblioteca, em outros trechos do romance, o narrador, descrevendo o cotidiano de Quaresma na sua chácara, afirma que, após o almoço, o major fazia um passeio por sua propriedade. “Após uma hora ou menos, voltava à biblioteca e mergulhava nas revistas do Instituto Histórico” e em outros documentos pelos quais estudava os índios. O narrador faz uma ressalva nesses estudos, salientando o interesse do personagem pelos espectros dos valores culturais dos índios, como acima destacado:

[...] Não fica bem dizer que estudava, porque já fizera há tempos, não só no tocante à língua, que quase já falava, como também nos simples aspectos etnográficos e antropológicos. Recordava (é melhor dizer assim, afirmava certas noções dos seus estudos anteriores, visto estar organizando um sistema de cerimônias e festas que se baseasse nos costumes dos nossos silvícolas e abrangesse todas as relações sociais.²²⁴

Notamos, portanto, que Quaresma, possivelmente, estava familiarizado com a faceta etnográfica do poeta Gonçalves Dias, mas, devido a seu recorte ufanista e xenófobo, não levou em consideração algumas “descobertas” desse autor. Dias publicou dois longos ensaios arqueológicos e etnográficos no IHGB nos anos de 1854 e 1867.²²⁵ Ou seja, pelo período em que se desenrola a narrativa barretiana, poderia fazer parte das leituras de Quaresma.

No primeiro ensaio, Dias, respondendo a uma inquietação do imperador Dom Pedro II sobre a existência das amazonas no Brasil, “fez uma incursão nas crônicas coloniais e nas cosmologias indígenas no intuito de averiguar se as guerreiras de Heródoto, as amazonas, estiveram ou não entre os indígenas do Brasil”.²²⁶ Nesse estudo, concluiu pela improbidade do contato entre aqueles povos.

Já no segundo, intitulado *Brasil e Oceania*, o autor tinha por objetivos, por um lado, “estudar o estado físico, moral e intelectual dos indígenas conforme eles se apresentam durante os primeiros contatos com os portugueses, para inferir as facilidades e dificuldades que se ofereciam a uma política indigenista de integração; de outro, realizar uma comparação entre os indígenas brasileiros e os da Oceania a fim de avaliar “qual deles estava mais apto a receber os ensinamentos da civilização”.²²⁷

²²⁴ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguim, 2011, p. 101.

²²⁵ FERREIRA, Lúcio Menezes. Gonçalves Dias: arqueólogo e antropólogo. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da História intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 457.

²²⁶ Ibid., loc.cit.

²²⁷ Ibid., loc.cit.

Entre as conclusões a que chegou Dias, nesse segundo ensaio, muitas delas iam de encontro à perspectiva romântica e de Quaresma quanto aos tupis como autênticos representantes da nacionalidade. “Valendo-se [...] de uma “hermenêutica filológico-textual”, Dias asseverou “que os tupis foram uma raça invasora, hordas que vieram” da América do Norte e ocuparam todo o litoral brasileiro. Além disso, o etnógrafo-poeta destaca a não homogeneização da população indígena, uma vez que os tupis, quando de suas primeiras imigrações, encontraram raças primitivas já habitando as florestas brasileiras.

Segundo o autor, duas raças povoaram o Brasil antes da chegada dos portugueses. As raças primitivas descendentes da raça mongol e os tupis que apresentavam analogias com os ramos menos nobres da raça caucasiana. Diante disso, Gonçalves Dias considera que, num passado distante, os tupis foram nobres e valentes, mas, no presente, não passavam de degenerados e miscigenados, cabendo ao Estado brasileiro a sua condução “por uma política indigenista que os oriente por um trajeto adequado aos propósitos sociais do império”.

Eles até podem figurar na identidade nacional, contanto que sejam recordados no seu estado passado, desde que redivivos nos pacíficos escaninhos da memória nacional. De fato, eles podem figurar na identidade nacional, mas somente transfigurados nos ritmos e nas metáforas da poesia romântica, somente metrificados em seres epopéicos.²²⁸

Quaresma, portanto, não considera nos seus estudos sobre os índios nada que ponha em xeque a autenticidade nacional dos tupis, o que deslegitimaria seu requerimento de adoção da língua dessa etnia como oficial da nação brasileira. Seguindo seu patriotismo, ainda nega a diversidade dos povos indígenas na Brasil que aqueles estudos de Dias poderia lhe mostrar caso não lhe recortasse em nome de seu nacionalismo extremado. Um apagamento de diferenças que o discurso colonizador procurou consolidar no intuito de adensar sua dominação, o qual se faz presente nas leituras que o protagonista desse romance barretiano faz da cultura escrita a que tinha acesso.

Lima, na construção dessa narrativa, procurou fazer alusão às possíveis vozes dissonantes que havia na brasiliana de muitos intelectuais que buscavam conformar uma identidade nacional para o Brasil. Através de seu personagem Quaresma, já no fim da narrativa, quando suas aspirações nacionalistas se desfaziam ao ter maior contato com a realidade que o cercava, o autor salientou a

²²⁸ FERREIRA, Lúcio Menezes. Gonçalves Dias: arqueólogo e antropólogo. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da História intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 461.

necessidade de uma constante revisão do passado e, especificamente, como a visão racista norteava diversos nacionalismos, promovendo a exclusão de determinados grupos das narrativas sobre a formação do povo brasileiro.

“Reviu a história; viu as mutilações, os acréscimos em todos os períodos históricos e perguntou de si para si: como um homem que vivesse quatro séculos, sendo francês, inglês, italiano, alemão, podia sentir a pátria?”

Uma hora, para o francês, o Franco-Condado era terra de seus avós, ora não era; num dado momento, a Alsácia não era, depois era e afinal não vinha a ser.

Nós mesmos tivemos a Cisplatina e não a perdemos; e, porventura, sentimos que haja nela manes dos nossos avós e por isso sofremos qualquer mágoa?

Certamente era uma noção sem consistência racional e precisava ser revista.²²⁹

A literatura militante de Lima Barreto, como vimos, questionou essa invenção que é “o espírito nacional”, buscando, sempre que possível, mostrar a historicidade de sua construção. Nesse romance em destaque, notamos como Lima elaborou uma caricatura de uma nacionalista, evidenciando suas manipulações de registros da trajetória da formação do povo brasileiro a fim de que coubessem na imagem de nação que mais lhe agradasse.

O diálogo de Lima Barreto com uma parte da cultura histórica nessa narrativa nos ofereceu elementos sobre a sua visão, enquanto polígrafo – assim como muitos dos outros membros da intelectualidade brasileira daquele momento –, acerca da discussão em torno da questão nacional e sua conseqüente produção de memórias. A seguir, trataremos, dentro da cultura histórica com a qual tanto dialogou e desafiou, as aproximações e distanciamentos de Lima Barreto em relação a autores e instituições considerados representativos da produção historiográfica entre os intelectuais brasileiros.

²²⁹ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 350

CAPÍTULO 3 LIMA BARRETO E OS HISTORIADORES BRASILEIROS

A busca por rememoração histórica a fim de orientar a sua experiência presente e projetar futuros foi, como vimos, uma preocupação latente entre os intelectuais brasileiros diante das mudanças socioculturais, políticas e econômicas de início do século XX. Com aquele desejo de elevar o Brasil à categoria de nação civilizada, não pouparam esforços em construir narrativas que revisitassem o passado nacional.

Segundo Rüsen, a atualização interpretativa do passado, visando compreender o presente, está articulada à expectativa temporal que se abre para o futuro. Essa relação estrutural entre as três dimensões temporais, denominada consciência histórica, tem, justamente, como operação mental correspondente, a de “contar histórias”, a narrativa.¹ E Lima Barreto apresenta, na sua produção textual, momentos em que reflete sobre essa atualização do passado operada pelos intelectuais de sua época.

Se no capítulo anterior exploramos de uma forma mais ampla a relação de Lima com os intelectuais nacionais e estrangeiros, neste, o objetivo será apresentar o olhar específico de Lima sobre o trabalho de certos historiadores brasileiros. Sua preocupação com o modo como as narrativas deles produziam memórias históricas fez com que se debruçasse sobre trabalhos históricos de grandes referências para a historiografia brasileira daquele momento.

Neste capítulo, selecionamos algumas narrativas com as quais Lima travou um intenso diálogo, apontando suas principais discordâncias bem como algumas aproximações dessa parcela da cultura histórica brasileira. Os critérios utilizados para esse recorte foram a citação direta por Lima de determinados historiadores e/ou a presença de temas comuns ao escritor carioca nos trabalhos deles, os quais se referem à concepção de escrita da história nacional.

¹ RÜSEN, Jörn. **¿Qué es la cultura histórica?**: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Disponível em: www.culturahistorica.es Acesso: 01 jul. 2014, p. 6-9.

3.1 Lima Barreto, leitor de João Ribeiro

Já vimos no item 1.1 como Lima se utiliza de um trecho da obra *História do Brasil* de João Batista Ribeiro de Andrade (1860-1934) como epígrafe de seu romance *Clara dos Anjos*. Esse autor fazia parte das leituras barretianas durante a sua formação escolar e continuou como referência durante o seu processo de produção literária. Em carta enviada a João Ribeiro de 3 de junho de 1917, Lima Barreto, a fim de comentar a crítica que o filólogo e historiador sergipano havia feito a seu romance *Numa e Ninfa*, apresentou-se como um de seus leitores mais assíduo:

[...] De há muito que tenho habituado a estudar nos seus livros. E criança, no primeiro ano de sua gramática, mais tarde no segundo, depois no terceiro; em história da mesma forma e li tantas vezes a sua do Oriente e Grécia, que ainda hoje tenho de cor certos trechos. A sua *História do Brasil* (eu já estava há três anos na Escola Politécnica), quando apareceu, logo a comprei e a li e reli; os seus artigos na Revista Brasileira, sobre “A democracia na Alemanha”, foram muitas vezes lidos por mim e com diversos pensamentos, conforme os anos meus¹.

A *História do Brasil* foi justamente a que mais, nessa trajetória de produção intelectual de João Ribeiro, teve impacto nas reflexões de Lima Barreto. Se retomarmos seus estudos acerca da “teoria das raças” registrados nas suas anotações pessoais, perceberemos que não era apenas admiração que Lima nutria por Ribeiro. Como um pensador crítico que era, Lima, apresentando aquela sua desconfiança em relação a certas premissas do determinismo racial, novamente fez uso, em 1905, de trechos daquele livro de história, lançado em 1900.

É que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo. Quando há dias li numa das lições das histórias do Brasil do Senhor João Ribeiro, pag.214: “Não podemos pensar que o homem de cor, consequência semi-híbrida do contato heterogêneo de raças tão distanciadas que, até por eminentes cientistas como Haeckel, são consideradas como espécies diversas, seja a peste da cultura americana, como sentenciam os sociólogos”, ri-me com uma espontaneidade, que até eu mesmo me admirei. Lobriguei no período, debaixo daquele – “ eminentes cientistas como Haeckel”- uma excomunhão em regra para os miscigênicos².

Contudo, Lima Barreto não utilizava essa obra de João Ribeiro apenas para fundamentar suas reflexões contrárias ao racismo. A sua leitura também era atenta às possíveis “incoerências” do historiador sergipano, sinalizando aspectos

¹ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c (Tomo II), p.32.

² Id. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p.112.

que iam de encontro ao seu pensamento acerca do cientificismo predominante naquele início de século XX. Em carta enviada a Gregório Fonseca de 18 de novembro de 1906, um dos pertencentes à roda de literatos formada em torno de Alcides Maia da qual Lima também fez parte, este apresentou os motivos que o impediam de visitá-lo.

Ando cheio de trabalho e de especulações. [...]. Estou monomaníaco. Medito uma refutação a um trecho da história de João Ribeiro, não ao que dizem as palavras, mas ao espírito que as ditou e que se esconde debaixo delas.

Imagine você que trato de indagar se a ciência, dado o seu grau de probabilidade, pode ter juízos formais e condenatórios; e se em face do grau de probabilidade dela, esses juízos condenatórios não são equivalentes a anátemas, a excomunhões religiosas.

Eu queria me alongar mais, não posso, porém fazer, a menos que te quisesse escrever o próprio opúsculo que pretendo “perpetrar”.

Desculparás a cacetada. Essas coisas não te interessam senão remotamente, mas para mim são vitais. Boa razão para aborrecer os amigos!...³

A compreensão dos significados dessas referências à obra *História do Brasil* será possível se observarmos a inserção de seu autor no meio intelectual do distrito federal e, conseqüentemente, a recepção de seu trabalho bem como o posicionamento de Lima Barreto em relação a esse cenário. João Ribeiro, no momento de publicação daquela obra, já era um intelectual reconhecido. Institucionalmente, pertencia a dois lugares de grande prestígio entre a elite letrada.

Ribeiro era professor de História Universal do Ginásio Nacional, antigo Imperial Colégio de Pedro II, para o qual havia sido nomeado no início da República e membro da Academia Brasileira de Letras cuja eleição se dera em 1898. Ao longo das décadas de 1880 e 1890, colaborou em diversos periódicos, defendendo o abolicionismo e o regime republicano. E, como o próprio Lima havia assinalado na carta acima que lhe enviou, já possuía uma produção intelectual, antes de 1900, voltada para os temas da língua nacional e também na área de História.

Por sinal, dois estudos que não eram vistos de maneira desvinculada por João Ribeiro. Hansen afirma que a perspectiva que esse autor adotou em relação aos seus estudos da língua e da história demonstrava sua coerência intelectual. Assim

³ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p.130.

como José Veríssimo (tratado acima), um dos expoentes da geração de 1870, defendia a necessidade de conhecer os “assuntos nacionais”.⁴

O ensino da língua e da história pátria seria um dos pilares para o fortalecimento da nacionalidade, fazendo com que Ribeiro se empenhasse em pesquisar as transformações na língua devido a fatores históricos bem como empregasse os conhecimentos da filologia para a compreensão do passado brasileiro. A *História do Brasil* seguiu essa busca pela formação da nacionalidade e utilizou, em certos momentos, da filologia para fundamentar sua argumentação.

Essa obra, originalmente voltada para o público escolar, teve uma recepção entusiasmada entre a elite intelectual. João Ribeiro foi considerado um dos grandes historiadores brasileiros e seu texto foi citado por outros intérpretes reconhecidos da sociedade brasileira como Euclides da Cunha.⁵ Dentre as consequências imediatas da recepção positiva de sua obra, podemos destacar o seu desdobramento em três versões dirigidas às diferentes faixas de escolaridade (os cursos primário e médio, voltados para escolas primárias, e a *História do Brasil. Curso Superior*, para os ginásios e escolas normais, todas pela editora Jacinto Ribeiro Santos).⁶

A versão denominada *Curso Superior* foi a que apresentou maior êxito e, ainda naquele ano de 1900, a Livraria Francisco Alves tornaria pública uma edição comemorativa do centenário do Descobrimento do Brasil, expressando a vocação do livro para transcender seu público originário. Araripe Júnior, no prefácio da 2ª edição de *História do Brasil*, elogia as qualidades intelectuais do autor, destacando sua formação durante o período em que, comissionado pelo governo federal, esteve na Alemanha estudando “os processos de ensino superior da História” bem como o método proposto pela obra para a aprendizagem da História, o qual familiarizaria “o espírito infantil com a ciência”.⁷

Essa passagem pela Alemanha contribuiu para a sua apropriação de fundamentos de uma vertente da produção historiográfica alemã do século XIX denominada *Kulturgeschichte* (história cultural), a qual orientou a produção do manual de História em destaque. Percebemos já na introdução da obra elementos

⁴ HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias**: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000, p. 18.

⁵ Ibid., p. 9.

⁶ Ibid., p. 8-9.

⁷ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. João Ribeiro: filólogo e historiador. In: Ribeiro, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001, p. 19-24.

dessa escolha teórica de Ribeiro ao apontar uma de suas grandes diferenças em relação aos outros manuais.

Quando me propus escrever este pequeno livro pensei em retornar à antiga tradição dos nossos cronistas e primeiros historiadores, que às suas histórias chamavam de Notícia ou Tratado do Brasil. Com isso queriam significar o modo como supriam a escassez de fatos políticos com o estudo da terra e das gentes que a habitavam.

Este belo costume logo se perdeu, porque, adquirindo o Brasil os foros de nacionalidade, a sua história começou a ser escrita com a pompa e o grande estilo da história européia; perdeu-se um pouco de vista o Brasil interno por só se considerarem os movimentos da administração e os da represália e da ambição estrangeira, uns e outros agentes da sua vida externa. [...]

[...] nas suas feições e fisionomia própria, o Brasil, o que ele é, deriva do colono, do jesuíta e do mameluco, da ação dos índios e dos escravos negros. [...] Esta história, a que não faltam episódios sublimes ou terríveis, é ainda a mesma presente, na sua vida interior, nas suas raças e nos seus sistemas de trabalho, que podemos a todo instante verificar. Dei-lhe por isso uma grande parte e uma consideração que não é costume haver por ela, neste meu livro.

Em geral, os nossos livros didáticos da história pátria dão excessiva importância à ação dos governadores e à administração, puros agentes (e sempre deficientíssimos) da nossa defesa externa.⁸

Hansen afirma que esse pensamento de Ribeiro está fundamentado na noção de típico daquela vertente historiográfica alemã. Para Burckhardt, grande modelo dessa historiografia na Alemanha de início da década de 1870, a história cultural, diferentemente da história política, não se limitaria à narração cronológica dos fatos. Sua preocupação era com algo “constante”, mais instrutivo que o fato particular e individual”. O detalhe, o acontecimento que seja, seria considerado como testemunho de um sentido geral, pois se o “fato tinha valor para o historiador da cultura era por causa do típico de sua representação; [...] a constante” que se destacaria “de todas estas representações” constituiria o “conteúdo real”, chegando assim “a conhecer uma forma.”⁹

Esse aspecto da *História do Brasil* de João Ribeiro, presente no seu objetivo de representar o país em “suas feições e fisionomia própria” e rompendo com uma historiografia mais voltada para os fatos políticos e administrativos, também teve repercussão na produção de Lima Barreto. O romance satírico *Os Bruzundangas*, a coletânea de relatos e tradições populares *Mágoas e Sonhos de um povo* e os contos reunidos na obra *História e Sonhos* – sendo que o segundo trabalho será mais detalhado e discutido no último capítulo desta tese - sinalizam em muitos dos

⁸ RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001, p. 31.

⁹ HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias**: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000, p. 73-75.

seus trechos a preocupação barretiana de aproximar seu leitor da discussão acerca da necessidade dos intelectuais explorarem em suas narrativas aspectos da cultura de grupos populares bem como sua percepção da preservação e possíveis mudanças de elementos presentes no cotidiano do povo que revelam traços de sua formação ao longo do tempo.

Aquela citação de parte da introdução da obra de Ribeiro também nos convida a tratar de um tema, muito caro a Lima Barreto como vimos no primeiro capítulo, que é a formação da nacionalidade brasileira a partir da composição racial. Araripe Júnior, no seu prefácio, afirma que João Ribeiro declarou numa nota final do livro que havia seguido “à letra as indicações de Martius, que incontestavelmente foi o iniciador da filosofia do Brasil no admirável trabalho *Como se deve escrever a História do Brasil*”.¹⁰

A monografia do intelectual alemão Carl Friedrich Philip Von Martius (1794-1868), vencedor do concurso promovido pelo IHGB em 1840 e parte das leituras de Lima Barreto durante o seu processo de escrita de uma de suas obras mais voltadas para o diálogo com a tradição nacionalista no Brasil que é *Triste fim de Policarpo Quaresma*¹¹, apresenta um receituário para quem se interessasse pela escrita da história nacional. Esse autor asseverava:

[...] O sangue português, em um poderoso rio, deverá absorver os pequenos afluentes das raças índia e etiópica. Na baixa classe tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio delas se vivificam e fortalecem, assim se prepara atualmente na última classe da população brasileira essa mescla de raças, que daí a séculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes comunicará aquela atividade histórica para a qual o império do Brasil é chamado.

Eu creio que um autor filosófico, penetrado das doutrinas da verdadeira humanidade, e de um cristianismo esclarecido, nada achará nessa opinião que possa ofender a susceptibilidade dos brasileiros. Apreciar o homem segundo o seu verdadeiro valor como a mais sublime obra do Criador, e abstraindo da sua cor ou seu desenvolvimento anterior, é hoje em dia uma *conditio sine qua non* para o verdadeiro historiador.¹²

João Ribeiro não apresentou o mesmo teor favorável à mescla das raças no Brasil que o naturalista Martius. A continuidade daquele trecho, selecionado por Lima para apresentar que até entre os deterministas raciais – Haeckel (1814-1919) foi um darwinista social - havia argumentos contrários à ideia do negro como

¹⁰ ARARIPE JÚNIOR, Tristão de Alencar. João Ribeiro: filólogo e historiador. *In*: Ribeiro, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001, p. 22.

¹¹ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p.147.

¹² MARTIUS, Carl von. Como se deve escrever a História do Brasil. **Revista Trimensal de História e Geographia**, Rio de Janeiro, v.6, n.24, p.383, jan. 1845.

elemento depreciador da cultura americana, traz elementos que apontam o compromisso de Ribeiro com o cientificismo de sua época, o qual o impedia de seguir “à letra” Martius e o aproximava de seu conterrâneo Silvio Romero com quem estabeleceu uma amizade ao chegar ao Rio de Janeiro na década de 1880, facilitando seu ingresso no círculo dos intelectuais da época.

[...] Mas não cremos com Martius, que aliás com grande atenção observou essas raças, serem elas suscetíveis de toda a perfectibilidade; evidentemente e como naturalista Martius pensava no cruzamento crescente pela imigração européia que viria afinal suplantar o caráter das camadas primitivas; felizmente ainda na raças mestiças há sempre um escol intelectual e moral que consegue subjugar-las e dirigi-las.

As raças miscigêneas no seu todo, porém, quais no-las representa a América Latina, não parecem nesse estado possuir a capacidade do self-government. Embalde adaptam as ideias da civilização a seu organismo; falta-lhes o sentimento que aquelas ideias pressupõem e as qualidades morais que, ao contrário das teorias, só a educação secular da história consegue a custo verter no espírito humano. [...]

Em geral, assimilam e preferem as teorias e os sistemas mais radicais porque esses são possíveis só com a demolição da sociedade; cortejam assim a civilização e ao mesmo tempo satisfazem o instituto fundamental que é, como o das crianças, puramente destrutivo. [...] Aqueles que descendem diretamente da escravidão ou da floresta viva nada têm com o passado que a prole deles, não tendo nobreza, não a estima. Nada aceitam da história, que naturalmente lhes é suspeita ou indiferente, buscam remédio impossível nas utopias do futuro que a sua frágil moral não comporta; assim sorriem dos reis que a história consagrou e ainda escarnecem mais dos deuses falsos que eles próprios fabricam e se propõem inutilmente a venerar. Não sabem governar nem ser governados, [...].

O único remédio para esses povos é o mesmo da antiga colonização, o povoamento contínuo e a imigração europeia [...].¹³

Silva, no seu estudo sobre a construção da brasilidade na obra de João Ribeiro, aponta que na citação acima se percebe a grande contradição na concepção racial do autor. Se, em páginas anteriores da obra, indica a raça nacional mestiça como o agente construtor da nacionalidade, apresenta ao mesmo tempo receio e pessimismo quanto a isto.¹⁴ Notamos como Ribeiro via na imigração europeia a saída para os males trazidos pela miscigenação no Brasil, corroborando o pensamento de Sílvio Romero sobre o branqueamento da nação pela introdução desse elemento externo. Como vimos, algo que representava a forma como muitos intelectuais se apropriaram do racionalismo para justificar seu racismo e manter a desigualdade social naquele pós-abolição e início republicano brasileiro.

¹³ RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001, p. 199-200.

¹⁴ SILVA, Roberto Candido da. **O polígrafo interessado: João Ribeiro e a construção da brasilidade**. Orientadora: Miriam Dolhnikoff. 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008, p. 180.

O trecho acima da *História do Brasil* de Ribeiro pode ter sido o objeto da reflexão de Lima, destacada naquela carta escrita em 1906. Contudo, pela trajetória de seus estudos que acompanhamos no primeiro capítulo, outros trechos devem ser considerados a fim de compreendermos o desejo de Lima Barreto em refutar - “não ao que dizem as palavras, mas ao espírito que as ditou” – determinado aspecto dos argumentos do autor sergipano. Além disso, na década seguinte ao lançamento do livro, Lima ainda apresenta, em textos publicados na imprensa, ideias que procuram dar continuidade a sua contestação ao “espírito” que ditou as palavras utilizadas por Ribeiro naquele sucesso editorial que foi seu manual.

A influência da escravidão negra na formação do povo brasileiro deve ter sido um aspecto da obra de João Ribeiro que atraiu a atenção de Lima Barreto. Em muitos trechos referentes ao negro, Ribeiro o apresenta de uma forma que justifica/abrandava a sua escravização e o inferioriza, mesmo reconhecendo sua contribuição para a construção do povo brasileiro.

Já no primeiro capítulo, subtítulo “A terra e os habitantes”, ao abordar os indígenas e suas relações com os colonizadores portugueses, Ribeiro aponta que estes pensaram “logo em transformá-los em escravos; a escravidão não era uma injúria para a consciência dos negros, muito menos para os índios; mas era um ato e o principal efeito da guerra”.¹⁵ Mais adiante, num dos capítulos que constitui o cerne da obra que é “A formação do Brasil: a) História comum”, o autor dedica um subtítulo à “escravidão negra”.

A princípio, Ribeiro apresenta a falta de proteção que os negros tiveram contra a escravização se comparado aos indígenas e a importância do tráfico negreiro para o incremento da economia colonial. Nesse momento do texto, também aponta os lugares de origem de muitos escravizados bem como os horrores vividos desde sua captura em solo africano até sua chegada ao Brasil. Informações, portanto, que devem ter sido utilizadas pelo próprio Lima Barreto para a elaboração daqueles primeiros manuscritos nos quais narrava o cotidiano de escravizados (contos incompletos, esboço de uma peça e alguns trechos da primeira versão de *Clara dos Anjos*).

O segundo momento da narrativa de Ribeiro referente à escravização do negro certamente já ia de encontro ao pensamento que Lima estava construindo no início

¹⁵ RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001, p. 49.

do século XX acerca das mazelas que a população negra vivenciava na sociedade brasileira, situação influenciada pela experiência do seu passado escravocrata. Ribeiro justifica que as mazelas da escravidão eram comuns entre os africanos. Os traficantes apenas se aproveitaram dessa situação.

Para o autor, “o resgate dos negreiros é apenas o triste epílogo das grandes conflagrações, cujo rastilho eles acendiam de longe na foz deserta dos rios ou à beira do Oceano”.¹⁶ A escravidão no Brasil, diante desse contexto, era considerada um desfecho desejado pelos escravizados.

[...] Daqui em diante, a vida dos negros regulariza-se, a saúde refaz-se e com ela a alegria da vida e a gratidão pelos novos senhores, que melhores eram que os da África e os do mar. Sem dúvida alguma, ainda muitos dos horrores e crimes ressurgem no cativeiro novo, e aqui e ali, não falham, entre senhores cruéis, rigores monstruosos.

A escravidão, porém, sempre era corrigida entre nós pela humanidade e pela filantropia. [...]

[...] Costumes belíssimos instituem-se entre os senhores; como os de apadrinhar os remissos ou fugitivos [...]. O costume de ceder um dia ou dois (sábado ou domingo) ao trabalho do negro [...] e também o reconhecimento da propriedade privada do escravo. Outro costume é o das alforrias na pia o que fazia com uma espórtula insignificante [...] que nunca era recusada; esse hábito era frequente, sobretudo quando as crianças traziam a pele mais clara. A religião concedia-lhes uma parte no culto, e santos negros [...] protegiam irmandades numerosas de pretos. [...]

Todos esses costumes testemunham em favor de nossa índole e liberalidade.

Não é nosso intento fazer apologia da escravidão, cujos horrores principalmente macularam o homem branco e sobre ele recaíram. Mas a escravidão no Brasil foi para os negros a reabilitação deles próprios e trouxe para a descendência deles uma pátria, a paz e a liberdade e outros bens que pais e filhos jamais lograriam gozar, ou sequer entrever no seio bárbaro da África.¹⁷

O abrandamento da experiência escravocrata no Brasil pelo autor dever ser inserido no contexto da produção da obra. Como vimos, a reorganização política e social advinda da abolição da escravidão e proclamação da República fez com que a categoria cidadão fosse estendida a um maior contingente populacional. Como arrefecer tensões oriundas do período escravista e tentar definir uma identidade nacional que fizesse frente às outras nações consideradas civilizadas?

A adoção do ideário cientificista era um dos critérios vistos como sinalizador do caminho para se alcançar o patamar de nação civilizada. Por outro lado, o racismo, ponta aparente do iceberg científico nas palavras de Todorov¹⁸, constituiu um

¹⁶ RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001, p. 142.

¹⁷ Ibid., p. 143-145.

¹⁸ TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 111.

desafio para a intelectualidade brasileira, tendo que ser apropriado de uma forma que justificasse, positivamente, a formação da sua nação. Somado a isso, também vimos como esse ideário foi utilizado para respaldar hierarquias sociais já bastante cristalizadas.

Uma narrativa que amenizasse a forma violenta e discriminatória como os negros foram tratados desde o período da escravidão no país era uma leitura do passado nacional que atendia aos interesses do presente em que aquela obra foi publicada. Inseriam o negro e o indígena na formação da nacionalidade, reconhecendo suas contribuições bem como sua mescla com o elemento branco, mas mantinham a crença na hierarquização das raças. Uma forma de justificar as diferenças sociais existentes naquela suposta democracia racial que se contrapunha à leitura da realidade nacional que Lima Barreto realizava desde os seus primeiros projetos de escrita e defendida ao longo de sua produção literária.

A ótica do presente como influente na reflexão que o historiador produz do passado, a propósito, fazia parte do pensamento que Ribeiro tinha acerca do trabalho historiográfico. Em seu discurso de posse no IHGB em 1915, afirmou que:

O presente é quem governa o passado e é quem fabrica e compõe nos arquivos a genealogia que lhe convém. A verdade corrente, hoje, sabe buscar, onde os há verossímeis, os seus fantasmas prediletos de antanho. [...]

Hoje elevamos estátuas a Tiradentes, porque o nosso ideal de agora determinou esse culto. A fuga de d. João VI traduzia-se há pouco pelo eufemismo da transmigração, como se lia nos compêndios. Também em França os revolucionários de 89 ergueram um culto aos Brutos vingadores de Lucrécia. E assim, o presente modela e esculpe o seu passado, levanta dos túmulos os seus heróis e constrói com suas vaidades ou a sua filosofia a hipótese do mundo antigo.

A imparcialidade pode ser imoral: nós temos a obrigação de justificar o presente, de fundar a Ética da atualidade. [...]

Com esta filosofia, ou antes, com este pragmatismo, é que tenho meditado sobre a nossa História.¹⁹

A constatação de que o passado é um objeto construído pelo tempo presente é uma percepção também apresentada por Lima Barreto. Em linhas anteriores, observamos como na crônica “Meia página de Renan”, Lima discutia a mudança de olhar de duas de suas referências, os intelectuais franceses Taine e Renan, sobre o passado com a repercussão da derrota de sua nação na Guerra Franco-Prussiana

¹⁹ Discurso de posse de João Ribeiro em 10 de abril de 1915. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXXVIII – (1915) parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916, p. 617-618.

(1870-1871).²⁰ A escolha do período para o enredo de seu romance histórico *Triste fim de Policarpo Quaresma* também denota como o presente orientou o olhar do próprio Barreto sobre o passado recente do regime republicano.

A obra foi finalizada, como vimos, em março de 1911 e seu enredo ambientado na última década do século XIX, mais especificamente no ano 1891 com o início da Revolta da Armada. Em 1910, ocorrera a disputa pela presidência do Brasil, na qual Lima era favorável ao candidato civil Rui Barbosa frente ao militar Hermes da Fonseca que saiu vitorioso. Depois do governo violento do marechal Floriano Peixoto, representado naquele romance barretiano, a eleição de Hermes significou o retorno de um militar ao poder executivo do país.

Contudo, o olhar de Lima sobre a influência do presente na compreensão do passado estava mais voltado para a forma como isso poderia acarretar certos silenciamentos em relação a determinados grupos sociais bem como o uso político desse conhecimento produzido. A sua trajetória literária apontou, pelo que temos até o momento discutido, uma preocupação do literato em “reformular certas usanças, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos”. A *História do Brasil* de João Ribeiro, dentro dessa trajetória barretiana, tornou-se um diálogo necessário para os embates que o escritor carioca travava em relação à situação dos negros e seus descendentes naquele cenário intelectual em que o racismo era uma perspectiva que norteava muitas discussões em torno da formação da nacionalidade brasileira.

Os conceitos de formação, desmoralização e mameluco são essenciais para a compreensão dessa obra de Ribeiro e sua apresentação contribuirá para observarmos a sua inserção do negro na história nacional, adensando a argumentação que aqui estamos elaborando sobre as possíveis passagens desse texto que seriam refutadas por Lima Barreto diante do seu combate às narrativas excludentes do povo negro no Brasil.

O texto de Ribeiro, diferentemente de manuais anteriores, deslocou o pêndulo do Estado para o povo. Em decorrência da ampliação dessa categoria, houve também um alargamento do conceito de nação. Dentro de sua proposta de compreender o Brasil interno “nas suas feições e fisionomia própria, percebemos o destaque que o autor deu à palavra “formação” em duas partes de sua obra.

²⁰ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 533-536.

“[...] “A formação do Brasil. A história comum”, muito mais extensa que as outras partes. Quase inevitável considerá-la em conjunto com a parte” seguinte, “A formação do Brasil. A história local”. A extensão dessas duas partes complementares constitui “quase um terço” do livro. Todavia, a extensão não é o único aspecto que deve ser destacado dessas partes, pois se tem a “impressão de estar começando outro texto” quando a leitura as alcança.²¹

Ancorado, como vimos, na historiografia da cultura alemã e nas recomendações de Martius, Ribeiro apontou nesse “outro texto” que a história comum da nação estava fundada sobre a equivalência entre uma raça, uma cultura e um território, o que constituiria sua essência. O autor identificava no passado elementos que eram passíveis de serem reconhecidos ainda no presente, os quais, por sua vez, orientariam a construção da nacionalidade.

O estudo da nação em formação também se apoiava, no entanto, no conceito de desmoralização, o qual era utilizado pelo autor para qualificar a sociedade brasileira de seu tempo. Esse conceito, segundo Ribeiro, devia ser tomado no “sentido que lhe dão os neo-etnologistas tedescos”, representando o estado em que numa sociedade, “pelo fluxo e refluxo das gentes novas, não se torna possível a formação de “um espírito consuetudinário” e, conseqüentemente, da lei, e da tradição, “nem sequer é possível o caráter”.²² O autor indicou que esse estado de desmoralização da nação brasileira já se tornava evidente no processo de colonização, como um mal de origem.

Logo cedo no Brasil, na sua capital, como nas demais povoações, a obra da civilização foi deturpada pelo conflito de raças, disfarçado em democracia, fruto antes da luxúria que da piedade dos peninsulares. Desde o primeiro momento o branco, o índio e o negro se confundem. O contato das raças inferiores com as que são cultas, quase sempre desmoraliza e deprava a uma e outras.

Principalmente, porém, deprava as inferiores pela opressão que sofrem, sem que este seja o pior dos contágios que vêm a suportar.

É claro que negros e índios não poderiam ser senão a ocasião de desdém e de ódios que gera o escárnio dos superiores. A mulher da raça inferior não consegue ser dignificada nem mesmo depois de formada a raça mestiça. O próprio governo considerou por vezes uma infâmia o casamento promíscuo de brancos e negros. O padre Nóbrega diz numa de suas cartas que um branco raptara uma índia e, censurado o seu procedimento, entendeu que estava justificado, só com batizá-la. A prole assombrosa pelo número dos Ramalhos e Caramurus atesta o egoísmo e a sensualidade dos primeiros colonos.

Como poderia fundar-se a ordem civil sem a possibilidade de fundar-se a família?

²¹ HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias**: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000, p. 81.

²² Apud Ibid., p. 95.

O branco procurava [...] o pretexto real do clima para evitar os duros trabalhos da agricultura tropical, e assim escravizava os negros, e agora, quanto podia, os índios. Começam as expedições escravistas manchadas na atrocidade de todos os crimes. A primeira ociosidade dos remediados a ricos, o luxo e com ele a depravação da energia e a dos costumes. Quase toda a gente tinha escravos, ou índios ou negros. Esse costume gerava o sarcasmo, o ódio, o desprezo de um lado pelas progênes escuras, e a perfídia do outro, o desprezo da piedade e do respeito humano. Se acrescentarmos que na maioria eram os brancos degredados e criminosos, [...] pode-se fazer ideia dos crimes que então se cometiam e da dissolução que lavrava em toda a sociedade. Entre raças diversas toda a mistura por assim dizer se torna em combinação; tais contatos destroem a humanidade no homem.²³

Podemos perceber que a cultura da desmoralização que se constituiu no Brasil tinha a miscigenação, articulada aos interesses econômicos e às características próprias dos elementos étnicos nela envolvidos, como principal motivador. Em linhas seguintes à citação acima, Ribeiro, então, caracterizou separadamente cada um daqueles elementos. Para “indignação” de Barreto, apesar de afirmar que o negro tinha sido o “elemento criador do país” e “o máximo agente diferenciador da raça que no fim de dois séculos já afirmaria a sua autonomia e originalidade nacional”, ele é o único entre as raças formadoras da nação a apresentar aspecto de submissão, reforçando o estigma da escravidão. Enquanto o branco é “inteligente, mas ávido e atroz” e o índio “altivo e indolente”, o negro é “martirizado e servil”.²⁴

Apesar desse pessimismo em relação à miscigenação, Ribeiro, compartilhando a preocupação de intelectuais da passagem do século XIX para o XX em determinar um tipo representativo da nacionalidade brasileira, apontou o mameluco como aquele que permitira a existência de uma história própria, interna,²⁵ sendo a evidência histórica disso a sua participação em movimentos emancipatórios ao longo do passado colonial. Devido, como vimos acima, aos males provenientes da fusão com outras raças, essa raça mestiça só superaria aquele processo de desmoralização com a vinda de imigrantes europeus ao Brasil e por meio de ações de caráter moral.

²³ RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001, p. 78.

²⁴ *Ibid.*, p. 79-80.

²⁵ Quando Ribeiro propõe a escrita de uma história interna e própria, ele se refere a uma escrita que torne compreensível a identidade, a essência do Brasil. Para isso, rompe com a cronologia da “vida oficial”, deslocando o foco da sua narrativa dos fatos político-administrativos relacionados aos atos estatais da metrópole portuguesa para as ações que promoveram a grandeza territorial e a miscigenação da população colonial. Daí o seu destaque para temas como as minas, a criação do gado, relação entre jesuítas e indígenas bem como para as ações que envolviam negros, índios, descendentes de colonos e mestiços que representassem uma possível união do povo contra um invasor, como as lutas contra os holandeses.

O jesuíta foi visto por Ribeiro como o primeiro “elemento moral” capaz de conduzir à “constituição de uma sociedade civil”.²⁶ Essa função pedagógica do jesuíta, para o autor, seria assumida no seu presente pelos intelectuais. Como as raças miscigenadas careciam das “virtudes e qualidades morais” exigidas pelas “ideias de civilização” que “embalde tentam adaptar ao seu organismo”, apenas “um escol preparado para “perscrutar os segredos obscuros da história” desses povos, portanto, poderia dar-lhes a solução adequada”.²⁷

O conhecimento histórico, com ênfase na reflexão filosófica, seria, segundo Ribeiro, um instrumento possível para a revelação da essência da nação, a qual deveria ser cultivada “sob a direção do seu “escol intelectual e moral”.²⁸ Esse conhecimento produzido por Ribeiro ainda deve ter chamado a atenção de Barreto também pela forma como representou as lutas dos escravizados, a sua abolição e a república como expressão política própria da nação brasileira em formação.

Lima Barreto, naqueles seus projetos de escrita realizados no momento de releitura da *História do Brasil* de João Ribeiro, criou personagens que eram escravizados ou ainda sofriam com a permanência de práticas e pensamentos oriundos do período escravocrata brasileiro. Os seus romances *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Clara dos Anjos* bem como alguns de seus contos tiveram como protagonistas personagens negros. Em outras obras, como *Triste fim de Policarpo Quaresma*, *Numa e Ninfa*, mesmo não sendo os personagens principais, Lima os representou em situações vividas no período republicano, utilizando seus pontos de vista, muitas vezes, em contraposição ao *status quo* defendido pelos personagens pertencentes às elites.

Os personagens negros barretianos, mesmo sendo discriminados social e racialmente, são representados como sujeitos históricos ativos. João Ribeiro na sua narrativa das revoltas dos negros também se mostrou atento à atuação dos negros, destacando as ocorridas na Bahia devido ao seu grande número de africanos.

Não tão raras quanto podem parecer, havia em todo o tempo da escravidão as sublevações dos negros. Os quilombos foram numerosos cenários de lutas sangrentas e por vezes vergonhosas pela cruzeza e desumanidade dos homens brancos. Os Palmares marcaram um momento apenas na série desses conflitos sempre renovados pela opressão contra uma raça que

²⁶ RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001, p. 81-83.

²⁷ HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias**: a História do Brasil de João Ribeiro. Rio de Janeiro: Access, 2000, p. 125-126.

²⁸ *Ibid.*, p. 126.

ainda não havia adquirido a noção de qualquer direito à propriedade dos seus senhores.

Nos campos, nas florestas e até no lar doméstico foram comuns os dramas e as tragédias da raça escravizada. Não é, pois, de estranhar que por vezes, sem objetivo, sem ideal e sem ordem, se sublevassem os escravos, aqui e ali, na vastidão do território.²⁹

Além desse protagonismo dos negros, Ribeiro sinalizou, no último parágrafo dessa parte de sua obra, que “se um dia se houver de escrever a história da escravidão”, seria indispensável a inclusão das narrativas daquelas revoltas.³⁰ Essa lacuna que Ribeiro percebia na historiografia, como vimos, foi tomada por Barreto como seu principal projeto de escrita em 1903.

Entretanto, quando Ribeiro tratou do tema da abolição, o qual juntamente com o da república - por fazerem parte da história contemporânea - naquele momento ainda não poderiam ser “devidamente” escritos pela sua ótica, os negros escravizados estiveram ausentes da sua narrativa acerca do desenrolar dos acontecimentos abolicionistas. Vimos acima como Lima Barreto se mostrou desconfortável tanto com a memória que construíam sobre a atuação de José do Patrocínio no movimento abolicionista quanto descrente em relação às mudanças trazidas pelas leis que levaram ao fim da escravidão como também com a possibilidade de inclusão dos negros no regime republicano.

A República é outro tema que Lima analisa de modo diferente do historiador sergipano. Este apresentou a República “como historicamente determinada, inevitável e também definitiva”, como afirmou no parágrafo final de algumas edições da História do Brasil. Segundo o autor, todos os movimentos nativistas, desde o século XVII, demonstraram que aquele regime era a expressão política própria da “raça nacional mameluca” e a atuação de caráter moral da elite intelectual sobre a nação o viabilizaria.³¹

Lima Barreto, por sua vez, na crônica “O momento”, publicada no *Correio da Noite* de 3 de março de 1915, é bem taxativo quanto ao regime republicano.

Sempre fui contra a república. Tinha sete anos e vinha do colégio primário [...] quando me disseram que se havia proclamado a república.

Não tinha naqueles tempos outras cogitações que não fossem a de glória, a da grande, imensa glória, feita por mim sem favor, nem misericórdia, e vi que a tal de república, que tinha sido feita, espalhava pelas ruas soldados embalados, de carabinas em funeral.

²⁹ RIBEIRO, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2001, p. 250.

³⁰ Ibid., p. 251-252.

³¹ HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias: a História do Brasil de João Ribeiro**. Rio de Janeiro: Access, 2000, p. 121-122.

Nunca mais a estimei, nunca mais a quis.
Sem ser monarquista, não amo a república.
João Ribeiro disse-me, certa vez, que a república era a cultura parda; pois sou como o Senhor João Ribeiro; nunca houve anos no Brasil em que os pardos, os malditos do seu Haeckel, fossem mais postos à margem.³²

Para Lima, a República beneficiava os elementos da sociedade relacionados ao comércio e “capitalistas internacionais” bem como “charlatães tintos com uma sabedoria de pacotilha”.³³ Esse regime estava muito distante da unidade nacional, segundo Barreto, contrariando a perspectiva de Ribeiro que associava República e sociedade brasileira mestiça.

Lima caracterizou, nessa crônica, a República como um regime que acentuou a discriminação racial e social, observando naquele momento a “dissolução do sentimento, do imarcescível sentimento de solidariedade entre os homens”. Enquanto Lima Barreto sempre se apresentou descrente quanto à República, outros intelectuais foram aos poucos se decepcionando com o regime - inclusive o próprio João Ribeiro -, pois assumia contornos cada vez mais burgueses e não possibilitava a satisfação de seus desejos de reforma social, sendo desprezados pelos “novos políticos oportunistas” irmanados com os arrivistas da bolsa e da especulação mercantil.³⁴

Observamos que a leitura de *História do Brasil* de João Ribeiro constituiu um dos capítulos do diálogo que Lima Barreto estabeleceu com a cultura histórica e expressou diversos dos seus desconfortos quanto à forma como estava sendo lembrada a inserção dos negros na formação da nacionalidade brasileira.

3.2 Implicâncias com a historiografia oficial

Lima Barreto, atento às bases que norteavam a escrita da história e suas relações com as questões políticas de sua época, não deixou de observar como a historiografia oficial procurava representar o país. Destacamos acima a necessidade do recente regime republicano em consolidar-se e a elaboração de narrativas que o legitimasse. Atrelada a isso, havia a tentativa de conformar uma imagem da

³² BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 174.

³³ Ibid., loc.cit.

³⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 32.

identidade nacional que apresentasse o Brasil como uma nação que evoluía rumo ao nível das consideradas nações civilizadas.

Nesse contexto, a divulgação de uma narrativa histórica que apresentasse o país e seu regime republicano como sinais da evolução da sociedade brasileira foi uma das preocupações dos homens de letras, principalmente daqueles inseridos em instituições oficiais do governo ou por ele subvencionadas. A construção de heróis que simbolizassem valores cívico-patrióticos e republicanos fez parte da elaboração daquela narrativa oficial.

Em *Os Bruzundangas*, notamos como Lima Barreto satirizou vários aspectos constitutivos da nação brasileira. No capítulo XII, intitulado “Os heróis”, o narrador fez considerações acerca dos sujeitos que, naquela república fictícia, eram vistos como representativos da identidade coletiva. Já no início da narrativa, essa encarnação dos anseios de toda a população do país pela figura do herói nacional é questionada.

A República da Bruzundanga, como toda a pátria que se preza, tem também os seus heróis e as suas heroínas.

Não era possível deixar de ser assim, tanto mais que a prática sempre foi feita para os heróis, e estes, sinceros ou não, cobrem e desculpam o que ela tem de syndicado declarado.

Um país como a Bruzundanga precisa ter os seus heróis e as suas heroínas para justificar aos olhos do seu povo a existência fácil e opulenta das facções que a têm dirigido.³⁵

“Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identidade coletiva”. Instrumentos, portanto, eficazes para construção de um imaginário entre os membros de uma nação com vistas à legitimação de um dado regime político. A criação de um símbolo, no entanto, “não é arbitrária, não se faz no vazio social”. O herói tem “de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”.³⁶

Quando há a falta de envolvimento real do povo na implementação de um regime, a mobilização simbólica se faz mais urgente para compensá-la. Além disso, a disputa dos grupos políticos pela memória de sua efetivação a fim de garantir sua legitimidade à frente dele adensa mais a procura por determinados sujeitos que

³⁵ BARRETO, Lima. *Os Bruzundangas*. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 71.

³⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 55.

representem aquele modelo. Daí a dificuldade entre os republicanos na edificação de um herói para o novo regime.

Como sabemos, existiam modelos diferentes de república defendidos entre os envolvidos com a defesa do fim da monarquia. Os esforços de jacobinos, republicanos históricos e positivistas em erigir como herói nacional seus respectivos líderes tiveram pouco êxito, pois seus candidatos a herói bem como a própria proclamação da república careciam de densidade histórica. Desse modo, a figura de Tiradentes foi, naquele momento, idealizada como representante daquele novo regime por sua luta contra a monarquia e sua imagem aproximada à de Jesus Cristo, apelando para a tradição cristã do povo brasileiro.³⁷

Esses elementos da realidade político-cultural da recente república brasileira foram transfigurados na narrativa de *Os Bruzundangas*, levando Lima a questionar, por meio do seu narrador/jornalista/viajante, a “fabricação” de heróis nacionais e sua suposta encarnação de aspirações de toda uma coletividade. Para que seu pensamento possa ficar mais claro ao leitor, o narrador, fazendo uma alusão à trajetória política do Brasil, afirma que se deve recordar “alguns pontos da história política da Bruzundanga”.³⁸

A atual república consta de territórios descobertos pelos iberos e povoados por eles e por outros povos das mais variadas origens.

Os colonizadores fundaram feitorias; e, quando fizeram a independência da Bruzundanga, essas feitorias ficaram sendo províncias do Império que foi criado.

Feita a República, elas ficaram mais ou menos como eram, com mais independência e regalias. Portanto, é claro que a evolução política da Bruzundanga tinha por extensão a unidade dessas províncias, e era mesmo o seu fim. Qualquer pessoa que tenha tentado, ou venha a tentar, o desmembramento dessas províncias, não pode ser tido como herói nacional.³⁹

Ao considerar como critério para escolha de um herói nacional a manutenção da unidade das províncias, o narrador põe em questão uma heroína bruzundanguense. Esta não se enquadrava naquele critério, pois lutou pela separação de uma das províncias ao lado de “um aventureiro estrangeiro”, pelo qual se apaixonou, no “tempo do Império”.⁴⁰ A alusão que Lima pretendeu realizar pelo narrador, provavelmente, é a Anita Garibaldi e sua participação na Revolução Farroupilha ao lado de Giuseppe Garibaldi.

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 57-67.

³⁸ BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 71.

³⁹ Ibid., loc.cit.

⁴⁰ Ibid., p. 71-72.

A produção dos Institutos Históricos no início do século XX, darão importância primária, referente a história de Anita Garibaldi, precisando seu papel no amálgama de uma certa identidade nacional, projetada para atuar como referência da Nação brasileira reconhecendo-a como continuadora do processo civilizador da metrópole portuguesa. Assim Anita Garibaldi, torna-se também símbolo de civilização e progresso, já que é o modelo a ser seguido por “gerações vindouras para o engrandecimento da pátria”.⁴¹

O IHGB, com sua função de contribuir para a preservação da memória nacional, teve, desde a sua fundação em 1838, como destaque na sua produção a escrita de biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes” que constituía uma forma de fazer história pautada em “nomes e personagens”.⁴² Com o início do regime republicano, essa instituição, marcada pelo seu passado de fortes ligações com a Monarquia e tendo como protetor Dom Pedro II, se viu com a necessidade de buscar sua manutenção diante dos novos governantes.

Mesmo sem abandonar a glorificação do nome de Dom Pedro II, o Instituto procurou, desde o início da República se aproximar dos membros do novo governo a fim de garantir apoio financeiro para manutenção e legitimidade de seus trabalhos. Essa aproximação se deu por meio da aceitação de homens pertencentes ao regime recém instaurado nos seus quadros, silenciamento quanto aos momentos conturbados do regime⁴³ e prestação de serviços a órgãos governamentais.

“Procurava-se ligar a experiência do Instituto com as expectativas do país e com as de um projeto político, mesmo que republicano. Com isso, o Instituto Histórico não só se submetia, mas também se adequava à nova ordem das coisas”.⁴⁴ A divulgação da história dos heróis nacionais, que servissem de modelos para a formação da nacionalidade por apresentarem valores cívicos e valorizadores do regime republicano, foi tomada pelos institutos históricos na sua construção de uma memória nacional.

Nesse sentido, podemos compreender a tentativa de inserção de Anita Garibaldi no panteão republicano, questionada por Lima Barreto. Em 1911, o

⁴¹ ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **Uma heroína na História**: representações sobre Anita Garibaldi. Orientador: Sérgio Schmitz. 2000. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, p. 31.

⁴² ⁴² SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 109.

⁴³ “Pelos discursos, o IHGB assemelhava-se a uma ilha serena num oceano revoltoso”. Diante das críticas ao novo regime, o instituto se mostrava mudo. Cf. HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra**: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912). Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p.46

⁴⁴ HRUBY, Hugo. Op.cit., p. 49.

marechal João Vicente Leite de Castro lança pela livraria Garnier a obra *Anita Garibaldi: história da heroína brasileira*. Esse autor - membro do IHGB, da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro e Presidente honorário da União Garibaldina de Nice – apresenta como objetivo principal de sua obra “a formação do caráter de seu povo, base de toda a felicidade”.

A escrita dessa biografia, portanto, visava não só imortalizar o nome de Anita como também criar modelos de conduta e comportamento. A heroína é apresentada como uma figura sagrada e seus atos próprios de homens “são permitidos pois o amor a Garibaldi é a força que faz elevar sua alma e encher-se de coragem”.⁴⁵ O autor corroborava os valores até então vigentes quanto à figura feminina. Esta era simbolizada pela imagem da mãe carinhosa, símbolo da reprodução da humanidade, e intrépida guerreira, defensora da pátria.

O imaginário republicano no Brasil que então se conformava tinha como referência o republicano francês. Neste, o uso da alegoria feminina para representar a República foi um traço marcante, substituindo a figura do rei, símbolo da monarquia derrubada. No Brasil, os pintores positivistas “foram os únicos a levar a sério a tentativa de utilizar a figura feminina como alegoria cívica”,⁴⁶ não conseguindo, entretanto, respaldo no campo social. Segundo Carvalho, o imaginário precisa de uma comunidade de imaginação para criar raízes, que, diferentemente do Brasil, havia na França.

Mesmo assim membros dos institutos históricos tentaram construir a imagem de heroína nacional para Anita, associando sua trajetória à narrativa sobre a República Juliana, relacionando-a, por sua vez, como berço do ideal republicano no Brasil. Em 1914, por exemplo, inicia-se uma série de publicações nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina acerca da República Juliana, Revolução Farroupilha e Anita Garibaldi.⁴⁷ Vale ressaltar, nesse sentido, a tentativa de inserção da história regional na constituição da memória nacional.

[...] O sul no início da república buscava um lugar no contexto republicano nacional, sobretudo para enfrentar os grandes de participação política como o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, nesse sentido a construção de uma memória nacional através dos heróis republicanos que lutaram na

⁴⁵ ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **Uma heroína na História:** representações sobre Anita Garibaldi. 2000. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, p. 34-35.

⁴⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 86.

⁴⁷ ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. Op.cit., p. 44.

Revolução Farroupilha, representavam um importante papel na política nacional.⁴⁸

Contudo, como o próprio narrador de *Os Bruzundangas* havia destacado, a marca de separatismo atribuída àquela revolta no sul do país não favorecia a imagem de Anita. O fator geográfico também não, pois, a partir de meados do século XIX, a área de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, já podia ser considerada o centro político do país e na qual também era mais forte o republicanismo e mais difundidos os clubes Tiradentes. O que beneficiou a vitória do personagem da Conjuração Mineira, o qual, mesmo tendo em vista a libertação das três capitânicas, não foi tachado de separatista, pois isso se “devia a um cálculo tácito”: “libertadas as três, as outras seguiriam com maior facilidade”.⁴⁹

O narrador barretiano atribui à heroína da fictícia república as mesmas características que o marechal Leite de Castro considerou para Anita Garibaldi. Entretanto, o narrador não a vê como algo excepcional que a destacasse na memória nacional. A heroína de Bruzundanga, segundo o narrador, não apresentava “nada de notável”, exceto a sua

dedicação até ao sacrifício pelo seu amante, mais tarde seu marido. Isto mesmo, porém, não é virtude que torne uma mulher excepcional, pois é comum nelas, a menos que tal dedicação sirva de moldura às qualidades excepcionais do seu marido ou do seu amante. No caso, porém, encarando-o estritamente sob o aspecto da evolução política da Bruzundanga, o seu marido não era mais que um aventureiro.⁵⁰

O narrador corrobora o modelo de mulher cidadã republicana, valorizado nas narrativas daquele momento, o qual coloca a figura feminina em posição de subalternidade à masculina, sendo suas ações destacadas se representarem dedicação ao seu esposo e família. Contudo, isso só a tornaria “memorável” se favorecesse as ações de destaque de seu marido. Como o narrador não considera o esposo da heroína bruzundanguense um sujeito que se encaixe na marcha da evolução política daquela república, a dedicação dela se mostra um lugar comum esperado para todas as mulheres.

Percebemos, dessa forma, uma paródia do discurso oficial produzido pelos institutos históricos que o desautoriza quanto a sua pretensão de construir modelos

⁴⁸ ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **Uma heroína na História**: representações sobre Anita Garibaldi. 2000. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, p.28

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 69.

⁵⁰ BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 72.

a serem seguidos na conformação da identidade nacional. Lima, através do seu narrador, procura salientar o objetivo de certos grupos em legitimar sua participação à frente do regime republicano, construindo, para isso, uma interpretação do passado que apresente seus interesses como aspirações de toda uma nação.

Essa prática de “sindicato declarado” é novamente ironizada quando o narrador questiona outro herói da Bruzundanga. A alusão agora é à figura do presidente Floriano Peixoto, a qual Lima Barreto já havia ridiculizado no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Peixoto não era unanimidade entre os republicanos. “Apagado no início [dos acontecimentos que levaram à proclamação da República], suspeito a monarquistas e republicanos”, esse personagem veio a ter uma maior dimensão a partir da Revolta da Armada no Rio de Janeiro e da Revolta Federalista no sul do país.

A sua resistência a essas revoltas inspirou o jacobinismo republicano da capital federal. “Para os jacobinos, civis e militares, era ele sem dúvida o herói republicano por excelência”.⁵¹ Já na narrativa barretiana, outros aspectos do herói nacional que faz alusão ao militar Floriano são trazidos à tona. Após sinalizar o descontentamento de militares e alguns civis com o regime monárquico, o narrador afirma que “as suas vagas aspirações” se resumiam na “palavra República”.⁵²

“Os amigos do Império”, como última tentativa de salvá-lo, buscaram auxílio num “velho general que vivia retirado nas suas propriedades agrícolas”.⁵³ Havia a suspeita de que o general “confabulasse com os inimigos que vinha combater”, a qual foi depois confirmada. Para dar autenticidade ao que afirmava, o narrador salienta que foram os “próprios companheiros do general que o haviam informado da traição.

Ainda há meses, recebi um jornal da Bruzundanga, em que um grande e notável fabricante da República de lá contava como as coisas se tinham passado. Narra esse senhor, como o condestável,⁵⁴ nas vésperas da proclamação da República, enganara aqueles que tinham depositado confiança nele, para servir os contrários, Eis aí os começos de um herói da República dos Estados Unidos da Bruzundanga!⁵⁵

A alusão à traição do herói se refere ao fato de que Floriano Peixoto era o encarregado da segurança do ministério do Visconde de Ouro Preto. Porém, quando

⁵¹ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 56.

⁵² BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 72.

⁵³ Ibid., loc.cit.

⁵⁴ Refere-se ao título de primeiro oficial da coroa, o qual tinha o comando de todo o exército.

⁵⁵ BARRETO, Lima. Op.cit., p. 72

esse estava sendo ameaçado pelos revoltosos, houve a recusa por parte de Peixoto em atacá-los, aderindo ao movimento, em seguida, deu voz de prisão ao chefe do governo – Visconde de Ouro Preto – e, quando da instalação do Governo provisório republicano, assumiu a sua vice-presidência.

O narrador ainda acrescenta mais alusões a Floriano quando este já estava como presidente da república, após a renúncia do marechal Deodoro da Fonseca. O questionamento do heroísmo parte agora das suas ações que o levaram ao epíteto de Consolidador da República. “Sabem por quê? Porque não consolidou coisa alguma”. Segundo o narrador, aquele general não poderia ser considerado herói da Bruzundanga, pois foi o mandachuava que mais desrespeitou as leis.⁵⁶

Ao longo da narrativa de *Os Bruzundangas*, o cargo de presidente da República é sempre mencionado como mandachuva, frisando o mandonismo como um aspecto marcante dos governos republicanos. Este traço não ficaria ausente justamente naquele visto como quem havia moralizado e mantido o regime livre de possíveis ameaças. Ou seja, o narrador sinaliza que, desde o seu início, a República já se mostrava autoritária, contrariando os discursos dos seus defensores de que sua proclamação representaria tempos de liberdade e democracia para o povo brasileiro.

Quando afirma que aquele herói havia saltado por cima de todas as leis, governando “a seu talante”, o narrador alude às medidas autoritárias e violentas tomadas por Floriano durante sua resistência às revoltas acima destacadas. Nesse período, o “marechal de ferro”, decretou estado de sítio e autorizou prisões arbitrárias como bem representou Lima no enredo de *Triste fim*. Carvalho afirma que as atitudes de Floriano “exaltadas pelos jacobinos como reveladoras de pureza e bravura republicanas eram tachadas de sanguinárias e despóticas pelos republicanos liberais”. Novamente, o narrador explicita o caráter de “sindicato declarado” nas práticas de consolidação de uma memória nacional a partir da trajetória de certos personagens alçados à categoria de heróis.

Além da historiografia nesse papel, o narrador também questiona outra dimensão da rememoração histórica que é a construção de monumentos. Ainda se referindo ao general de Bruzundanga, afirma que esse herói foi eternizado por um escultor “que lhe fez um monumento, ereto em uma das praças da capital, monumento tão curioso que precisa de um guia, de um tratado escrito, para ser

⁵⁶ BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 72.

compreendido”.⁵⁷ Lima Barreto deve ter selecionado da paisagem urbana do Rio de Janeiro o monumento a Floriano Peixoto de Eduardo de Sá, inaugurado em 1910 para elaborar essa afirmativa de seu narrador.



Fonte: Apud CARVALHO, 2014, p. 47.
www.google.com/search?q=monumento+a+floriano

Fonte:

O monumento traz muitos elementos que compunham o imaginário republicano propagado pelos positivistas que, exigia, de um visitante não informado dos ensinamentos de Comte, um grande exercício de interpretação.⁵⁸ Além disso, o monumento provocou controvérsia. “Reclamava-se do caráter sectário de sua concepção”. O monumento era uma tentativa positivista de se apropriar da memória de Floriano, o qual não era positivista. Lima se mostrava atento a essas disputas em torno da memória do início republicano no Brasil, procurando, na sua narrativa, desmitificar, como vimos no capítulo anterior, a suposta harmonia social que a defesa do nacionalismo desejava representar para a população local e como imagem do Brasil no exterior.

⁵⁷ BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 72.

⁵⁸ A figura de Floriano fica no alto do pedestal e a bandeira republicana compõe o pano de fundo da estátua. Em baixo relevo, as cabeças de Tiradentes e José Bonifácio e busto de Benjamin Constant. Já à esquerda, temos uma figura de jovem mulher que estende a mão direita, abençoando o passado e apontando para o futuro. Na base do monumento, numa forma de altar cívico, há referências aos altares erguidos em Paris após a Revolução de 1789, na qual se encontra quatro grupos em bronze e uma estátua. Os grupos representam as três raças formadoras da população brasileira e a religião católica,; já a estátua é uma figura de mulher, com uma rosa na mão, representado a raça mista surgida da fusão daquelas três. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p.47-48.

Vale ainda salientar a dificuldade de interpretação daquele monumento destacada pelo narrador para endossarmos a crítica à narrativa histórica que o autor Lima Barreto procurou realizar nesse capítulo de *Os Bruzundangas*. Rüsen esclarece que a memória histórica e sua realização pela consciência histórica contêm elementos e fatores que não são genuinamente narrativos. Contudo, esses possuem também uma função narrativa, pois “são absorvidos e fazem parte da narrativa”.⁵⁹

O autor alemão trata justamente de imagens e símbolos que estimulam a atividade memorativa da consciência histórica e através da qual ela é realizada. Mesmo ainda não sendo narrativas, eles a geram, suscitando a interpretação histórica. Lima, pela forma como representa o monumento, dar continuidade a sua perspectiva negativa em relação à narrativa histórica que se propunham produzir alguns membros dos institutos históricos ao elegerem certos heróis nacionais. Para o literato carioca, essa narrativa, voltada para o enaltecimento de grupos políticos, era confusa e distante da veracidade da realidade nacional passada.

Notaremos mais dessa perspectiva de Lima quando, ainda nesse capítulo de *Os Bruzundangas*, trata da imagem do Brasil a ser divulgada nas outras nações por meio do olhar de seu narrador/viajante acerca de mais outro herói daquela república. Este se chamava Visconde de Pancome e, diferente dos dois primeiros heróis, não se notabilizou pela atuação em conflitos armados ou políticos. O Visconde era embaixador e depois ocupou o cargo de “Ministro de Estrangeiros”. A crítica do narrador a esse herói era dirigida a sua falta de “senso do tempo” e do “sentimento do seu país”.⁶⁰

Era um historiógrafo; mas não um historiador. As suas ideias sobre história eram as mais estreitas possíveis: datas, fatos estes mesmos políticos. A história social, ele não a sentia e não a estudava. Tudo nele se norteava para a ação política e, sobretudo diplomática. Para ele (os seus atos deram a entender isto) um país existe para ter importância diplomática nos meios internacionais. Não se voltava para o interior do país, não lhe via a população com suas necessidades e desejos. Pancome sempre tinha em mira saber como havia de pesar, lá fora, e ter o aplauso dos estrangeiros.⁶¹

Notamos que a escolha dos heróis nacionais pelo narrador segue o modelo destacado numa das partes da revista do IHGB, a qual era destinada às biografias de brasileiros “distintos por letras, armas e virtudes”. Parafraseando essa

⁵⁹ RÜSEN, Jörn. ¿**Qué es la cultura histórica?**: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Disponível em: www.culturahistorica.es Acesso: 01 jul. de 2014, p. 9.

⁶⁰ BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 73.

⁶¹ Ibid., loc.cit.

classificação dos sujeitos que mereciam se tornar memoráveis pelo instituto, o narrador traz, para sua observação crítica daquela república, um personagem que apresenta uma concepção de historiografia também praticada pelos membros desse lugar de produção de discurso histórico oficial.

Nessa crítica, destacamos a distinção que realiza entre historiógrafo e historiador para apontar os equívocos daquele homem “distinto por letras”. Historiógrafo, para o narrador, estaria voltado para uma escrita sobre o passado focado nas ações das elites na área da política, ou seja, uma história administrativa em que os grandes homens definiam os rumos dos acontecimentos. Pela distinção que fez, podemos inferir que o historiador deveria contemplar uma história social, segundo Barreto, incluindo na sua narrativa temas como economia e modos de vida da população, trazendo para os leitores do presente outros sujeitos históricos.

Procuramos investigar qual o sentido dos termos historiógrafo e historiador naquele momento, principalmente se havia diferenciação desses entre os membros do IHGB, foco das críticas do narrador barretiano. Tendo como referência o trabalho Hugo Hruby, já destacado nesta tese, sobre a produção do IHGB no início do regime republicano, verificamos que os sócios se referiam tanto a si mesmos quanto a outros autores de textos históricos como historiadores, historiógrafos e cronistas. Entre cronistas e historiadores havia diferenças.

Os escritos dos cronistas pertenciam “a um gênero menor, sem pretensão de obra acabada, limitada a uma missão, a um episódio”. Os do historiador, por sua vez, apresentavam uma generalização dos motivos, “as ligações com outros fatos e as consequências”. Já a diferença entre historiador e historiógrafo não se fazia presente na escrita e nos discursos dos membros do IHGB.⁶²

Contudo, os dicionários, no século XIX, traziam uma distinção entre esses dois homens de letras. Ambos escreviam histórias, mas de modos e por circunstâncias diversas. O historiógrafo era definido como um literato pensionado do Estado ou de um príncipe para escrever a sua história – quase correspondendo a um cronista -, constituindo-se como um simples analista, que referia acontecimentos e reunia materiais. Quanto ao historiador, a sua escrita não era pensionada. Esse literato escolhia os materiais, colocava-os em ordem, examinava os fatos, julgando

⁶² HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 24-25.

os homens e as coisas e agindo, geralmente, de modo menos “adulador e mais imparcial” que o historiógrafo.⁶³

Acreditamos que, pela forma como o narrador descreve o último herói bruzundanguense, Lima Barreto pretendeu elaborar uma caricatura do Barão do Rio Branco, aproximando-o da definição de historiógrafo presente naqueles dicionários. José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, se destacou no cenário político e intelectual brasileiro desde as últimas décadas do Império. Filho do Visconde do Rio Branco, o qual fora senador, ministro das Relações Exteriores, presidente do Conselho de Ministros e autor da Lei do Ventre Livre; o Barão também seguiu a carreira diplomática.⁶⁴

Ainda no Império, foi cônsul-geral em Liverpool (nomeado no ano de 1876), Inglaterra. Nessa função, teve a oportunidade de acumular ainda mais materiais que lhe serviam de fonte para o conhecimento da história militar no Brasil, principalmente em relação às questões militares no Prata. Mesmo ocupando cargo no consulado da Inglaterra, o Barão do Rio Branco mantinha residência em Paris, o que lhe possibilitou realizar pesquisas e colecionar mapas e documentos relativos à história política e geográfica do Brasil.⁶⁵ Como satirizava o narrador barretiano, “sabendo bem a história política da Bruzundanga, julgava conhecer bem a nação. Sabendo bem a geografia da Bruzundanga, imaginava ter o país no coração”.⁶⁶

Antes disso, Paranhos Júnior já publicava artigos de opinião e narrativas históricas sobre as questões militares no Prata, especialmente no jornal conservador *A nação*, e, em 1867, foi eleito membro do IHGB. Essa trajetória de pesquisas lhe permitiu a produção de biografias de militares e ensaios também voltados para a história militar. Daí se entende a caricatura que Lima elaborou sobre o Barão do Rio

⁶³ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007,, p. 25.

⁶⁴ ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 4562.

⁶⁵ Ibid., p. 4563.

⁶⁶ BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 73.

Branco⁶⁷ sob o nome de visconde de Pancome bem como a sua classificação como historiógrafo, literato pensionado pelo Estado.

Mesmo sendo monarquista, o Barão também se destacou como homem público na República. Instaurado esse regime, Rio Branco assumiu importantes missões diplomáticas, muitas das quais voltadas para negociações relacionadas a disputas territoriais, chegando, em 1902, ao posto de Ministro das Relações Exteriores (presidente do IHGB de 1907-1912), função que exerceu até 1912, ano de sua morte. Lima Barreto transfigurou essa trajetória no seu romance da seguinte maneira:

Estava como embaixador em um país qualquer e um Mandachuva fê-lo Ministro dos Estrangeiros. Logo que tomou posse, o seu primeiro cuidado foi mudar o fardamento dos contínuos. Pôs-lhes umas longas sobrecasacas com botões dourados. [...] Tendo conseguido adjudicar à Bruzundanga vastos territórios, graças à leitura atenta de modestos autores esquecidos, a sua influência sobre o ânimo do mandachuva, era imensa. [...].⁶⁸

A preocupação com a imagem no exterior do país, apontada pelo narrador, deve ser vista também pela forma como o Barão do Rio Branco, caricaturado em Pancome, enquanto Ministro das Relações Exteriores da República, procurou exercer o mecenato de alguns homens de letras. Em princípios do século XX, num contexto favorável de penetração de recursos econômicos por conta da expansão da produção e exportação agrícola, o governo brasileiro buscou contribuir para a consolidação de uma “imagem austera de uma sociedade ilustre e elevada, merecedora da atenção e do crédito europeu incondicional”.⁶⁹

O Barão do Rio Branco, tendo em vista esse objetivo governamental, “procurou lotar as dependências do Itamaraty, e mesmo de setores paralelos da administração, de intelectuais respeitáveis, ou de quem afetasse tal moldura”.⁷⁰ Desde simples empregos burocráticos até cargos de representação, comissões e delegações diplomáticas se constituíram como oportunidades para os letrados. Nesse sentido, dentro daquela aproximação entre IHGB e o regime republicano, o discurso histórico oficial, divulgado no exterior, se fortaleceu.

⁶⁷ No romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, publicado em 1919, Lima também critica o Barão do Rio Branco, porém de uma forma mais explícita. Lima o torna personagem do romance. Através da voz do protagonista Gonzaga de Sá, assim se referiu ao Barão: “[achava] o Paranhos, como ele o chamava às vezes o ministro, uma mediocridade supimpa, fora de seu tempo, sempre com o ideal voltado para as tolices diplomáticas e não com a inteligência dirigida para sua época”. Cf. BARRETO, Lima. **Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b, p.69

⁶⁸ BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 73.

⁶⁹ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 118.

⁷⁰ Ibid., loc.cit.

O próprio Barão do Rio Branco, que desde o século XIX, já era membro do IHGB, passou a ser seu presidente no ano de 1907 até a sua morte. O presidente era sempre a figura que apresentava e representava o instituto, estabelecendo “vínculos entre a associação e as grandes diretrizes da política oficial”.⁷¹ Esse discurso oficial sobre o passado do país, como destacado acima, não agradava a Lima Barreto.

Na sátira ao país que realiza na obra *Os Bruzundangas*, o seu narrador aponta uma lacuna nesse discurso. Não vê contemplados naquela historiografia oficial “as ânsias, as dificuldades, as qualidades e defeitos do seu povo”, ou seja, as expectativas, os desafios cotidianos pela sobrevivência, a cultura e os entraves na construção de relações sociais harmônicas (o racismo, por exemplo) do povo. O recorte espacial dele também é questionado, pois não “se voltava para o interior do país”. Para o narrador, essa lacuna seria preenchida quando se escrevesse a “história econômica e social da Bruzundanga”.⁷²

O mecenato dos letrados que dariam continuidade àquele discurso oficial por parte do Barão do Rio Branco, certamente, ia de encontro aos desejos expressos por Lima Barreto, desde a publicação da revista *Floreal*, de romper com as restrições impostas aos escritores que não se enquadravam ao perfil “civilizado”. Essa revista foi lançada em 25 de outubro de 1907, contando com a colaboração de um grupo bem heterogêneo que ia desde Antonio Noronha Santos aos libertários Domingos Ribeiro Filho, Curvelo de Mendonça e Fábio Luz.⁷³

Logo na apresentação da revista, após destacar o desafio que era a sua publicação, Lima explicita os seus objetivos:

[...] escapar às injunções dos mandarinos literários, aos encantos dos preconceitos, ao formulário das regras de toda a sorte, que nos comprimem de modo tão insólito no momento atual. Não se trata de uma revista de escola, de uma participação de “clã” ou maloca literária [...]. Não se destina pois a *Floreal* a trazer a público obras que revelem uma estética novíssima e apurada; ela não traz senão nomes dispostos a dizer abnegadamente as suas opiniões sobre o que tudo interessar a nossa sociedade, guardando as conveniências de quem quer ser respeitado.⁷⁴

⁷¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 105-106.

⁷² BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, 1985 (Série Bom Livro), p. 73.

⁷³ A *Floreal* teve uma trajetória curta, sendo o seu quarto e último número publicado em 31 de dezembro de 1907. Cf. SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 188-209.

⁷⁴ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p.181

Lima, então, como parte de sua literatura militante, tem uma postura crítica em relação à produção de narrativas atreladas a um grupo restrito e que não estivessem comprometidas a lançar um olhar aprofundado sobre questões sociais. Nesse sentido, em outros momentos de sua escrita, Lima vai realizar mais questionamentos às bases sob as quais era escrita a versão oficial da História do Brasil. Na crônica “Edificantes notas ao Southey”, publicada na Revista do Sul de 1919, Lima apresenta a seus leitores mais um capítulo de seu diálogo com a cultura histórica de sua época.

A crônica se inicia com Lima, naquele contexto de discussões já apontadas sobre a questão nacional no Brasil após a Primeira Guerra Mundial, se referindo à leitura que havia feito, pelo Estado de São Paulo, da conferência “A ideia de Pátria” proferida por Assis Brasil em São Paulo no ano passado, “sob os auspícios da Liga de Defesa Nacional”. Lima afirma que notou “comprometedores absurdos” nessa conferência, motivando-o a escrever algumas observações para publicação numa revista.

[...] Guiado por aquela ideia muito própria do Senhor Assis Brasil, de que a capital do Brasil deve ser em Pedras Altas,⁷⁵ o eminente republicano histórico emaranhava de tal modo os caminhos do povoamento do Brasil e asseverava tais coisas, que me obrigou a consultar velhos livros queridos, para me certificar que as minhas dúvidas não provinham de uma lamentável desorganização do meu aparelho mental.⁷⁶

Dos livros queridos que consultou, um deles “foi a *História do Brasil* de Robert Shouthey, traduzida pelo Senhor Luís Joaquim de Oliveira Castro e anotada pelo cônego doutor J. C. Fernandes Pinheiro”, editada pela Livraria Garnier do Rio de Janeiro em 1862. Lima afirma que havia lido os seis volumes dessa obra há muitos anos e não se “incomodara com as notas do sábio cônego”. Contudo, quando as releu, estranhou as informações da página 433, do 3º volume.

O ‘Paraná’ (que em tupi significa ‘mar’) toma este nome na confluência do Paraíba (será erro de revisão?), que vem do centro da Província de Goiás, e do rio Grande que sai do interior da de Minas Gerais nascendo na serra da Mantiqueira. Serve de limites às províncias de Minas, Goiás, São Paulo e Paraná; dividindo outrossim o Brasil do Estado Oriental, e da Confederação da Argentina. Recebe então o Paraguai e o Uruguai, adquirindo o nome de Rio da Prata. F. P.⁷⁷

⁷⁵ Pedras Altas diz respeito ao local em que Assis Brasil construiu um castelo em estilo medieval no interior do Rio Grande do Sul. Nesse, ele se instalou definitivamente ao se aposentar da diplomacia em 1912, passando a se dedicar à pecuária. Cf. discionap.805

⁷⁶ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 96.

⁷⁷ Ibid., loc.cit.

O autor fica em dúvida com essa geografia. Interroga-se sobre um possível esquecimento de sua parte e, marcando a posição do anotador como um homem de letras considerado no seu tempo, Lima se mostra intimidado diante de uma iminente correção dele. “O senhor cônego doutor era um homem sábio [...]; e eu – o que era?”

Nessa dúvida, consulta um manual de Geografia do Brasil. Trata-se da recomendada obra *Geografia Física do Brasil* de Wappoeus,⁷⁸ traduzida pelos “sábios e operosos Capistrano de Abreu e Vale Cabral. Não satisfeito”, foi buscar em “Moreira Pinto, o grande”, que havia estudado a “Corografia do Brasil, aí pelo meus treze anos”. Como conclusão, afirma que o “sábio cônego” havia se equivocado.

O Paraná, com o nome de Paranaíba, nasce em Minas, na serra de Canastra, nas vertentes opostas àquelas que dão origem ao São Francisco; e separa de fato Minas de Goiás, e de Mato Grosso. O rio Grande que, conjuntamente com o Paranaíba, forma o Paraná propriamente dito, é que separa Minas de São Paulo, como está em qualquer mapa; mas Paraná, Paranaíba ou rio Grande absolutamente não entram, como quer o cônego, na separação do atual Estado do Paraná do de São Paulo.

Onde, pois, o sábio cônego doutor teria visto isto? Em que fantástica carta ou tratado?

Eu daria tudo que pudesse dispor em dinheiro ou alfaías para possuir semelhante documento.⁷⁹

Ainda durante a leitura do “mesmo tomo do Southey, na mesma tradução e edição”, Lima identifica outro equívoco do “cônego doutor (não se omitem nunca os títulos tão do nosso gosto)”. Este, ao corrigir o próprio autor inglês em nota das páginas 432 e 435, comete mais um erro relacionado à geografia do Brasil. Lima recorre novamente ao Wappoeus e o confirma.

Com quem estará a verdade: com o cônego doutor F. P. e os seus autorizados geógrafos ou com o Wappoeus, o Capistrano, o Vale Cabral, o Homem de Melo e outros notáveis colaboradores da tradução para o português da obra do alemão?

[...]

Tímido diante dos títulos do anotador do historiador e poeta inglês, simplesmente deixo registradas aqui estas mínimas observações muito medroso do meu saber, medo que me fez, ao meu encher de perplexidades em face das notas do cônego doutor Fernandes Pinheiro, abandonar o propósito de comentar a conferência do famoso e autorizado doutor Assis Brasil, a gigantesca mentalidade de Pedras Altas.⁸⁰

A identificação dos sujeitos que têm sua relação com os saberes histórico e geográfico ironizada por Lima Barreto, nessa crônica, permite a percepção de mais

⁷⁸ DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República**: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Humanitas, 2005, p. 97

⁷⁹ BARRETO, Lima. **Op.cit.**, p. 97.

⁸⁰ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 98.

um momento em que a literatura militante afronta a cultura histórica. O anotador da obra de Southey, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro (1825-1876), foi sócio correspondente (1854) e 1º secretário (1859) do IHGB. Como sabemos, a função primordial do instituto era “colligir, methodizar e guardar” documentos, fatos e nomes para finalmente compor uma história nacional para o país.⁸¹

Isso tornaria inaceitável para um membro como Fernandes Pinheiro com aquelas funções – de sócio correspondente era, entre outras, apresentar trabalho de história, geografia ou etnografia do Brasil; já, como secretário, era de contribuir para a manutenção do instituto e zelar pela sua própria imagem de intelectual, exaltando a sua atividade e de outros membros⁸² – a sequência de erros apontada por Lima Barreto. Ainda mais diante de uma obra que era referência para os interessados na história nacional.

História do Brasil do inglês Robert Southey (1774-1843), publicada no início do século XIX, era considerada bem documentada e representativa dos acontecimentos do Brasil colonial até a vinda de Dom João VI ao Brasil, sendo editada pela primeira vez no Brasil em 1862. Lima, ao longo da crônica, desse modo, aproveita-se desses equívocos de um membro tão renomado do IHGB para, através de sua ironia, criticar a própria prática desse lugar de produção do discurso oficial sobre o passado.

Essa crítica tem como alvo a falta de conhecimento por parte de um sujeito, o qual é, insistentemente (ironicamente), chamado de “sábio doutor” na crônica, de um dos temas tão caros ao instituto que era a geografia do país, principalmente quando se voltava para questões territoriais e de demarcação de limites. Além disso, percebemos que Lima, como já vimos realizar naquela crônica “Meia página de Renan”, sinaliza a necessidade de revisão dos textos sobre o passado e a importância, para isso, da verificação e análise de diversas fontes. Lima se apropria dos procedimentos da pesquisa histórica para desautorizar o discurso histórico oficial.

Ainda sobre a crônica “Edificantes notas ao Southey”, vale destacar que essa crítica ao discurso oficial teve como origem a leitura de uma conferência de Assis Brasil. Joaquim Francisco de Assis Brasil (1857-1938) teve, assim como Rio Branco,

⁸¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 99.

⁸² *Ibid.*, p. 104-106

uma trajetória marcante na diplomacia brasileira, atuando também em questões de limites territoriais⁸³. E a sua conferência despertou o interesse de Lima, pelos erros de Geografia, os quais eram utilizados por Assis para fundamentar seu discurso.

Vimos no segundo capítulo desta tese que, muitas vezes, os estudos históricos municiavam o exercício da atuação política dos sujeitos envolvidos com a legitimação do regime republicano. Ao iniciar sua ironia ao discurso histórico oficial e apontar a sua necessidade revisão a partir da conferência de Assis Brasil, Lima sinaliza a seus leitores como esse “republicano histórico” dava continuidade a divulgação de informações equivocadas advindas da utilização de uma versão única sobre o passado.

A manipulação do passado para atender certos fins políticos é uma estratégia de legitimação social que Lima também procura explicitar nessa crônica. Quatro anos antes dessa, Lima já havia demonstrado, por meio de sua escrita, a sua preocupação com a produção de uma memória oficial pela atividade de membros do IHGB. Em 21 de janeiro de 1915 foi publicada no *Correio da Noite*, sua crônica “E o tal balázio?” que tratava da inauguração de um marco comemorativo da fundação da cidade do Rio de Janeiro, ocorrida no dia anterior.

Lima registrou a presença do “Instituto Histórico e outras pessoas conspícuas” no evento, destacando o discurso proferido por José Vieira Fazenda (1874-1917) que, além de médico, era membro do IHGB no qual atuou como historiador, bibliotecário e secretário geral.

O senhor Viera Fazenda, com aquela sua secura de alfarrabista, como aquele seu amor a datas e às controvérsias, leu um discurso sisudo, muito adstrito ao fato, sem associações de outros fatos próximos e remotos.

A fundação do Rio de Janeiro é, para ele, um simples pretexto de alvarás, cartas régias, foros e sesmarias. O Senhor Fazenda não vê nada além dos secos documentos oficiais; não vê as consequências econômicas, as sociais, os encadeamentos de grandes e pequenos acontecimentos, que o ato de Estácio de Sá deu causa, foi gerador, sem que estivessem no seu ou no pensamento dos companheiros dele.

Não nego ao Senhor Fazenda méritos de historiógrafo, de paciente pesquisador, de rebuscador de documentos, mas falta-lhe a adivinhação, de que falava Renan, a imaginação criadora necessária para recompor os acontecimentos históricos.⁸⁴

Vieira Fazenda era um especialista na história da cidade do Rio de Janeiro, sendo que, desde 1896, vinha publicando artigos sobre seus “assuntos históricos,

⁸³ ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 800-803

⁸⁴ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 160

usos e costumes, monumentos e tradições”, baseados numa “consulta meticulosa de arquivos e velhos documentos”.⁸⁵ Contudo, para Lima Barreto, essa forma de escrita de história deveria ser aprimorada.

Lima até admira o trabalho cuidadoso (“cujo [...] labor em condensar documentos [...] me merece a mais intensa admiração”) de Vieira Fazenda em reunir documentos sobre a história da cidade, mas advoga que isso não é suficiente para se ter uma compreensão maior sobre o passado. O tipo de fonte que utiliza para compor aquela escrita – documentos oficiais - também não é visto por Barreto como recurso que, por si só, validaria a narrativa desse membro do IHGB.

Entre os sócios do instituto, como já vimos, não havia uma unanimidade em considerar a História como uma ciência, mas seguiam, cada qual com suas apropriações, certos princípios cientificistas, concepções sobre a narrativa histórica e métodos de pesquisa que lhes chegavam da Europa. Esses sócios reiteravam pressupostos científicos de Ranke, Fustel de Coulanges, Monod, Langlois e Seignobos nas suas produções e discursos, como a investigação afastada de qualquer especulação filosófica, a aplicação de técnicas rigorosas ao inventário das fontes e à crítica de documentos, sendo, entre estes, dado preferência ao texto escrito.

Com esses pressupostos forjados ao longo do século XIX, a escrita do historiador deveria ser objetiva, narrando os fatos obtidos pela análise dos documentos de maneira imparcial, e excludente dos “domínios e injunções provenientes dos saberes que” lidavam “com a imaginação, com a subjetividade e com o ficcional”.⁸⁶ Mas Lima, entre as referências da chamada história científica, busca, nas recomendações de Renan, alternativas à narrativa histórica de Vieira Fazenda.

Esse intelectual francês, que tanto esteve presente nas leituras e reflexões de Lima, articulou, durante seus estudos sobre o cristianismo e línguas antigas, erudição, filosofia e escrita da e na história.⁸⁷ Renan percebeu, em documentos

⁸⁵ Cf. Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo LXXXVI – (1919). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921, p. 7. Esses trabalhos de Vieira Fazenda foram reunidos, a partir de 1919, sob o título “Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro”, sendo publicadas em diversos tomos da Revista do IHGB até o ano de 1924.

⁸⁶ MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História: o caminho da ciência ao longo do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010, p. 315.

⁸⁷ RUDI, Thiago Augusto Modesto. **A grande missão do século XIX e a escrita da História de Ernest Renan (1848-1863)**. Orientadora: Karina Anhezini de Araujo. 2014. 158 f. Dissertação

muito antigos com os quais lidou, lacunas e incertezas, fazendo com que, na sua busca pela verdade, se contentasse, muitas vezes, com o verossímil. Para esse autor, a história, sem a imaginação, que apenas reproduz documentos, seria a mais falsa. A história, ainda segundo Renan, seria tanto uma arte quanto uma ciência, sendo igualmente relevante para sua narrativa a “perfeição da forma” e o trabalho minucioso com os documentos.⁸⁸

Como Viera Fazenda não realizava na sua narrativa a relação entre diferentes fatos do passado, priorizando os políticos extraídos dos documentos escritos e oficiais, assim como fez com o personagem Pancome acima, Lima o classifica como historiográfico. Essas críticas, tanto a Viera Fazenda quanto a Rio Branco, devem também ser compreendidas a partir da leitura que Lima realizou do historiador brasileiro João Ribeiro que, como destacamos acima, apresentava uma interpretação do passado nacional na qual não priorizava acontecimentos político-administrativos e enfatizava a necessidade do conhecimento do interior do país e questões relacionadas a sua formação étnico-cultural, numa abordagem que aliava crítica documental e reflexão filosófica.

Após essas considerações sobre o discurso de Vieira Fazenda, Lima volta seu olhar crítico para o marco comemorativo da fundação da cidade do Rio de Janeiro, motivo principal da escrita da crônica. O monumento é considerado pelo autor como “a coisa mais “estrambótica” que se possa imaginar”.

Deixou de ter a singeleza que era de esperar tivesse, para ser uma coisa cerebrina de uma agulha de granito ponteada com uma bala de canhão moderno, simbolizando assim as lutas que se travaram na fundação da cidade.

Se essa simbolização fosse necessária, creio eu que melhor seriam arcos, flechas, tacapes, mosquetes, arcabuzes, balas esféricas dos velhos canhões de retrocarga, que esse balázio cilíndrico que é quase de anteontem.⁸⁹

Segundo Le Goff, o monumento é uma das formas de se apresentar os materiais da memória.⁹⁰ Através dele, se perpetua uma dada memória a fim de que

(Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014, p. 139.

⁸⁸ RUDI, Thiago Augusto Modesto. **A grande missão do século XIX e a escrita da História de Ernest Renan (1848-1863)**. Orientadora: Karina Anhezini de Araujo. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014, p. 75-82.

⁸⁹ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 160

⁹⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. rev. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira & Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 485.

essa se torne coletiva, eternizando pessoas ou definindo certos locais onde é erguido como marcos fundacionais de uma determinada coletividade. E a historiografia, conforme Catroga, fornece, ao produzir e legitimar algumas memórias e tradições, “credibilidade a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação”.⁹¹

Daí a presença, apontada por Lima, de um historiador do IHGB e especialista “nos assuntos históricos” da cidade fazendo aquele discurso na cerimônia de inauguração do monumento. Entretanto, Lima, com sua ironia, aponta aspectos do monumento que apresentam erros quanto à representação histórica da fundação da cidade, deslegitimando-o.

Além disso, a construção de um monumento acaba substituindo o testemunho e a participação de alguns agentes históricos ou até mesmo, a depender dos elementos que o compõem, a exclusão deles. Lima se mostra, na crônica, atento a isso quando sugere o monumento deveria ter outras armas representadas, como as indígenas, por exemplo. O esquecimento que aquele monumento promovia é, então, observado pelo autor carioca.

Estamos sempre dispostos a ver no passado lutas; por que não havemos de ver solidariedade?

Por que só um dos aspectos do sucesso há de ser lembrado [...]?

A fundação de uma cidade é, antes de tudo, um desejo de comunhão, de associação.

Na cidade, todos colaboram, todos concorrem com seu quinhão [...] – como é então que os senhores do instituto só viram luta e luta com canhões alemães, a despejar projetis cilindrocônicos pelos meados do século XVI?⁹²

Um outro sujeito que também mereceu destaque nas considerações de Lima Barreto sobre a produção de um saber, especialmente quanto à interpretação do passado, oficial do Brasil foi, o já mencionado linhas acima, historiador e diplomata brasileiro Oliveira Lima. Este foi leitor do trabalho de Lima Barreto e um dos seus correspondentes, como destacamos no capítulo anterior. Barreto, por sua vez, também era um leitor dos trabalhos produzidos pelo historiador.

Em carta de 19 de janeiro de 1911, Lima Barreto confessa a seu amigo Antonio de Noronha Santos que quando estava aborrecido, costumava mandar o irmão comprar livros e os “devorava”. Entre as novas aquisições, estava o *Dom João VI* de Oliveira Lima sobre o qual o literato revelou sua opinião àquele amigo. “[...] É

⁹¹ CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001, p. 45.

⁹² BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 160-161.

uma história laboriosa, minuciosa, em que falta nervo, pitoresco, sentimento do tempo, mais diplomática que outra coisa, embora fale muito mal dos diplomatas. [...]”.⁹³ Lima destaca, como justificativa para sua classificação da obra como de história diplomática, as passagens nas quais são abordados o Congresso de Viana (capítulo “XII – No Congresso de Viena”), as intrigas do rio do Prata (capítulo VII – As intrigas platinas”), especialmente a atuação do ministro dos negócios estrangeiros de Portugal, o Duque de Palmela (Pedro de Sousa Holstein – 1781-1850).

Lima não publicou nenhum texto criticando essa obra de Oliveira Lima. Tampouco registrou nas suas anotações pessoais ou até numa outra correspondência alguma consideração sobre *Dom João VI no Brasil*. A sua possível relutância em expor aquela crítica talvez estivesse relacionada ao receio de uma retaliação do meio intelectual,⁹⁴ pois Oliveira Lima era uma figura de destaque, inclusive representando o país em centros acadêmicos na Europa e América. Quanto à obra publicada pelo diplomata, em pleno centenário da vinda da corte portuguesa ao Brasil, era reconhecida como um trabalho histórico de qualidade e revelador daquele momento da História do país.⁹⁵

A apresentação de suas ideias sobre aquela obra, então, apenas na carta a um amigo com quem se correspondia há anos e tinha projetos comuns (Noronha Santos conheceu Lima quando ainda eram estudantes, pertenceu ao grupo da *Floreal* e publicou com Barreto um panfleto por ocasião da Campanha Civilista⁹⁶) se configurou como alternativa para Lima Barreto realizar mais esse embate com a historiografia da época. A correspondência, diferentemente das outras práticas de escrita de si, tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer uma relação, o que implica interlocução.

O autor de cartas “dar-se a ver”, se mostra ao destinatário, assim como este também é “visto” pelo primeiro, exigindo, de quem pratica essa forma de escrita,

⁹³ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p. 93.

⁹⁴ Dois anos antes daquela carta a Antonio de Noronha Santos, Lima havia publicado seu primeiro romance, *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, que lhe rendeu muitas críticas, levando a grande imprensa da época a desconsiderar o nome do escritor na suas redações.

⁹⁵ Souza, Octavio Tarquínio de. Apêndice: prefácio à 2ª edição. In: LIMA, Oliveira Manoel de. **D. João VI no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 771

⁹⁶ BARRETO, Lima. Op.cit., p. 59-60.

tempo, disciplina e reflexão e confiança.⁹⁷ Lima, como vimos no primeiro capítulo desta tese, já discutia com Noronha Santos sobre o tema abordado por Oliveira Lima. E, ao ler a grandiosa obra do renomado historiador com suas quase 700 páginas e na qual se estabelecia como marco fundacional da nacionalidade brasileira justamente o Estado-Monarquia de Dom João VI, Lima sentiu a necessidade de revelar a seu amigo sua perspectiva.

Para melhor compreendermos aquelas palavras que Lima escreveu sobre a obra em destaque, devemos compará-las com suas considerações, acima apresentadas, acerca do trabalho historiográfico de Barão do Rio Branco, das anotações do cônego Fernandes Pinheiro e do discurso de Assis Brasil. Percebemos que, em comum, essas considerações versavam sobre a incompletude de uma escrita da história voltada para temas políticos e questões diplomáticas, apegada a documentos escritos oficiais e a narração dos fatos que deles extraíam com sua crítica, sem espaço para imaginação e, muito menos, para as necessidades e desejos do povo, silenciosa acerca do interior do país e promotora do culto a homens distintos por letras, armas e virtudes (os “verdadeiros” heróis nacionais).

A obra de Oliveira Lima, de fato, constitui-se numa glorificação do monarca Dom João VI, destacando como sua vinda ao Brasil e seu governo foram de fundamental importância para a nacionalidade brasileira. A experiência como diplomata, fez com que Oliveira Lima tivesse acesso a uma grande documentação oficial sobre o período que se dedicou a estudar. Além disso, a sua trajetória na diplomacia se reflete no modo como procurou também estabelecer relações entre o novo mundo das Américas e o velho mundo da Europa.⁹⁸

A civilização no Brasil está relacionada, no pensamento de Oliveira Lima, a sua ligação com as tradições ibéricas. Esse pensamento foi divulgado pelo diplomata historiador no exterior nas conferências que proferiu no início do século XX. No mesmo ano daquela carta de Lima na qual criticava a maior obra de Oliveira Lima, essas conferências foram reunidas em livro com o título *Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira*. O seu prefaciador, José Veríssimo, destacou da seguinte maneira o trabalho de divulgação do país realizado pelo diplomata:

⁹⁷ GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 19.

⁹⁸ SOUZA, Melissa de Melo e. **Brasil e Estados Unidos: a nação imaginada nas obras de Oliveira Lima e Jackson Turner**. Orientador: Marco Antonio Pamplona. 2003. 85 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003, p. 51.

[...] estudou e divulgou nossa história tão mal conhecida, que rebuscou apaixonadamente os arquivos, nos instruiu no exemplo dos grandes países, que nos era interessante conhecer melhor, e das questões que se debatiam no exterior e a que não podíamos ficar indiferentes; foi assim que defendeu o Brasil contra toda suposição injusta e errônea, contribuindo desse modo para o bom juízo que poderia dele ter, e esclarecendo os estrangeiros a respeito de nossos esforços no caminho da cultura e da civilização.⁹⁹

O trabalho de Oliveira Lima, portanto, correspondia aos anseios do Itamaraty em representar o Brasil como uma nação civilizada no exterior, tão criticados pelo literato Lima Barreto. Além disso, mesmo apresentando uma visão panorâmica, incorporando à narração de fatos históricos as perspectivas políticas, sociológicas e antropológicas - o que agradaria Barreto já que criticava a historiografia da época por não relacionar fatos de natureza diferentes - se sobressaía da narrativa de Oliveira Lima uma proposta de identidade nacional aristocrática.

Oliveira Lima, logo no início da obra *Dom João VI no Brasil*, estabelece uma análise comparativa em que a situação de Portugal é vista dentro do cenário comum europeu frente às divergências em Inglaterra e França. Uma abordagem que, a princípio, poderia se aproximar da reivindicação barretiana de uma historiografia que apresentasse uma análise das conexões entre os acontecimentos. Também destaca acontecimentos culturais como no capítulo “O espetáculo das ruas” em que apresenta os novos costumes que surgiam da interação das tradições europeias e elementos da cultura local, incluindo aí a presença de negros e mulatos.

Mais um aspecto que poderia levar Lima Barreto a uma opinião mais favorável a essa obra. Contudo, no capítulo seguinte, Oliveira Lima traz um destaque maior às solenidades da corte e suas mudanças no ambiente cultural, as quais sacudiram “o torpor da cidade ao mesmo tempo que lhe emprestavam feições bem acentuadas de elegância de distinção e de luxo”.¹⁰⁰

Essa visão de chegada da civilização no Brasil em razão da presença europeia não era considerada pertinente pelo literato carioca. Ainda mais que Oliveira Lima omitia o povo em boa parte de sua narrativa sobre o passado brasileiro na qual prevaleciam as decisões administrativas dos governantes e a atuação das elites intelectuais no processo de formação da nação.

⁹⁹ VERÍSSIMO, José. Prólogo: Um diplomata da atualidade. In: LIMA, Manoel de Oliveira. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, 2000 (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro), p. 22.

¹⁰⁰ LIMA, Manoel de Oliveira. **D. João VI no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 603.

A ausência do povo, no entanto, não deixou de ser explicitada na análise de outra obra do diplomata historiador, dessa vez publicada, realizada pelo escritor Lima Barreto. Na crônica “Livros de Viagens”, presente nas páginas da *Gazeta de Notícias* do dia 16 de abril de 1920, Barreto procurou discutir a forma como livros de viagens escritos por diplomatas abordavam nações estrangeiras. Esclarece que existia, entre os viajantes, uma espécie que o aborrecia. Esta era a dos diplomatas.

Eles viajam tanto, que acabam não vendo nada de novo. Falo dos nossos, pois os outros não os conheço; e, dos nossos, muito poucos.

Os seus livros de viagens, em geral, são de uma pasmaceira de quem não tem olhos para ver e inteligência para penetrar. Quando não sabem sentir por si as coisas estranhas que se lhes apresentam aos olhos, correm a um autor famoso e decalam-no manhosamente. [...].

De resto, eles não vêem as coisas profundas de um país, mas só aquelas superficiais comuns a todos os países. São os bailes, os teatros, as ruas elegantes, os bairros ricos e os bairros torpes, onde não foram. [...].¹⁰¹

Contudo, Lima Barreto destaca algumas exceções nesse tipo de literatura. Cita a obra *Relação de uma viagem à Venezuela, Nova Granada e Equador*, escrita por Miguel Maria Lisboa (1809-1881) - “Conselheiro Lisboa”, como Lima o chama -, diplomata brasileiro durante o Império. Sobre essa obra de 1866, Barreto destaca que o seu fim que era “dar a conhecer” aos brasileiros aqueles países. Algo que foi realizado pelo autor, segundo Barreto, nos dando “uma pintura, se não exata, ao menos verossímil e simpática, da vida social, política e artística” daqueles três países.¹⁰²

Uma outra obra que também chama a atenção do literato é *Na Argentina* de Oliveira Lima. Barreto afirma que entre esses dois livros há “um ponto de contato: é que ambos querem constituir elementos de paz e concórdia entre vizinhos”.¹⁰³ Uma tarefa que Barreto considera como necessária, principalmente naqueles “tempos de guerras e barafundas belicosas”. Para Barreto, não “há como nos conhecermos, para vivermos em paz e perdoarmos os nossos mútuos defeitos”, corroborando, de certo modo, a política do regime republicano voltada para um maior entendimento diplomático com outras nações americanas.¹⁰⁴

A obra *Na Argentina (impressões 1918-19)*, publicada em 1920 com 263 páginas, traz reflexões sobre o país platino escritas a partir das experiências do

¹⁰¹ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 165.

¹⁰² Ibid., p. 166.

¹⁰³ Ibid., p. 167.

¹⁰⁴ BAGGIO, Kátia Gerab. **A “outra” América**: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. 1998. 226 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998, p. 48

autor nesse país, durante sua estada de quase sete meses, entre meados de 1918 e inícios de 1919. Esse escrito também inclui conferências e discursos pronunciados pelo autor em distintas e importantes instituições culturais e educacionais argentinas. Vale ressaltar que, embora seu autor escrevesse sobre a república argentina, “não deixou de pensar no Brasil”, uma vez que a “mirada sobre o outro é, frequentemente, [...] uma tentativa de examinar, com um novo olhar, a si mesmo”.¹⁰⁵

Ao discorrer sobre aspectos culturais, políticos, sociais e intelectuais da Argentina, Oliveira Lima trazia para os leitores brasileiros reflexões sobre os problemas de seu próprio país. A própria característica dos relatos de viagem endossa essa intenção do autor, pois, como muitas dessas narrativas, o livro tem “uma natureza híbrida, misto de ensaio e impressões de viagem”.¹⁰⁶ E, como vimos na produção da obra *Os Bruzundangas*, era um tipo de narrativa que Barreto já se apropriava para apresentar suas críticas dos problemas que identificava no Brasil.

Desse modo, o que, da leitura da obra de Oliveira Lima, mais causou forte impressão em Barreto “foi o esforço extraordinário feito pelos argentinos para criar um passado, para organizar tradições”.¹⁰⁷ Barreto afirma que os “seus publicistas, os seus poetas, os seus novelistas, andam em busca de ninharias de anteontem para transformar em motivos dignos de epopéias e longos e substanciais estudos”.

A busca por uma tradição, tal como apresentada pelo historiador diplomata, pretendia mostrar aos brasileiros o quanto deveriam também investir nesse tipo de produção, a fim de enaltecer a sua nacionalidade perante os demais países. Oliveira Lima, desde o início de suas impressões de viagem, destacava, entre os aspectos que sinalizavam a chegada da civilização entre os argentinos, monumentos e museus de pintura na cidade de Buenos Aires e outras urbes daquele país que denotavam “o bom gosto público”¹⁰⁸

Nesse sentido, assinala, no capítulo “IX – O carinho pela tradição”, o cuidado que havia naquele país com relação à manutenção de seus lugares de memória, especialmente os museus. Quanto aos pintores e poetas destacados pelo historiador, são todos doutores (advogados, na sua maioria, e alguns exercendo altos cargos no

¹⁰⁵ BAGGIO, Kátia Gerab. La Argentina según Oliveira Lima: impresiones de viaje, vida política y sociabilidad intelectual (1918-1919). In: MAILHE, Alejandra (org.). **Pensar al outro/pensar la nación:** intelectuales y cultura popular en Argentina y América Latina. La Plata: Al Margen, 2010, p. 105.

¹⁰⁶ Ibid., loc.cit.

¹⁰⁷ BARRETO, Lima. **Toda crônica:** Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 167.

¹⁰⁸ LIMA, Manoel de Oliveira. **Na Argentina** (impressões 1918-1919). São Paulo: Weisflog Irmãos, 1920, p. 7-9.

Estado argentino) assim como, imbuídos de um forte sentimento nacional, prosadores e historiadores argentinos que mereceram do autor dois capítulos em sua obra (“X – Figuras literárias” e “XI – Algumas personalidade representativas da cultura nacional”).¹⁰⁹

Para Barreto, essa busca pela construção de uma tradição que legitimasse o presente republicano também estava acontecendo no Brasil. Nesse sentido, faz a seguinte advertência aos que se debruçaram em tal missão:

[...] mas lembro que tradição só é tradição aquela se faz espontaneamente e sem esforço é guardada na memória de todos, dispensando qualquer preocupação de exatidão e estreita veracidade histórica.

A tradição palpável e documentada só pode ser relatório. A lenda, que não deixa de ser em parte tradição, de Carlos Magno, só se fez durante cerca de três séculos pelas narrações orais, sem que se lhe guardassem os estribos e a espada; e daí nasceu essa maravilha de poema anônimo que é a Chanson de Roland.

Guardar muito cuidadosamente coisinhas desvaliosas de uso de personagens que amanhã serão desvaliosos não pode formar tradição alguma. Pode ser tudo, menos isso. A história e a tradição não são feitas pelos contemporâneos nem pela geração que se segue. Pedem para serem feitas algumas gerações adiante.¹¹⁰

Barreto critica a criação de tradições, mostrando-se preocupado com o modo como essa pode impedir as futuras revisões do passado que outras gerações, diante de suas experiências vivenciadas no presente, possam vir a realizar. Segundo Joël Candau,

[...] toda memória petrificada tende ao fechamento em si. Porque se quer autorizada, não está disponível para as interpretações sucessivas que caracterizam toda memória viva e já não assegura o trabalho que, no decorrer, das gerações, seleciona o que é admitido pelo grupo e o que dever ser rejeitado.¹¹¹

Para Lima Barreto, a construção de identidade pela memória deve estar vinculada a atribuição de sentidos transmitidos e reavaliados ao longo do tempo. Como toda rememoração implica esquecimento, a construção de uma memória oficial possibilita a perpetuação de certas exclusões. Isso ainda se torna mais preocupante a depender de quem está divulgando essa memória, carregada de expectativas do momento de sua produção.

¹⁰⁹ LIMA, Manoel de Oliveira. **Na Argentina** (impressões 1918-1919). São Paulo: Weisflog Irmãos, 1920, p. 10; p. 134-186.

¹¹⁰ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 167-168.

¹¹¹ CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016, p. 191.

Dessa forma, Lima Barreto, depois de salientar que os publicistas, poetas e romancistas argentinos estavam buscando elementos para organizar tradições, aponta uma ausência que percebeu no livro de Oliveira Lima:

é o povo argentino. Sua Senhoria não se preocupa com as camadas ditas representativas. Professores (lá são ricos, diz Sua Senhoria), gente do mundo, estancieiros; mas o povo, na sua nudez, o Senhor Oliveira Lima deixa de parte. Penso eu que não foi propositadamente, mas uma omissão involuntária, devida aos hábitos da profissão.

Mesmo em literatura, a obra só nos fala de autores consideráveis, não há dúvida, mas de autores cujo mérito a importância de sua posição social torna de alguma forma suspeito.

Nas nossas democracias sul-americanas, sequiosas todas de medalhas e considerações, os poderosos não deixam aos humildes nem o direito de dizerem tolices em prosa ou verso. Eles os tomaram também para si.¹¹²

Como acompanhamos na obra *Dom João VI no Brasil*, Oliveira Lima apresenta uma perspectiva elitizada sobre a condução do processo de formação da nacionalidade. Além disso, o autor segue as premissas do racismo, o que deve ter aguçado ainda mais a percepção de Barreto quanto à ausência do povo nesse livro sobre a Argentina. No seu segundo capítulo, “A raça em formação”, Oliveira Lima afirma:

Da mesma forma que os aspectos do país se tem ido fundido num todo harmônico à medida que a civilização, vinda do litoral com as ondas colonizadoras, se vai alastrando e ocupando o interior, para isto desalojando núcleos de um pitoresco antiquado e dando ao conjunto um tom mais uniforme, sem todavia excluir a cor local, a raça argentina vai-se constituindo sob a pressão das correntes imigratórias chegadas da Europa, nas quais se dilui cada vez mais o elemento nacional, puro indígena ou mestiço espanhol e indígenas que produziu o tipo gaúcho.

Em Buenos Aires é mais fácil ver tipos índios do que africanos: estes desapareceram praticamente da circulação. [...].¹¹³

Percebemos que o horizonte de expectativas dos racistas brasileiros se faz presente nessas impressões de Oliveira Lima. O gradual branqueamento da população local com a vinda de imigrantes europeus e o futuro “desaparecimento” dos negros são destacados nas linhas acima. O próprio autor se serve do pensamento, ao longo do texto, de José Ingenieros para afirmar que o prognóstico sociológico argentino estava correto quanto à composição da sua sociedade, num prazo de algumas dezenas de anos, por “muitos milhões de brancos”, tornando-se os indígenas e mestiços apenas meras recordações alimentadas pelas crônicas e

¹¹² BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 168.

¹¹³ LIMA, Manoel de Oliveira. **Na Argentina** (impressões 1918-1919). São Paulo: Weisflog Irmãos, 1920, p. 24.

pela literatura gauchesca.¹¹⁴ Dentro dessa perspectiva, Oliveira Lima endossa a visão do médico Aráoz Alfaro (1870-1955) que defendia a necessidade de uma imigração para corrigir a inferioridade da população local.

Essa utilização de nomes renomados para apresentar uma dada sociedade estrangeira pelos diplomatas estava, como vimos acima, entre as “falhas” que Lima Barreto destacava dos seus livros de viagens. “Quando não sabem sentir por si as coisas estranhas que se lhes apresentam aos olhos correm a um autor famoso e decalcam-no manhosamente”. Ou como expressou em outros textos, fazem uso da “tesoura e goma arábica”,¹¹⁵ construindo suas narrativas a partir de “receitazinhas [...], escrevendo “colcha de retalhos”.¹¹⁶ Uma prática de produção de conhecimento que Lima Barreto considerava como distanciada da realidade.

O povo na narrativa de Oliveira Lima, portanto, não tinha espaço. Quando Barreto escreve que “[...] os poderosos não deixam aos humildes nem o direito de dizerem tolices em prosa ou verso”, indica Oliveira Lima como um autor em cuja visão os sujeitos do discurso nacional são apenas os pertencentes a uma elite letrada.

Notamos, nesses diálogos com a cultura histórica, que Barreto, enquanto negro e identificado com as classes populares e na sua busca por reconhecimento como escritor, também procurava se tornar um daqueles sujeitos aspirantes ao espaço de enunciação de um discurso sobre o nacional, “negociando” com a memória oficial. Nessa discussão da relação entre Lima Barreto e os discursos dos historiadores brasileiros, não poderíamos deixar de nos interrogarmos sobre um possível diálogo desse autor com o trabalho da grande referência para a historiografia daquele momento que era Capistrano de Abreu.

3.3 Trajetórias paralelas, discursos que se cruzam: Lima Barreto e Capistrano de Abreu

Lima não apresentou ao longo de sua produção comentários sobre algum trabalho historiográfico do cearense João Capistrano Honório de Abreu. Mas pudemos acompanhar, em linhas acima, momentos em que Lima se refere de

¹¹⁴ Ibid., p. 24-27.

¹¹⁵ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 283.

¹¹⁶ Id. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c (Tomo II), p. 201.

maneira elogiosa à atuação intelectual de Capistrano, valendo a pena lembrá-los. Quando discutíamos a questão nacional em Lima Barreto, percebemos duas referências ao autor cearense.

A primeira ao recordar sua leitura da *Gazeta Literária*, na qual trazia uma lista de nomes de intelectuais – entre eles o de Capistrano - que realizavam estudos sobre a nacionalidade. Vimos que Lima caracterizava esses estudos como um nacionalismo mais espiritual, os quais visavam “conhecer as coisas da nossa terra, a alma das suas populações, o seu passado, e transmitir tudo isto aos outros, para nos ligarmos mais fortemente no tempo e no espaço, em virtude desse entendimento mútuo”. Um saber sobre o Brasil, que, por sinal, o narrador de *Os Bruzundangas* não via naquela produção oficial feita pelos diplomatas.

Já a segunda referência a Capistrano, dentro da discussão em torno da questão nacional, foi no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. A brasileira do major, na seção de História do Brasil, apresentava o nome de Capistrano como uma das leituras pelas quais o personagem buscava compreender o seu país. No presente capítulo desta tese, ainda notamos mais uma vez a menção a esse historiador. Dessa vez, na crônica sobre as equivocadas notas do cônego Fernandes Pinheiro presentes no livro de Southey.

Lima se utiliza de uma obra de geografia do Brasil, traduzida por Vale Cabral e Capistrano de Abreu, para corrigir o trabalho daquele membro do IHGB, elogiando os tradutores como “sábios e operosos”. Havia uma admiração de Lima pelo trabalho de Capistrano do qual era leitor.¹¹⁷ Contudo, não encontramos registros sobre a existência de uma relação direta entre esses homens de letras.

Tanto nas suas anotações diárias quanto correspondências, não há indícios que sinalize encontros entre Lima Barreto e Capistrano de Abreu nem trocas de missivas. Porém, temos em algumas daquelas anotações, momentos que denotam o conhecimento por parte de Capistrano de Abreu do trabalho de Lima bem como um apoio na divulgação do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*. Entre as anotações pessoais de Lima Barreto, encontramos dois desses momentos.

Em fevereiro de 1916, Lima elaborava uma lista das pessoas e jornais aos quais havia enviado exemplares do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Para historiadores, Lima mandou para João Ribeiro, Afonso Celso e Capistrano de

¹¹⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 363.

Abreu,¹¹⁸ o que denota o seu intento em ver suas ideias sobre a questão nacional discutidas entre esses estudiosos especialistas no tema. Já em setembro de 1921, Lima destacou a cópia de uma carta do professor da Universidade de Stanford, John Branner, a Capistrano de Abreu na qual comentava sobre o livro de Lima Barreto e alguns escritos de Monteiro Lobato que o historiador lhe enviara.¹¹⁹

Lima registrou também que a carta original havia sido deixado por Capistrano na livraria Schettino para que ele visse. Acreditamos que essa “relação” tenha sido intermediada pelo filho de Capistrano, Adriano de Abreu. Este era “fechado e distante”, só se abrindo com amigos íntimos, segundo o biógrafo Barbosa.¹²⁰ Lima Barreto era um deles e com o qual realizava empréstimos de livros. Naquela lista de exemplares do *Triste fim* enviados, o nome de Adriano, inclusive, era o primeiro a anteceder o de seu pai.

Mesmo sem comentários realizados sobre um trabalho historiográfico de Capistrano por Lima como também não havendo manifestações desse historiador quanto à escrita barretiana, podemos perceber em certos textos de Lima alguns pontos que se aproximam das propostas inovadoras apresentadas pelo autor cearense bem como, na trajetória de ambos, posturas parecidas quanto a certos lugares de produção do conhecimento histórico e ao meio intelectual de um modo geral. Analisemos, inicialmente, a forma como os dois escritores se posicionaram em relação à narrativa histórica construída por outros intelectuais renomados daquele momento.

Em linhas acima, vimos que Lima não pertencia a nenhuma instituição que estivesse comprometida com a produção de um discurso histórico oficial. Além disso, abandonou o seu objetivo inicial de escrever uma obra histórica, dedicando-se à literatura. Contudo, notamos que, ao longo de sua produção textual, não só estudou temas relacionados à História do Brasil como também inseriu alguns deles nos seus enredos e discutiu sobre a forma como estavam sendo narrados, criticando autores que eram referenciais para a escrita da história pátria.

Capistrano, por sua vez, tem sua biografia marcada pela dedicação à pesquisa histórica e pertencimento a instituições oficiais, como o IHGB, a Biblioteca Nacional e o antigo Colégio Pedro II. Contudo, sua trajetória também é marcada por

¹¹⁸ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 177-178.

¹¹⁹ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 214.

¹²⁰ Id. . **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p. 207-208.

críticas aos métodos utilizados e temas escolhidos pelos membros dessas instituições. Além disso, Capistrano apresentou um certo deslocamento em relação ao formalismo e práticas de ascensão social presentes nesse lugares.

Fernando Amed, no seu estudo sobre as correspondências de Capistrano de Abreu, afirma que o historiador cearense “não guardava consideração pelo tipo de trabalho conduzido pelos participantes do IHGB”, sendo muito crítico “para com a sistemática de bajulações que pudesse permitir a elaboração de um trabalho de pesquisa”. As cartas também revelam um Capistrano que “não aceitava a monumentalização de personagens da história do Brasil”, bastante avesso às comemorações de datas vistas como marcantes para a história nacional e “cético quanto à condução política do país”.¹²¹

Vejamos com mais detalhes essas peculiaridades de Capistrano, comparando-as com as de Lima Barreto, sendo a relação de ambos com a cultura histórica da época o fio condutor desta análise. Dentre aquelas cartas estudadas por Amed, destacamos a que enviou a José Veríssimo, datada de 20 de junho de 1909, na qual se reportava à obra *Dom João VI no Brasil* de Oliveira Lima, também comentada por Barreto numa de suas correspondências. Como o literato, não teve uma boa impressão da obra. Considerou o trabalho do diplomata “um livro inferior”.

Capistrano salientou que Oliveira Lima não abordou devidamente alguns fatos como a abertura dos portos e a revolução de 1817, corroborando as opiniões de Nabuco, Aranha e Alfredo Carvalho de que o historiador pernambucano era “um usurpador e estragador de assuntos”.¹²² Anos antes, Capistrano já havia feito recomendações ao próprio Oliveira Lima, também por meio de carta, em 19 de abril de 1900, sobre como deveria escrever aquela obra. “[...] Quando chegar à época em que ele [Dom João VI] veio para o Brasil, leia de lápis em punho todos os viajantes, apresente um quadro largo do estado do Brasil e, ver-se-á quanto é falso e acanhado tudo quanto até agora se tem feito”.¹²³

Em 1922, novamente se refere a um trabalho de Oliveira Lima. Dessa vez, comenta um novo livro do pernambucano (segundo Amed, pode ter sido *O Movimento de Independência*) que havia recebido de Afonso Taunay. Em carta a João Lúcio, afirma que esse livro é melhor que o *Dom João VI no Brasil*, “sem ser

¹²¹ AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda, 2006, p. 53-54.

¹²² Apud *ibid.*, p. 162.

¹²³ *Ibid.*, loc.cit.

completamente bom”.¹²⁴ Contudo, assinala que o gênero do historiador diplomata, “com suas considerações desencontradas e não raro superficiais”, agradava-lhe pouco.

Como vimos, Lima Barreto apresentou também uma visão negativa acerca da escrita do diplomata e historiador pernambucano. Quanto ao *Dom João VI*, especificamente, o literato destacou a ênfase dada pelo seu autor aos acontecimentos diplomáticos e afirmou que a sua narrativa carecia de “sentimento de tempo” e de “nervo”.¹²⁵ Essa carência talvez pudesse ser suprimida se Oliveira Lima tivesse seguido aquelas sugestões de Capistrano quanto ao uso de relatos de viajantes como fonte para a elaboração de “um quadro largo do estado do Brasil”.

Morais afirma que, para Capistrano, o importante nesses relatos é a cultura encontrada pelos viajantes, apresentando uma paisagem humana.¹²⁶ Aqui podemos vislumbrar uma primeira proximidade entre o autor cearense e Lima Barreto que seria a superação de uma escrita histórica na qual predominava os fatos políticos e o uso de documentos escritos oficiais. Em *Os Bruzundangas*, Lima sinalizou a necessidade de uma história social que abarcaria outras dimensões da realidade nacional, suplantando uma representação do passado nacional condizente com a imagem que a diplomacia brasileira desejava apresentar no exterior.

Algo que Capistrano também via de modo negativo. Ao observarmos novamente aquela carta que enviou a José Veríssimo acerca da obra de Oliveira Lima, percebemos que, após as críticas, Capistrano, de modo irônico, afirmou que, mesmo assim o livro iria ser “elogiado, vendido”. Quanto se seria lido, Capistrano duvidava, mas o seu autor se sobressairia e confirmaria “o que já o indiscreto Xavier de Carvalho” havia anunciado numa correspondência de Paris: “será o sucessor de Rio Branco”.¹²⁷

Um outro ponto em comum entre Capistrano de Abreu e Lima Barreto se refere à escrita de intelectuais que apoiavam suas formulações sobre o passado tão somente ou em maior medida em teorias, negligenciando a análise de documentos.

¹²⁴ Ibid., p. 163.

¹²⁵ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p. 93.

¹²⁶ MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede**: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 39.

¹²⁷ Apud AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda, 2006, p. 162.

Em Lima, havíamos observado essa crítica ao uso desmesurado de teorias para explicação da realidade nacional desde seus primeiros projetos de escrita, sendo que essa postura teve continuidade ao longo de suas apreciações sobre trabalhos literários e históricos. Em algumas delas que destacamos acima, percebemos como Lima indicava estudos bem como outras possíveis fontes que preenchessem certas lacunas presentes nos trabalhos de autores estrangeiros e brasileiros.

Capistrano, por sua vez, também não aprovava essa forma de construção de argumentos em que a teoria se sobressaia sobre a apresentação de evidências. Sua trajetória foi marcada pelo estabelecimento de documentos e pela recusa de uma escrita de uma obra que transparecesse uma visão geral sobre a história do Brasil, algo que, aliás, era dele esperado pela intelectualidade da época. O autor cearense considerava que a prioridade naquele momento era a pesquisa documental, a manutenção da integridade dos arquivos para que futuros estudiosos pudessem consultá-los e a elaboração de monografias sobre temas específicos.¹²⁸

Diante disso, podemos melhor compreender a crítica que fez à obra de estréia de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), intitulada *As Populações meridionais no Brasil* e lançada em 1920¹²⁹. Em cartas endereçadas aos intelectuais Paulo Prado e Afonso de Taunay no ano de 1921, Capistrano explicitava sua suspeita de que Oliveira Vianna havia se inspirado no sociólogo francês Pierre Guillaume-Frédéric Le Play (1806-1882), classificando esse trabalho de Vianna como um “livro erudito, bem escrito, bem meditado, mas, [...] nada convincente até a página 57 [...]”.¹³⁰

Com o avanço da leitura, Capistrano reforça sua apreciação sobre o livro. Em outra carta a Taunay de 16 de maio de 1921, questiona se o que afirmava Vianna era autorizado pelos documentos ou “soprado” pelas doutrinas de Le Play. Já em 7

¹²⁸ MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede**: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 72-73.

¹²⁹ Nessa obra, Oliveira Vianna busca apresentar a formação histórica, social e política da sociedade brasileira bem como sua psicologia política. O autor ressalta que a importância da formação da aristocracia rural, delineando as rupturas com o modelo fidalgo colonizador que, em contato com o meio ambiente, deu vida uma nova estrutura social. Cf. Silva, Tatiane Gonzalez Leite da. **Ciência e ideologia**: revisando Populações meridionais no Brasil – I de Oliveira Vianna. Orientadora: Elide Rugai Bastos. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

¹³⁰ Apud GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 71.

de maio de 1926, ratifica, numa carta a seu amigo João Lúcio de Azevedo, que Vianna na obra *Populações Meridionais* “conhece melhor Le Play do que nossa terra.”¹³¹ Essas apreciações de Capistrano nos levam a perceber a aproximação que tinha com o método crítico da Escola Histórica Alemã com relação às fontes documentais.

Falcon, ao analisar a sua trajetória intelectual, afirma que Capistrano foi se afastando “dos esquemas explicativos simplificadores da realidade histórica”, sendo que o seu positivismo juvenil “cedeu espaço a uma concepção realista da história, na qual estão presentes alguns dos elementos típicos da historiografia historicista”.¹³² Vimos que Lima Barreto também se mostrou cético quanto aos modelos deterministas de explicação da realidade brasileira, sugerindo (como fez em carta ao sociólogo francês Bouglé e na introdução do romance *Recordações do escrívão Isaías Caminha*) que se buscasse uma maior aproximação das experiências vivenciadas na sociedade nacional antes de apresentar certas conclusões a seu respeito.

Quanto ao cuidado no tratamento de fontes para a escrita da história, Lima, assim como Capistrano, também apresentou um olhar crítico. Lima, embora não apresentasse a pretensão de ser um historiador, como vimos, teve momentos de sua escrita que observou o tipo de fonte utilizado por alguns sujeitos que escreveram sobre o passado, principalmente na tentativa de construção da identidade nacional. Dessa observação, percebemos sua preocupação com os esquecimentos que a escrita da história poderia promover a depender da fonte escolhida e do modo como era interpretada por determinados autores.

Para Lima, os documentos escritos não bastavam para o preenchimento das lacunas existentes na narrativa histórica, sugerindo, desde seus projetos iniciais de produção literária, o recurso à memória oral como alternativa. Além disso, e nesse sentido se aproxima da metodologia da pesquisa histórica exigida por Capistrano, notamos como em algumas de suas críticas salientava a necessidade de confrontação das fontes bem como desconfiava das produções voltadas para o estabelecimento de um grande panorama sobre o passado. Lima também se

¹³¹ Apud GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 72.

¹³² FALCON, Francisco José Calazans. Capistrano de Abreu e a historiografia científicista: entre o positivismo e o cientificismo. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das [et.al.] (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 154.

mostrava exigente, nas suas críticas, quanto à veracidade histórica das informações que eram divulgadas acerca do passado e “cobrava” objetividade por parte do historiador.

Na crônica “Edificantes notas ao Southey”, Lima foi cuidadoso na verificação das anotações do cônego Fernandes Pinheiro, apresentando as falhas deste membro do IHGB ao anotar um trabalho considerado como referência para o conhecimento de um dado momento da história nacional. Em “Meia página de Renan”, ao ressaltar como o apego do historiador francês Renan ao racismo e ao seu nacionalismo fez com que interpretasse o passado de modo equivocado, o literato carioca afirmou que esse autor “devia resumir a imparcialidade do grande historiador que era”. Já em “E o tal balázio?”, após criticar a escrita de outro membro do IHGB, Vieira Fazenda, Lima reconhece como admirável o seu trabalho “em condensar documentos”, “de paciente pesquisador, de rebuscador de documentos”.

Contudo, essas exigências de rigor no trato das informações obtidas dos documentos não devem levar a crer que Lima considerasse a imparcialidade e a objetividade como princípios absolutos na prática do historiador ou de qualquer outro cientista. Em muitas daquelas críticas e referências que realizou de autores e suas obras históricas, Lima fez questão de apontar as escolhas políticas, as marcas de subjetividade e do tempo presente nos textos bem como os lugares de produção de saber aos quais estavam vinculados. Podemos perceber isso na sua tentativa de refutar um trecho da obra *História do Brasil* de João Ribeiro - a qual tanto apreciava -, “não ao que dizem as palavras, mas ao espírito que as ditou e que se esconde debaixo delas”.

Ainda sobre esse historiador, Lima sinalizou sua divergência quanto à perspectiva de Ribeiro que fazia uma associação entre regime republicano e sociedade brasileira mestiça, produzindo uma visão histórica em que esse regime era dado como algo inevitável, definitivo e ideal para o país. O destaque que Lima também deu aos autores pertencentes à diplomacia e ao IHGB nas suas críticas, especialmente à relação entre produção de saber oficial e interesses políticos em representar o Brasil no exterior como uma nação civilizada, sinaliza seu objetivo de apresentar a seus leitores como a escrita da história estava condicionada a diversos fatores e não somente à qualidade da erudição dos seus autores e a sua suposta neutralidade durante o processo de pesquisa, a qual deveria estar ancorada numa sólida base documental.

Vimos acima, quando discutimos os principais aspectos da escrita da história no Brasil de início do século XX, o maior peso que era dado à erudição, à neutralidade e à pesquisa documental para a validação de um trabalho histórico no meio intelectual daquele momento. Lima, com sua perspectiva irônica, observou como esses critérios de validação, fortemente marcados pela influência do cientificismo, tinham seus limites nas próprias produções dos autores brasileiros e estrangeiros que serviam de referência para a produção historiográfica.

O mesmo João Ribeiro, já destacado acima, salientou, em seu discurso de posse no IHGB, assim como Lima Barreto discutiu em alguns trabalhos de Taine e Renan, a interferência do tempo presente na elaboração do discurso sobre o passado. Essa interferência era também explícita nos recortes temporais que Lima realizava para composição de seus enredos, bem como na seleção dos temas a serem abordados. Dessa forma, o silêncio acerca do preconceito racial e sua relação com a adoção do racionalismo por muitos intelectuais foi um tema bem explorado pelo escritor em diversos dos seus textos.

Em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, vimos, no primeiro item deste capítulo, como o cenário político do momento de sua escrita foi importante para Lima ambientar seu enredo durante o governo de Floriano Peixoto. Ou seja, interferências do tempo presente eram vistas por Barreto como essenciais para uma produção intelectual cujo objetivo era compreender a realidade nacional, tornando acessível aos leitores os “fúteis motivos” que estabeleciam desigualdades sociais. Não podemos também deixar de lembrar a própria visão de Lima sobre a produção do conhecimento, principalmente ao que era considerado como científico em sua época.

Já naqueles estudos iniciais, Lima destacava que a ciência era “um ponto de vista sobre as coisas”, desconfiando que fosse também uma forma de pensar exclusivo da Europa que daria conta da realidade que nos cerca (“a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa”). Para Lima, o sentimento e a intuição deveriam fazer parte do processo de busca pela verdade. A subjetividade do intelectual, portanto, tem sua presença valorizada por Lima e considerada como necessária em qualquer produção do conhecimento.

Essa visão barretiana, como vimos, esteve evidente também ao tratar do conhecimento histórico. Em linhas acima, ao comentar sobre o trabalho de Vieira Fazenda, Lima trouxe o pensamento de Renan no qual era destacada a necessidade do uso da imaginação na escrita da história, uma vez que os

documentos utilizados nem sempre permitem o preenchimento das lacunas existentes quanto a certos momentos do passado. Além disso, o literato carioca deixou claro nas suas representações de intelectuais as marcas da subjetividade também na forma como interpretavam os documentos.

A representação mais emblemática dessas marcas foi a que destacamos acima acerca da trajetória do personagem Policarpo Quaresma. Seu ideal nacionalista impediu que observasse as contradições de sua visão de nação, selecionando das obras que tinha na sua biblioteca apenas os trechos que lhe convinha. Muitos desses aspectos da visão barretiana acerca da produção do conhecimento, especialmente do histórico, se aproximam das reflexões e atuação profissional de Capistrano de Abreu.

O historiador cearense, ao longo de sua trajetória, apresentou uma preocupação muito grande com relação ao trato dos documentos e às interpretações do passado nacional. Essa característica de Capistrano foi muito desenvolvida durante a sua atuação na Biblioteca Nacional (1878 a 1883), o que lhe propiciou o contato com diversos documentos históricos, sendo a edição da *História do Brasil* de Frei Vicente de Salvador, em parceria com Alfredo do Vale Cabral, um dos momentos de destaque nesse momento de sua trajetória. Um outro momento que refletiu a busca por renovações na escrita da história por Capistrano foi seu posicionamento em relação ao trabalho de Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). Sobre esse autor, Capistrano escreveu um necrológio (1878), três artigos na *Gazeta de Notícias* (1882) e, por duas vezes, tentou estabelecer uma edição anotada de sua *História Geral do Brasil*.¹³³

Varnhagem representou um marco na escrita da história do Brasil. A sua *História geral do Brasil* (foram publicados dois volumes: o primeiro em 1854 e o segundo em 1857) refletiu uma nova preocupação no país com a documentação sobre o passado brasileiro, representada pelo recém-inaugurado IHGB. Diferentemente de Southey que representou um quadro sombrio quanto às qualidades futuras da colonização comercial portuguesa no Brasil, Varnhagen

¹³³ A primeira tentativa teve início em 1902, mas foi interrompido por um incêndio na Companhia Tipográfica Nacional onde se encontrava o material então produzido pelo historiador. Capistrano conseguiu em 1907 publicar uma versão ate as primeiras 371 páginas. A segunda tentativa iniciara-se em 1916, prosseguindo ate 1926.

procurou, juntamente com os nativistas do IHGB, interpretá-la como um “enorme feito, e o futuro estava aberto ao sucesso da nova nação”.¹³⁴

As tentativas de publicação de uma edição anotada de uma obra de tamanha importância para a historiografia nacional revelam a necessidade que Capistrano via de revisão constante do conhecimento sobre o passado brasileiro, tornando a própria *História geral da História do Brasil* de Varnhagen um documento que devia ser analisado. Lima Barreto, mesmo não sendo o principal norte de seu horizonte de expectativas, também sinalizou para seus leitores essa necessidade. Nos seus diálogos com a cultura histórica observados acima, destacou as lacunas que alguns discursos escritos sobre a história apresentavam. Nesse sentido, apontou outras fontes que poderiam preenchê-los, como também deixou subtendido que algumas obras produziam uma versão sobre o passado, sendo interessante tomá-las também como documentos que deveriam ser submetidos à crítica.

Passemos às observações que Capistrano de Abreu fez do trabalho de Varnhagen para que nossa comparação entre as perspectivas daquele historiador cearense e do literato carioca quanto à escrita da história nacional possa se tornar mais compreensível. No texto “Necrológio de Varnhagen” (1878), Capistrano valoriza, inicialmente, o trabalho do historiador sorocabano, principalmente em relação ao seu empenho na exegese documental, o qual era um ponto comum entre ambos. O cearense também destaca como qualidade de Varnhagen o seu intenso patriotismo,¹³⁵ aspecto marcante daquele momento da escrita de *História Geral do Brasil* no qual se buscava a construção da identidade do Império e consolidação do Estado nacional.¹³⁶

Mas nesse texto, Capistrano também apresenta algumas críticas a determinados aspectos do trabalho do renomado historiador. Se quanto ao método histórico havia uma forte aproximação, epistemologicamente, as diferenças se acentuam entre esses historiadores.

Varnhagen não primava pelo espírito compreensivo e simpático, que, imbuindo o historiador dos sentimentos e situações que atravessava o torna contemporâneo e confidente dos homens e acontecimentos. A falta de espírito plástico e simpático, eis o maior defeito do Visconde de Porto

¹³⁴ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 9 ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 50.

¹³⁵ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e estudos**: Crítica e História, 1ª série. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 82-88.

¹³⁶ BARROS, José D’Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Revista Projeto História**. n. 41, dezembro, 2010, p. 469.

Seguro. A história do Brasil não se lhe afigurava um todo solidário e coerente. [...].¹³⁷

O momento em que Capistrano se encontrava ao escrever essas linhas, segundo Barros a partir da adoção da perspectiva de Arno Wehling pela qual a obra do historiador cearense apresenta fases internas, era o positivista. Desse modo, via na *História Geral do Brasil* uma história comprometida por não apresentar uma teoria que lhe desse unidade de coerência.

Ele [Capistrano] vê esta obra como uniformizada negativamente pela repetição, pela ausência de percepção da diversificação social e política, mas ao mesmo tempo uma uniformização sem uma coerência geral que poderia ser trazida por um maior interesse pela Teoria e um maior empenho de captar as “leis gerais” que estariam por trás dos desenvolvimentos históricos do país.¹³⁸

Aqui já podemos perceber mais uma aproximação entre os pensamentos de Lima e Capistrano. Por meios diferentes – o primeiro destacava a imaginação, já o segundo a teoria – esses intelectuais deixam claro que a correta utilização dos documentos não seria suficiente para promover uma compreensão do passado. Continuemos com as críticas de Capistrano ao trabalho de Varnhagen para notarmos outras possíveis convergências na forma de analisar a escrita da história entre o literato e o historiador.

Capistrano não concordava também com o recorte temático de Varnhagen. Ainda no Necrológio e seguindo pelos textos de 1882, havia a observação de que o trabalho de Varnhagen não obedecia a critérios rigorosos, seguindo mais a cronologia que a temática.¹³⁹ Capistrano destacou que o aristocrático historiador sorocabano, o qual realizou seus estudos no exterior e era fortemente alinhado ao imperador Dom Pedro II, era resistente aos movimentos populares e rebeliões, centrando sua narrativa no homem branco e no Estado Imperial.¹⁴⁰ Em *História geral do Brasil*,

Os pródromos da nossa emancipação, os ensaios de afirmação nacional que por vezes percorriam as fibras populares, encontravam-no severo e até prevenido. Para ele, - a Conjuração mineira é uma cabeçada e um conluio; a Conjuração baiana de João de Deus, um cataclisma de que rende graças à Providência por nos ter livrado; a Revolução pernambucana de 1817, uma grande calamidade, um crime em que só tomaram parte homens de

¹³⁷ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e estudos: Crítica e História**, 1ª série. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975., p. 89.

¹³⁸ BARROS, José D’Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Revista Projeto História**. n. 41, dezembro, 2010, p. 470.

¹³⁹ RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 155.

¹⁴⁰ REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 9 ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 56-57.

inteligência estreita, ou de caráter pouco elevado. Sem D. Pedro a independência seria ilegal, ilegítima, subversiva, digna da força ou fuzil.¹⁴¹

Quanto ao século XVIII, Capistrano aponta que Varnhagen “deixou a desejar”, apresentando um estilo tendente à crônica, perdendo-se em acontecimentos irrelevantes, o que uniformizou a sua versão da História do Brasil. Isso, para Capistrano, levou à produção de uma narrativa repetitiva que não promovia a percepção do ritmo específico de cada época.¹⁴² Nessa apreciação realizada por Capistrano, notamos mais um momento em que sua perspectiva de escrita da história nacional, anos depois, terá em Lima Barreto um discurso com o qual muito se afina.

A condenação de uma escrita da história voltada para temas político-administrativos, mais preocupada com a cronologia e sem um grande destaque para as especificidades de cada época, também apareceu entre as críticas barretianas à narrativa histórica até então produzida no início do século XX. Recordemos que na carta acima destacada a seu amigo Antonio Noronha Santos, na qual emitiu sua opinião sobre a obra *Dom João VI no Brasil* de Oliveira Lima, Lima Barreto assim como Capistrano ao analisar Varnhagen, também considerou a escrita do historiador diplomata pernambucano muito centrada em fatos ligados ao Estado e carente de “sentimento do tempo” sobre o qual se reportava, embora “laboriosa” e “minuciosa” (leia-se bem documentada).

Em *Os Bruzundangas*, Lima apresentou um narrador viajante que foi ainda mais contundente nas críticas à escrita da história do Brasil. Nesse texto, a narrativa histórica que priorizava a cronologia e fatos políticos era vista com uma ideia sobre história das “mais estreitas possíveis”. Contudo, as linhas que seguem dessa narrativa são as que mais se aproximam do trabalho do historiador cearense. Primeiramente, o narrador barretiano aponta um grande ausência na história que se escrevia naquele momento: o povo.

Capistrano, como vimos, também critica a escrita de Varnhagem por essa falta de destaque e, durante, sua trajetória intelectual, procurou elevar o povo à qualidade de personagem central da história brasileira, objetivo que Lima perseguiu ao criar seus personagens. A fim de evidenciarmos essas afirmativas, vamos nos deter na obra histórica escrita por Capistrano intitulada *Capítulos de História Colonial*,

¹⁴¹ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaios e estudos**: Crítica e História, 1ª série. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 89.

¹⁴² Ibid., p. 135-138.

bem como nos textos barretianos no quais a ideia de povo como protagonista se destaca.

A obra *Capítulos de História Colonial* foi publicada em 1907. O texto havia sido encomendado pelo Centro Industrial do Brasil para compor uma obra estatística – *O Brasil, suas riquezas naturais, suas indústrias* – com o fim de fazer propaganda do Brasil no exterior.¹⁴³ Não se sabe ao certo o motivo que a levou ganhar autonomia, “talvez pelo número de páginas que excedeu o que fora combinado”.¹⁴⁴ O trabalho que então realizava de anotação à *História geral* de Varnhagen, possivelmente, contribuiu para a elaboração de *Capítulos*. Em carta a Guilherme Studart, datada de 28 de outubro de 1903, Capistrano esclarece essa relação:

Pretendo acompanhar cada volume de Varnhagen (serão três, o 1º acaba na conquista do Maranhão) de uma introdução de cem páginas, fazendo a síntese do período subsequente. Se levar isso a cabo, fica pronto o livro a que reduzi minhas ambições da História do Brasil, um volume em formato de um romance francês.¹⁴⁵

Capítulos de História Colonial surgiu no momento em que Capistrano havia se aproximado mais do realismo histórico alemão, atenuando-se sua concepção evolucionista. Capistrano já apresenta um maior rigor na crítica documental a fim de estabelecer uma interpretação dos fatos. A sua compreensão do passado não se pautava mais na busca de regularidades que permitissem a confirmação das leis gerais da História, levando o historiador cearense a se voltar para temas mais singulares.

Para tal, de acordo com a perspectiva historiográfica do realismo alemão, o historiador deveria, num primeiro momento da pesquisa histórica, ser neutro e objetivo no seu trato com as fontes, já num segundo, por sua vez, necessitaria iniciar a produção de uma interpretação.¹⁴⁶ Isso fez com que Capistrano se servisse das “modernas ferramentas das ciências humanas, especialmente a Geografia, a Psicologia, Economia e a Etnografia” para entender o processo histórico, “dar-lhe

¹⁴³ AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda, 2006, p. 89.

¹⁴⁴ ID. Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das [et.al.] (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 131

¹⁴⁵ Apud AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda, 2006, p. 90.

¹⁴⁶ BARROS, José D’Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Revista Projeto História**. n. 41, dezembro, 2010, p. 473.

vida e movimento”,¹⁴⁷ permitindo arrancar “das entranhas do passado o segredo angustioso do presente”¹⁴⁸

Nos *Capítulos de História colonial*, já nos primeiros capítulos, Capistrano destaca a forte interação do homem com a natureza, bem como apresenta sua preocupação com a psicologia dos colonos, detalhando aspectos dos portugueses, negros escravizados e indígenas que, em interação entre si e com o espaço físico, promoviam algumas alterações nos seus respectivos perfis.¹⁴⁹ A economia também ganha destaque na análise histórica de Capistrano, sendo a ocupação do território efetivada quando da interiorização de atividades econômicas que sustentam uma população suficientemente densa.¹⁵⁰

Dessa forma, enfatiza a ação econômica de exploração dos recursos naturais e as modificações no ambiente nativo ao introduzir novos cultivos como a cana de açúcar e o café, abrindo capoeiras durante o processo de ocupação do território. Temos, então, o homem realizando uma ação cultural, aspecto que o autor salienta ainda mais ao longo desse trabalho ao tratar da economia naturista nos grandes engenhos e de aspectos da vida material e imaterial da formação do povo brasileiro.

Daí sua descrição dos meios de transporte como canoas pelos bandeirantes, as vestimentas dos vaqueiros, as habitações na zona mineradora, as festividades, manifestações religiosas e hábitos alimentares. Por essa descrição, o autor vai apresentando traços identitários que se forjavam ao longo do tempo, destacando-se as especificidades locais. Nesse sentido, vale acompanharmos o trecho a seguir, no qual Capistrano apresenta hábitos alimentares e formas de moradia de diversos sertões.

Nas margens do São Francisco encontram-se baianos e pernambucanos com os paulistas. Ao sul e ao ocidente pode-se determinar até certo ponto os limites das duas correntes opostas, marcando os lugares em que os altos deixam de ser preferidos para a habitação, mesmo quando não há perigo de ser inundado o terreno, e entram a funcionar monjolos.

Predileção pelas baixas para as casas de vivenda, freqüência de monjolo para pilar o milho seco, milho como alimentação habitual, sob as formas de canjica (no sentido do Sul), fubá e farinha fermentada antes da torrefação

¹⁴⁷ MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede**: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 75.

¹⁴⁸ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 91.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 25-30.

¹⁵⁰ ABREU, João Honório Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), p. 18-30.

definitiva, carne de porco preferida à de boi indicam a presença paulista ou de seus descendentes. [...].¹⁵¹

Esse diálogo da História com outras ciências sociais favoreceu a introdução dos sertões enquanto tema historiográfico por Capistrano, destacando a atuação dos bandeirantes, a importância da criação do gado para a ocupação do território, bem como da atividade mineradora. Desse modo, deslocou o olhar da historiografia precedente, que estava mais atenta ao litoral, para o interior do país. Capistrano, em *Capítulos de História Colonial*, realizou uma história econômica e social na qual o povo é o principal personagem.

O narrador de *Os Bruzundangas* aventava uma escrita da história que se aproximava dessa produzida por Capistrano. Vimos que, ao criticar as ideias sobre história do personagem Pancome, o narrador afirmou que a história social e econômica daquela fictícia república ainda estava por ser feita, destacando que, até aquele momento, não se havia escrito uma história que se voltasse para o interior. Pancome não conhecia “as ânsias, as dificuldades, as qualidades e os defeitos de seu povo”. Ou seja, uma proposta de mudança historiográfica muito semelhante à realizada pelo historiador cearense ao procurar se distanciar do modelo de narrativa histórica de Varnhagen.

Essa proximidade entre as perspectivas de Lima e Capistrano acerca da inclusão do povo como personagem central da história tem relação com os vínculos que estabeleciam com a geração de 1870. Lima foi um leitor das obras dos membros dessa geração e admirador de alguns deles, como José Veríssimo e o próprio Capistrano de Abreu. O anseio daquela geração era justamente por reformas que ampliassem o escopo da participação popular, a exemplo da abolição, reforma eleitoral e da implantação da República. Além disso, devemos considerar o repertório cultural que chegava ao Brasil com o resultado da já mencionada Guerra Franco-Prussiana, bem como acontecimentos no país que revelavam a urgência de novas análises historiográficas acerca da constituição diversificada do povo brasileiro, para compreender as posturas diferenciadas de Capistrano e Lima em relação à narrativa histórica produzida pelos membros do IHGB com seu romantismo e os seguidores de Varnhagem.

¹⁵¹ ABREU, João Honório Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), p. 205.

A derrota da França em 1870 contribuiu, de certo modo, para a redução de sua hegemonia cultural sobre o Brasil, abrindo espaço para influências do pensamento de autores ingleses e alemães. Quanto a estes últimos, podemos destacar Ranke – já presente em Varnhagen –, Ratzel ou até a vertente da historiografia alemã do século XIX denominada *Kulturgeschichte* (história cultural) que tanto orientou a tão bem recepcionada *História do Brasil* de João Ribeiro, obra que despertou o interesse do literato Lima Barreto. Essa nova influência cultural, juntamente com algumas já conhecidas francesas e a chegada de textos de autores ingleses, chamou a atenção dos intelectuais brasileiros para as singularidades históricas, possíveis leis que regiam a evolução dos povos e determinavam seu espírito.

Capistrano deve grande parte de sua formação enquanto historiador a suas leituras de autores alemães. José Honório Rodrigues afirma que os germes de muitas dessas influências surgem no autor cearense quando este ainda militava no positivismo em 1881-1882.

As traduções de Wappoeus, Sellin, Kirchhoff, as leituras de Ratzel, Peschel, Wagner e Maull mostram a decisiva orientação geográfica e encaminham seu espírito para quadros teórico-práticos mais concretos, que não reduzem o conhecimento histórico ao conhecimento próprio da ciência natural; ao lado disso a historiografia crítica iniciada por Niebuhr, Ranke e W. Humboldt criara novos instrumentos do saber histórico e Capistrano sentia a influência renovadora dessas leituras.

Por volta de 1900 são ainda mais evidentes os estímulos da literatura histórica germânica. Agora é nos métodos de seminário de Ranke e na doutrina antropogeográfica de Ratzel que vai buscar os elementos de investigação e interpretação dos fatos.¹⁵²

A sua referência na Economia também tem origem germânica. Seu interesse por essa área se manifesta na leitura do professor Karl Bücher (1847-1930) do qual se apropria do conceito de economia naturalista bem como assimila os seus ensinamentos acerca da alteridade e transformação da economia ao longo do tempo e do espaço, presentes nos *Capítulos de História Colonial*.¹⁵³

Paralelo a essa entrada do pensamento de autores germânicos no Brasil, a intelectualidade brasileira se viu impelida a pensar a diversidade de seu povo diante de certos fatos ocorridos entre fins do século XIX e princípios do seguinte. No segundo capítulo deste trabalho, ao discutirmos temas que geravam reflexões dessa

¹⁵² RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 200.

¹⁵³ MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira**. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 111-114.

intelectualidade acerca do passado nacional, assinalamos o impacto social do fim da escravidão e da mudança de regime na construção da identidade nacional.

Depois desses dois eventos, segundo Gomes, foi possível imaginar a existência de uma nação constituída por um povo, ou seja, integrada juridicamente por homens livres.¹⁵⁴ Estudos, muitos dos quais iniciados pelos membros da geração de 1870, tiveram como foco a formação do povo brasileiro, objetivando delimitar seu caráter. Logo após quase sete anos de proclamada a República, estourou no sertão baiano – outubro de 1896 – um conflito que alimentou ainda mais o interesse pelo conhecimento do povo, revelando nacionalmente um sertão novo, até então desconhecido dos brasileiros que viviam nas cidades do litoral e do sul do país.¹⁵⁵

O movimento de inspiração religiosa organizado em torno de Antonio Conselheiro trouxe à tona uma população “formada por índios, caboclos, mulatos, pretos... sertanejos em geral – expressão humana de indefinidas combinações multirraciais que não se adequavam aos bem arrumados tipos étnicos que eram idealizados desde o romantismo”.¹⁵⁶ Enviado à Bahia para fazer reportagens sobre a revolta pelo jornal *O Estado de São Paulo*, Euclides da Cunha (1866-1909) pôde testemunhar o seu desfecho. Além de arrefecer seu entusiasmo pela República, essa experiência lhe estimulou a escrever um vasto trabalho sobre aquela revolta que veio a ser publicado em 1902 com o título *Os Sertões*.¹⁵⁷

Essa obra também apresentou a emergência de uma nova postura intelectual em relação à diversidade brasileira. Sua elaboração necessitou do abandono da coleta de dados de superfície e do mero impulso emotivo, característicos do cronista ou colecionador romântico.¹⁵⁸ Seu autor precisou de método para compreender os homens que iria investigar, utilizando-se de vocabulário técnico da Etnografia, Geologia e Climatologia bem como de premissas deterministas.¹⁵⁹

¹⁵⁴ GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 24.

¹⁵⁵ BARROS, José D'Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Revista Projeto História**. n. 41, dezembro, 2010, p. 460.

¹⁵⁶ *Ibid.*, *lo.cit.*

¹⁵⁷ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 121-122.

¹⁵⁸ BARROS, José D'Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Revista Projeto História**. n. 41, dezembro, 2010, p. 460-461.

¹⁵⁹ *Ibid.*, 123-125. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 158

Temos, então, uma geração de intelectuais - como Capistrano -, que, por um lado, se abriu à ambição do cientificismo, apropriando-se de autores franceses, ingleses e alemães. Por outro, tinha a diversidade inerente à população brasileira que impunha a sua consideração como tema central para a compreensão histórica nacional, atendo-se aos modos como esse povo se organizava em sociedade ao longo do vasto território do Brasil. Desse modo, no interior das obras de muitos desses intelectuais havia “uma luta surda” ou um “indelével diálogo entre generalismo e atenção à diversidade.

Lima Barreto, como vimos, era um leitor e um escritor preocupado com as formas pelas quais a intelectualidade de seu país representava sua população, principalmente a parcela dos negros. Assim como Capistrano, trouxe o povo como personagem principal de sua escrita, analisando a sua natureza, seus modos de vida e anseios. A crítica de sua época salientou esse viés do trabalho de Lima.

João Ribeiro comentou o romance *Numa e Ninfa*¹⁶⁰ de Lima, publicado inicialmente em folhetins no jornal *A noite* do Rio de Janeiro de 1915. Essa composição serviu para a feitura de um folheto, em páginas de duas colunas com a data também de 1915, mas que só veio circular somente em 1917 no formato de livro.¹⁶¹ É deste ano, mais precisamente no dia 7 de maio, nas páginas do *O Imparcial*, que o historiador e crítico literário expressa sua visão acerca desse texto de Lima, classificando-o com “um estudo da vida social e política do nosso tempo”.¹⁶²

Ribeiro destacou no romance “o grande número de tipos interessantes, sempre verdadeiros”. Contudo, um deles, Lucrécio Barba-de-Bode, segundo Ribeiro, fazia prever em Lima “o futuro autor de um romance de costumes populares”.¹⁶³ Lucrécio é um personagem secundário, mulato e oriundo das camadas populares que vivia de suas ações em prol de determinados políticos ligados ao grupo do protagonista Numa, promovendo desordens e participando dos meetings (uma

¹⁶⁰ Nesse romance, Lima narra as artimanhas de um casal da elite brasileira que procura se manter em evidência política e social na capital do país. A esposa do deputado Numa, dona Edgarda, escrevia os discursos que o parlamentar deveria proferir no congresso. Esses fizeram muito sucesso, mesmo Numa não tendo o menor conhecimento sobre o que falava. Edgarda tinha, como grande parceiro para a criação dos discursos, o seu amante. Numa acaba descobrindo o segredo de sua esposa, mas se faz de desentendido, pois a “parceria” mantinha o status social do casal.

¹⁶¹ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 252-253.

¹⁶² RIBEIRO, João. Prefácio. In: BARRETO, Lima. **Numa e a Ninfa**: romance. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961c, p. 10

¹⁶³ Ibid., p. 11.

espécie de jagunço). A descrição que Lima faz no romance do bairro da Cidade Nova, no qual habita Lucrecio, é apontada por Ribeiro como um trecho magistral que demonstra a aguçada visão do autor do cotidiano daquela parcela da população do Rio de Janeiro.

[...] São páginas que definem um escritor; o flirt, as moças janeleiras, o tipo do pianista de danças, o caixeiro da venda, com os tamancos reclamistas que escusam pregão, a eterna faina do “bicho”, esperança e providência e desenganos de todos os dias naquele congênie de gente indecisa, inspiram a Lima Barreto alguns de seus melhores trechos.¹⁶⁴

A única nota negativa que Ribeiro assinala no trabalho de Lima, comum em outros de seus textos, é a falta de acabamento, tendo momentos em que “os personagens desaparecem quase subitamente” como também a carência de uma maior estilização desses a fim de evitar nomes conhecidos.¹⁶⁵ Mas é na coletânea de contos *Histórias e Sonhos* que Lima representa mais a diversidade existente no povo brasileiro, sendo o subúrbio o território ocupado principal de sua formação. Nessa coletânea, publicada em fins de 1920, Lima trouxe personagens que narravam sua resistência ao preconceito racial, os modos encontrados para sobreviver, a sua relação com a religiosidade, suas tristezas e expectativas. Essas narrativas tinham como protagonistas um velho monarca, crianças e mulheres negras, famílias brancas suburbanas, homens negros e uma prostituta.

Essa observação de Lima da diversidade populacional chamou atenção de Leal de Souza da revista *Souza Cruz*, na qual publicou um texto sobre a coletânea de Lima em fevereiro de 1921, referindo-se especialmente ao conto “Mágoa que rala”. Inicialmente, o comentarista afirma que Lima Barreto “é o piedoso amigo dos humildes” e “o intérprete compassivo das almas nascidas para a delicadeza do sonho e condenadas pelo egoísmo social, às durezas da vida, entre a ignorância e o trabalho”.¹⁶⁶ Considera também que poucos escritores terão a “tão exata visão das condições do meio brasileiro” como Lima apresenta nesse trabalho.

O comentarista nota em Lima um olhar privilegiado acerca da “complexidade de confusos antecedentes históricos em conexão com os fatores contemporâneos” na sua interpretação da sociedade. Essa “argúcia mental” do literato carioca quanto à relação das diferentes temporalidades é a qualidade intelectual de Lima, ao lado

¹⁶⁴ RIBEIRO, João. Prefácio. In: BARRETO, Lima. **Numa e a Ninfa**: romance. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1961c, p. 11.

¹⁶⁵ Ibid., p. 12.

¹⁶⁶ Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. In: BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 686.

da ironia, mais destacada ao longo desse texto, publicado na revista *Souza Cruz*. Tanto é que, no seu desfecho, Leal de Souza a retoma, apontando em Lima Barreto competências pertinentes ao ofício do que, na época, considerava-se como de um historiador dos mais qualificados.

Erudito, com sua profunda argúcia de psicólogo, sabe divisar, nas galerias e museus da História, as peculiaridades das velhas almas dos outros tempos, e neste seu livro, as rápidas referências endereçadas a d. João VI, constituem só por si, como retrato moral do grande rei, uma página que vale muitos livros.¹⁶⁷

Outros homens de letras também assinalaram esse traço de observador da psicologia do povo no escritor carioca, o que, pelo que temos notado nesse item da tese, indica mais uma aproximação de seu trabalho com a abordagem apresentada por Capistrano em relação ao estudo da formação da população nacional e de ambos com o anseio intelectual da geração de 1870. Ranulfo Prata (1896-1942), escritor e médico sergipano que fazia parte do círculo de amigos de Lima e com quem este passou uma temporada em Mirassol, relatou numa carta a Lima, datada de 14 de janeiro de 1921 que havia lido *Histórias e Sonhos*.

Sobre esse texto, Prata asseverou que era “original, e sobretudo interessante”, o modo pelo qual Lima descreveu “a gente e costumes” do Rio de Janeiro. Prata, que vivia em São Paulo, confessa que desejaria, se pudesse, tornar-se discípulo de Barreto e fazer o mesmo tipo de trabalho no seu estado.¹⁶⁸ Já Austregésilo de Ataíde (1898-) manifestou sua opinião numa carta aberta a Lima Barreto, publicada em *A Tribuna* da capital federal no dia 18 de janeiro de 1921. Este escritor e jornalista pernambucano parabeniza Lima pela obra *Histórias e Sonhos*, escalando-o ao lado de João do Rio como exceções na cena literária da época por conta de grande mérito de suas obras.

Leitor de Lima desde Isaías Caminha, Ataíde, ao discorrer sobre o trabalho do escritor carioca, afirma considera injusta a aproximação “que estão tentando fazer alguns inconsiderados de sua obra com a de Machado de Assis”. Para Ataíde, Machado era um “observador de gabinete que dissecava lenta e minuciosamente a alma, deduzindo uma ação de outra ação, como que os caracteres dos indivíduos se

¹⁶⁷ Apud SCHWARCZ, Lilia Moritz. In: BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 686-687.

¹⁶⁸ BARRETO, **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c (Tomo II), p. 245.

contivessem em fórmulas matemáticas, de uma precisão infalível, como as leis da física”. Bem diferente seria o trabalho de Lima na sua visão.¹⁶⁹

Para o jornalista, Lima difere “com superioridade do Machado grandioso” por apresentar na sua escrita “o estado psicológico atual, que a sabedoria popular consagrou no aforismo a ocasião faz o ladrão”. As criações barretianas, segundo Ataíde, “trazem todas as lacunas da vida”, sendo os seus personagens “variáveis, incertos, humanos, ilógicos”, o que, conseqüentemente, traduz, “com perfeição, o caleidoscópio da existência [...]”.¹⁷⁰ O historiador paranaense Rocha Pombo (1857-1933) seguiu também essa linha de raciocínio que aponta em Lima um escritor que conseguia representar na sua literatura a psicologia do povo.

Em carta destinada a Lima, datada de 14 de janeiro de 1921, Pombo agradeceu ao literato pelo envio da obra *História e Sonhos* na qual identificou ainda mais “as altas qualidades de notável escritor [...]” Contudo, o que julgou como mais extraordinário nesse trabalho foi “a sua capacidade de psicólogo, o seu poder de análise; a sua profunda intuição das coisas”.¹⁷¹

Vamos enveredar por alguns contos de *Histórias e Sonhos*, então, e veremos como esse trabalho barretiano nos levou a compreender maiores afinidades com o historiador Capistrano. Logo no primeiro conto, intitulado “O moleque”, o narrador utiliza como referência para justificar a necessidade de conservar os nomes tupis de certos lugares no Brasil a obra *Geografia Universal* de Reclus (1830-1905). Esses nomes expressavam um sentido muito claro para os acidentes naturais e a vegetação, traduzindo “a forma ou o encanto” de lugares do Rio de Janeiro.¹⁷²

Além disso, esses “nomes tupis, nos acidentes naturais das cercanias da cidade,” são apontados como “os documentos mais antigos que ela possui das vidas que aqui floresceram e morreram”. O narrador salienta que a cidade foi edificada num terreno considerado “o mais antigo do globo, mas que, “até hoje, não se encontram vestígios quaisquer da vida pré-histórica”. Com isso, endossa a necessidade de conservação daqueles nomes enquanto vestígios “das existências anteriores à nossa”.¹⁷³ Entretanto, destaca também que existe no Brasil “uma

¹⁶⁹ BARRETO, **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c (Tomo II, p. 253.

¹⁷⁰ Ibid., p. 254.

¹⁷¹ Ibid., p. 259-260.

¹⁷² BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 36.

¹⁷³ Ibid., p. 36-37.

necessidade de não conservar impressões das sucessivas camadas de vida que aqui se desenvolveram e desapareceram.

Estes nomes tupaicos mesmo tendem a desaparecer e todos sabem, que, quando uma turma de trabalhadores, em escavações de qualquer natureza, encontra uma igaçaba, logo se apressam em parti-la, em destruí-la como coisa demoníaca ou indigna de ficar entre os de hoje. A pobre talha mortuária dos tamoios é sacrificada impiedosamente.

Frágeis eram os artefatos dos índios e todas as outras obras; frágeis são também as nossas de hoje, tanto assim que os mais antigos monumentos do Rio são de século e meio; e a cidade vai já para o caminho dos quatrocentos anos.¹⁷⁴

Nesses trechos, Lima esclarece seus leitores acerca da ocupação por certa etnia de indígenas da área que depois viria a ser a cidade do Rio de Janeiro, após a chegada dos europeus. Uma abordagem que se aproximava da proposta historiográfica de Capistrano na qual a história da ocupação faz parte da compreensão da formação nacional. O autor utilizado como referência por Lima apresenta também afinidades teóricas com os geógrafos norteadores do pensamento de Capistrano.

O geógrafo anarquista Jean Jacques Élisée Reclus teve forte influência dos fundadores da geografia científica Humboldt e Ritter na construção de sua visão acerca das relações entre o homem e a natureza. O pensamento desses dois geógrafos ressoou também profundamente em Ratzel e Vidal de La Blache. Como vimos em linhas anteriores, dentre as leituras germânicas que impactaram Capistrano na elaboração de sua perspectiva analíticas dos fatos do passado, Humboldt e Ratzel se destacavam como referências comuns ao autor francês citado por Lima.¹⁷⁵

Desse modo, Reclus incorporou ao seu pensamento geográfico, a partir da influência de Ritter do qual Ratzel era também discípulo, a perspectiva antropológica e social, sendo a relação dinâmica empreendida pelos grupos humanos na alteração da natureza um dos fundamentos de suas principais obras, como a citada *Geografia Universal*. Essa relação dinâmica entre homem e natureza, aliás, é uma das bases da historiografia capistraneana. Mas as aproximações entre Lima e Capistrano, presentes no conto em destaque, vão além de usos de referenciais.

¹⁷⁴ BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 37.

¹⁷⁵ CIRQUEIRA, José Vandério. Élisée Reclus e a excentricidade de sua geografia anarquista. **Terra Brasilis** (Nova Série) [online]. 2016, n. 7. ISSN: 2316-7793, p. 5. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/1787>. Acesso em: 15 out. 2018 às 10:03.

Lima apresenta uma preocupação com o apagamento de rastros dos indígenas, grupo que teve anos de atenção do historiador cearense, levando-o a publicar trabalhos sobre as suas línguas e costumes. Capistrano desenvolveu estudos etnográficos sobre os índios baicarís e kaxinawás que não tiveram uma devida recepção por parte do IHGB, o que, segundo Amed, configura mais um momento do deslocamento do historiador em relação ao ambiente intelectual da época.¹⁷⁶ Para esses trabalhos, Capistrano contou com o apoio da rede internacional que fazia parte, como a comunidade internacional do sul americanistas, dedicada ao estudo das línguas e culturas indígenas da América do Sul.

Esses estudos tiveram como resultado a publicação, ainda na *Revista Brasileira* de 1895 do texto sobre a cosmologia e língua dos baicarís – este fazia parte da *Limana*, inclusive – e do *Rã-txa h uni-ku-i. A língua dos Caxinauás do rio Ibuçu, afluente do Muru* no ano de 1914. O historiador cearense via a influência do indígena sobre a formação do povo brasileiro como maior que a do negro, apresentando uma concepção indianista para a história brasileira, mas distanciada da visão romântica. Capistrano acreditava que os indígenas poderiam desaparecer, sendo, portanto, de grande importância o seu estudo.¹⁷⁷ Uma preocupação que se denota naquele conto de Lima que acima destacamos.

Lima chegou a considerar os vestígios lingüísticos da etnia tupi no Rio de Janeiro como documentos que atestavam sua presença na formação dessa cidade. A tentativa desesperada de Policarpo Quaresma em tornar uma língua indígena como a oficial do Brasil talvez possa ser interpretada como outra via encontrada por Barreto para aludir à necessidade de preservação da presença dos índios na formação da nação, a qual corria o risco de desaparecer. Algo que se afina com o pensamento de Capistrano, levando este, assim como Lima, a sinalizar práticas que visavam destruir os rastros dessa presença.

Em *Capítulos de História Colonial*, Capistrano, ao fazer referências a aspectos culturais dos índios, especificamente de suas lendas, afirma que pouco se sabe em virtude da atuação dos representantes da Igreja Católica: “um dos primeiros cuidados dos missionários consistia e ainda consiste ainda em apagá-las e

¹⁷⁶ AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda, 2006, p. 154.

¹⁷⁷ MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede**: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 60.

substituí-las”.¹⁷⁸ A percepção da continuidade no presente desse apagamento dos rastros dos indígenas também está no texto barretiano “O moleque”. Vimos que Lima se refere à forma como se desfaziam de um objeto pertencente à cultura material dos indígenas durante as escavações realizadas em sua época, na qual o clima de modernização da cidade dava à tônica das destruições de vários locais que se remetiam ao passado do Rio de Janeiro.

Em linhas seguintes, o narrador faz outro registro dessa prática de apagamento de vestígios indígenas na cidade. Assinala que o subúrbio de Inhaúma ainda era um “dos poucos lugares da cidade que conserva o seu primitivo nome caboclo, zombando dos esforços dos edis para apagá-lo”.¹⁷⁹ A partir disso, o narrador empreende uma descrição e análise etnológicas da população desse subúrbio que, em muitos aspectos, assemelha-se com a realizada por Capistrano nos *Capítulos*. O primeiro traço cultural que destaca se refere aos costumes religiosos.

[...] Nas suas redondezas, é o lugar das macumbas, das práticas de feitiçaria com que a teologia da polícia implica, pois não pode admitir nas nossas almas depósitos de crenças ancestrais. O espiritismo se mistura a eles e a sua difusão é pasmosa. A igreja católica unicamente não satisfaz o nosso povo humilde. É quase abstrata para ele, teórica. Da divindade, não dá [...] sinal palpável, tangível de que está presente. [...] mas o médium, o feiticeiro, o macumbeiro, se não a recebem nos seus transe, recebem, entretanto, almas e espíritos que, por já não serem mais da Terra, estão mais perto de Deus e participam um pouco de sua eterna e imensa sabedoria.¹⁸⁰

O narrador ainda destaca que esse “amálgama de crenças desencontradas” atrai “gente de todas as matizes e raças”. Essa atração está relacionada à busca por essa população diversa do atendimento de suas “necessidades presentes na sua pobreza, nos seus embates morais e dos familiares”. O texto barretiano procura evidenciar como as crenças do povo vão se conformando em virtude de seu cotidiano no qual traços culturais distintos são apropriados e misturados. Esse aspecto, segundo o narrador, precisa ser mais estudado.¹⁸¹

Capistrano, embora não se atenha à diversidade de crenças religiosas como Lima, também aborda a religiosidade e sua relação com o cotidiano da população colonial. Na zona mineradora, esse historiador aponta que a freqüência das

¹⁷⁸ ABREU, João Honório Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), p. 22.

¹⁷⁹ BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 38.

¹⁸⁰ Ibid., p. 39.

¹⁸¹ Ibid., loc.cit.

festividades religiosas é compreendida pelo fato que, ao lado da grande quantidade de sacerdotes e de irmandades, havia “o gosto geral pela música, a proximidade dos povoados nos distritos em que primeiro se extraiu o metal amarelo, os numerosos vadios sustentados pela hospitalidade e indiferença indígenas, a falta de divertimentos públicos”¹⁸². As necessidades e aspectos sociais daquela população, portanto, fomentavam tais festividades, as quais são apresentadas por Capistrano em suas peculiaridades.

“Sobressaíam as procissões pelo grande luxo, pelo número de figuras simbólicas, por um certo aparato teatral e jogresco”. Já no “extremo Goiás, em Traíras”, havia uma festa conduzida por negros em homenagem a sua padroeira, Santa Ifigênia, feita “com todas as suas visualidades: imperador, imperatriz, tiros de roqueira, dutos aos imperantes, cavalhadas, lanças, leilão etc”.¹⁸³

Retornando ao conto de Lima, percebemos que, nas linhas seguintes à descrição das crenças religiosas, a atenção do narrador se volta para o tipo específico de moradia de alguns habitantes do subúrbio de Inhaúma: o “barracão”. Este é descrito de modo comparativo a outras moradias características do interior do país a fim de marcar bem suas especificidades. A primeira comparação é com a “choupana de sapê e de paredes de sopapos”.¹⁸⁴

O barracão em relação a essa “é menor, com muito menos acomodações”, mas a sua “cobertura é mais civilizada; é de zinco ou de telhas”. Há duas espécies de barracão: uma com paredes de tábuas, “às vezes verdadeiramente de tábuas”, e outra com pedaços de caixões. Já a segunda comparação que realiza é com o “rancho roceiro”. A espécie de barracão que mais se aproxima desse é o que possui as paredes de taipa, sendo este mais baixo e não muito visível aos olhos dos transeuntes por conta da “vegetação das bordas das ruas e caminhos”.¹⁸⁵

A partir disso, o narrador descreve os seus aposentos e a relação dos habitantes com o espaço físico ao seu redor. Sobre isso, afirma que tudo é “cercado do mais desolador abandono”.

Se o morador cria galinhas, elas vivem soltas, dormem nas árvores, misturam-se com as dos vizinhos e, por isso, provocam rixas violentas entre as mulheres e maridos, quando disputam a posse dos ovos.

¹⁸² ABREU, João Honório Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), p. 207.

¹⁸³ Ibid., loc.cit.

¹⁸⁴ BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 40.

¹⁸⁵ Ibid., loc.cit.

Por vezes, no fundo, na frente ou aos lados deles, há uma árvore de mais vulto: um cajueiro, um mamoeiro, uma pitangueira, uma jaqueira, uma laranjeira; mas nenhum sinal de amanho do terreno, de tentativa de cultura, a não ser um canteirozinho com uns pés de manjerição ou alecrim. Isto às vezes; e, às vezes também, uma touceira de bananeira.¹⁸⁶

Nessa descrição, percebemos o empenho do autor em representar a interação entre os habitantes do subúrbio e o meio a sua volta. Lima, ao resgatar nesse texto determinados aspectos da condição material de vida dos suburbanos – a construção de um tipo de moradia e um pouco de cultivo da terra para alimentação –, segue, de certa forma, algumas ideias do geógrafo que ele mesmo citou acima. Fica evidente na narrativa a ação cultural do homem, principalmente quanto à edificação do barracão, sobre a natureza.

Para essa atividade, utiliza-se da técnica da taipa em alguns tipos de barracão, a qual consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, dando origem a um painel perfurado que, em seguida, tem os vãos preenchidos com barro, formando as paredes do barracão. Além disso, existe o reaproveitamento de materiais que faziam parte de outros objetos, como os caixões para a composição das paredes. Daí o narrador frisar que o barracão constitui uma “espécie arquitetônica” específica daquelas “paragens da cidade”,¹⁸⁷ sinalizando a condição social de seus moradores.

Essa forma de narrativa se aproxima da realizada por Capistrano quando este, orientando-se pelas ideias antropogeográficas de Ratzel, considera “como fundamental o meio e as maneiras como o ser humano interage com ele, para explicar as especificidades de uma dada sociedade”.¹⁸⁸ Em *Capítulos de História Colonial*, essa preocupação com as condições materiais de vida da população no Brasil ao longo de três séculos de colonização se manifesta em diversos momentos. Como exemplo, podemos apontar a descrição, realizada no capítulo IX dessa obra cujo título é “O sertão”, da forma como os primeiros ocupantes do sertão utilizavam o couro no seu cotidiano.

[...] Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couros todas cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar

¹⁸⁶ BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 41.

¹⁸⁷ Ibid., p. 40.

¹⁸⁸ MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede**: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 86.

comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, [...], a roupa de entrar no mato, [...], em couro pisava-se o tabaco para o nariz.¹⁸⁹

Um outra aproximação entre Capistrano e Lima Barreto que merece destaque é a forma como lidaram com a discussão acerca do determinismo racial enquanto critério para a compreensão da formação do povo brasileiro. Lima era veemente contrário a esse critério e, ao longo de sua trajetória como vimos, denunciou-o como uma forma equivocada de análise da realidade nacional e sustentáculo cientificista do racismo no Brasil. Já Capistrano de Abreu não teve essa postura denunciadora de Lima, mas também não considerou esse determinismo como um critério pertinente para o estabelecimento do caráter do povo brasileiro.

Ainda em 1876, o jovem Capistrano, recém chegado ao Rio de Janeiro e embevecido pelo pensamento de autores cientificistas e deterministas, envolveu-se numa polêmica com o Sílvio Romero acerca daquele caráter. Este, pela obra que havia acabado de publicar com o título *O caráter nacional e as origens do povo brasileiro*, apresentava suas discordâncias em relação ao escritor e político mineiro José Couto de Magalhães (1837-1889) e ao seu livro *O Selvagem*, também lançado naquele ano.¹⁹⁰

O polemista Romero propunha a tese de que a miscigenação com o negro seria o fator que distinguiria o brasileiro do português. A reação de Capistrano a esse pensamento foi expressa em dois artigos publicados no jornal *O Globo* nos dias 21 de janeiro e 9 de março do mesmo ano de 1876, cujos títulos são homônimos ao trabalho de Romero. O historiador cearense, tendo como referência as ideias de Buckle extraídas de uma nota de rodapé da obra *Civilização da Inglaterra* e utilizadas como epígrafe no primeiro artigo, considerou que a natureza e a raça são importantes para a formação do “caráter nacional” e da “estrutura da sociedade, mas não eram os únicos. “[...] Se eles agem sobre a sociedade, a sociedade reage sobre eles; o meio social de efeito passa a ser a causa; de resultante passa a ser componente. No Brasil é este justamente o caso, e a influência esquecida é a mais poderosa e ativa”.¹⁹¹

¹⁸⁹ ABREU, João Honório Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), p. 135.

¹⁹⁰ MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira**. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 108.

¹⁹¹ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 4-5.

Logo nesse início do artigo, Capistrano também se mostra mais seletivo ao próprio pensamento de sua referência, uma vez que relativiza o determinismo geográfico do autor inglês e dá um peso maior à ação humana sobre a natureza. Quanto ao determinismo racial, Capistrano também se serve da documentação histórica e de outro autor inglês para questionar seu impacto na formação do povo, embora concordasse com Romero e Martius sobre o caráter eminentemente mestiço da população brasileira.¹⁹²

Ao longo de seus artigos, Capistrano argumenta que o indígena teria deixado uma marca mais visível no caráter nacional. O historiador expõe que Romero considerava como improvável que “a raça selvagem” pudesse modificar os primeiros portugueses aqui estabelecidos e seus descendentes bem como a ação da natureza ainda não tinha tempo suficiente para operar alguma transformação neles.¹⁹³ Contra tal perspectiva, Capistrano afirma:

Sem dúvida a raça selvagem foi impotente para o trabalho, embora tenha tomado nele uma parte que se não pode definir, nem se pode contestar. Entretanto, o contingente de forças físicas foi maior. O autor disse que, para a ação da natureza, são necessário muitos séculos. Devia determinar-lhes o número. O certo é que, para a ação da natureza, não é necessária uma grande soma de tempo. [...].¹⁹⁴

Como exemplo, Capistrano traz o caso dos Estados Unidos, cuja colonização “é quase um século posterior à nossa”, no qual, segundo estudo “baseado na biologia”, o organismo ianque já começava a se apresentar diferenciado em parte do europeu na quarta geração. Diante disso, questiona se o que se verificou na América do Norte não se reproduziria na América do Sul, acrescentando mais informações acerca da ação da natureza que fundamentam a sua contestação do pensamento de Romero.

[...] Se a influência ativa pode, - embora se bases - ser contestada, a influência passiva é de uma evidência fulminante no Brasil. [...]. As florestas seculares não determinaram um sistema novo de agricultura? As verdades das estações não reagem sob a cultivação! As distâncias, a dificuldade de transportes não reagem sobre a indústria? Matas, distância, estações, se não me engano, são partes da natureza e sua influência é patente.¹⁹⁵

Além desses fatos que apontam a forte influência da natureza no processo de formação do povo brasileiro, o autor cearense ainda destaca que sua ação é

¹⁹² ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaios e Estudos**. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 7-10.

¹⁹³ Ibid, p. 6.

¹⁹⁴ Ibid., loc.cit.

¹⁹⁵ Ibid., p. 7.

descrita por diversos cronistas do período colonial, tornando-se difícil a explicação desses fatos “pelo cruzamento com o preto”.

A insistência de Romero em atribuir à raça, no sentido biológico, um papel preponderante na formação do caráter do brasileiro é, portanto, negado por Capistrano. Este considera que esse critério “fornece uma explicação empírica e ilusória do nosso estado social”.¹⁹⁶ O historiador cearense não desconsidera a raça nos seus argumentos, mas, como vimos, vê na relação entre homem e meio um caminho para melhor compreender o processo histórico da formação do povo brasileiro.

No primeiro artigo da reedição da discussão com Silvio Romero, publicado na *Gazeta de Notícias* de 9 de março de 1880, Capistrano endossa sua argumentação em favor da relação entre o meio e o homem. Para o autor, o meio, mesmo sendo “modificável, dentro de certos limites, é ele por sua natureza persistente, pouco plástico [...]”.¹⁹⁷

[...] Ora, a vida segundo a bela definição do grande pensador inglês é uma adaptação das energias íntimas às forças exteriores. Para que a adaptação se dê entre dois elementos, um rijo e cristalizado na imobilidade, outro influente, amoldável, caracteristicamente plástico, é preciso que o último ceda. Essa cessão, que constitui o atestado da influência mesológica, é tão natural que com todo o seu enfatuamento do profeta Maomé já o reconheceu. Pelo menos a tradição atribui-lhe estas palavras: “já que a montanha não quer vir para onde eu estou, vou para onde está a montanha”. A civilização brasileira, sob pena de extermínio, devia pois, adaptar-se ao meio. E que esta ação mesológica foi sentida desde os primeiros tempos, é um fato que pode facilmente provar-se. [...].¹⁹⁸

Segundo Ricardo Sousa, Capistrano, mesmo citando Spencer tanto quanto Romero, defende uma posição contrária ao seu opositor nesse debate sobre o caráter do povo brasileiro. Enquanto o autor sergipano “tomava a raça como cristalizada e, por isso, somente possível de mudança depois de longuíssimo espaço tempo”, o historiador cearense já a pensava como plástica e moldável ao meio. Desse modo, o indígena, para Capistrano, era o elemento que teve “o papel fundamental de remir o tempo de adaptabilidade”.¹⁹⁹

¹⁹⁶ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 18.

¹⁹⁷ Ibid. p. 157.

¹⁹⁸ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 3ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Brigueit, 1938, p. 157-158.

¹⁹⁹ SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – a construção da história e do historiador**. Orientadora: Lolerai Brilhante Kury. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012, p. 66-67.

Em 1883, com a tese *Descobrimiento do Brasil e seu Desenvolvimento no século XVI* que o levou a ocupar a cadeira de Corografia e História do Brasil do Imperial Colégio de Pedro II, Capistrano, baseado numa carta de certo Froés ao rei português D. Manuel, descreveu a interação entre reinóis aqui aportavam e os indígenas. Por essa descrição, segundo Sousa, “é perceptível que, ao pensar nessa interação, a perspectiva de Capistrano quanto ao resultado do contato entre aqueles elementos não estaria restrita à mistura racial, “mas às trocas culturais que se dariam entre os dois povos”.²⁰⁰

Esse pensamento de Capistrano já aparece de modo bem amadurecido, como vimos, nos *Capítulos de História Colonial*. Neste trabalho, além da adaptação do homem aos limites do meio, vemos a ação humana - cultural – provocando mudanças nele bem como o empenho do autor em traçar o perfil psicológico dos sujeitos que formavam o povo brasileiro e suas trocas culturais. Isso justifica a preferência de Capistrano por crônicas ou relatos de viajantes, uma vez que por meio delas, ao contrário das fontes oficiais, “seria possível aproximar-se dessa cultura em construção, descrita por aqueles que passam, os viajantes, e relatam suas impressões sobre o país, ou aqueles que ficam por toda a vida ou por longo tempo [...]”.²⁰¹

Esse olhar voltado para as mudanças culturais ao longo do tempo em detrimento da análise do processo histórico da formação do povo brasileiro pelo viés do determinismo racial também se mostra presente na escrita de Lima Barreto. Já havíamos apresentado no primeiro capítulo desta tese, o modo como Lima se apropriou do pensamento de Taine, o qual também considerava outros elementos além da raça para traçar o perfil de um povo. Relembremos ainda que a noção de raça de Taine estava mais próxima do sentido de cultura.

Para observarmos como isso se deu na escrita barretiana, faremos um retorno a sua coletânea de contos *Histórias e Sonhos*. Dessa, vamos enveredar pelo

²⁰⁰ SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – a construção da história e do historiador**. Orientadora: Lolerai Brilhante Kury. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012, p. 67.

²⁰¹ MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira**. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 115.

conto “Cló”²⁰². Nele são narradas as impressões do personagem doutor Maximiliano acerca de aspectos culturais que percebia no carnaval carioca. Maximiliano era um velho professor de música que se encontrava, em plena segunda-feira de carnaval, bebendo numa confeitaria e pensando como conseguiria dinheiro para sua família.²⁰³

Esse dinheiro seria empregado para comprar “bisnagas, confetes, serpentinas”, pagar o aluguel do automóvel e adquirir o vestido para sua filha Clódia – a Cló. Durante sua permanência na confeitaria, o velho Maximiliano observava a folia carnavalesca.

O velho doutor Maximiliano não se cansou de observar, um por um, aqueles homens e aquelas mulheres, homens e mulheres cheios de vícios e aleijões morais; e ficou um instante a pensar se a nossa vida total, geral, seria possível sem os vícios que a estimulavam, embora a degradem também.²⁰⁴

Essa reflexão teve continuidade ao observar como os olhares das “modestas meninas dos arrabaldes” eram atraídos pela figura de uma prostituta. Maximiliano começa a perceber que o gosto pelas “músicas lascivas”, “as danças lúbricas” do carnaval bem como o “culto à toilette e ao perfume” daquela mulher mundana tinham lugar no seu lar através de sua filha Cló, a qual era uma jovem branca e que “recebia as lições de piano” na sua própria casa. Sua reflexão é interrompida com a chegada de seu amigo, o deputado doutor André, que, apesar de casado, nutria um interesse – correspondido - pela filha do velho professor.

Após a conversa com André, Maximiliano se retira da confeitaria e, no caminho para sua residência, põe-se a observar novamente o festejo carnavalesco. Sua atenção estava voltada para os cordões e bandos carnavalescos que continuavam a passar.

[...] Homens e mulheres de todas as cores – os alicerces do país – vestidos de meia, canitares e enduapes de penas multicores, fingindo índios, dançavam na frente, ao som de uma zabumbada africana, tangida com fúria em instrumentos selvagens, roufenhos, uns, estridentes, outros. As danças tinham luxuriosos requebros de quadris, uns caprichosos trocar de pernas, umas quedas imprevistas.

Aqueles fantasiados tinham guardado na memória muscular velhos gestos dos avoengos, mas não mais sabiam coordená-los nem a explicação deles. Eram restos de danças guerreiras ou religiosas dos selvagens de onde a maioria deles provinha, que o tempo e outras influências tinham transformado em palhaçadas carnavalescas...

Certamente, durante os séculos de escravidão, nas cidades, os seus antepassados só se podiam lembrar daquelas cerimônias de suas aringas

²⁰² Esse conto ainda será retomado no capítulo seguinte ao abordarmos as “outras memórias” da cidade do Rio de Janeiro que Lima buscou representar na sua literatura militante.

²⁰³ BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 71-72.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 73.

ou tabas, pelo carnaval. A tradição passou aos filhos, aos netos e estes estavam ali a observá-la com as inevitáveis deturpações.²⁰⁵

Lima apresenta um narrador e um personagem com uma visão bem preconceituosa em relação aos aspectos da cultura popular urbana carioca. Entretanto, ironicamente, esses não só identificam a permanência de traços culturais de origem africana como destacam seu compartilhamento por diversos grupos raciais e sociais, representando as trocas culturais que promovem a formação do povo brasileiro, como fica mais explícito nas linhas seguintes do conto.

Maximiliano ainda critica, enquanto antigo professor de piano, “aquelas bizarras e bárbaras cantorias”, desejando que “aquela gente entoasse um hino, uma cantiga, um canto com qualquer nome, mas que tivesse regra e beleza”. Mas o próprio percebe que não fazia sentido aquele desejo, pois não contemplaria “a expansão dos [...] sonhos, fantasias e dores” do povo. Ao se aproximar do jardim de sua casa, ouve um tango tocado no piano por sua esposa, levando-o a mais reflexões sobre as diversas trocas culturais na sua sociedade.

[...] Que paixão punha naquela música inferior! Lembrou-se então dos “cordões”, dos “ranchos”, das suas cantilenas ingênuas e bárbaras, daquele ritmo especial a elas que também perturbava sua mulher e abrasava sua filha. Por que caminho lhes tinha chegado ao sangue e à carne aquele gosto, aquele pendor por tais músicas? Como havia correlação entre elas e as almas daquelas duas mulheres? Não sabia ao certo; mas vinha em toda a sociedade complicados movimentos de trocas e influências – trocas de ideias e sentimentos, de influências e paixões, de gostos e inclinações.²⁰⁶

Notamos, assim como Capistrano, que Lima enfatiza a cultura e suas alterações ao longo do tempo como marcas que definem o caráter do povo. Num dos trechos acima do conto “Cló”, ficou evidente a atenção que Lima devota aos vestígios da cultura africana e seus descendentes que ainda permaneciam, de certo modo, nas danças e músicas carnavalescas e sua perpetuação em outros grupos raciais. E aqui verificamos uma diferença entre Lima e o historiador cearense.

Enquanto o primeiro, como temos acompanhado ao longo de sua trajetória, procurou inserir o negro na narrativa sobre a formação do povo brasileiro – embora não tenha desconsiderado os vestígios da presença indígena -, o segundo deu um maior peso para as influências do elemento indígena. Em relação ao negro, aliás, Capistrano apresentou uma visão que era predominante na intelectualidade em relação aos negros. O negro não foi excluído da história capistraneana, mas teve

²⁰⁵ BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 79.

²⁰⁶ *Ibid.*, 81.

sua inserção realizada de “maneira irrefletida, sendo tratado a partir de jargões e estereótipos comuns à historiografia do século XIX”.²⁰⁷

Em *Capítulos de História Colonial*, ao tratar dos “fatores exóticos”, Capistrano apresentou aspectos psicológicos e parte da trajetória histórica dos portugueses e africanos de sua saída de seus locais de origem até algumas mudanças e adaptações aqui no Brasil. Quanto ao negro africano, o historiador afirma que, devido a “sua organização robusta”, apresentava uma resistência maior que o indígena para “as rudes labutas”.

Ao apreciar cada raça, repete estereótipos comuns à época, indicando o português como “taciturno”, o índio como “sorumbático” e o negro como “alegre”. Para justificar essa alegria trazida pelos negros, Capistrano indica os seguintes traços culturais desse grupo racial: “As suas danças lascivas, toleradas a princípio, tornaram-se instituição nacional; suas feitiçarias e crenças propagaram-se fora das senzalas. As mulatas encontraram apreciadores de seus desgarres e foram verdadeiras rainhas [...]”.²⁰⁸

Notamos que a visão depreciativa do personagem barretiano Maximiliano vai ao encontro da apresentada por Capistrano em relação à dança com influência africana. Um outro aspecto desse trecho de *Capítulos* merecedor de destaque é a representação da mulher afrodescendente como, assim como as danças, lascivas e propensas a satisfação sexual, estereótipo tão combatido por Lima Barreto, principalmente no seu romance *Clara dos Anjos*. Como nota comum entre ambos, podemos sinalizar a perpetuação da religiosidade de matriz africana que, como vimos ainda no conto “O moleque”, Lima fez questão de representar a sua recepção por diferentes segmentos sociais e raciais.

Já no capítulo “O sertão”, Capistrano deixa mais claro ainda seu posicionamento de não dar maior atenção ao negro na sua história. Enquanto coloca-se ao lado do indígena contra o bandeirante, Capistrano, quando se refere à resistência negra em relação aos colonos, faz uma citação curta acerca do quilombo dos Palmares, salientando a participação dos paulistas no devassamento do sertão,

²⁰⁷ MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede**: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 122.

²⁰⁸ ABREU, João Honório Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), p. 30.

o qual foi fundamental na derrocada final daquele quilombo. Em relação à atuação dos bandeirantes frente aos indígenas, Capistrano denuncia como violenta, questionando se compensaria os horrores a que foram submetidos os indígenas os favores que os bandeirantes realizaram para a nação quanto à conquista de mais territórios.²⁰⁹

Para o fim do quilombo, o tom já era outro. A ação bandeirante é, de certo modo, elogiada, pois segundo Capistrano, “ficou livre todo o território entre as matas do cabo de Santo Agostinho e Porto Calvo” após a “debelação dos Palmares [...] que já existia antes da invasão flamenga e zombara de numerosas e repetidas tropas contra ele mandadas”.²¹⁰ Em nenhum momento, portanto, o autor comenta acerca da violência contra os quilombolas e muitas de suas mortes. O que prevalece ao longo do seu texto quanto ao negro é sua utilização como mão de obra e símbolo de prosperidade para quem o possuía.

À parte esse distanciamento entre Lima e Capistrano, podemos ainda perceber que apresentam em comum uma visão contrária a uma suposta harmonia e colaboração pacífica das três raças (branca, negra e indígena). Segundo Falcon, Capistrano foi um dos primeiros intelectuais de sua geração a relativizar aquela harmonia, detendo-se “nos inúmeros conflitos entre portugueses e etnias indígenas, nas múltiplas formas assumidas pela exploração do trabalho negro e indígena, na resistência dos grupos explorados”.²¹¹ Na sua dissertação sobre Capistrano, Morais corrobora o pensamento de Falcon, salientando que o historiador cearense indica “a existência de uma forte divisão hierárquica, em camadas, claramente favorável aos opulentos senhores, desde os primórdios da colonização”.²¹²

A obra de Lima Barreto também é marcada pela denúncia dos conflitos entre os diversos grupos sociais, principalmente quando envolve o racismo. Ao retomarmos aquele conto “O moleque”, após o narrador destacar as formas da habitação e religiosidade no subúrbio de Inhaúma, sua atenção se volta para a

²⁰⁹ ABREU, João Honório Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), p. 109-114.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 114.

²¹¹ FALCON, Francisco José Calazans. Capistrano de Abreu e a historiografia cientificista: entre o positivismo e o cientificismo. *In*: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das [*et.al.*] (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 158.

²¹² MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira**. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 96.

experiência do filho da preta Felismina, o Zeca. Este, “certo dia, em começo do ano, [...] chegou na casa do velho “seu Castro, o coronel, empregado aposentado da alfândega” com “a fisionomia um tanto transtornada”.²¹³

Após a promessa do coronel de presenteá-lo com uma fantasia de diabinho para o carnaval, Zeca lhe contou o que lhe deixava magoado que só será revelado pelo narrador no fim do conto. Quando Zeca chega na sua casa com a tal fantasia, a sua mãe logo questiona como ele havia conseguindo, temendo que tivesse sido roubada. Zeca explica quem lhe deu e para que finalidade.

- Não lhe contei que há meses, diversas vezes, quando passava, para ir à casa de Dona Ludovina, diante do portão do Capitão Albuquerque, os meninos gritavam: “ó moleque! – ó moleque! – ó negro! – ó gibli!” Não lhe contei?
- Contou-me e daí?
- Por isso quando o coronel me prometeu a fantasia, eu aceitei.
- Quem tem uma coisa com a outra?
- Queria amanhã passar por lá e meter medo aos meninos que me vaiaram.²¹⁴

De uma maneira mais dramática, outras situações de racismo são representadas por Lima em produções maiores como no romance *Clara dos Anjos* no qual uma jovem negra é seduzida e abandonada em seguida por um homem branco e, especialmente, em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, como veremos no capítulo seguinte.

Uma última semelhança que observamos, nessa análise comparativa entre os trabalhos de Lima e Capistrano, se refere ao modo como se apropriaram do pensamento de Taine acerca da função social da literatura bem como percebiam a relação dela com a história. O autor francês acreditava que não somente a literatura, mas a arte em geral, bem como a religião, a filosofia, a legislação e outras expressões sociais se configuravam como indícios pelos quais poderia ser constituída, ainda que de forma incompleta, a alma humana.²¹⁵

Taine buscava penetrar no caráter do povo, fazendo uma análise psicológica. Como vimos no primeiro capítulo desta tese, Taine considerava três fatores como os motores para realizar aquela análise: a raça, o meio e o momento. Este último seria o resultado da interação dos dois primeiros num determinado espaço temporal.

²¹³ BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, 1956d, p. 48-49.

²¹⁴ *Ibid.*, p. 50.

²¹⁵ SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – a construção da história e do historiador**. Orientadora: Lolerai Brilhante Kury. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012, p. 45.

A análise do “momento” daria a percepção de que o passado guarda em si sentimentos e valores próprios de seu tempo, os quais o historiador procura apreender em sua investigação. O “momento” seria, portanto, o componente que atribui dinamismo ao processo. [...]

Cada povo, portanto, teria suas características próprias adquiridas pela interação das três forças motoras. Sua história seria o resultado dessa equação aplicando à circunstância do presente. A literatura seria um indício pelo qual o historiador penetraria na alma de um povo de forma a desvendar a interação de tais forças, o que daria também a possibilidade de antever, em alguma medida, o devir.²¹⁶

Esse pensamento de Taine teve uma forte influência no jovem Capistrano da década de 1870. O objeto de seus estudos históricos era, basicamente, a literatura, os contos populares, música e arte em geral. Nessa época, Capistrano via a literatura como expressão da sociedade. “Só pode compreender esta que estudou aquela e vice-versa”.²¹⁷ A literatura, portanto, era uma fonte para Capistrano chegar a conclusões sobre o passado nacional.

Na retomada daquela polêmica com Sílvio Romero, Capistrano ainda dá mostras de como Taine o influenciava. Sobre a crítica que Romero fez ao indianismo e ao seu representante José de Alencar, o qual tinha grande relação de amizade com o historiador cearense²¹⁸, Capistrano assim o rebateu nas páginas da *Gazeta de Notícias*, sob o título “História Pátria”, em 1880:

Ele achou, quando começou a escrever, o indianismo como escola literária. Estudando-a nesta qualidade, em breve descobriu o que havia de insuficiente e estreito nos seus princípios e condenou-o. Depois por uma transição insensível, envolveu na mesma condenação a teoria literária e o fato sociológico. Segundo o ditado alemão, quis despejar a banheira e deitou fora também quem se banhava.²¹⁹

Desse modo, o historiador argumenta que, a despeito das fragilidades do indianismo como escola literária, cabia a sua observação como fato sociológico. Segundo Capistrano, o indianismo poderia ser visto como representação de um sentimento de superioridade do brasileiro em reação ao português,²²⁰ sendo que

²¹⁶ SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. **Capistrano de Abreu: história pátria, cientificismo e cultura – a construção da história e do historiador**. Orientadora: Lolerai Brilhante Kury. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012, p. 48.

²¹⁷ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 3

²¹⁸ José de Alencar contribuiu para a vinda de Capistrano ao Rio de Janeiro, sendo que o conheceu em sua última viagem ao Ceará em 1874. Capistrano havia lhe auxiliado nas pesquisas folclóricas que então desenvolvia.

²¹⁹ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e estudos**. 3ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1938, p. 173.

²²⁰ *Ibid.*, p. 176-177.

essa perspectiva se aproxima daquele pensamento de Taine referente à literatura como indício para compreensão do social.

Com o passar dos anos, Capistrano vai se distanciando do cientificismo, apresentando um interesse maior pela documentação histórica e relativizando as máximas de autores nos quais buscava fundamentar seus estudos na juventude. Isso não implica dizer que Capistrano começou a desconsiderar a literatura como indício para compreensão do passado, mas deu sinais que passaria a tratar de tal questão de forma menos radical do que o autor francês Taine.

Em 1881, ao analisar a obra de Camões, Capistrano realiza uma interpretação da literatura mais calcada na vida pessoal do autor português, especulando acerca da psicologia desse sujeito individual ao contrário do que faria se tomasse como base a proposta de Taine em buscar o perfil psicológico de toda uma nação.²²¹ Contudo, podemos destacar a continuidade da preocupação de Capistrano pelas manifestações culturais, às quais se apóia na sua leitura interpretativa da documentação histórica. Nos seus estudos das línguas indígenas, o autor cearense procura compreender a concepção de mundo dos bakaeris e caxinauás por meio de suas respectivas mitologias.

Ricardo Sousa, em estudo já citado, considera que, “embora a perspectiva de Taine se encontre subsumida no referencial teórico do Capistrano maduro de 1895 [publicou o estudo sobre bakaeris na *Revista Brasileira*], quando tinha quarenta e dois anos, ou ainda em 1909, quando iniciou seus estudos da língua dos caxinauás”, a convicção de que a expressão cultural de um povo deve ser considerada na compreensão do que se passa no âmago de uma dada sociedade ainda permanece no seu pensamento. O próprio *Capítulos*, publicado entre esses dois estudos sobre línguas indígenas, traz manifestações artísticas do povo como as danças²²² e literatura como indício para esclarecer determinados momentos da história colonial do Brasil.

Como exemplo, destacamos o momento dessa obra em que Capistrano descreve as diferenciações e tensões entre os brasileiros e portugueses. O autor apresenta o trabalho literário de Gregório de Matos como expressão desse aspecto

²²¹ ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e estudos**. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975, p. 114.

²²² Id. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira), p. 217.

da sociedade colonial.²²³ Por essas características dos estudos de Capistrano, podemos perceber como a sua perspectiva acerca da relação entre literatura, sociedade e história era próxima da elaborada por Lima Barreto.

Esse pensou a literatura como uma forma de produzir conhecimento sobre a realidade, não deixando de, muitas vezes, utilizar-se da história para trazer a seus leitores aspectos da sociedade reveladores das desigualdades entre as suas camadas bem como isso se refletia na forma de rememorar o passado nacional. Como vimos, naquele texto sobre o destino da literatura, Lima via o “fenômeno artístico” como social, “para dizer sociológico”. A obra literária, nesse sentido, deveria aludir “às questões de nossa conduta na vida”, salientando que o poder da arte literária era transformar “a ideia, o preceito, a regra em sentimento; e, mais do isso, torná-lo assimilável à memória [...]”.

Nessa produção literária, assim como Capistrano, Lima teve na obra de Taine uma de suas referências, principalmente no tocante a sua perspectiva da literatura como sinalizadora da psicologia de um povo e de uma situação histórica. Há de se assinalar também que esses dois escritores brasileiros, pelo que apresentamos nessa análise comparativa, apresentam, em comum à Taine, a aproximação do termo raça ao de cultura.²²⁴

Diante da observação desse diálogo de Lima com os historiadores brasileiros, notamos, que sua literatura comungou com a abordagem de João Ribeiro e Capistrano de deslocar a narrativa dos fatos administrativos e políticos para o povo. Entretanto, Lima, nesse olhar para o povo, fez questão de apontar a marginalização do negro. Além disso, algo que ficou evidente foi a preocupação de Lima quanto à interpretação dos documentos, questão tão bem defendida pelo historiador Capistrano.

Reunidas essas informações sobre como Lima se interessava pelas discussões que envolviam diversos intelectuais em torno da representação do passado nacional, partiremos para o último capítulo desta tese com o intuito de assinalar e discutir a sua apropriação da representação do passado com vistas a

²²³ ABREU, João Honório Capistrano de. **Capítulos de História Colonial:1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira, p. 155-156.

²²⁴ Apresentamos uma análise desse aspecto de Taine no item 1.3.2. Cf. TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 166.

atualizá-lo, salvando do esquecimento aquilo que a memória do vencedor, tornada coletiva, silenciava.

CAPÍTULO 4 AS RECORDAÇÕES IMPERTINENTES DE LIMA BARRETO

Se o preto de alma branca pra você
É o exemplo da dignidade
Não nos ajuda, só nos faz sofrer
Nem resgata nossa identidade
[...]

Quem cede a vez não quer vitória
Somos herança da memória
Temos a cor da noite
Filhos de todo açoite
Fato real de nossa história¹

(ARAGÃO, 1992)

Paul Ricoeur afirma que “lembrar-se” não se constitui apenas como um ato de “acolher, receber uma imagem do passado”. O “lembrar-se” também comporta a busca dessa imagem, “faz alguma coisa”. Com o substantivo “lembrança” o verbo “lembrar-se” forma um par, sinalizando que a memória é “exercitada”.²

Esse pensamento do filósofo francês e as considerações que já destacamos do diálogo entre Lima Barreto e a cultura histórica de sua época, nos conduziram ao questionamento de como esse autor representa em seus trabalhos formas de exercitar a memória histórica que circulavam na sociedade em que atuava. Para tal, organizamos este capítulo em três momentos. No primeiro, discutiremos, a partir do seu romance de estreia *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, lacunas na memória histórica oficial. Esse romance servirá de fonte que impulsionará nossa investigação, em outros textos barretianos, de sinalizações de certos acontecimentos da história do país que, se considerados na constituição daquela memória, levariam à desconstrução da imagem de uma nação brasileira harmônica, algo almejado pelo Estado e determinados intelectuais.

¹ Trechos da canção “Identidade” de autoria do sambista Jorge Aragão, a qual faz parte de seu álbum *Chorando estrelas*, lançado no ano de 1992.

² RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 71.

Já no segundo momento, voltaremos nossa atenção para processos de rememoração criados por Barreto que envolvem momentos da história contemporânea brasileira e o passado da cidade do Rio de Janeiro, palco principal da República e local com o qual o autor se identificava. O objetivo é analisar os embates entre Lima e algumas formas de rememoração promovidas por intelectuais acerca da Proclamação da República e dos conflitos nesse recente regime assim como pelas administrações federal e municipal que estavam relacionadas ao processo de modernização do espaço urbano do Rio de Janeiro. Com isso, tentaremos observar como o autor carioca percebia as seleções operadas na rememoração do passado nacional e as implicações de seus sentidos.

O último momento terá como fio condutor a identificação e a compreensão dos recursos que Lima utilizou para, por meio de sua escrita, sinalizar possibilidades de socialização da memória de grupos marginalizados e silenciados, especialmente a dos negros.

Este capítulo, portanto, dentro do conjunto deste trabalho, objetiva permitir ao leitor a percepção das narrativas alternativas que Lima criou para se defrontar e apontar possíveis mudanças na cultura histórica de sua época. Se, nos capítulos anteriores, procuramos esclarecer a formação do pensamento barretiano e suas principais críticas às formas como determinados sujeitos lidavam com o passado, já neste, visamos evidenciar as suas práticas narrativas de uma forma mais aprofundada. Essas serão vistas como constituintes de seus horizontes de expectativa em relação às modificações viáveis nas formas de representar a história nacional.

4.1 Lacunas de nossa história

O primeiro romance publicado de Lima Barreto, como vimos na análise do seu prefácio ao abordarmos a relação do autor com a teorias racialistas no primeiro capítulo (item 1.3.2), tem um caráter de denúncia do preconceito e discriminação racial. *Recordações do escrivo Isaiás Caminha* chega ao público brasileiro em 1909, depois de ser editado no exterior pelo português A. M. Teixeira da Livraria

Clássica, de Lisboa.¹ A opção por um editor estrangeiro se deveu às poucas condições que eram percebidas pelo autor para publicação no mercado editorial brasileiro, marcado pela falta de abertura para escritores novatos.

Lima já havia, por meio do terceiro número da sua revista *Floreal*, publicado os dois primeiros capítulos do *Recordações*, despertando a atenção do reconhecido crítico literário José Veríssimo. Contudo, após o lançamento do texto integral, a recepção não foi satisfatória. Para que possamos compreender o conteúdo das apreciações que a obra recebeu bem como as motivações de Lima em escolhê-la como seu livro de estreia – já tinha escrito quase todo o *Gonzaga de Sá* em 1907² – vale apresentarmos, em linhas gerais, o enredo desse romance.

O seu personagem principal e narrador é um jovem mulato e letrado que sai do interior para a cidade do Rio de Janeiro com a intenção de realizar seu sonho de se tornar doutor. A sua trajetória nessa cidade é marcada por grandes dificuldades financeiras, preconceitos racial e social que o levaram a várias frustrações e à desistência de seu sonho. Nesse percurso, ele vivencia as contradições de uma cidade que assumia aspectos cada vez mais arrivistas e cosmopolitas, indo trabalhar como contínuo num grande órgão da imprensa da época, *O Globo*, numa clara alusão ao jornal *Correio da Manhã*, propriedade de Edmund Bittencourt e periódico melhor organizado segundo os moldes modernos de início do século XX.

Lima Barreto, através de uma linguagem simples e direta, construiu uma narrativa composta de caricaturas representativas de sujeitos da imprensa moderna e versões sobre acontecimentos de grande repercussão, ocorridos durante o mandato do presidente Rodrigues Alves (1902-1906). Dentre esses, podemos destacar a Revolta da Vacina, transfigurada no romance pelo motim em virtude da lei que obrigava o uso de sapatos na cidade, e os empréstimos para a realização da reforma urbana na capital federal.³

A partir das recordações de Isaías, Lima realizou uma denúncia da manipulação pela imprensa e de sua seleção dos autores e políticos que deveriam ser prestigiados. Além disso, aprofundou suas críticas em relação à escrita utilizada pelos autores na imprensa bem como aos assuntos que primavam pelo sensacionalismo e superficialidade. Ao realizar isso, na sua narrativa, Lima abordou

¹ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 163-171.

² BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 125.

³ Id. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Erichim: EDELBRA, [2000?], p. 181.

situações que ele mesmo havia vivenciado nas redações pelas quais passou e que dificultaram sua inserção no mundo das letras.

Diante de tal narrativa, a imprensa de um modo geral silenciou quanto ao seu lançamento, embora o romance fosse bem vendido, levando o autor a pedir ao editor português Teixeira a publicação de uma segunda edição. As poucas críticas que vieram a público tocavam praticamente nos mesmos pontos: o excesso de personalismo, o descaso com a linguagem e o tom caricatural.⁴ O primeiro a se manifestar sobre o trabalho de Lima foi Medeiros e Albuquerque.

Com o pseudônimo de J. Santos, Medeiros e Albuquerque reconheceu as qualidades de romancista de Barreto na “Crônica literária” do *A Notícia* de 15 de dezembro de 1909. Contudo, lamenta “as alusões pessoais”, a “descrição de pessoas conhecidas, pintadas de um modo deprimente”. O crítico arrematou sua apreciação afirmando que a obra de Lima era um mau romance, porque “é a arte inferior dos *romans à clef*”⁵, e um mau panfleto, uma vez que não apresentava a coragem do ataque direto.⁶

Lima reagiu a essa primeira crítica por meio de uma carta enviada a Medeiros, datada do mesmo dia daquela publicação da “Crônica literária” na qual declarou que o desconhecimento das pessoas acerca de sua personalidade poderia levá-las a ter mesma impressão do crítico. Lima se defendeu que “se a [sua] revolta foi além dos limites, ela tem, contudo, motivos sérios e poderosos, sendo justificável “dentro mesmo dos motivos literários”. Quanto à questão dos personagens que seriam caricaturas de sujeitos reconhecidos no meio literário e jornalístico, Lima considerou como uma questão de momento e “caso o livro consiga viver, dentro de curto prazo ninguém se lembrará de apontar tal ou qual pessoa conhecida como sendo tal ou qual personagem”.⁷

Um dia após a publicação da crítica de Medeiros, veio a de Alcides Maya que muito se aproximava daquela. No *Diário de Notícias*, também do Rio de Janeiro,

⁴ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 176-183.

⁵ Expressão francesa cuja tradução aproximada é romance com chave. Designa a narrativa na qual o autor trata de pessoas reais por meio de personagens fictícios. Para tal, o autor recorre a anagramas ou pseudônimos para referir-se a pessoas reais, pois o tema tratado é muito controverso e/ou há a necessidade de compartilhar, com algum nível de discrição, informações privilegiadas de bastidores, vida íntima de outros sujeitos, evitando a acusação de violação de privacidade ou difamação.

⁶ Apud BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 176.

⁷ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p. 198.

Maya destacou como principal defeito do livro a sua nota pessoal que o reduziria a um “álbum de fotografias”. Além disso, não considerou um romance, mas uma “verdadeira crônica íntima de vingança”.⁸ Meses depois, em 5 de março 1910, outro crítico escreveu sobre o trabalho de Lima. Dessa vez não na imprensa, mas numa carta endereçada ao próprio autor. O correspondente nada mais era que José Veríssimo.

Diferentemente de Maya, Veríssimo é elogioso ao romance de Lima, vendo neste “o elemento principal para o fazer superiores (“livro distinto, revelador, sem engano possível, de talento real”), o talento”. Quanto aos pontos negativos do romance, Veríssimo aponta algumas imperfeições de composição e linguagem, sendo o seu principal defeito, assim como assinalou Maya, o “excessivo personalismo”.⁹

Lima não chegou a revelar naquela carta ao primeiro crítico quais seriam aqueles “motivos sérios e poderosos” que justificavam o modo como compôs o romance. Entretanto, ao continuarmos a leitura de suas respostas às críticas ao *Recordações*, eles vão se tornando nítidos. Em carta a Esmaragdo de Freitas de 15 de outubro de 1911, Lima responde ao artigo que esse escreveu na imprensa recifense onde residia.

Depois de elogiar o artigo sobre seu livro, Lima menciona que no Rio só viram o seu primeiro trabalho como “um simples romance à clé, destinado a atacar tais e quais pessoas [...]”.¹⁰ Lima afirma que seu volume tinha mais a apresentar e o artigo de Freitas fez com que tivesse mais certeza disso, explicando as razões que levaram a imprensa a manter um silêncio sobre Isaías Caminha.

[...] dada a minha obscuridade nativa e também (para não dizer) a minha cor, se o meu livro não fosse capaz dele mesmo por si romper caminho, não seriam os nossos amigos dos jornais que haviam de ajudá-lo a fazer. Arriscava-me a passar sem ser notado, desanimar, portanto, e ir fazer companhia ao rol dos incapazes de raças que a nossa antropologia oficiosa já decretou.

O meu fim foi fazer ver que um rapaz nas condições do Isaías, com as disposições, pode falhar, não em virtude de suas qualidades intrínsecas, mas, batido, esmagado, prensado pelo preconceito com o seu cortejo, que, é creio, coisa fora dele. Não sei como me saí da empresa, mas o seu artigo diz-me que bem. Se lá puz certas figuras e o jornal, foi para escandalizar e provocar a atenção para a minha brochura. [...].¹¹

⁸ Apud BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 177.

⁹ Ibid., p. 178-179.

¹⁰ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p. 238.

¹¹ Ibid., loc.cit..

Assim como verificamos na análise do prefácio do romance e dos estudos iniciais que havia realizado, Lima tinha a questão racial no Brasil como temática que o acompanhava, propondo com sua literatura militante deixar explícita a permanência do preconceito vindo desde os tempos da escravidão. Desautorizar as máximas racialistas e não se permitir sucumbir diante delas era uma de suas metas enquanto escritor.

Notamos também por essa carta que Lima aponta a sua condição social e sua cor como barreiras para a não consideração de sua obra pela imprensa. A sua experiência pessoal de viver no subúrbio e ver, como em outros sujeitos negros, a discriminação racial cotidiana na cidade do Rio de Janeiro era sentida fez optar pelo modo como escreveu seu romance de estreia. Lima percebia que havia de escandalizar para que a república das letras desse atenção a sua escrita. Antes dessa carta a Freitas, o literato numa outra missiva, mas destinada a Gonzaga Duque de 7 de fevereiro de 1909, já havia sinalizado que escolheu *Isaías Caminha* para sua estreia em detrimento do Gonzaga de Sá, pois este “era muito calmo e solene, pouco acessível, portanto”.¹²

A elaboração do livro de modo “desigual, propositalmente mal feito, brutal por vezes, mas sincero sempre” tinha como objetivo escandalizar e desagradar, o que de fato conseguiu, mas o silêncio da imprensa foi algo que muito desanimou Barreto. Ainda naquela carta a Freitas, vale assinalar o esclarecimento que Lima faz sobre o casamento do personagem Isaías, o qual endossa sua preocupação com a possibilidade de os negros sucumbir diante do racismo e do racismo.

[...] Ele se casou com uma rapariga branca, como o senhor supôs. Aceito e explico por diversos motivos: a) para que os filhos saíssem mais brancos que ele; b) porque, devido a coisas sociais, os pais não se esmeram na educação das raparigas de cor, e não encontrou uma na altura de sua delicadeza.¹³

Com a segunda edição do *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, Lima retoma sua defesa e, procurando sempre buscar as origens da discriminação social e racial na “sociedade que nos cercava” como afirmou no prefácio desse romance, responde ao crítico Veiga Miranda que dissera, a fim de desmerecer a narrativa de Barreto, que o preconceito de cor não existia.

¹² BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I, p. 169).

¹³ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I), p. 239.

[...] Houve sempre uma quizília que se ia fazendo preconceito quando o senhor Rio Branco tratou de “eleganciar” o Brasil. Isto não se prova, sei bem; mas se não tenho provas judiciais, tenho muito por onde concluir. Porque aí, em São Paulo, e em Campinas também, há sociedade de homens de cor? Hão de ter surgido devido a algum impulso do meio [...].¹⁴

Essa persistência de Lima em reagir contra a negação do preconceito racial bem como sua escolha por esse romance para se lançar como escritor devem ser compreendidas também pelo contexto de publicação de outras obras, as quais tiveram grande aceitação no meio intelectual de início do século XX. Dois anos após seu livro de estreia, Lima teve que observar o sucesso do romance *A Esfinge* de Afrânio Peixoto (1876-1947). Este, assim como o de Lima, era um romance “à clef”, mas a crítica foi unânime em elogiá-lo.¹⁵

A Esfinge, escrito às pressas em decorrência da eleição de Peixoto para a Academia Brasileira de Letras,¹⁶ retrata o ambiente sofisticado frequentado pelas altas camadas cariocas no qual se travava discussões sobre as relações amorosas, a política nacional, a imagem do país no exterior e até a última moda de Paris, tendo como cenários as cidades do Rio de Janeiro e Petrópolis. Além de não tratar do preconceito racial que tanto Lima fez questão de abordar no seu livro, a obra de Peixoto representa os privilégios que eram dados aos chamados doutores no meio literário da época, algo também combatido por Lima em diversos de seus textos.

Lima leu *A Esfinge* e o considerou detestável, oferecendo o exemplar por ele lido e anotado ao seu amigo Antonio Noronha Santos. Entre as anotações, uma que justamente aponta sua amargura e sentimento de injustiça quanto à apreciação que fizeram de seu *Isaías Caminha*: “É à clef, e eles elogiaram”.¹⁷ Se retrocedermos alguns anos ao lançamento de *A Esfinge*, veremos que Lima ainda teve que se deparar com outras publicações em que o silêncio ou negação do preconceito racial também se fazia presente.

¹⁴ BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c (Tomo II), p. 24.

¹⁵ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 181.

¹⁶ Essa eleição foi realizada à revelia do autor que se encontrava, naquele momento, no Egito. Para a eleição acadêmica era obrigatória a escrita de uma obra literária e o autor, sendo médico, até aquela oportunidade só havia publicado textos científicos. Desse modo, foi urgente que escrevesse o romance para ocupar a vaga de Euclides da Cunha. Cf SALES, Fernando. Afrânio Peixoto e seu primeiro romance (introdução). In: Peixoto, Afrânio. **A Esfinge**. 12 ed. São Paulo: Clube do Livro, 1979, p. 9.

¹⁷ Apud BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 182.

Afonso Celso (1860-1938) escreveu uma obra que pode ser considerada uma das grandes expressões daquela vertente nacionalista exacerbada, o ufanismo pelo qual o Brasil tinha seus aspectos naturais e socioeconômicos supervalorizados como sinais de sua grandeza, sendo, inclusive, objeto de crítica barretiana em *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Em 1900, como edição comemorativa do IV centenário da chegada dos portugueses ao Brasil, *Por que me ufano de meu país* veio a público, apresentando onze razões pelas quais o Brasil deveria ser visto como superior a qualquer outro país do mundo. Essas razões envolviam grandeza territorial, a variedade do clima, o nobre caráter nacional com a excelência das raças que o formaram e a sua própria história onde não haveria registro de derrota ou humilhação frente a outros povos.

A obra era dirigida às crianças e fez parte da formação escolar de futuros membros da elite nacional, tornando-se um clássico e passando por sete edições até 1915.¹⁸ A fim de discutirmos como essa obra pode ter sido mais um “estímulo” para Lima tratar do preconceito racial no seu romance de estreia, selecionamos desse trabalho de Afonso Celso momentos nos quais aborda a formação da nação pela mistura das três raças e a presença do negro na história brasileira.

Celso, um dos fundadores da ABL e membro do IHGB, elogia os elementos das três raças formadoras, forjando uma imagem de que, na maior parte do tempo de convívio entre elas, houve mais colaboração e aceitação no processo de construção da nação. Nesse sentido, alguns estereótipos se apresentam no seu texto. Quanto aos indígenas, estes são caracterizados pela passividade, bondade e obediência.¹⁹

Os negros, por sua vez, são “dignos de consideração, pelos seus sentimentos afetivos, resignação estóica, coragem, laboriosidade”. Além disso, demonstraram “instintos de independência”, os quais são comprovados pela formação do quilombo dos Palmares. O autor, inclusive, dedica um capítulo dessa obra à trajetória do quilombo. Dentre os “serviços” realizados pelos negros, Afonso Celso destaca os das amas de leite e a participação “nas nossas guerras” como heróis.²⁰

¹⁸ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 117.

¹⁹ CELSO, Afonso. **Por que me ufano de meu país**. Disponível em: www.ebooksbrasil.org Acesso em: 28 de mar. 2014, p. 65.

²⁰ Ibid., p. 74.

Assim como João Ribeiro em sua *História do Brasil*, Celso procurou abrandar a experiência dos negros durante o período da escravidão, afirmando que o tratamento a que foram submetidos por seus senhores aqui no Brasil, “nem sempre benévolos”, foi menos bárbaro se comparado ao que ocorreu em outras nações, como os Estados Unidos. Diante de tais fatos, o autor ainda considerou que, pela contribuição dos negros em tantos serviços, jamais houve preconceito de cor no Brasil.²¹

Para justificar tal assertiva, Celso elenca alguns fatos do passado. “Nos tempos coloniais”, o rei português determinava que a cor não constituía obstáculo para “um homem exercesse o cargo de procurador da coroa”; durante o reinado de d. Pedro II, “vários descendentes de africanos mereceram condecorações e títulos nobiliárquicos”; ao longo de nossa história cita, ainda uma lista de “negros e filhos de negros ilustres”, como os abolicionistas Luiz Gama e José do Patrocínio, o músico Marcílio Dias, e Henrique Dias “que, dez vezes ferido, perdendo uma das mãos na guerra contra os holandeses, exclama que cada um dos cinco dedos restantes batalharia como nova mão por seu Deus e pela sua Pátria!”.²²

Sobre esse tipo de literatura cívica, Patrícia Hansen afirma que “o ufanismo é realmente um componente forte”. Contudo, não se deve reduzi-la ao seu caráter ufanista, pois corre-se o risco de “perder de vista outras influentes e duradouras representações” que ajuda a construir, “assim como o sentido de projeto de formação do Brasil e do brasileiro subjacente aos textos”.²³ Essa obra de Afonso Celso, nesse sentido, pode ser inserida no esforço de muitos intelectuais no sentido de divulgar uma narrativa na qual se projetava a integração das três raças no passado a partir das ponderações acerca da mestiçagem.

Como vimos no segundo capítulo deste trabalho, após a abolição da escravidão e a proclamação da República se tornou possível “imaginar” a existência de uma nação constituída por um povo, isto é, integrada por membros juridicamente livres. Dantas esclarece que, dessa forma, paralelamente às políticas de branqueamento da população e das teorias sobre a degeneração e a inferioridades

²¹ CELSO, Afonso. **Por que me ufano de meu país**. Disponível em: www.ebooksbrasil.org Acesso em: 28 de mar. 2014, p. 74.

²² Ibid., p. 74-75.

²³ HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Orientador: Nicolau Sevcenko. 2007. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007, p. 55.

dos descendentes da mestiçagem, “também presentes nos textos de literatos, médicos, juristas e políticos que defendiam a imigração europeia, houve intelectuais que investiam na divulgação do papel ativo de negros e mestiços na história”.²⁴

Por que me ufano de meu país apresenta essa perspectiva, mantendo, conforme assinalamos acima, alguns estereótipos acerca dos negros. Os mestiços também são caracterizados de forma positiva, sendo suas principais qualidades a energia, a coragem, espírito de iniciativa, capacidade de resistência a trabalhos e privações. Como prova de sua bravura e resistência, o autor aponta o caso de Canudos, arrematando o capítulo sobre os mestiços com a afirmativa de que não denotam inferioridade física ou intelectual.²⁵

Entretanto, nesse elogio das raças formadoras, percebemos que Afonso Celso, monarquista e filho de uma grande figura política do Império – o Visconde de Ouro preto -, representa na sua narrativa como superior aos demais o elemento português. Este é apontado como contribuinte para o progresso da humanidade, especialmente por suas “viagens de descobrimentos”. Além disso, considera como injusta e ingrata a atitude de ataque ou depreciação do brasileiro em relação a Portugal.²⁶

Um outro aspecto desse elogio que sinaliza a maior simpatia do autor pelo branco português e, ao mesmo tempo, deixa entrever no seu texto, uma posição inferior do negro no processo de mestiçagem, que tanto faz questão também de enaltecer, é o registrado no último parágrafo do capítulo sobre os mestiços. Nesse afirma que os mestiços são susceptíveis “de quaisquer progressos”, produzindo “grandes homens em todos os ramos da atividade social”. Esses progressos eram mais visíveis em São Paulo, no qual “mais se operou o cruzamento com os índios”, marchando “na vanguarda de nossa civilização”.²⁷

Ou seja, mesmo reconhecendo a presença ativa dos negros na história brasileira como algo pelo qual a nação deveria se orgulhar e defendendo que jamais houve preconceito de cor no país, o autor deixa claro que no processo de mestiçagem a “fórmula branco + indígena” daria melhores resultados. Dois anos

²⁴ DANTAS, Carolina Vianna. Cultura histórica, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação. In: ABREU, Martha; SOIHET & GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 243.

²⁵ CELSO, Afonso. **Por que me ufano de meu país**. Disponível em: www.ebooksbrasil.org Acesso em: 28 de mar. 2014, p. 83-84.

²⁶ Ibid., p. 77.

²⁷ Ibid., p. 85.

após a obra de Afonso Celso, outro lançamento faria muito sucesso. Trata-se do *Os Sertões* de Euclides da Cunha que, dentro de semanas, já era “proclamada um clássico e seu autor aclamado como a última sensação literária”.²⁸

Com um carregado vocabulário técnico de etnografia, geologia e climatologia, Euclides produziu um livro que retomava a Campanha de Canudos, ampliando o enfoque que havia dado ao tema nos artigos de jornal escritos antes de sua ida ao sertão baiano e durante sua permanência nesse local para acompanhar o conflito como correspondente do *O Estado de São Paulo*. O autor adotou uma abordagem ensaística e historiográfica nessa obra, focalizando fatores naturais e raciais. Contudo, distanciando-se dos artigos, podemos observar que a obra apresentava outra feição, uma vez que o “tema da história da guerra, a princípio dominante, tornou-se apenas uma variante de um assunto geral”.²⁹

Na “Nota Preliminar”, Euclides anunciou: “Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar dos futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil”.³⁰ Dessa forma, o autor se inseriu na seara percorrida por muitos intelectuais daquele momento que procuravam interpretar o Brasil a partir do processo de mestiçagem, norteados por modelos evolucionistas e naturalistas. Ao nos debruçarmos na segunda parte de *Os Sertões*, intitulada “O homem”,³¹ temos um Euclides preocupado com a explicação do comportamento dos sertanejos pelas suas origens raciais.

Nessa tentativa de explicação, Euclides se mostra incrédulo quanto ao avanço da civilização brasileira com sua intensa mistura de raças. Para o autor, a mestiçagem extremada seria um retrocesso, o qual se daria pelas seguintes razões:

[...] O indo-europeu, o negro e o brasílico-guarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteiam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é quase sempre, um desequilibrado. [...] E o mestiço – mulato, mameluco ou cafuz -, menos que um intermediário, é um decaído, sem a energia física dos ascendentes selvagens, sem a altitude intelectual dos

²⁸ SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9), p. 123.

²⁹ MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **E Canudos era a Vendaia...** O imaginário da Revolução Francesa na construção da narrativa de *Os Sertões*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 174.

³⁰ CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 17.

³¹ A obra é dividida em três partes. A primeira, “A terra”, é uma descrição do ambiente do sertão e da seca que assola a região (um estudo geográfico). Já na segunda, o autor volta seu olhar para o homem, sua vida e costumes no sertão (estudo antropológico). Na última, “A luta”, há a descrição da Guerra de Canudos, na qual são narrados os acontecimentos que envolvem as quatro expedições militares contra o arraial (estudo histórico).

ancestrais superiores. Contrastando com a fecundidade que acaso possuía, ele revela casos de hibridismo moral extraordinários: espíritos fulgurantes, às vezes, mais frágeis, inquietos, inconstantes, deslumbrando um momento e extinguindo-se prestes, feridos pela fatalidade das leis biológicas, chumbados ao plano inferior da raça menos favorecida. [...].³²

Por outro lado, Euclides da Cunha vê o sertanejo como um ser distinto, sendo que as teorias que condenam o mestiço como ser inferior e degradado se aplicam ao do litoral. Geograficamente isolado, o sertanejo se manteve à margem do processo de miscigenação que moldou a nacionalidade. Esse processo, no litoral gerou mestiços “neurastênicos” enquanto nos sertões, se formou uma “raça forte” mais adaptada ao meio físico.

[...] O sertanejo tomado em larga escala, do selvagem, a intimidade com o meio físico, que ao invés de deprimir enrija o seu organismo potente, reflete, na índole e nos costumes, das outras raças formadoras apenas aqueles atributos mais ajustáveis à sua fase inicial incipiente.

É um retrógrado; não é um degenerado. Por isto mesmo que as vicissitudes históricas o libertaram, na fase delicadíssima da sua formação, das exigências desproporcionadas de uma cultura de empréstimo, prepararam-no para a conquistar um dia.

A sua evolução psíquica, por mais demorada que esteja destinada a ser, tem, agora, a garantia de um tipo fisicamente constituído e forte. Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despejada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente.³³

Já no litoral a miscigenação se deu mais entre branco e negro. “Assim a gênese do mulato teve uma sede fora do país”, pois a “primeira mestiçagem com o africano operou-se na metrópole”. No Brasil, essa mistura se concentrou no litoral, tendo pouca penetração no interior. Sobre esses negros que aqui chegaram como escravizados, vale frisar, Euclides os apresenta sem a rebeldia dos índios e com suas “faculdades de desenvolvimento” anuladas pela situação social.³⁴

Como vimos em Afonso Celso, embora sem o seu otimismo, Euclides também deixa entrever em seu texto uma certa preferência pelo cruzamento entre branco e indígena, predominante no sertão. No litoral, em que prevalecia o do branco com o negro, Euclides, pelos trechos acima destacados, apresentava um mestiço – o mulato - com um “raquitismo exaustivo”³⁵ e degenerado. Daí considerar o sertanejo o cerne da nacionalidade.

³² CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p. 110-111.

³³ *Ibid.*, p. 113.

³⁴ *Ibid.*, p. 96-97.

³⁵ *Ibid.*, p. 115.

Segundo Ricardo Souza, no pensamento de Euclides “há uma retomada da valorização da influência indígena, que caminha a par com a desvalorização da herança africana, em um processo que remete ao indianismo romântico”. A inexistência ou pouca presença do elemento negro no sertão é, para Euclides, algo que valoriza o sertanejo, “filho do índio e do bandeirante [...]”.³⁶

No mesmo ano de *Os sertões*, outra obra, que teve grande aceitação, foi a do juiz, diplomata e membro da ABL Graça Aranha. *Canaã*, do qual já apresentamos as linhas gerais de seu enredo no item 2.3.1, também representava a preocupação da intelectualidade com o processo civilizatório brasileiro, tendo como ponto principal a miscigenação. Nesse item, nossa atenção se voltará mais especificamente para a representação dos negros e mulatos nesse romance.

Antes de atingir o diálogo entre os dois imigrantes alemães acerca da possibilidade de um país tropical se tornar um centro de civilização pela fusão de correntes imigratórias de europeus e mestiços brasileiros, a narrativa de Aranha apresenta momentos que nos fazem refletir sobre a forma discriminatória e inferiorizante como os negros e seus descendentes eram representados no discurso sobre a nacionalidade. Esses momentos foram localizados no início da narrativa em que é descrita a chegada do imigrante Milkau ao Espírito Santo.

Guiado por um menino até a localidade de Cachoeiro, Milkau passa por um velho rancho cujos moradores eram negros e mestiços. O narrador enfatiza na descrição de alguns deles a indolência, a falta de iniciativa, representando-os como uma raça incapaz de levar adiante a construção de uma nação. Uma mulata que vê sentada no batente da porta é caracterizada como “a própria indolência” Um outra mulher, uma cafuza, quando Milkau cumprimentava um velho senhor também cafuzo, também não apresentava maior vigor. “[...] A cafuza não se mexeu; apenas, mudando vagarosamente o olhar, descansou-o, cheio de preguiça e desalento, no rosto do viajante. A criança acolheu-se a ela boquiaberta, com a baba a escorrer dos beijos túmidos”³⁷

Com o velho cafuzo, Milkau entabula uma conversa sobre o passado da região. Nessa passagem do texto, o narrador endossa a passividade dos mestiços:

³⁶ SOUZA, Ricardo Luiz de. **Identidade nacional e modernidade brasileira**: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, p. 85 (Coleção Ensaio,2).

³⁷ ARANHA, José Pereira da Graça. **Canaã**. Disponível: <http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/project/canaa-graca-aranha/> Acesso: 07 abr. 2018, p. 10

“[...] o velho respondia gostoso, por ter ocasião de relembrar os tempos de outrora, sentindo-se incapaz, como todos os humildes e primitivos, de tomar a iniciativa dos assuntos. [...]”.³⁸ Durante esse conversa, a imagem abrandada da escravidão que vimos em João Ribeiro e Afonso Celso também se faz presente em Graça Aranha.

Mesmo, inicialmente, fazendo uma denúncia de uma abolição que não foi acompanhada de medidas que propiciassem aos ex-escravizados condições para uma vida digna, o relato de velho cafuzo elaborado pelo autor representa uma tentativa de produzir uma memória sobre os tempos da escravidão em que havia uma certa harmonia nas relações entre senhores e seus escravizados. Vamos ao relato:

[...] Tempo hoje anda triste. Governo acabou com as fazendas, e nos pôs todos no olho do mundo, a caçar de comer, a comprar de vestir, a trabalhar como boi para viver. Ah! Tempo bom de fazenda! A gente trabalhava junto, quem apanhava café apanhava, quem debulhava milho debulhava, tudo de parceria, bando de gente, mulatas, cafuzas... Que importava feitor?... Nunca ninguém morreu de pancada. Comida sempre havia, e quando era sábado, véspera de domingo, ah! Meu sinhô, tambor velho roncava até de madrugada.

E assim o antigo escravo ia misturando no tempo travoso da saudade a lembrança dos prazeres de ontem, da sua vida congregada, amparada na domesticidade da fazenda, com o desespero do isolamento de agora, com a melancolia de um mundo desmoronando.³⁹

A aceitação dessas obras indica a forte presença na cultura histórica, daquele início do século XX, do preconceito racial como base para a transmissão de uma imagem sobre a formação do povo brasileiro assim como do branqueamento enquanto horizonte de expectativas das elites do país. Consideramos, portanto, que tais publicações e a própria trajetória de Lima - um escritor pobre, suburbano, negro e com uma concepção de literatura militante – favoreceram a emergência do romance *Recordações do escrivo Isaias Caminha*. O retorno ao seu enredo é pertinente para analisarmos a reação de Lima àquele cenário sociocultural.

Um dos primeiros artifícios elaborados por Lima a fim de construir sua crítica social foi a criação de um personagem mulato narrador de sua própria história. Ele selecionou um tipo racial objeto do pensamento dos seguidores das teorias racialistas, nas suas tentativas de conformação de uma identidade nacional, e o eleva à categoria de sujeito/produtor de conhecimento.⁴⁰ Nessa mutação do mulato

³⁸ ARANHA, José Pereira da Graça. **Canaã**. Disponível: <http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/project/canaa-graca-aranha/> Acesso: 07 abr. 2018, p. 11.

³⁹ Ibid., p. 12.

⁴⁰ Vale salientar que outros escritores brasileiros negros antes de Lima Barreto construíram textos nos quais apresentaram as suas dificuldades para se expressarem, bem como rejeitaram os discursos por

de objeto para sujeito, Lima indicou a urgência de levar em consideração a permanência de ideias e ações oriundas do passado escravocrata brasileiro para a compreensão do início da República, especialmente do seu processo de marginalização de determinados grupos sociais.

Nesse sentido, podemos destacar outro artifício presente nessa narrativa pelo qual Lima põe em discussão o quanto o olhar dos intelectuais brasileiros sobre a sua realidade ainda estava impregnado por uma mentalidade colonizada. Estamos nos referindo à aparição de um personagem no capítulo XI do romance aqui em destaque. Trata-se da figura de um preto velho que circula entre os personagens representantes das elites cariocas quando esses aguardavam pela chegada de um redator português, contratado pelo grande jornal *O Globo*, no cais do porto do Rio de Janeiro.

[...] Além do ministro, intrometeu uma nova personagem; um preto velho, quase centenário, de fisionomia simiesca e meio cego.

Trazia na mão esquerda um caniço que distendia um arame de pescaria; com a direita, auxiliado por uma varinha, vibrava dolentemente a corda, enquanto balbuciava qualquer coisa. Ia de grupo em grupo, tangendo o seu monocórdio extravagante. Cantava talvez uma ária de uma extravagante beleza, certamente só percebida e feita pela sua alma para sua alma... Tocava e esperava esmolas. Em todas as fisionomias, havia decerto piedade, comisseração, e mais alguma coisa que não me foi dado perceber. Era constrangimento, era não sei o quê...

O preto tinha os pés espalmados e, com a cecidez e a velhice, andava de leve, sem quase tocar no chão, escorregava, deslizava – era como uma sombra...

[...] Ele, com sua resignação e miséria, e o sol, com sua força e indiferença tinha um certo acordo oculto, uma relação entre si quase perfeita. O negro ia... Ia tocando já sem forças a plangente música das recordações do adusto solo da África, da vida fácil de sua aringa e do cativoiro semi-secular.⁴¹

Essas linhas escritas por Lima Barreto trazem uma dimensão simbólica que remete a outras temporalidades, fazendo emergir elementos culturais que podemos considerar, utilizando uma categoria elaborada pelo teórico e crítico literário Raymond Williams, como residuais.⁴² A capoeira e a música dos negros, forjadas no passado, mas ainda efetivas naquele presente da narrativa, são levadas à tona pela

grupos hegemônicos, utilizando-se de contra-discursos para construir outras imagens sobre os afro-brasileiros. Podemos destacar os nomes de Luiz Gama, José do Patrocínio, Manuel Querino e Maria Firmina Reis, sendo que esta, ainda em 1859, publica, sob pseudônimo, o romance *Úrsula*, considerado o primeiro romance abolicionista da literatura brasileira e da literatura afro-brasileira, pois é de autoria afro-descendente que tematiza o negro de uma perspectiva interna e comprometida, politicamente, em narrar a condição de ser negro no Brasil.

⁴¹ BARRETO, Lima. **Recordações do escrívão Isaías Caminha**. Erichim: EDELBRA, [2000?], p. 170-171.

⁴² WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução: Waltesir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p. 125.

aparição do preto velho. E, pela incompreensão e até constrangimento das elites no cais, somos direcionados a interpretar essa passagem do preto velho como uma metáfora criada por Lima para mostrar a seus leitores – aqui tomamos de empréstimo novamente o pensamento de Williams – a exclusão operada por uma tradição seletiva e hegemônica da intelectualidade brasileira da época, interessada em aproximar o Brasil das nações europeias.

Nessa interpretação da narrativa barretiana, temos as elites do país com seus olhos voltados para o oceano Atlântico, aguardando um europeu representante de sua ex-metrópole que irá ser responsável pela produção de textos de um grande veículo de comunicação nacional. Quanto à aparição do preto velho, vale salientarmos a utilização das expressões “simiesco” e “preto velho” para uma maior problematização da proposta de Lima com sua literatura militante em relação à inserção do negro na narrativa sobre a identidade nacional.

Dentre as características atribuídas ao senhor negro que surgiu diante das elites no cais, o narrador-personagem relembra a sua “fisionomia simiesca”. A associação da imagem do negro à do macaco se constitui numa forma depreciativa e preconceituosa de tratar o negro e seus descendentes, a qual infelizmente perdura na contemporaneidade, desumanizando-o.

O próprio Lima foi alvo dessa associação, conforme as suas anotações pessoais de 17 de janeiro de 1905. Lima registrou que havia recebido um cartão-postal no qual havia o desenho de um macaco que, por sua vez, fazia alusão a sua pessoa. Abaixo do desenho, tinha o seguinte escrito: “Néscios e burlescos serão aqueles que procuram acercar-se de prerrogativas que não tem. M.” Lima afirmou que o cartão em si não o aborrecia, mas a possibilidade de que “o imbecil que tal escreveu” tivesse razão. Esse desgosto, no entanto, era tomado pelo escritor como uma mola propulsora para a concretização de seus objetivos: “Desgosto! Desgosto que me fará grande!”⁴³

Tanto é que no ano seguinte, na sua escrita paralela ao *Isaías Caminha*, Lima já tinha esboçado um trecho do *Gonzaga de Sá* pelo qual a depreciação acima se transformou em matéria literária. O esboço do capítulo referente ao afilhado do personagem principal, mulato e com grande inclinação para os livros como Isaías, representa a carga negativa que o olhar apegado às teorias racialistas atirava sobre um jovem negro.

⁴³ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 88.

O afilhado. Primeira conversa com o Aleixo Manuel, sua inteligência, sua vivacidade. Saída para o colégio, alegre, contente, cheio de vida. O Gonzaga de Sá, em seguida, ao ir me dando livros, vai expondo suas ideias sobre a ciência. Volta de Aleixo, mal põe o pé na soleira da sala, põe-se a chorar nervosamente, muito, muito, muito. Gonzaga de Sá o interroga:
 - Que é? Que foi?
 - Dindinha, dindinho, me chamaram de macaco, diz ele.⁴⁴

No texto definitivo do romance *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*, publicado em 1919, o narrador se mostra apreensivo quanto ao futuro do Aleixo:

[...] Que seria dele, por aí pela vida? Sob a ascendência do padrinho, estudaria muito, aplicar-se-ia aos livros. Durante anos o ambiente falso dos colégios e escolas, a sua situação na vida não se lhe representaria perfeitamente. Viriam os anos e a ânsia que o estudo dá, viria o mundo social, com a sua trama de conceitos e preconceitos, justos e injustos, bons e maus – trama unida e espinhenta, contra a qual a sua alma se iria chocar... Era então a dor, as deliquescências, as loucas fugidas pela fantasia... Era doloroso peregrinar com o opróbrio à mostra, à vista de todos, sujeitos à irrisão do condutor de bonde e do ministro plenipotenciário... Era sempre, nos cafés, nas ruas, nos teatros, andando vinte metros na frente um batedor que avisava da sua presença e fazia que se preparassem as malícias, os olhares vessos ou idiotas... Coitado! Nem o estudo lhe valeria, nem os livros, nem o valor, porque, quando o olhassem diriam lá para os infalíveis: aquilo lá pode saber nada!⁴⁵

Essa mesma preocupação com um jovem negro também se faz presente na despedida de Isaías. A sua mãe lhe dá um forte abraço, afasta-se um pouco, lançando o olhar de sempre, “fosse em que circunstância fosse, onde havia mesclados, terror, pena, admiração e amor”. Após isso, recomenda: “- Vai, meu filho, disse-me ela afinal. Adeus!... E não te mostres muito, porque nós...” Ela não consegue terminar, pois é tomada por um choro convulsivo.⁴⁶

Lima se empenhou nesses trechos em representar como o preconceito racial ainda era um freio para as ambições daqueles descendentes de africanos que almejavam usufruir da liberdade jurídica e das promessas de democratização do regime republicano. Daí podemos fazer a seguinte pergunta: Por que, então, Lima que tanto sofreu com o preconceito e o denunciou em seus textos, “permite” que seu narrador-personagem Isaías utilize uma expressão tão depreciativa para descrever o preto velho, sendo que está relembrando justamente a sua trajetória no Rio, marcada por diversas formas de discriminação por ser um mulato?

Há, nos textos ficcionais, um imbricamento de vozes. As vozes das personagens são veiculadas pela voz do narrador e este pode também, é o caso de Isaías, ser personagem. Tanto a voz do narrador quanto dos personagens soam

⁴⁴ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 120.

⁴⁵ Id. *Vida e Morte M. J. Gonzaga de Sá*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961d, p. 122-123.

⁴⁶ Id. *Recordações do escrívão Isaías Caminha*. Erichim: EDELBRA, [2000?], p. 23.

através da voz do autor que as articula em um conjunto. O objetivo disso é produzir um enunciado, um determinado ponto de vista acerca de uma dada realidade.⁴⁷

Lima articula essa voz de seu personagem-narrador, naquela passagem da aparição do preto velho, de modo a não só, como vimos, inserir um sujeito marginalizado que representa a permanência de vestígios do passado que as elites querem esquecer ou manter silenciado, mas também, com o uso da expressão “fisionomia simiesca,” marcar o peso e a incorporação no imaginário social do pensamento hegemônico racista.

A trajetória literária de Lima tem como um dos traços mais fortes o seu cuidado em “anotar (e quase desenhar) as falas, as vestes, as expressões de seus personagens e dos transeuntes, assim como jamais deixa de descrever, com pormenores, suas cores”.⁴⁸ Acerca disso, Lilia Schwarcz dedica um capítulo, de sua biografia sobre o literato carioca, ao modo como esse lida com a “linguagem social das cores” nos seus escritos. Um tema que ainda hoje gera tensão no cotidiano brasileiro e que, ao ser endossado no início do século XX por Lima, provocava os defensores do racismo e aqueles que, nas suas narrativas, tentavam apagar ou amenizar as distinções e hierarquizações perpetuadas por séculos no país.

A cor e a raça social fazem toda a diferença na construção dos romances de Lima, no desenho dos protagonistas e no desfecho de seus livros. Além do mais, ele mesmo se definia como “negro”, o que, paradoxalmente, dava à sua obra uma feição, se não distinta, ao menos bastante particular no panorama da literatura nacional..⁴⁹

Nesse contexto, a diferença de origem se expressava naquela linguagem social das cores, constituindo-se numa “convenção sutil” que cumpria “papel paralelo e complementar às políticas de exclusão racial experimentadas no pós-abolição”. Expressões como pretos, pretas, mulatos, negros, cafuzos são trazidas, portanto, para o primeiro plano nos textos barretianos, evidenciando uma linguagem “que se afirma com um idioma local a repor processos de constrangimento social [...]”.⁵⁰

⁴⁷ SANTOS, Luis Alberto Brandão & OLIVEIRA, Silvana Pessoa. **Sujeito, tempo e espaço ficcionais:** introdução à teoria da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Col. Texto e linguagem), p. 1-4.

⁴⁸ SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto:** triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 415. Algo que podemos, inclusive, observar ao longo deste trabalho quando analisamos a relação de Lima com seu amigo Manuel de Oliveira e seus esboços de escrita literária (primeiro capítulo), a representação dos negros em Triste fim de Policarpo Quaresma (segundo capítulo) e o conto “O moleque” (terceiro capítulo).

⁴⁹ SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto:** triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 415.

⁵⁰ SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto:** triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 415-417.

Esse cenário sociocultural nos permite melhor compreendermos a inserção da figura de “pretos velhos” e “pretas velhas” na narrativa barretiana. Muitos deles são representados como passivos, submissos e leais, conforme a imagem que as elites desejavam guardar. O intuito de Lima, no entanto, não era tornar essa imagem como algo pacífico da narrativa sobre a nacionalidade brasileira. No geral, Lima usava a palavra “preto” quando pretendia se referir a personagens mais passivos e marcados pelo medo do retorno ao cativeiro.

Nesse sentido, a forte presença de pretos e pretas velhas que Lima imprimia nos seus textos visava sinalizar a permanência de uma situação de dependência que a abolição não havia apagado nem a república conseguia dissipar. Como exemplo, podemos apontar os pretos velhos Anastácio, que servia a Policarpo havia trinta anos, e Inácio que estava na família de Gonzaga de Sá também havia décadas. Sobre esse último, Schwarcz selecionou um trecho do romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, que deixa bem nítido aquele temor vindo dos tempos da escravidão.

Inácio, ao servir Gonzaga de Sá, entra na sala com copos e garrafa numa bandeja. Gonzaga diz para ao preto velho – “Deixa aí, Inácio”. Mesmo o tom de Gonzaga sendo brando, a ordem fez com que Inácio quase deixasse a garrafa cair. “Gonzaga era um humanista, mas acostumado a essa linguagem que ressoava os tempos da escravidão, não conseguia introjetar um novo tipo de comportamento, ainda que já estivesse num contexto de liberdade republicana”.⁵¹

Um outro artifício utilizado por Lima na sua criação literária que deve ser destacado é o nome dado a seu personagem-narrador. Isaías é um nome de origem hebraica que significa salvação do senhor.⁵² Já Caminha pode ser uma alusão ao escrivão da frota de Cabral, Pero Vaz de Caminha, autor da carta que anuncia a chegada dos portugueses nas terras hoje conhecidas como Brasil, a qual é considerada, por uma perspectiva que aponta o elemento branco como principal na formação da nacionalidade, como documento de “fundação do Brasil”. Desse modo, inferimos que o Isaías de Lima Barreto faz o papel daquele que, através de suas recordações, sinaliza uma outra possibilidade de narrar a História do Brasil, especialmente a da presença dos negros do país, salvando do esquecimento as memórias que desmascaram o preconceito racial existente.

⁵¹ Apud Ibid., p. 416.

⁵² Site consultado: www.dicionariodenomesproprios.com.br/isaias/ Acesso em: 16 de jul. de 2016.

Além disso, no momento de criação do Isaiás Caminha, Lima se mostrava incomodado com a atenção que se dava no Brasil às glórias portuguesas, o que reforçava a narrativa sobre o processo de constituição da nação na qual o elemento branco trazia a civilização, uma vez que, das raças formadoras, era a superior. O pesquisador João Marques Lopes, interessado no estudo da recepção de Lima Barreto em Portugal, recentemente encontrou, numa pasta do Arquivo Lima Barreto da Divisão de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional, a crônica barretiana “Portugueses na África” de 1907 que estava destinada à coluna “Echos” da revista *Floreal*.

Essa crônica está centrada na denúncia de massacres de tribos indígenas cometidos pelo colonialismo português no interior de Angola.⁵³ Nela também percebemos a irritação de Lima quanto às tentativas dos portugueses manterem viva uma memória de grandes feitos de sua nação.

[...] De ano em ano, os jornais daqui e de além-mar noticiam estrondosas vitórias dos portugueses sobre os indígenas de suas possessões de África. No tempo dos “Lusíadas”, talvez por não existir o jornalismo periódico, não davam tanta importância a feitos idênticos. Pelo menos não tenho notícia que Lisboa festejasse retumbantemente Antonio Salema, que aí pelos fins de Quinhentos, matou dez mil índios perto de Cabo Frio;⁵⁴ e se ainda nos resta memória das proezas da gente assinalada em Diu e Goa é porque alguns cronistas precavidos e meia dúzia de poetas entusiastas registram-nas em prosa de bronze, ainda áspero, e em grandiosos versos, um tanto monótonos.

Hoje, não havendo farta messe de ações heróicas, lá pelo velho Portugal, os jornais e o governo não deixam escapar uma só vitoriazinha. Os heroísmos são narrados um a um, em frases cheirando ainda à Ilíada; os retratos são publicados e os plutarcas afiam a pena para mais essa centena de varões ilustres.⁵⁵

A perspectiva de Lima nessa passagem também é reveladora de um passado violento dos portugueses, que ao contrário de enaltecer suas glórias como procuravam realizar os jornais da época do autor e os biógrafos, poetas e monumentos construídos durante a dominação lusitana em séculos anteriores,

⁵³ A colonização de Angola pelos portugueses teve início no século XV, concentrando-se no litoral. Só no final do século XIX, como efeito da Partilha da África, que Portugal obteve domínio do interior. Maiores detalhes Cf. VANSINA, J. O Reino do Congo e seus vizinhos. In: OGOT, Bethwell Allan (org.). **História geral da África**: África do século XVI ao XVIII. Vol. 5. Brasília: Unesco, 2010, p. 647-694. UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu (org.). **História geral da África**: África sob a dominação colonial, 1880-1935. Vol. 7. Brasília: Unesco, 2010, p. 21-50.

⁵⁴ Refere-se à Guerra do Cabo Frio na qual se confrontaram tropas constituídas por portugueses e índios catequizados contra franceses e indígenas tamoios durante o período colonial no litoral leste da então capitania do Rio de Janeiro.

⁵⁵ BARRETO, Lima. Portugueses na África. Disponível em: www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/09/cronica-inedita-lima-barreto-encontrada-bn. Acesso em: 25 de mar. 2016.

representa a trajetória de uma nação forjada na barbárie. Desse modo, no parágrafo seguinte, descreve como se dá a “nova conquista” de Portugal, salientando a desigualdade de forças entre portugueses e indígenas africanos e pequenez da ação: “[...] um destacamento português, de cem ou duzentas praças, derrota uma partida de desgraça dos negros, duplamente desgraçados por serem negros e por viverem em possessões do Portugal necessitado de vitórias.”⁵⁶

Essa preocupação de Lima com o olhar nacional sobre o seu passado ainda norteadado pelas narrativas vindas de sua antiga metrópole, tal como as elites no cais voltadas para o oceano Atlântico à espera de um redator português no trecho acima de *Isaias Caminha*, perdura ao longo de sua produção literária. Quase uma década depois do lançamento de seu romance de estreia, Lima tem registradas nas páginas do periódico *A.B.C* de 27 de abril de 1918 suas impressões acerca de peças teatrais portuguesas em cartaz no Brasil.

No artigo intitulado “Volto ao Camões”, o autor analisa, primeiramente, a obra *O Resposteiro Verde* de Júlio Dantas. Lima a considera, apenas pela leitura de seu resumo como suficiente, “um dramalhão de capa e espada, cheio de assassinatos e outros matadores de velha escola”.⁵⁷ O que surpreendia Lima era a continuidade da exibição de peças como essas e como o público nacional as enaltecia.

É curioso observar o *engouement* que o nosso público vai tendo por certos autores portugueses de uma mediocridade evidente que a disfarçam com um palavreado luxuriante, um barulho de frase, mas que não aventam uma ideia, que não revelam uma alma, que não interpretam sagazmente um personagem histórico, que não põem em comunicação as várias partes da sociedade, provocando um mútuo entendimento entre elas.⁵⁸

Contrapondo a um cenário de “literatura militante ativa”, Lima se mostra inconformado que Portugal envie para o Brasil, “com grande sucesso”, tanto o já referido Júlio Dantas quanto Antero de Figueiredo. Mesmo admitindo a influência recebida pelo Brasil de autores portugueses como Alexandre Herculano e Eça de Queirós, por exemplo, Lima afirma que aqueles autores contemporâneos não possuem “concepção própria da vida, do mundo e da história do seu país”, sendo apenas repetidores de “velhos mestres”, glosando “episódios de alcova da história portuguesa [...]”.⁵⁹

⁵⁶ BARRETO, Lima. Portugueses na África. Disponível em: www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/09/cronica-inedita-lima-barreto-encontrada-bn. Acesso em: 25 de mar. 2016.

⁵⁷ Id. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 163.

⁵⁸ Ibid., p. 164.

⁵⁹ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 164.

Diante disso, continua sua análise do trabalho de Júlio Dantas, apontando que “suas peças históricas não tem um julgamento original de acordo com qualquer ideal estético ou filosófico; não traem um avaliador sagaz, ágil do passado; de rigor psicológico, nada têm seus personagens”. Para Lima, não passam de “glosas dialogadas de tradições e crônicas suspeitas [...], sem um comentário que denuncie o pensador”.⁶⁰

Ainda assim, Lima denuncia que essas narrativas estavam influenciando a nossa escrita. Isso é visto pelo literato carioca como um grande equívoco, pois “num país como o Brasil, em que, por suas condições naturais, políticas, sociais e econômicas, se devem debater tantas questões interessantes e profundas”. Lima, então, clama a seus leitores: “Temos que rever os fundamentos da pátria, da família, do Estado, da propriedade; temos que rever os fundamentos da arte e da ciência”. Essa revisão é apontada como um “campo vasto para uma literatura”.⁶¹

Finalmente, refere-se ao outro autor português, o senhor Antero de Figueiredo, o qual é considerado por Lima como reproduzidor de episódios de Camões. Para o autor do artigo, melhor retomar o original Camões do que perder tempo com aquelas narrativas portuguesas. Esse diálogo com as narrativas literárias que fazem parte da cultura histórica brasileira da época, uma vez que essa se refere à relação que a sociedade mantém com seu passado, tem continuidade em 1919 pela *Revista Contemporânea* do dia 26 de abril. O objeto de seu artigo “Um Romance Sociológico” é a obra *Mau olhado* daquele crítico do Isaías Caminha, o qual negou a existência do preconceito racial do país, o senhor Veiga Miranda.

O romance é bem apreciado por Lima, classificando-o de obra sociológica. Esta tem como cenário uma fazenda do interior num período anterior à abolição, localizada num vale na divisa de Minas e São Paulo. Segundo Lima, o autor realiza uma descrição da vida total da fazenda, destacando que os personagens principais e secundários, as cenas domésticas e das indústrias recebem um “bom acabamento”.⁶² O rigor psicológico cobrado acima do autor teatral português Júlio Dantas se apresenta na escrita de Veiga Miranda, conforme a crítica literária de Lima.

⁶⁰ Ibid., p. 165.

⁶¹ Ibid., loc.cit.

⁶² BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 143.

Especificamente, Lima se mostra entusiasmado com o “talento de observação e de psicólogo dos indivíduos e das multidões” de Miranda para o estudo e a ação do personagem Lelé. Este é considerado como “figura central e mais original do romance”, pois, como feiticeiro e sacristão da fazenda, representa aquelas trocas culturais⁶³ que tanto Lima procurava salientar ao descrever traços do povo brasileiro e, como vimos, o aproximava do historiador Capistrano de Abreu. Já quanto aos personagens secundários,

“sobretudo a Borginha, a filha mais moça do fazendeiro, traquinas e desenvolta, são todos bem característicos e as concepções familiares e domésticas do Zamundo Bravo, lugar-tenente de Malaquias, e de seus filhos, filhas e noras, são documentos preciosos para o estudo dos nossos costumes do interior [...]”.⁶⁴

Entretanto, Lima observa uma grande falta nesse quadro que Veiga Miranda compõe da vida do interior do país.

[...] A impressão que se tem é magnífica; mas, acabada a leitura da excelente obra do senhor Veiga Miranda, cujas vistas sociais, sociológicas, seria melhor dizer, se traem no propósito e no desenvolvimento de sua novela, o leitor menos comum procura alguma coisa que lhe falta. É o escravo. O jovem e talentoso autor paulista só se ocupa dele, na cena do batuque e, no mais, deixa-o como simples nome ou alcunhas interessantes. A justificativa que não havia nela, na fazenda, castigos, não me parece valiosa. A antiga propriedade agrícola de um tipo geral, e por sê-lo, que o senhor Veiga Miranda tratou, não podia existir sem o escravo que ela supõe. O eito, o banzo, a vida da senzala, etc., fazem-lhe falta e como deixam o estudo desse elemento da fixação da nossa população rural, inacabado.⁶⁵

Lima, a fim de evidenciar ainda mais essa lacuna na obra de Miranda - e, de modo geral, na narrativa sobre a nacionalidade brasileira -, traz a visão de um naturalista estrangeiro acerca de sua passagem na fazenda Sossego, “ali pelas bandas de Maricá”. O literato carioca refere-se ao renomado Darwin que visitou aquela fazenda “algumas décadas antes da ereção” da representada como cenário do Mau Olhado. Darwin não deixou de registrar nessa viagem os negros escravizados que viu na propriedade do senhor Manuel Figueiredo.

Lima assinala que Darwin escreveu que, numa madrugada, foi passear na fazenda e o silêncio foi interrompido pelo hino que cantavam “em coro os negros no momento de começar o trabalho”.⁶⁶ Após isso, arremata sua crítica que visa sinalizar aos leitores a grande contradição para um escritor brasileiro, o qual tem a pretensão

⁶³ Ibid., p. 144-146.

⁶⁴ Ibid., p. 146.

⁶⁵ Ibid., p. 142.

⁶⁶ BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b, p. 142-143.

de representar um pouco do passado do país, não dar maior espaço na sua narrativa para a presença dos escravizados negros.

Ao grande naturalista inglês, nesta passagem e em algumas outras, não escapou o fenômeno social da nossa escravatura e o Senhor Veiga Miranda, que é inegavelmente um escritor moderno, sagaz e ilustrado, não devia ter esquecido esse ponto que o tema do seu romance como que torna primordial e requeria ser estudado à luz das modernas correntes do pensamento superior.⁶⁷

Diante disso, podemos afirmar que o romance *Recordações do escrivo Isaias Caminha* tinha muito mais a apresentar do que o mero personalismo, o descuido com a linguagem e o tom caricatural, apontados pelos seus críticos. Essa obra se inseria numa grande discussão que estava em curso no início do século XX sobre a configuração de uma memória do passado nacional, servindo de fonte para a problematização das relações étnico-raciais no Brasil bem como das aproximações entre as representações da realidade brasileira promovidas pelos textos literários e historiográficos.

O posicionamento de Lima, por meio dessa criação literária, enfatiza a forma como naquela conjuntura a tentativa de conformar uma identidade pura e homogênea produzia esquecimentos. Sua busca em inserir o negro na narrativa da nação nos remete para a questão levantada pelo uruguaio Hugo Achugar acerca da necessidade de uma negociação em torno do esquecimento. Para esse autor, isso “só será possível entre atores que possuam visibilidade e, portanto, se reconheçam como iguais”⁶⁸, o que não implica dizer que não haja diferenciação entre os componentes de uma dada comunidade imaginada como é a nação.

Vimos que Lima nos textos acima apresentados não nega a memória dos portugueses colonizadores, mas quase que clama para que na narrativa construtora da identidade nacional haja espaço também para a importante e ativa presença da população negra. Nesse sentido, seu livro de estreia apresentou uma crítica ao pensamento hegemônico da época quanto à inserção do negro na sociedade brasileira. Ao articular vivências pessoais e criação literária, o autor procurou dialogar com outros intelectuais e publicizar representações que estimulassem a reflexão acerca do silenciamento da temática preconceito racial no Brasil.

Como as identidades nacionais são “formadas e transformadas no interior da representação” e seus sentidos estão contidos nas histórias que são contadas das

⁶⁷ Ibid., p. 143.

⁶⁸ ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução: Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 158.

nações, memórias que conectam seu presente com o passado e imagens que dela são construídas,⁶⁹ Lima elaborou narrativas que trouxeram à tona o passado recente do país. Com isso, procurava representar tanto a emergência de memórias marginalizadas quanto os processos de rememoração que as tentavam sufocar. Isso será o cerne de nossa análise a seguir.

4.2 Processos de rememoração

Havia, como já assinalado em outros momentos deste trabalho, a necessidade de se legitimar o recente regime republicano no Brasil. O dia 15 de novembro, nos anos posteriores ao de 1889, se tornou uma data importante para reatualizar o significado da proclamação da República, o qual, como salientou José Murilo de Carvalho, era disputado por diversos grupos políticos.⁷⁰ No item desta tese no qual discutimos a leitura de Lima Barreto da obra de João Ribeiro, havíamos apresentado uma rememoração do literato carioca acerca da proclamação com sua conclusão de que aquele regime, tão aguardado por seus defensores como o início de uma era de maior democratização do país, havia ainda mais marginalizado os negros.

Lima reatualiza sua forma de lembrar o 15 de novembro numa outra crônica publicada 6 anos após à acima referida (“O momento”). Na revista humorística em que tanto publicou ao longo de sua trajetória, a *Careta*, Lima teve mais um texto levado aos leitores do Rio de Janeiro no dia 26 de novembro de 1921 cujo título era justamente “15 de novembro”.

Lima afirma que havia escrito essa crônica no dia seguinte ao do aniversário da proclamação da República, momento no qual permaneceu pelos arredores da sua casa no subúrbio e não leu as notícias das festas comemorativas que se realizavam na cidade. Entretanto, acabou lendo com tristeza a notícia da morte da Princesa Isabel. O autor esclarece que não a julgava com “o entusiasmo de

⁶⁹ HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011, p. 49-51.

⁷⁰ Cf. CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014, p. 36-38.

panegírico dos jornais”, mas confessa sua simpatia pela representante da família imperial.

Diante disso, o cronista sente vontade de lembrar “o estado atual do Brasil, depois de trinta e dois anos de República”, justificando que isso o acudiu porque topou com as palavras compaixão do prefeito do Rio de Janeiro “pela miséria se acha o grosso da população do antigo Império Austríaco”.

Eu me comovi com a exposição do doutor Ciro, mas me lembrei ao mesmo tempo do aspecto da Favela, do Salgueiro e outras passagens pitorescas desta cidade.

Em seguida, lembrei-me de que o eminente senhor prefeito quer cinco mil contos para a reconstrução da Avenida Beira-Mar, recentemente esborrachada pelo mar.

Vi em tudo isso a República; e não sei por quê, mas vi.

Não será, pensei de mim para mim, que a República é o regime da fachada, da ostentação, do falso brilho e luxo parvenu, tendo como repousoir a miséria geral? [...].⁷¹

Depois dessas reflexões, Lima sai pelas ruas do seu subúrbio, lendo as folhas diárias e destaca que não se discutia uma questão econômica ou política, mas um título do Código Penal. Volta para sua casa, melancolicamente, para almoçar, pensando como devia qualificar a República, disparando a seguinte sentença irônica: “[...] o 15 de novembro é uma data gloriosa, nos fatos da nossa história, marcando um grande passo na evolução política do país”.⁷² Nessa crônica de Lima, podemos observar uma contraposição de memórias por meio da qual um suburbano carioca se defronta com imagens do passado que se pretendiam tornar hegemônicas.

Ao longo do texto, o autor enfatiza repetidas vezes o local em que se encontrava de maneira bem afetiva: “meu subúrbio”. É a partir desse lugar, espacial e social, que procura lembrar a data cívica do 15 de novembro. Como suburbano e negro, o que aciona as engrenagens das suas lembranças ao abrir o jornal naquele dia posterior à comemoração da proclamação da República é uma nota sobre a princesa Isabel, a qual se remete a outra data comemorativa, a da Abolição da Escravidão. E mesmo sobre essa personagem histórica, sua visão não coincide com a memória exaltadora que a imprensa produzia, embora confesse certa admiração pela princesa.

Esse marco histórico que a nota de falecimento o fez relembrar, por sua vez, também serve de estímulo para refletir sobre os trinta e dois anos de República no

⁷¹ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 460.

⁷² Ibid., loc.cit.

Brasil. O falecimento da princesa e a tristeza que sente ao saber dele, seguidos da sua representação do regime republicano como de fachada e pouco interessado com as dificuldades de sua população pobre, serve com uma metáfora da percepção da não efetivação dos anseios por melhoria das condições de vida dos negros no pós-abolição que a República, com sua consolidação da extensão da cidadania, sinalizava como possível.

A “fachada” republicana se reflete, material e simbolicamente, para Lima na modernização da capital por meio de reformas urbanas, iniciadas nos governos municipal e federal de respectivamente, Pereira Passos e Rodrigues Alves entre os anos de 1902 e 1906, como detalharemos mais adiante ainda nesse item. Por ora, podemos indicar que na crônica em destaque, Lima sinaliza como esse processo de modernização excluía certos espaços da cidade do Rio de Janeiro, mais distanciadas do seu centro, representando o caráter cenográfico e elitista das reformas urbanas.

Como se pretendia conformar uma imagem de nação moderna do Brasil por essas reformas da sua capital federal, Lima, inspirado na leitura da obra *Le bovarysm* de Jules Gaultier (1852-1942), via, tanto nessa tentativa quanto nas narrativas com as quais se defrontou, que visavam representar uma nação dentro dos padrões eurocêntricos, tendo como referencial as teorias racialistas, uma postura da administração pública e da intelectualidade brasileiras deturpadora da realidade nacional. Publicado originalmente em 1902, *Le bovarysm* é um livro que analisa algumas personagens encontradas na literatura de Flaubert (1821-1880) entre as quais Ema de Madame Bovary (1857). Desse estudo, Gaultier formulou o conceito de bovarismo que trata, em linhas gerais, do efeito negativo da construção de uma autoimagem que prejudica o equilíbrio com o meio externo, provocando um rompimento com as condições reais de existência. Ou seja, a “habilidade do homem de se projetar aquilo que não é [...]”.⁷³

[...] Em dose ideal, o bovarismo é positivo, porque move a humanidade. Os seres humanos são movidos pelo desejo, que os motiva a sair do estado em que se encontram na busca da situação-imagem desejada. Para que seja benéfica, porém, essa busca deve estar cercada de senso crítico. Os indivíduos ou grupos devem saber discernir se o alçar vôo em direção à

⁷³ FLAUBERT apud AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. **Vida literária e desencantos**: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922). Orientadora: Maria de Fátima Fontes Piazza. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015, p. 231.

condição desejada está de acordo com a realidade, que lhes impõe restrições (hereditárias ou circunstanciais).⁷⁴

Lima realizou a leitura de Gaultier em 1905,⁷⁵ aplicando seu conceito a diversas situações vivenciadas no Rio de Janeiro.⁷⁶ A falta de senso crítico na busca da imagem desejada é a forma como Lima percebe os anseios de modernização de sua época, principalmente no nacionalismo exacerbado que predominou em diversos setores da sociedade brasileira. Não é à toa que o personagem mais atingido pelo lado negativo do bovarismo é o ufanista Policarpo que discutimos na parte deste trabalho voltada para análise do nacionalismo na cultura histórica de início do século XX.

O bovarismo, nesse sentido, também se apresentava na forma como deveria se rememorar momentos marcantes da história recente do país na época. A conclusão de Lima na crônica “15 de novembro” na qual explicita – ironicamente, depois de representar a República como um regime de fachada -, a visão dos defensores de tal regime, especialmente os positivistas, que o viam como “um grande passo na evolução política do país”, pode ser visto como mais uma forma do autor apontar o bovarismo na sociedade brasileira.

Esse desejo barretiano de desconstruir as memórias que então procuravam se estabelecer como oficial teve outros capítulos na sua literatura militante. Ainda sobre o regime republicano, Lima escreveu outra crônica na qual, partindo de reflexões acerca das tentativas de grupos sociais se fazerem lembrados como legítimos representantes da República, realizou mais uma reatualização do seu significado histórico. Lima a intitulou “Tribunal histórico republicano”, sendo publicada na *Careta* de 24 de janeiro de 1920.

O cronista afirma que é um divertimento para aqueles, como ele mesmo que nasceram nos últimos anos da monarquia, “ver os estertores da porção de ingênuos que se intitulam republicanos históricos [...], para não serem de todo esquecidos”.⁷⁷ Lima considera que hoje esses tipos de republicanos têm aumentado muito bem como um erro quererem eles julgar os que têm governado. O que deveria ser

⁷⁴ BELCHIOR, Pedro. A capital do bovarismo: modernidade, cidade e memória em Lima Barreto (1881-1922). In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Leticia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Os intelectuais e a cidade: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 210.

⁷⁵ BARRETO, Lima. **Diário íntimo: memórias**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 93-94.

⁷⁶ Id. **Toda crônica: Lima Barreto**. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 327-330.

⁷⁷ BARRETO, Lima. **Toda crônica: Lima Barreto**. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 108.

ulgado era a própria república, segundo o autor. A partir disso, Lima expressa sua versão do que havia se passado no 15 de novembro.

Uma rematada tolice que foi a tal república. No fundo, o que se deu em 15 de novembro, foi a queda do partido liberal e a subida do conservador, sobretudo da parte mais retrógrada dele, os escravocratas de quatro costados.

Isso de Benjamin Constant, Lopes Trovão, Silva Jardim foi uma isca que os matreiros “bois do coice”, “rapa-cocos” e outros de igual jaez se serviram para “forrar” a opinião da força e se apossarem do poder.

Toda a nossa administração republicana tem tido um constante objetivo de enriquecer a antiga nobreza agrícola e conservadora, por meio de tarifas, auxílios à lavoura, imigração paga, etc.

É verdade que muitos que a ela não pertenciam, enriqueceram; mas não há rede por mais perfeita que não tenha algumas malhas em mau estado. Sempre escapa um camarão...

Estou doido para ver funcionar esse tribunal e ver os seus julgadores. Quero ver como ele vai se tratar Floriano – Boqueirão – Moreira César – Pico do Diabo – Santa Catarina; quero ver como ele tratará Prudente – Canudos, Hermes – Satélite – Ilha das Cobras, etc., etc., etc.

No meu parecer, se me fosse dado dar um conselho a tais históricos, eu diria: não mexam em casa de marimbondos.⁷⁸

A breve retrospectiva que Lima realiza da República até aquele momento a representa muito mais como um regime mantenedor de privilégios de grupos oligárquicos, os quais se beneficiaram de séculos da escravização dos negros, do que uma ruptura com a ordem social vigente até 1889. Além disso, faz alusão a sujeitos republicanos que desejavam implantar o novo regime com a incorporação do proletariado à sociedade (como representante deste modelo havia Benjamin Constant, positivista que insuflava seus alunos da Academia Militar a perseguir o ideal de liberdade inerente à República) ou via participação popular de modo revolucionário (Lopes Trovão e Silva Jardim).

Essa alusão é feita na crônica com o intuito de apresentar aos leitores as expectativas que a República gerava e que não foram contempladas. O regime é caracterizado por Barreto como opressor da população, assim como fez na crônica “15 de novembro” ao apontar que nos jornais do dia aniversário da República não se discutia uma questão econômica ou política, mas um título do Código Penal. Dessa forma, finaliza a crônica “Tribunal histórico republicano”, questionando como seriam julgados os sujeitos envolvidos nos conflitos que mancharam de sangue o processo de consolidação do regime.

Lima, então, indica nomes de presidentes da República, relacionando-os a massacres como Canudos, Contestado, Revolta da Armada e Revolta da Chibata. O

⁷⁸ Ibid., p. 108-109.

autor sinaliza, nesse texto, momentos da história recente do país que tornavam questionáveis certos mitos de origem do regime republicano, como também salienta suas fissuras e arestas ainda não aparadas. Antes dessa crônica, Lima inseriu nos seus dois primeiros romances publicados, trechos que rememoravam conflitos ocorridos na capital federal, principalmente em *Triste fim de Policarpo Quaresma* cujo enredo estava ambientado no período da Revolta Armada.

Em *Recordações do escrivão Isaías Caminha*, seu narrador-protagonista, nos bastidores da imprensa carioca, relata a seus leitores sua experiência na conturbada cidade do Rio de Janeiro durante a Revolta da Vacina, transfigurada nesse texto ficcional como revolta contra a obrigatoriedade do uso de sapatos. Isaías começa a ter conhecimento da revolta ao presenciar um diálogo entre membros da redação do jornal *O Globo*. Losque pergunta a Floc se havia lido o *Jornal do Comércio* e este responde que não.

Diante disso, Losque esclarece que Teixeira Mendes havia atacado a lei dos sapatos obrigatórios, justificando que “isso de andar calçado, de correção de traje, em última análise entra no campo da estética, assim no espiritual em que não pode o poder temporal intervir absolutamente...”, ironizando o positivista por meio de uma pergunta se seria então com o papa que deveria discutir aquela lei. A piada levou os dois representantes do *O Globo* a rirem.

Floc, no entanto, se mostra preocupado com a situação. “- [...] Há muita irritação, muito azedume por aí...”. Losque também achava que a situação não acabaria bem. Nesse momento, entra o jornalista Leiva, “que fazia política e Vida Operária, e, percebendo o tema da conversa de seus colegas de trabalho, interveio: “- Vocês não imaginam... As coisas estão feias! Estive na Gamboa e na Saúde... Os estivadores dizem que não se calçam nem a ponta de espada. [...]”.⁷⁹

Já nesse início da narrativa sobre a suposta situação conflituosa que se insinuava por conta da obrigatoriedade do uso de sapatos, o narrador apresenta vários elementos que denotam que o referente trazido para o texto ficcional por Lima tem relação com o contexto da Revolta da Vacina, ocorrida em 1904. Esta eclodiu num momento que a reforma urbana do prefeito Pereira Passos, que também contava com ações do governo federal sob a presidência de Rodrigues Alves, já havia se iniciado. Para que possamos melhor delinear esse contexto e percebemos como Lima dele se apropriou, transformando-o em matéria literária a fim de produzir

⁷⁹ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. Erichim: EDELBRA, [2000?], p. 180.

uma memória sobre o recente regime republicano, vale trazeremos alguns detalhes dessa reforma urbana.

Depois do saneamento das finanças e da estabilização política do país,⁸⁰ ocorridos durante o governo Campos Sales (1898-1902), surgiram as condições para que a cidade do Rio de Janeiro passasse por transformações almeçadas pelos seus dirigentes, elites e escritores comprometidos com a modernização do país. O seu sucessor, Rodrigues Alves, também representante das elites paulistas que já haviam promovido medidas sanitárias na capital do estado de São Paulo, pôde, então, promover as mudanças destacadas no seu “Manifesto à Nação” de 15 de novembro de 1902.⁸¹

Nessa declaração, o saneamento da capital federal foi considerado a prioridade para a transformação do país numa auspiciosa economia capitalista. Para que isso se realizasse, foi tomado pelo governo federal um empréstimo de 8.500.000 libras aos banqueiros Rothschild e designado para a prefeitura da cidade do Rio o engenheiro Pereira Passos, que, assim como Hausmann em Paris de meados do século XIX, dispôs de plenos poderes para intervir no espaço urbano.⁸² Além disso, nomeou o médico Oswaldo Cruz para direção do Serviço de Saúde Pública, ao qual também foi garantido grande autoridade para executar suas atividades.⁸³

Os governos federal e municipal procuraram efetuar a reforma da cidade com a colaboração de empresas privadas que haviam recebido concessões para a realização das obras. Ao governo federal coube a tarefa da abertura de uma avenida central e a modernização do porto, juntamente com avenidas complementares,

⁸⁰ Campos Sales assinou, em 1898, um acordo com os Rothschild pelo qual o Brasil receberia um empréstimo de 10 milhões de libras esterlinas, comprometendo-se a ter um austero controle das suas finanças e garantindo, caso fosse necessário, a hipoteca das rendas alfandegárias do Rio de Janeiro e dos outros portos. Já para evitar choques políticos, o presidente estabeleceu a política dos governadores que consistia no respeito e apoio pelo governo federal das decisões dos governos estaduais, sendo estes, por sua vez, incumbidos de ajudar a eleger para o Congresso Nacional somente parlamentares que fossem simpatizantes do presidente da república. Vale salientar, contudo, que essa política foi possível em seu governo, assegurando a Sales fazer seu sucessor. Isso muito se deveu ao apoio de um seletto grupo de estados-atores – Minas, São Paulo e Bahia. O modelo de Sales estabilização política do regime deixou de regular o seu principal elemento disfuncional: o fundamento de sua própria renovação. O que implica afirmar que seu grau de estabilidade deve ser relativizado. Para maiores detalhes Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012, p. 34-37.

⁸¹ BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da república à revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 255.

⁸² PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos** (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002, p. 129.

⁸³ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 93.

criando a Comissão Construtora da Avenida Central sob a chefia de Paulo de Frontin cujos planos de Empresa Industrial de Melhoramentos do Brasil serviram de base às obras projetadas e supervisionadas pela Comissão das Obras do Porto. Esta, por sua vez, foi nomeada pelo ministro da Viação Lauro Muller e chefiada por Francisco Bicalho,⁸⁴ o mesmo engenheiro que terminou a construção da planejada cidade de Belo Horizonte em 1887.

Já a prefeitura do Rio se responsabilizou pela abertura de vias de comunicação duplas e arejadas em substituição das ruas estreitas a fim de produzir espaços mais “higiênicos” e meios que possibilitassem uma melhor ligação entre os diversos bairros da cidade. A municipalidade também se encarregou da “canalização de vários riachos, o ajardinamento e arborização de praças e ruas, a abertura de novas praças, a construção de três novos mercados, do Teatro Municipal, a remodelação do Paço Municipal, entre outras.”⁸⁵

A atuação de Oswaldo Cruz teve início com o combate da febre amarela e, em seguida, abril de 1903, voltou-se para a peste bubônica “cujo combate exigia a exterminação de ratos e pulgas e a desinfecção de ruas e casas”. Os alvos das visitas das brigadas sanitárias eram as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica da cidade do Rio. Tal atividade perturbou a vida de milhares de pessoas, principalmente dos proprietários das casas desapropriadas para demolição e das casas de cômodos e cortiços anti-higiênicos, obrigados a reformá-los ou demoli-los, e dos inquilinos que foram forçados a receber os empregados da saúde pública, sair das casas para desinfecções ou até mesmo a abandonar a habitação em caso de demolição.⁸⁶

A essas ações que modificavam a rotina dessas pessoas, devem ser mencionadas também as desapropriações no centro do Rio para a construção da nova avenida que começaram em dezembro de 1903, seguidas das demolições iniciadas em fevereiro do ano 1904.⁸⁷ Isso forçou a saída da população pobre e

⁸⁴ Para a execução dos trabalhos do porto foi contratada a firma britânica C. H. Walker, que construiu as docas em Buenos Aires. Cf. BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro: In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente: da república à revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 256.

⁸⁵ PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos** (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2002, p. 189.

⁸⁶ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 93-94.

⁸⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 93.

trabalhadora que ali residia, a qual se mudou para os morros próximos ao centro, algumas áreas que não foram alvo da reforma perto do cais e subúrbios (estes mais acessíveis para funcionários públicos de baixo escalão e outros profissionais que tivessem condições de arcar com as despesas com transporte).⁸⁸

Pereira Passos ainda baixou várias posturas que também intervinham no cotidiano dos habitantes da cidade, especialmente dos ambulantes e mendigos. O prefeito mandou recolher os mendigos a asilos, proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas, a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos e a venda ambulante de bilhetes de loteria. Nesse ambiente, Oswaldo Cruz começou sua luta pela implantação da vacina obrigatória contra a varíola, terceira epidemia que visava erradicar.⁸⁹

O projeto de lei, que tinha como objetivo tornar a vacinação obrigatória, foi aprovado em 20 de julho de 1904 no Senado e na Câmara no final de outubro, tornando-se lei no dia 31 desse mês. No entanto, teve opositores, destacando-se, no Senado, o tenente-coronel Lauro Sodré e, na Câmara, o major Barbosa Lima, ambos militares positivistas e florianistas. Já fora do Congresso, o combate à obrigatoriedade teve como base a imprensa, principalmente o *Correio da Manhã*, o qual era representado no romance barretiano pelo jornal *O Globo*, e o *Commercio do Brazil*.⁹⁰

Valer salientar que havia relações estreitas entre o senador Lauro Sodré e o *Correio da Manhã*. O seu diretor, Edmundo Bittencourt, havia apoiado a candidatura de Lauro Sodré (este fora governador do Pará e saiu derrotado nas eleições presidenciais de 1898 nas quais o antecessor de Rodrigues Alves obteve êxito) para o senado, juntamente com os cadetes das Escolas Militares. Outro parlamentar que também apresentava proximidade com a imprensa e era contrário à lei da vacinação obrigatória foi o deputado positivista Alfredo Varela. Este fora ex-aluno da Escola Militar do Rio, protegido de Júlio de Castilhos como Barbosa Lima e com, o auxílio financeiro de monarquistas de São Paulo e do Rio, fundara o jornal *Commercio do Brazil* em maio de 1904.⁹¹

⁸⁸ MORAES, José Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. 2 ed. São Paulo: Atual, 1995 (Coleção Discutindo a História do Brasil), p. 58.

⁸⁹ CARVALHO, José Murilo de. Op.cit., p. 95.

⁹⁰ Ibid., p. 96.

⁹¹ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 96-97.

Como vimos, *Recordações do escrivão Isaías Caminha* denunciava o poder crescente da imprensa na jovem República brasileira e seu autor se manteve atento às disputas políticas que a desestabilizam. No trecho acima destacado, Isaías fica ciente do início da revolta por meio de membros do jornal *O Globo*, sendo que um deles, Losque, anuncia um dos argumentos positivistas para justificar a sua oposição à lei de obrigatoriedade do uso de sapatos, transfiguração da lei da vacinação na narrativa barretiana. Os positivistas ortodoxos baseavam sua oposição em dois pontos.

Pelo primeiro, de caráter científico, “interpretavam o pensamento de Comte como tendo sido contrário à teoria microbiana das doenças.” Quanto ao segundo, de cunho filosófico faziam com que não aceitassem qualquer intromissão do governo, poder temporal, no domínio da saúde pública, a qual deveria estar reservada ao poder temporal.⁹² Daí a forma debochada como Losque tratou esse último argumento, questionando se deveria, então, consultar o papa.

Outros elementos que evidenciam como a representação realizada por Lima se refere à Revolta da Vacina naquele diálogo são os presentes no relato de Leiva, no qual se aponta uma das categorias envolvidas – os estivadores – e locais da cidade onde teve grande resistência popular – Gamboa e Saúde. Temos também que destacar nessa transfiguração da Revolta da Vacina, a escolha do autor pela criação de um motim contra o uso obrigatório de sapatos na cidade que se modernizava. Acima sinalizamos que a reforma urbana foi acompanhada por posturas da prefeitura que intervinham no cotidiano dos seus habitantes bem como Lima via nessas transformações do espaço urbano uma ação mais cenográfica, de fechada. Então, essa transfiguração salienta mais um aspecto desse processo de modernização que era apresentar aos freqüentadores do centro do Rio, uma imagem espelhada das cidades ditas civilizadas europeias e norte-americanas com seus habitantes bem trajados.

A própria continuidade do diálogo entre os jornalistas de *O Globo* se configura como um momento do romance no qual Lima representa o passado recente da cidade, visando apontar pontos de vista controversos aos dos entusiastas da modernização do Rio. Floc considera o uso obrigatório de sapatos como necessário, pois “causa má impressão ver essa gente descalça... Isso só nos países atrasados! Eu nunca vi isso na Europa... Floc é interrompido por Gregoróvich que

⁹² Ibid., p. 97-98.

entra na sala, afirmando que no norte da Europa era justo o uso dos sapatos devido ao clima frio, “mas no Sul, em Nápoles, na Grécia [...]”.⁹³

Floc contesta seu colega de trabalho, declarando que esses lugares não são Europa e levando Gregoróvich à seguinte réplica:

- Engraçado! Com que liberdade modificas a geografia... E em Londres?
- Que tem Londres?
- Que tem! Não há cidade do mundo em que a multidão seja mais andrajosa, mais repugnante...
- Andam de casaco e sapatos! Gritou triunfalmente Floc.
- Que casaco! Que sapatos! Naturalmente que não de procurar coberturas para o frio, mas onde vão buscá-las? Ao lixo e é um disparate! Se queres uma multidão catita, arranja meios de serem todos remediados. Vocês querem fazer disto um Paris em que se chegue sem gastar a importância da passagem ao mesmo tempo ganhando dinheiro, e esquecem de que o deserto cerca a cidade, não há lavoura, não há trabalho enfim..⁹⁴

A preocupação aqui é com as consequências sociais da reforma urbana, principalmente para as camadas mais pobres que não poderiam mais trabalhar como ambulantes nem residir no centro da cidade, tendo seu custo de vida aumentado. Esses anônimos eram o foco da atenção de Lima Barreto que registrou em seu diário as suas impressões da repressão que observou nas ruas do Rio durante a Revolta da Vacina, o que nos permite, como veremos, levantar a hipótese de que a transfiguração que realizou dela no romance tem haver também com seu receio de tratar o tema e sofrer possíveis retaliações.

No mês de novembro de 1904 (o dia não foi registrado), Lima anotou que havia visto, “durante as masorcas” daquele mês, um grupo de agentes pararem cidadãos e os revistarem. Segundo Lima, o governo classifica “os opositoristas à vacina, com armas na mão”, como “vagabundos, gatunos, assassinos”, mas “esquece que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente”.⁹⁵ Além de apontar a criminalização dos envolvidos na revolta, Lima ainda registra as vantagens da masorca.

A primeira foi a demonstração de que o povo do Rio de Janeiro pode ter opinião e “defendê-la com armas na mão”. As segunda e terceira vantagens se referem ao rebaixamento moral dos militares. “Pela primeira vez”, afirma Lima, tinha

⁹³ BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Erichim: EDELBRA, [2000?], p. 181.

⁹⁴ Ibid., loc.cit.

⁹⁵ BARRETO, Lima. **Diário íntimo: memórias**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 47-48.

visto “entre nós não se ter medo de homem fardado. O povo, como os astecas ao tempo de Cortés, se convenceu de que eles também eram mortais.”⁹⁶

Esse protagonismo do povo assinalado por Lima era ignorado pelas versões da revolta que surgiam em alguns periódicos, das falas de agentes da polícia e intelectuais da época às quais certamente o literato teve acesso. Acerca disso, podemos apontar *O Paiz*, segundo Carvalho, que se referia aos opositores, antes do início das hostilidades, como conspiradores querendo enganar a parte menos culta da população. Começado o conflito, passou a denominá-lo de marzorqueiros, baderneiros, arruaceiros e desocupados.

“A tendência geral, refletindo posição governista moderada, era ver a revolta como exploração inescrupulosa da população ignorante por parte de políticos e militares ambiciosos e atribuir a ação de rua às classes perigosas. De modo não muito diferente, no relatório do chefe da polícia Cardoso de Castro, o povo do Rio era apontado como ordeiro e não havia se envolvido nos distúrbios, sendo estes “obra de dois mil vagabundos recalcitrantes, presos e condenados várias vezes que fingiam de povo” liderados por Vicente de Souza, presidente da Liga Contra a Vacinação Obrigatória.”⁹⁷

Rui Barbosa, por sua vez, considerava a reação contra a vacina justa⁹⁸, mas havia sido deturpada. “O verdadeiro povo ter-se-ia recolhido ao interior dos seus lares, pois ele é resignado, submisso e fatalista”, sendo apenas as massas incultas aquelas que se deixaram levar à mazorca. Esta versão foi também a de Olavo Bilac que considerava como incultos os analfabetos.”⁹⁹

Lima, por outro lado, em suas anotações pessoais, estava mais preocupado com a repressão sofrida pela população, escrevendo: “Profecia. Dos militares mais ou menos envolvidos nas masorcas, nenhum sofrerá pena; dos civis, alguns se suicidarão na prisão”.¹⁰⁰ Mais adiante, registra o que seria a narrativa do sítio de 1904.

⁹⁶ Ibid., p. 48.

⁹⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 114-115.

⁹⁸ Caso não aceitasse a vacinação, o cidadão seria multado. Além disso, o atestado da vacinação era exigido para matrículas em escolas, acesso a empregos públicos e fábricas, hospedagem em hotéis e casas de conforto, viagem, casamento e voto. Os opositores da vacinação também deram um tom moralista à campanha, anunciando que haveria a invasão do lar e ofensa à honra do chefe da família ausente ao se obrigarem suas filhas e mulher se desnudarem perante estranhos para a aplicação da vacina.

⁹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Op.cit.**, p. 115.

¹⁰⁰ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 48.

[...] A polícia arrepanhava a torto e a direito pessoas que enontrava na rua. Recolhia-as às delegacias, depois juntavam na Polícia Central, Aí, violentamente, humilhantemente, arrebatava-lhes os cós das calças e as empurrava num grande pátio. Juntadas que fossem algumas dezenas, remetia-as à Ilha das Cobras, onde eram surradas desapiedadamente . Eis o que foi o Terror do Alves; o do Floriano foi vermelho; o do Prudente, branco, e o Alves, incolor, ou antes, de tronco e bacalhau.¹⁰¹

Notamos, então, que aquela marca de regime opressor dada à República por Lima, expressa nas suas crônicas acima discutidas, já estava consolidada no seu pensamento desde o início do século XX. E muitos sujeitos anônimos foram vítimas desse regime e, inclusive, o próprio Lima se sentia receoso de fazer parte desse grupo. A permanência do autoritarismo e a marginalização da população pobre no país foram transformados, desse modo em matéria literária. Ainda na suas anotações de novembro de 1904, Lima confessa: “Este caderno esteve prudentemente escondido trinta dias. Não fui ameaçado, mas temo sobremodo os governos do Brasil”.¹⁰²

Em linhas seguintes, escreve, em tom de denúncia, sobre a arbitrariedade do governo nas prisões ocorridas mesmo após o término da Revolta da Vacina. “[...] Toda a violência do governo se demonstra na ilha das Cobras. Inocentes vagabundos são aí recolhidos, surrados e mandados para o Acre.”¹⁰³ Lima ironiza essa situação no estado de sítio em que se encontrava a cidade, salientando que essa atuação violenta do estado no Brasil até aquele momento tinha sido uma constante na sua história.

Um progresso! Até aqui se fazia isso sem ser preciso estado de sítio; o Brasil já estava habituado a essa história. Durante quatrocentos anos não se fez outra coisa pelo Brasil. Creio que modificará o nome: o estado de sítio passará a ser estado de fazenda. De sítio para fazenda, há sempre um aumento, pelo menos no número de escravos.¹⁰⁴

Mas em 1909, Lima resolve romper esse “segredo” guardado nas suas anotações pessoais e procura tornar memorável essa experiência violenta da Revolta da Vacina, apresentando a diversidade de grupos que reagiram ao governo. Isaías descreve esse momento da seguinte forma:

Uma força passava, era vaiada; se carregava sobre o povo, este dispersava-se, fragmentava-se, pulverizava-se, ficando um ou outro a receber lambadas num canto ou num portal fechado. [...] antes de entrar na Rua do Ouvidor, a cavalaria, com os grandes sabres reluzindo ao sol, varria

¹⁰¹ Ibid., p. 49.

¹⁰² Ibid., loc.cit.

¹⁰³ Ibid., loc.cit.

¹⁰⁴ Ibid., loc.cit.

o largo com estrépito. Os curiosos encostavam-se às portas das casas fechadas, mas aí mesmo os soldados iam surrá-los com vontade e sem pena. Era o motim.

As vociferações da minha gazeta tinham produzido o necessário resultado. Aquele repetir diário em longos artigos solenes de que o governo era desonesto e desejava oprimir o povo, que aquele projeto visava enriquecer um sindicato de fabricantes de calçado, de que atentava contra a liberdade individual [...], tudo isso tinha-se encrostado nos espíritos e a irritação alastrava com a violência de uma epidemia.

Durante três dias a agitação manteve-se. Iluminação quase não havia. Na Rua do Ouvidor armavam-se barricadas, cobria-se o pavimento de rolhas para impedir as cargas de cavalaria. As forças eram recebidas a bala e respondiam. [...]. Da sacada do jornal, eu pude ver os amotinados. Havia a poeira de garotos e moleques; havia o vagabundo, o desordeiro profissional, o pequeno burguês, empregado, caixeiro e estudante, havia emissários de políticos descontentes. Todos se misturavam, afrontavam as balas, unidos pela mesma irritação e pelo mesmo ódio à polícia, onde uns viam o seu inimigo natural e outros o Estado, que não dava a felicidade, a riqueza e a abundância.¹⁰⁵

Lima deixa entrever, por essa descrição feita do motim por Isaías, que não foi apenas a propaganda contra a lei divulgada pela imprensa que levou vários grupos sociais a desafiar o poder público. Não eram só desocupados ou arruaceiros, como apontavam os jornais mais conservadores, que se revoltaram. Nesse sentido, a descrição também esclarece que a não aceitação da obrigatoriedade do uso dos sapatos¹⁰⁶ (da vacinação) havia se tornado um estopim para a luta em defesa de direitos civis e reação à opressão da polícia. Como afirmou Carvalho, “era a revolta fragmentada de uma sociedade fragmentada.”¹⁰⁷

Isso nos leva a outro relato produzido por Lima no qual há também sinalização da necessidade de inserção dos anônimos na cultura histórica da época. Estamos nos referindo ao relato do personagem Quaresma acerca do massacre ocorrido na Revolta da Armada. Esse personagem, que havia lutado ao lado do governo, passou a prisioneiro após a escrita de uma carta para o presidente da República, indignado com a arbitrariedade e a violência da repressão aos revoltos.¹⁰⁸ A cena que o motivou a tal ato foi a relatada a seguir

¹⁰⁵ BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Erichim: EDELBRA, [2000?], p. 185.

¹⁰⁶ Vale salientar, conforme Schwarcz, que Lima faz alusão também a uma interdição antiga e imposta pela lógica dos costumes aos escravizados quando insere, no enredo, a suposta lei de obrigatoriedade do uso de sapatos. Os escravizados eram proibidos de calçar sapatos, sendo que, logo após a abolição, esses ganharam valor simbólico, levando muitos libertos às lojas para comprá-los. Os sapatos foram transformados em metáfora de liberdade. Cf. SCHWARCZ, Lília. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 226.

¹⁰⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 138.

¹⁰⁸ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 348.

Os prisioneiros se amontoavam nas antigas salas de aulas e alojamentos dos aspirantes. Havia simples marinheiros; havia inferiores; havia escreventes e operários de bordo. Brancos, pretos, mulatos, caboclos, gente de todas as cores e todos os sentimentos, gente que se tinha metido em tal aventura pelo hábito de obedecer, gente inteiramente estranha à questão em debate, gente arrancada à força aos lares ou à calaçaria das ruas, pequeninos, tenros, ou que se haviam alistado por miséria; gente ignara, simples, às vezes cruel e perversa como crianças inconscientes; às vezes, boa e dócil como cordeiro, mas, enfim, gente sem responsabilidade, sem anseio políticos, sem vontade própria, simples autômatos nas mãos dos chefes e superiores que a tinham abandonado à mercê do vencedor.¹⁰⁹

O historiador Edgar de Decca, ao analisar esse relato de Quaresma, compara-o a outras narrativas de massacre que circulavam no momento de produção dessa obra datada por Barreto em janeiro-março de 1911. Em 1902, Euclides da Cunha denunciava em *Os Sertões* a violência com que o exército brasileiro massacrava os habitantes de Canudos, o próprio Lima vivenciou e escreveu sobre a Revolta da Vacina e, naquele momento da escrita de *Triste fim de Policarpo Quaresma*, havia passado poucos meses dos acontecimentos que envolviam a revolta dos marinheiros liderados por João Cândido, outro movimento político de oposição à República e defesa de direitos, o qual resultou num massacre levado a cabo por outro marechal, Hermes da Fonseca.

Segundo Edgar de Decca, Policarpo Quaresma “dá as pistas para o historiador investigar narrativas muito singulares do início da República”, as quais relatam a participação de homens anônimos em acontecimentos representativos das “faces brutais do poder a que estão expostos os homens comuns, quando pretendem erigir-se em sujeitos históricos”. A criação de Policarpo por Lima se apresenta como o “ingresso inusitado das pequenas personagens na cena da história que, com seus dramas, ideias e sonhos, aproxima a vida cotidiana do homem comum à dos heróis e dos grandes acontecimentos”.¹¹⁰

Assim como Isaías, Policarpo é outro personagem criado por Lima a fim de compor uma narrativa alternativa ao discurso histórico que, anos depois, no capítulo “Os heróis” de *Os bruzundangas*, foi duramente criticado, pois só se voltava para as ações dos sujeitos que estavam à frente do poder político-administrativo. A fim de evidenciar a importância dessa construção narrativa de Lima sobre o passado mais

¹⁰⁹ Ibid., p. 343-344.

¹¹⁰ DECCA, Edgar Salvadori de. Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história. In: DECCA, Edgar Salvadori de; LEMAIRE, Ria (orgs.). **Pelas margens**: outros caminhos da História e da Literatura. Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p. 141-142.

recente da República, vale apontarmos como a abordagem sobre esse momento foi discutido pelos membros do IHGB.

O Instituto se manteve, desde o início da República, com sua função de coligir materiais sobre a Nação. Muitos documentos sobre e do novo regime instaurado em 1889 deram entrada nos recintos do IHGB. Além de coligir documentos e trabalhos sobre a jovem República, o IHGB também procurava contribuir com pareceres e estudos sobre os acontecimentos recentes para a futura escrita “do grande livro” da história nacional.¹¹¹

O historiador Hruby notou que nesses pareceres sobre trabalhos enviados ao Instituto os critérios variavam conforme a comissão, o que gerava, às vezes, alguns impasses sobre o registro de fatos do passado mais recente. A questão que levantava discussões era devida à imparcialidade, pois alguns membros consideravam que as paixões ainda estavam vivas ao se escrever acerca desses fatos, devendo-se evitar a emissão de juízos. Contudo, esse impasse não impediu que episódios violentos da República fossem registrados, forçando autores e comissões a relativizarem a austera imparcialidade.¹¹²

Até sócios do IHGB tomaram o passado recente (pós-1889) como objeto de estudos nos trabalhos publicados na Revista. A Campanha de Canudos teve, por exemplo, uma atenção especial. Antes mesmo da repercussão nacional devido às ações militares mal sucedidas que foram enviadas para prender Antônio Conselheiro e seus seguidores, o Instituto recebeu um relatório do Frei João Evangelista, enviado pelo Diretor do Arquivo Público da Bahia, Frederico Lisboa, sobre o “célebre fanático” em 1895.¹¹³

Em outubro de 1897, em pleno desenrolar do conflito no sertão baiano, o sócio Manuel Francisco Correia “sugeriu que seria de manifesto interesse para a História Pátria que se reunissem, desde já, elementos seguros sobre as ocorrências que celebrizavam Canudos”. Essa sugestão se desdobrou no convite a Aristides Augusto Milton - o qual embora tenha alegado, inicialmente, que era muito cedo para escrever esta memória com exatidão e imparcialidade necessárias ao objetivo e

¹¹¹ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 184-185.

¹¹² Ibid., p. 186.

¹¹³ Ibid., p. 189.

glória do historiador – que apresentou, após três anos de pesquisa, o trabalho *Campanha de Canudos*.¹¹⁴

Esse foi lido pelo autor nas sessões do Instituto a partir de agosto de 1900, sendo em dezembro proposta pelo sócio Rocha Pombo a sua aprovação com um voto de louvor ao trabalho “pelo critério e imparcialidade” com que fora escrito. Em 1902, Milton teve seu estudo publicado na *Revista*¹¹⁵ no qual, mesmo não desmerecendo os seguidores de Conselheiro e até vendo o sertanejo como “uma raça de heróis”, legitimava a forte reação do governo a fim de impor a paz e a ordem, como condição fundamental para difundir o progresso e firmar a liberdade.

Milton, como natural do Estado da Bahia e seu representante no Congresso Nacional na condição de deputado, estava mais preocupado em atacar as insinuações da imprensa do Rio de Janeiro de que a Bahia era um reduto de monarquistas.¹¹⁶ A memória dos sertanejos massacrados pelo governo republicano ficou de fora de sua abordagem. Até a obra de Euclides da Cunha, nesse sentido, estava mais voltada para a denúncia contra o exército da República do que uma busca pelo registro das memórias de suas vítimas.

Essa fictícia imparcialidade do IHGB também aparece como critério ao se tratar da fundação da República, a qual deveria ser analisada após o necessário transcurso do tempo a fim de “aguardar a purificação de certas paixões”. Isso, no entanto, não impediu que questionamentos ao governo republicano fossem feitos na *Revista* do Instituto durante o “calor dos acontecimentos”. O governo de Floriano Peixoto e sua herança jacobina foram os temas mais repudiados nos discursos e artigos publicados na *Revista*, sendo que o Marechal de Ferro foi o único, entre os chefes de estado no período de 1889 a 1912, a quem não se concedeu o título de Presidente Honorário do IHGB.¹¹⁷

¹¹⁴ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p., 189.

¹¹⁵ Outro sócio que escreveu sobre Canudos foi o marechal Emílio Dantas Barreto: *A última expedição de Canudos (1898)*, *A revolução de 1906 (1907)* e *A destruição de Canudos (1912)*. Mas não foram publicados na *Revista*. Cf nota 736 de HRUBY, Hugo. **Op.cit.**, p. 191.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 190.

¹¹⁷ HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 191-197.

Como vimos nas páginas anteriores, havia diferenças políticas dentro do IHGB, e o tão criticado Floriano pôde aparecer, sob a pena do sócio Tristão de Alencar Araripe, como um dos “nossos primeiros cidadãos”, a servir de exemplo de virtudes cívicas ao lado de Deodoro e Benjamim Constant. Para Araripe, Floriano foi

[...] o gênio da firmeza e do valor, que debelou a insurreição inopinada contra a existência da nascente República, ameaçada pela restauração da monarquia, condenada e abolida pelo espírito nacional. A importância culminante deste serviço devido à tenacidade patriótica de tão preclaro cidadão bem aquilatada foi com a designação de Marechal de Ferro ideada pelo instituto popular, que jamais se ilude na apreciação dos fatos e dos homens..¹¹⁸

Além disso, Floriano, segundo Araripe, salvou “a causa republicana”, presidindo “a primeira eleição popular de um candidato civil ao cargo de chefe da República”. Isso lhe deu grande prestígio e, “quando ânimos díscolos e imprudentes provocaram a ditadura, ele no prazo constitucional entrega o poder ao eleito da nação [...]”. Araripe, desconsiderando a recomendação de guardar um certo distanciamento temporal para analisar acontecimentos recentes da República – ele emitiu sua opinião nos anos de 1895 e 1897 -, havia “purificado” os exageros e omissões dos envolvidos na primeira fase do novo regime, conforme Hruby.¹¹⁹

[...] Contra aqueles que afirmavam que a República, em 15 de novembro de 1889, fora um ato de “surpresa” para o espírito público e de violência para a Nação, ele [Araripe] contra-atacava caracterizando-os como possuidores de “falsa apreciação”, “ignorância” ou do propósito de desacreditar a causa democrática “recentemente triunfante”.

Para Araripe, a “revolução” de 15 de novembro não consistia em um motim de quartéis, em uma sedição militar ou uma imposição pela força armada ao povo brasileiro. Os brasileiros, segundo ele, já não toleravam o regime do privilégio “onde o acidente fortuito do nascimento estabelece direito para um ente privilegiado governar cidadãos, a quem só a razão e a capacidade devem dirigir”. Apesar de, na Europa, a proclamação da República ter causado surpresa, não se poderia duvidar, conforme Araripe, de que era “consenso universal”, entre os brasileiros a aceitação de sua instauração. [...].¹²⁰

Lima Barreto não titubeou ao abordar os tempos recentes da República. Os seus textos, ao contrário de alguns membros do IHGB, não apresentam em seus contornos a suposta imparcialidade como freio para suas análises históricas. Assim como o Instituto, Lima deu vazão na sua literatura aos momentos de instauração e violentos do regime republicano. O que diferencia o literato é seu objetivo de deixar evidentes as disputas pelo poder ainda latentes naquele momento, apresentar vozes dissonantes ao discurso apaziguador como o do IHGB e construir memórias que

¹¹⁸ Apud Ibid., p. 202.

¹¹⁹ Ibid., p. 201-202.

¹²⁰ Ibid., p. 202-203.

permitam a inserção dos sujeitos anônimos na narrativa da história contemporânea brasileira.

Desse modo, ainda no romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima representa situações que levam os leitores a suspeitar, por exemplo, da certeza com que Araripe narra a aceitação da República. Num dos diálogos entre militares (Caldas e Albernaz), personagens que estiveram na linha de frente da instauração do regime, o narrador os apresenta hesitantes em relação à derrubada da monarquia.

Vinham andando, à sombra das grandes e majestosas árvores do parque abandonado; ambos fardados e de espada. Albernaz, depois de um curto intervalo, continuou:

- Você viu o imperador, o Pedro II... Não havia jornaleco, pasquim por aí, que não o chamasse de “banana” e outras coisas... Saía no carnaval... Um desrespeito sem nome! Que aconteceu? Foi-se com um intruso.

- E era um bom homem – observou o almirante. – Amava o país... Deodoro nunca soube o que fez.

Continuavam a andar. O almirante coçou um dos favoritos e Albernaz olhou um instante para todos os lados, acendeu o cigarro de palha e retornou a conversa:

- Morreu arrependido... Nem com a farda quis ir para a cova!... Aqui para nós que ninguém nos ouve: foi um ingrato; o imperador tinha feito tanto por toda a família, não acha?

- Não há dúvida nenhuma!... Albernaz, você quer saber de uma coisa: estávamos melhor naquele tempo, digam lá o que disserem...

- Quem diz o contrário? Havia mais moralidade... [...].¹²¹

Como parte dessa produção de uma memória que se opõe à elaborada e transmitida pelos defensores do regime republicano, devemos ainda destacar a forma como Lima insere nessa narrativa os personagens negros. Já vimos acima que o romance, de um modo geral, relega esses personagens a situações periféricas. Mesmo assim, essas aparições são ricas, simbolicamente, para a compreensão da rememoração histórica pretendida pelo autor.

Novamente, vamos nos valer de parte do pensamento desenvolvido por Elvya Pereira, mas, desta vez, no artigo intitulado “História à revelia: Quaresma e as ruínas alegóricas”. Neste, a autora, fundamentando-se na perspectiva benjaminiana de História, se volta para as linhas de descontinuidade, ou seja, as fraturas históricas, os fragmentos de mundo na representação do negro. Pereira busca “uma outra via de leitura que se venha a somar ao modelo que incide sobre o ufanismo, criticamente revisto no romance”.¹²²

¹²¹ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 247-248.

¹²² PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. História à revelia: Quaresma e as ruínas alegóricas. In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002, p. 63.

Assinalamos no item 2.3.1, quando comentávamos sobre a presença de personagens negros no romance, que Quaresma havia se decepcionado com a falta de memória da preta velha Maria Rita, pois essa não se recordava de cantigas “genuinamente nacionais”. A única cantiga que se lembrou foi a “Bicho Tutu”:

É vem tutu
 Por trás do murundu
 Para cume sinhozinho
 Cum bucado de angu.¹²³

Pereira considera que um registro histórico é marcado nesse episódio que envolve Maria Rita. Ao indagar sua memória, essa personagem se recorda do que, para aqueles homens brancos, seria apenas “uma canção de embalar criança”. Diante do contexto ficcional e social da narrativa barretiana, Pereira afirma que a canção pode ser lida também como

um fragmento, uma ruína histórica na qual ascende uma imagem de si e de seu povo (imagem do outro na ordem social vigente), cujas marcas da escravidão pelo sinhozinho ainda estavam muito acentuadas. O “Tutu”, não percebe o ufanismo de Quaresma, reflete uma fala singular, traz à tona o imaginário destes que ficaram à margem da história, que foram submetidos aos golpes da opressão, manifestando, sintomaticamente, naquela inocente canção, o desejo antropófago [...] em relação à figura do outro – o senhor escravagista. [...].¹²⁴

Fragmentos e ruínas também são lidos por Pereira pela forma como o narrador descreve o caminho que leva à moradia de Maria Rita bem como os seus espaços externo e interno.

O bonde que os levava [Quaresma e Albernaz] até à velha Maria Rita, percorria uns dos trechos mais interessantes da cidade. Ia pelo Pedregulho, uma velha porta da cidade, antigo término de um picadão que ia ter a Minas [...].

A casa da velha preta ficava além do ponto, par as bandas da estação da estrada de ferro Leopoldina [...].

Apanharam afinal o carreiro onde ficava a casa da Maria Rita. [...] Para além do caminho estendia-se a vasta região dos mangues, uma zona imensa, triste e feia, que vai até o fundo da baía e, no horizonte morre ao sopé das montanhas azuis de Petrópolis. Chegaram à casa da velha.¹²⁵

Pereira percebe “interessantes signos do passado que se apresenta como fragmentos” nesse trecho da narrativa. Esses signos – “velha porta” e “antigo término” – “desaguam na vasta região do mangue onde vivem os excluídos”. A própria designação da Maria Rita sofre uma inversão, “do coloquial preta velha para

¹²³ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011 **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 139.

¹²⁴ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. *Op.cit.*, p. 68.

¹²⁵ BARRETO, Lima. *Op.cit.*, p. 105-107.

o estigmatizante velha preta, como a precisar um indisfarçável lugar de exclusão”.¹²⁶ A representação dos fragmentos de um passado é ainda mais adensada quando se descreve o ambiente exterior da casa de Maria Rita.

Ficava um pouco afastada da estrada. À direita havia um monturo: restos de cozinha, trapos, conchas de mariscos, pedaços de louças caseiras – um sambaqui a fazer-se para gáudio de um arqueólogo de futuro remoto; à esquerda, crescia um mamoeiro e bem junto à cerca, no mesmo lado, havia um pé de arruda. Bateram.¹²⁷

As expressões “monturo” e “sambaqui” que espera por um arqueólogo são as que mais refletem a proposta do autor em representar restos de uma cultura fraturada que necessitam de um hábil estudioso para que venham emergir do esquecimento a que eram submetidos por uma cultura histórica ancorada na visão dos vencedores. Dos hábitos domésticos às práticas espirituais, “aquí sugeridas pelo pé de arruda, índice da prática curandeira da reza”,¹²⁸ Lima sugere, nesse trecho, um amplo leque de aspectos da vida cultural da população que deveriam fazer parte da narrativa acerca da história pátria, como vimos também Capistrano apontar nos seus textos.

Como a própria expressão “monturo” suscita a imagem de algo que não se decompôs, ainda permanece, para que esses fragmentos do passado possam emergir nas futuras narrativas, Lima “recomenda” que os intelectuais deveriam “ler nos fragmentos, nos desvãos da história dos vencedores, a voz e a razão dos vencidos, dos que ficaram na vasta região de mangue, uma zona imensa, triste e feia”.¹²⁹ Ao descrever o interior da casa, o autor Lima demonstra um grande poder de síntese “na configuração de um ambiente ao mesmo tempo físico e espiritual, doméstico e sociocultural, pontual e histórico”.¹³⁰

A sala era pequena e de telha vã. Pelas paredes, velhos cromos de folhinhas, registros de Santos, recortes de ilustrações de jornais, baralhavam-se e subiam por elas acima até dois terços da altura. Ao lado de Nossa Senhora da Penha, havia um retrato de Vítor Emanuel com enormes bigodes em desordem; um cromo sentimental de folhinha – uma cabeça de mulher em posição de sonho – parecia olhar um São João

¹²⁶ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. História à revelia: Quaresma e as ruínas alegóricas. In: CHIAPPINI, Lúgia; BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 69.

¹²⁷ BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011 **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, 2011, p. 107.

¹²⁸ PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. Op.cit., p. 69.

¹²⁹ Ibid., p. 70.

¹³⁰ Ibid., loc.cit.

Batista ao lado. No alto da porta que levava ao interior da casa, uma lamparina, numa cantoneira, enchia de fuligem a Conceição de louça.¹³¹

Desse “conjunto assistemático de referências e valores”, Pereira destaca a parte final em que a imagem de louça de uma santa cristã é coberta pela fuligem negra oriunda de uma lamparina. A autora, tendo como base os conceitos benjaminianos de alegoria e aura¹³², afirma que essa imagem remete “à perda da aura e à dessacralização da “Conceição de louça” (e do próprio cristianismo enquanto religião do outro)”. A lamparina, por sua vez, nessa imagem, é ressignificada como a “marca de um outro tempo, índice de uma outra história que se impõe”.¹³³ É a alegoria de tempos ancestrais dos quais a Maria Rita e os outros descendentes de africanos são originários.

Temos, então, mais uma recomendação barretiana para aqueles que não vislumbravam na época a inserção dessa outra história na narrativa nacional. Em páginas seguintes do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima cria uma outra cena em que a memória dos vencidos emerge novamente. Num diálogo entre Quaresma e seu empregado no sítio, “o preto Felizardo”, apresenta-se uma alusão ao sentimento de muitos negros diante do recrutamento compulsivo de escravizados para a Guerra do Paraguai (tema presente na escrita barretiana já naquela versão incompleta de Clara dos Anjos de 1904) devido à escassez de homens livres aptos para o serviço militar.

Felizardo entregou-lhe o jornal que toda manhã mandava comprar à estação e lhe disse:

- Seu patrão, amanhã não venho “trabaiá”.
- Por certo; é dia de feriado... A independência.
- Não é por isso.
- Por que então?
- Há “baruío” na Corte e dizem que vão “arrecrutá”. Vou pro mato... Nada!
- Que barulho?
- “Tá” nas “foias”, sim “sinhô”.

Abriu o jornal e logo deu com a notícia de que os navios da esquadra se haviam insurgido e intimidado o presidente a sair do poder.¹³⁴

¹³¹ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin, 2011 *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin, 2011., p. 107.

¹³² Segundo Kothe, alegoria e aura guardam um traço comum de serem representação do outro, mas se distinguem fundamentalmente na medida em que o outro da alegoria é o outro reprimido, enquanto que o outro da aura é a representação de uma superioridade sacralizadora sob a aparência de proximidade. Nesse sentido, dessacralizar a aura é um movimento em direção à alegoria. Cf. PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. História à revelia: Quaresma e as ruínas alegóricas. In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). *Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2002, p.71.

¹³³ Ibid., loc.cit.

¹³⁴ BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Penguin, 2011, p. 246.

A proximidade de um conflito fez com que Felizardo relembresse a experiência de muitos escravizados. Na narrativa barratiana, em passagens anteriores, o narrador já havia apresentado outros personagens, militares, que se serviam da memória histórica da Guerra do Paraguai para se enaltecerem, mesmo não tendo ido aos campos de batalha.¹³⁵ A atitude de Felizardo, por outro lado, estava ancorada na memória coletiva de outros grupos sociais e raciais, daí seu pavor de uma possível repetição do passado, ainda que a escravidão não mais existisse.

Essas marcas do tempo e as singularidades de experiências são trazidas para o texto ficcional barretiano. O autor, assim como ensaiou nos seus esboços literários de anos anteriores, apropria-se de uma memória histórica para trazer a seus leitores não só os usos que se faziam dela no presente, mas também inserir sujeitos ausentes na narrativa de momentos importantes da história nacional. E, no final desse romance, Lima representa seu horizonte de expectativa com mais uma retrospectiva histórica.

Apesar de toda a desilusão que seu protagonista passou e seu fim trágico, o autor vislumbra uma possibilidade de mudanças sociais no futuro. Após frustrada sua tentativa de intercessão, junto ao marechal Floriano Peixoto, em favor do seu padrinho Quaresma, Olga

Saiu e andou. Olhou o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por essas terras, já tinham errado tribos selvagens, das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. Olhou de novo o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, as casas, as igrejas; viu os bondes passarem; uma locomotiva apitou; um carro, puxado por uma linda parelha, atravessou-lhe na frente, quando já a entrar do campo... Tinha havido grandes e inúmeras modificações. Que fora aquele parque? Talvez um charco. Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela; e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros.¹³⁶

Pereira vê nessa passagem uma retrospectiva histórica que é contextual e metalingüística ao mesmo tempo. “A natureza contemplativa de suas especulações, juntamente com a paisagem em que ela se locomove (marcada por veículos em trânsito, como índices de um deslocamento da história [...]) culmina numa visão [...]

¹³⁵ Ibid., p. 200-203.

¹³⁶ Ibid., p. 359-360.

de confiança na história”.¹³⁷ Percebemos ainda que o autor realiza também outra sugestão para a escrita da história nacional, elencando como seus futuros protagonistas representantes de grupos subalternizados. É uma mulher que vai ao encontro de um homem que, no enredo do romance, representava os grupos populares, após ter rememorado a resistência dos indígenas.

A saga de Lima em explicitar a presença desses sujeitos históricos e evitar o apagamento de suas memórias tem continuidade na forma como analisa a diversidade temporal presente na cidade do Rio de Janeiro.

4.2.1 Temporalidades da cidade e produção memorialística

Acompanhamos, no capítulo anterior, a crítica que Lima fez ao trabalho do historiador da cidade do Rio e membro do IHGB José Vieira Fazenda. Ancorado no pensamento de Renan, Lima esclareceu que só documentos escritos e oficiais não seriam suficientes para o estudo do passado, tendo a imaginação um papel importante nisso. A partir desse comentário, questionamos se Lima, nos seus textos literários, efetivamente indicou outros recursos que poderiam ser utilizados pelos historiadores a fim de produzir uma narrativa que não ficasse presa a fatos administrativos e políticos.

Ainda em 1905, em pleno processo de modernização da capital federal, Lima publica no jornal *Correio da Manhã* (o mesmo que seria duramente criticado no Isaías Caminha), um folhetim sobre as escavações no morro do Castelo de abril a junho. Com essa produção literária, o narrador, que é um jornalista, direciona a atenção do público para o local em que foi fundada a cidade do Rio de Janeiro. O seu trunfo para atrair os leitores foi a expectativa, crescente à época, de se encontrar antigos tesouros escondidos pelos jesuítas, havia mais de dois séculos, diante das ameaças “de confisco pelo braço férreo do Marquês de Pombal”.¹³⁸

“Verdade ou lenda, caso é que este fato nos foi trazido pela tradição oral e com tanto mais visto de exatidão quanto nada de inverossímil nele se continha”.¹³⁹

¹³⁷ PEREIRA, Elyva Shirley Ribeiro. História à revelia: Quaresma e as ruínas alegóricas. In: CHIAPPINI, Lígia; BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). **Literatura e cultura no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 73.

¹³⁸ BARRETO, Lima. **O subterrâneo do morro do Castelo**. Disponível em: www.virtualbooks.com.br Acesso em: 17 de ago. 2008, p. 3.

¹³⁹ BARRETO, Lima. **O subterrâneo do morro do Castelo**. Disponível em: www.virtualbooks.com.br Acesso em: 17 de ago. 2008, p. 3.

Como uma das referências historiográficas da época, Fustel de Coulanges, afirmou, numa lição pronunciada na Universidade Estrasburgo em 1862, que na falta de documentos escritos se deve “escrutar às fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação”.¹⁴⁰ Nesse sentido, Lima trouxe para sua narrativa uma parte da memória cultural da cidade presente na oralidade. As lendas sobre existência de um tesouro escondido nas galerias subterrâneas do morro havia tempo circulavam pelo Rio e, naquele mesmo ano de 1905, a seção “Várias” do *Jornal do Commercio* registrou: [...] Na fralda do morro, já cortado numa grande parte, apareceu sob a picareta dos trabalhadores a boca de uma galeria. [...] Vai se verificar, finalmente, que fundo de verdade tem a tradicional versão da existência de tesouros naquele morro”.¹⁴¹

A partir de maio, o folhetim, então, apresenta as reportagens do narrador-jornalista mescladas a documentos guardados por um “contador de histórias” local e textos ficcionais relacionados a um romance que envolve uma condessa italiana, um pirata e um jesuíta francês. Imaginário social e documentos não catalogados de forma oficial são inseridos na cobertura jornalística, orientando as escavações dos trabalhadores e os leitores e suprimindo as lacunas que até então havia sobre as possíveis riquezas escondidas pelos jesuítas.

No folhetim de 4 de maio de 1905, o narrador indica, no meio da multidão que se apinhava curiosa diante do morro do Castelo, “[...] um senhor alto, de bigodes grisalhos e grandes olhos penetrantes, cuja voz pausada e forte atrai a atenção de toda a gente”. Este havia gasto dois terços de sua existência no esmerilhamento das verdades ocultas nas entrelinhas de pergaminhos seculares”. O senhor chama a atenção do público para uma trágica história amorosa que havia se passado entre um jesuíta, uma condessa italiana e um pirata francês no convento existente no morro.¹⁴²

Diante dessas “revelações”, o jornalista indaga o senhor sobre documentos que possuía para comprovar sua história. Esse informa que os têm e convida o

¹⁴⁰ Apud LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. rev. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira & Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 489.

¹⁴¹ Apud GUEDES, Amadeu da Silva. **Diálogos de Lima Barreto com o cientificismo em Os Bruzundangas e O Subterrâneo do Morro do Castelo**. Orientador: Luis Filipe Ribeiro. 2012. 252 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 178.

¹⁴² BARRETO, Lima. **O subterrâneo do morro do Castelo**. Disponível em: www.virtualbooks.com.br Acesso em: 17 de ago. 2008, p. 10-11.

jornalista e seu acompanhante para irem a sua residência ver os tais documentos. Isso levou os dois para “os lados da Gamboa. Já na residência do velho, os visitantes começaram a ter acesso a informações sobre o passado colonial da cidade, principalmente da ordem dos jesuítas com seus milhares de escravos, propriedades agrícolas, engenhos de açúcar e casas comerciais.

Nesse ponto da narrativa, o autor destaca um elemento importante para se compreender a formação da cidade, pois os jesuítas têm aí um papel fundamental. O nascimento da cidade do São Sebastião do Rio de Janeiro é quase simultâneo à instalação da ordem dos jesuítas no Brasil e sua influência na vida colonial é tão grande ou até maior do que o poder governamental na época.¹⁴³ Contudo, o narrador não se contenta em apresentar ao público o passado da cidade, mas também relacioná-lo com o presente.

Isso é feito de uma maneira fantástica nos capítulos do folhetim datados de 6 e 7 de maio. Ao comentar sobre os caminhos e conteúdos das galerias, o velho afirma que ninguém está em melhores condições de encontrar “o que está lá dentro que o próprio Marquês de Pombal, que pretendia confiscar as riquezas da Companhia”. Isso causa grande estranhamento a seus ouvintes, o qual se torna ainda maior quando o velho explica que Pombal e, o construtor da avenida, o Dr. Frontin, são a mesma pessoa.¹⁴⁴

Essa descoberta se deu numa sessão espírita para a qual um amigo levou Frontin – na época diretor da Estrada de Ferro Central – a fim de resolver os problemas deste com os desastres ocorridos na construção da ferrovia.¹⁴⁵ “O Sr. Frontin é o Marquês de Pombal na segunda encarnação!” Apresentação do chefe da Comissão Construtora da Avenida Central como a encarnação de um representante do poder colonial português sugere a continuidade da expropriação dos recursos do Brasil.

Como sabemos, o Marquês de Pombal foi ministro de Portugal durante o reinado de D. José I (1750-1777), sendo responsável pela modernização do estado português, o que exigiu, por sua vez, uma cobrança maior dos tributos oriundos da mineração e a expulsão dos jesuítas do Brasil e da metrópole com a consequente

¹⁴³ GUEDES, Amadeu da Silva. **Diálogos de Lima Barreto com o cientificismo em Os Bruzundangas e O Subterrâneo do Morro do Castelo**. Orientador: Luis Filipe Ribeiro. 2012. 252 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012, p. 159.

¹⁴⁴ BARRETO, Lima. **Op.cit.**, p. 18.

¹⁴⁵ *Ibid.*, p. 18-19.

apropriação de seus recursos, os quais foram transferidos para os amigos da coroa. Muito dessa riqueza dos jesuítas, foi, contudo, obtida através de sua atuação no Brasil desde os primeiros tempos da colonização, concluindo-se que a política pombalina transferiu a posse de recursos gerados pelo trabalho cativo de indígenas e negros a determinados componentes das elites portuguesa e brasileira.¹⁴⁶

No tempo presente ao texto, a reforma urbana, que arrasava parte do morro do Castelo, fez com que o governo nacional contraísse um empréstimo, o qual forçou a adoção de uma forte política fiscal em que as camadas mais baixas da população carioca foram prejudicadas. Essa sugestão na narrativa de expropriação de recursos ao longo do tempo é ainda mais expresso no trecho de 28 de maio no qual o narrador critica a posse pelo presidente da República, Rodrigues Alves, e Paulo de Frontin de objetos encontrados nos subterrâneos do morro.

Rodrigues Alves se apodera de um crucifixo de ouro e Frontin de um candieiro de ferro. A isso, o narrador afirma que qualquer cidadão tinha direito àqueles objetos, apontando o Museu Nacional como o lugar mais adequado para salvaguarda daqueles vestígios do passado.¹⁴⁷ Aqui podemos perceber que Lima não só denuncia o modo não democrático de gerir os recursos da cidade, realizado por sujeitos que representavam a introdução da civilização no país, mas também o apagamento de uma parte da história da cidade que a reforma urbana realizava ao destruir parte daquele seu marco fundacional.

O subterrâneo do morro do Castelo é uma produção literária barretiana que se configura como uma tentativa de manter viva a memória de um lugar significativo para a cidade. Sua ironia constrói uma imagem a contrapelo do trabalho dos modernizadores. Enquanto esses, ao escavarem o morro para dar continuidade à reforma, viam-no como empecilho para o progresso e destinado ao desaparecimento, Lima escavava o imaginário social em torno daquele local, retirando dos seus subterrâneos, por meio de sua escrita, várias camadas temporais que incitavam o público a uma aproximação afetiva da sua cidade.

Essa preocupação de Lima com a destruição de locais que serviam de registro do passado do Rio se manifesta em outra produção textual. Em 27 de julho de 1911, tem publicada a sua crônica “O Convento” na *Gazeta da Tarde* na qual

¹⁴⁶ FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995 (Coleção Didática 1), p. 109-111.

¹⁴⁷ BARRETO, Lima. **O subterrâneo do morro do Castelo**. Disponível em: www.virtualbooks.com.br Acesso em: 17 de ago. 2008, p. 49-51.

manifesta sua insatisfação pela venda do prédio do Convento da Ajuda e sua posterior demolição para a construção de um hotel. Ao longo da crônica, Lima faz uma defesa da manutenção do monumento, apresentando informações históricas acerca dele como também argumentos que se contrapõem aos dos defensores de sua retirada do cenário urbano carioca.

À justificativa de que o convento, esteticamente, era incompatível com a avenida Central e seus prédios, Lima contra-argumenta que as noções de beleza arquitetônica possuem historicidade, afirmando:

[...] se o Convento da Ajuda não é tão bonito como o Teatro Municipal, tanto um como outro não são belos. A beleza não se realizou em nenhum dos tais edifícios daquele funil elegante; e se deixo o Teatro Municipal, e olho o Club Militar, a monstruosa Biblioteca, a Escola de Belas-Artes, penso de mim para mim que eles são bonitos de fato, mas um bonito de nosso tempo, como o convento o foi dos meados do nosso século XVIII.

[...]

O bonito envelhece, e bem depressa; e eu creio que, daqui a cem anos, os estetas urbanos reclamarão a demolição do Teatro Municipal com o mesmo afã com que meus contemporâneos reclamaram o do convento.¹⁴⁸

O que Lima procura denunciar é a “mutilação que vai sofrer a cidade”. A demolição do convento, sendo este um lugar de memória, representa mais uma ação da reforma urbana que dificultará a compreensão da cidade por sua própria população, pois “uma cidade sem esses marcos de pedra de sua vida anterior, sem esses anais de pedra que contam a sua história” se torna estranha a seus moradores. Ainda mais que se pretendia, como de fato se fez, substituir a sua arquitetura pelos modelos próximos aos de Paris e Buenos Aires.

Lima, nessa defesa do patrimônio arquitetônico da cidade, declara que a faz enquanto cidadão, pois, pessoalmente, não gosta do passado (“não pelo passado em si”) por conta do “veneno que ele deposita em forma de preconceitos, de regras, de prejulgamentos nos nossos sentimentos”.¹⁴⁹ Contudo, como vimos ao longo deste trabalho, compreender o passado para alterar o presente estava entre os objetivos de sua literatura, sendo assim, a preservação de suas marcas na cidade não poderia estar ausente de sua agenda de intelectual militante e afetivamente ligado ao Rio de Janeiro.

Como forma de registrar essa memória que aos poucos se desfazia diante dos golpes das picaretas, Lima elabora um romance no qual seus personagens

¹⁴⁸ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 98.

¹⁴⁹ Ibid., p. 100.

principais, ao caminharem pela cidade, orientam o olhar de seus leitores para recantos do Rio que ainda não foram afetados pela reforma, apresentando a sua diversidade temporal e racial. Em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*, o narrador-personagem Augusto Machado e seu biografado, o personagem Gonzaga de Sá são muito identificados com a cidade do Rio de Janeiro.

Gonzaga de Sá, um membro da antiga aristocracia carioca, numa de suas conversas com Augusto Machado, expressa seu sentimento de pertencimento à cidade: “[...] Eu sou Sá, sou o Rio de Janeiro, com seus tamoios, seus negros, seus mulatos, seus cafuzos e seus “galegos” também...”.¹⁵⁰ Já nessa autoimagem que elabora, Gonzaga apresenta uma visão de cidade formada pela heterogeneidade racial e, no transcurso da narrativa, sinais dessa diversidade são explicitados pela passagem por vários locais da cidade. A capacidade de Gonzaga em se locomover bastante pela cidade é uma de suas qualidades admiradas, aliás, por Augusto¹⁵¹ e a chave de interpretação da memória que procurava preservar.

Gonzaga de Sá convida Augusto a acompanhá-lo numa visita ao subúrbio do Engenho da Penha. Diante do desconhecimento de Augusto em relação a essa localidade, Gonzaga responde em tom de repreensão: “ -Vocês só conhecem a Tijuca e o Botafago. O Rio tem mais coisas belas... É ali. E apontou para o lado dos Órgãos. [...]58.¹⁵² Gonzaga opera o deslocamento do olhar de seu amigo de áreas nas zonas norte e sul da cidade, que haviam sido valorizadas pela reforma,¹⁵³ para uma das menos assistidas pelo poder público e com grande contingente de trabalhadores e pobres.

Após saltarem do trem que os levou ao subúrbio, dirigiram-se a um botequim no qual beberam cerveja e Gonzaga intima Augusto: “ - Tens que andar um pouco a pé...[...]. Como Augusto concorda iniciam a marcha pelo subúrbio. Esse percurso realizado pelo personagens apresenta alguns sinais da proposta do autor ao caminhar pela cidade. A escolha de Gonzaga de um botequim é emblemática.

Segundo Chalhoub, o botequim era como um centro aglutinador e difusor de informações entre os populares¹⁵⁴ e é justamente nesse local que Gonzaga fornece

¹⁵⁰ BARRETO, Lima. **Vida e Morte M. J. Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo:Brasiliense, 1961d, p. 59.

¹⁵¹ Ibid., p. 63.

¹⁵² Ibid., p. 59.

¹⁵³ GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**: e de sua liderança na história política do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000, p. 348-349.

¹⁵⁴ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 213.

uma “dica” preciosa para Augusto: “Tens que andar”.... Metaforicamente, a “tática”¹⁵⁵ que Gonzaga utiliza para apreender a cidade. O andar dava uma perspectiva da cidade não distanciada na qual o caminhante poderia se situar no mesmo plano daquilo que via, permitindo-se perceber com mais vagar os seus detalhes.

Desse modo, a caminhada os havia levado diante do mar e o narrador assim descreve a paisagem: “Parecia mesmo um rio. Na frente, margem esquerda, o manicômio com suas vertustas mangueiras joaninas e seu campo liso e arenoso. Um ilhote que ficava no meio do canal tinha ainda em pé as paredes de um sobrado”. Augusto pergunta a Gonzaga “o que era aquilo”.¹⁵⁶

A partir desse momento, tem início um passeio cuja função é de conhecimento, ou melhor, de ensinamento, pois não há imposição de uma direção. O objetivo de Lima é dar a conhecer a seu público a história da cidade. Gonzaga, então, responde a seu amigo:

- É o Cambenbe. Aquelas paredes foram de um sobrado em cujo andar térreo havia uma venda.
- Ali? Para que?
- Antes das estradas de ferro, as comunicações com o interior se faziam pelo fundo da baía, por Inhomirim, porto da Estrela, hoje tapera; e daí até o cais do Mineiros, em faluas que passam por aqui. Os tripulantes destas é que sustentam a venda que existiu há cinquenta anos naquela ilhéu sem uma árvore.¹⁵⁷

A professora de teoria literária Aleida Assmann, dedicada à pesquisa sobre memória cultural, afirma que, mesmo com o abandonado ou destruição de um local, a sua história ainda não acabou. Os seus fragmentos “retêm objetos materiais remanescentes que se tornam elementos de narrativas e, com isso, pontos de referência para uma nova memória cultural”. Entretanto, esse local é carente de explicação, sendo que seu significado precisa ser assegurado “complementarmente por meio de tradições orais”.¹⁵⁸

¹⁵⁵ Aqui utilizamos o sentido atribuído à tática por Certeau, ou seja, uma ação que visa se servir, vigilante, das falhas que, por ventura, possam surgir na estratégia daqueles que detêm mais poder dentro das relações de força de uma dada sociedade. Com isso, cria-se alternativas ao que lhe é imposto. É a astúcia. No caso acima, Lima se serve da faculdade de locomoção a pé, que nas cidades modernas, com sua multidão nas ruas e baseada no tempo mecânico do relógio, obrigava os passantes a realizá-la de modo aligeirado, para, num ritmo desacelerado, melhor observar a cidade. Cf. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 100-101

¹⁵⁶ BARRETO, Lima. **Vida e Morte M. J. Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961d, p. 61.

¹⁵⁷ Ibid., loc.cit.

¹⁵⁸ ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, 2011, p. 328.

Gonzaga de Sá exerce esse papel na narrativa barretiana, transmitindo a memória da cidade ao se deparar com ruínas e prédios antigos ainda existentes. Augusto, ao acompanhá-lo nas suas caminhadas, fica cada vez mais admirado com a capacidade de seu amigo em relatar aspectos históricos da cidade.

[...] era um gosto ouvi-lo sobre as coisas velhas da cidade, principalmente os episódios tristes e pequeninos. Com uma memória muito plástica, de uma exatidão relativa mas criadora, ele não tinha securas de foral, de cartas de arrendamento ou sesmaria, nem tinha inclinação por tais documentos; e animava a narração pontilhando-a de graça, de considerações eruditas, de aproximações imprevistas. Era um historiador artista e, ao modo daqueles primevos poetas da Idade Média, fazia história oral [...]. Das coisas, dois ou três aspectos feriam-no intensamente e sobre eles edificava uma outra mais bela e mais viva. [...].¹⁵⁹

Como exemplo dessa habilidade de Gonzaga, Augusto Machado relata que emitiu, durante suas conversas, uma opinião negativa sobre a cidade, afirmando que esta era estrambótica com partes que não se unem e tendente a nunca apresentar o aspecto de uma grande capital. A reação de Gonzaga foi a de apresentar, dando sequência àquele passeio de ensinamento, a fisionomia própria do Rio. Com sua ojeriza à imposição de modelos estrangeiros de cidade, afirma que isso de todas as cidades “se parecerem é gosto dos Estados Unidos”.

“[...] O Rio, [...] é lógico com ele mesmo, como sua baía o é por ela mesma, por ser um vale submerso. A baía é bela por isso; e o Rio o é também porque está de acordo com o local em que se assentou. Reflitamos um pouco sobre isso”.¹⁶⁰ Observamos, a partir de então, que Lima insere aqueles trechos presentes no esboço de *Clara dos Anjos* de 1904.

Nesses, a ação de diversos sujeitos (corsários e quilombolas) é um dos pontos marcantes no processo de configuração do formato da cidade ao lado do respeito a sua topografia bem como salienta a necessidade de um olhar aguçado para detalhes de velhas construções e características de certas localidades (Valongo e Saúde) a fim de identificar as peculiaridades de suas origens.¹⁶¹ Notamos, portanto, que Lima já vinha desenvolvendo as suas ideias sobre a preservação da memória da cidade ainda durante o processo de modernização do Rio.

Esses ensinamentos de Gonzaga começam a modificar a visão de Augusto. Este, numa outra ida ao subúrbio na companhia do “historiador artista” consegue perceber, pelo seu arruamento diferenciado (uma “rua começa larga, ampla, reta;”

¹⁵⁹ BARRETO, Lima. **Vida e Morte M. J. Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo:Brasiliense, 1961d, p. 64.

¹⁶⁰ Ibid., p. 65.

¹⁶¹ Cf. item 1.2.

mais adiante se bifurca, subdivide-se) e pela presença de casas construídas em épocas diversas (casa senhorial de fazenda, novas edificações burguesas, casinha acaçapada), a mistura de épocas¹⁶² que se via apagada no centro da cidade com suas novas avenidas e ruas traçadas de maneira retilínea, a representar perspectiva linear e progressiva do tempo.

Isso fez com que Augusto passasse a se sentir mais identificado com sua cidade. “[...] Vivo nela e ela vive em mim!”. Ao esperar por Gonzaga no Passeio Público, naquele que seria o último encontro deles, Augusto observa a paisagem e relembra os “atos passados” de sua vida, saturando-se da “melancolia tangível”, a qual é “o sentimento primordial” de sua cidade.¹⁶³

O personagem sente orgulho de seu nascimento e, assim como a formação da cidade do Rio se dera por grupos raciais diferentes, também é com orgulho que verifica “nada ter perdido das aquisições” de seus avós, “desde que se desprenderam de Portugal e da África”. A paisagem que o rodeia não é mais vista como inédita, pois lhe conta a “história comum da cidade e a longa elegia das dores que ela presenciou nos segmentos de vida que precederam e deram origem” à sua.¹⁶⁴

Esse sentimento de pertencimento à cidade do Rio com suas várias temporalidades leva Lima a não se eximir de analisar as comemorações oficiais que nela ocorreram e suas implicações na construção memorialística.

4.2.2 Comemorações do Centenário da Independência: escrita da história e espaço urbano

Segundo Rüsen, “o trabalho interpretativo da consciência histórica e seu produto, a estrutura cognitiva chamada *história*, é concretamente manifestada na cultura histórica de uma sociedade”.¹⁶⁵ Essa é multidimensional, apresentando expressões morais, pedagógicas, políticas e retóricas que se inter-relacionam. As

¹⁶² BARRETO, Lima. **Vida e Morte M. J. Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo:Brasiliense, 1961d, p. 114.

¹⁶³ Ibid., p. 40.

¹⁶⁴ Ibid., p. 40-41.

¹⁶⁵ RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução: Valdeir Araujo; Pedro Caldas. **Revista História da Historiografia**. 2009, n. 2, p. 172. Disponível em: www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12 Acesso em: 15 mar. 2015.

celebrações de determinados marcos históricos, no seu intuito de rememorar uma parte do passado de uma nação que atenda às necessidades de legitimação do presente de determinados grupos que estão a sua frente, seja política, econômica e socialmente, bem como forneça orientações para seu agir no futuro, constituem-se como uma das exteriorizações da cultura histórica em que as suas dimensões política e estética estão imbricadas.

Rüsen afirma que a dimensão política da cultura histórica está relacionada com a legitimação de certa ordem política, “primeiramente com as relações de poder”. Dessa forma, “a consciência histórica as inscreve nas concepções de identidade dos atores políticos, nas construções e concepções do eu e do nós, através de narrativas mestras que respondam a questão da identidade”.¹⁶⁶ Não tendo, portanto, ordem política que não requeira legitimação histórica. Ainda mais se pensarmos no caso da República brasileira que ainda era recente no início do século XX e envolta de grandes desafios como as desigualdades e conflitos sociais que a faziam estremecer.

Quanto à dimensão estética, o autor alemão a relaciona com “a eficácia psicológica das interpretações históricas, ou com a parte de seus conteúdos que afetam os sentidos humanos”. Para Rüsen, uma “forte orientação histórica precisa sempre envolver os sentidos” e, nas sociedades modernas, os memoriais, os museus e exposições estão entre os meios familiares para representação histórica.¹⁶⁷ O Brasil, no apagar das luzes do século XIX e em princípios do XX, foi marcado por comemorações de centenários que foram acompanhados por exposições e publicações.

Em 1900, é celebrado o IV Centenário do Descobrimento. Nessa época, o Brasil “estava às voltas com crises, econômica e política, bem como com um profundo desalento frente à experiência republicana após uma década de lutas e conflitos. Assim, as comemorações não poderiam deixar de discutir a viabilidade do Brasil como nação moderna”.¹⁶⁸ Formou-se, então, uma comissão de ilustres para levar a frente os seus preparativos.

¹⁶⁶ Ibid., loc.cit.

¹⁶⁷ Ibid., p. 172-173.

¹⁶⁸ OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento. **Revista Estudos Históricos**. 2000, vol. 14, n. 26, p. 187. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br acesso em: 15 mar. 2018.

Esses previam, originalmente, a realização de uma exposição retrospectiva sobre a vida dos indígenas ou sobre a história do Brasil e outros eventos, mas a situação financeira do país e conflitos políticos não permitiram a sua execução, tendo os festejos uma dimensão reduzida. Em termos bibliográficos, tivemos o já citado *Por que me ufano do meu país* de Afonso Celso e *Contos pátrios* de Olavo Bilac e Coelho Neto nos quais se destacam a exaltação da natureza brasileira e o convívio harmonioso entre as raças, “o que tornaria possível a construção de um grande país no futuro”. Além desses, houve o *Livro do Centenário*, com seus 4 volumes publicados entre 1900 e 1910 pela Imprensa Nacional, que, ao fazer uma reflexão enciclopédica, procurava não só divulgar a história do Brasil como “projetar para as nações do mundo a imagem de um país amadurecido”.¹⁶⁹

Ainda nos primeiros anos do século XX, uma outra comemoração de destaque foi a de 1908 em que se festejava o centenário da abertura dos portos às nações amigas. Segundo Margareth Pereira, a realização da Exposição Nacional de 1908 e as comemorações do primeiro centenário da abertura dos portos do país ao livre comércio representaram o “*grand finale* de um primeiro tempo de interações econômicas e culturais do Brasil com um mundo mais urbano e cosmopolita”¹⁷⁰, sendo as reformas do Rio de Janeiro, entre 1903 e 1906, uma das suas maiores expressões.

[...] No início do século XIX as autoridades municipais e federais, ainda mais confiantes com as potencialidades do país, não restringiriam o programa de transformação e modernização da imagem nacional à arquitetura, ao urbanismo e ao paisagismo na Capital Federal. Em 1908 o desafio seria mais ambicioso: celebrar o próprio comércio e desenvolvimento do país, realizando, ao mesmo tempo, um “inventário” do Brasil para os próprios brasileiros.¹⁷¹

A exposição foi inaugurada em 11 de agosto e ficou aberta ao público até 15 de novembro de 1908, sendo visitada por mais de um milhão de pagantes, “muitos deles oriundos de diferentes pontos do território nacional”. Nela, todos os estados da Federação organizaram pavilhões ou estandes nos quais exibiam seus avanços culturais e econômicos por meio de álbuns, fotografias ou catálogos. O Governo

¹⁶⁹ Ibid., p. 189

¹⁷⁰ PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. Revista ARQtexto16, p. 7. Disponível em: www.ufgrs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/01_MSP.pdf Acesso em: 18 de abr. 2016.

¹⁷¹ Ibid., loc.cit.

Federal e a Prefeitura do Distrito Federal também se fizeram representar, exibindo o desenvolvimento de seus serviços públicos.¹⁷²

O Brasil desde o século XIX se inseria no circuito das Exposições Universais e, partir de 1861, quando organizou a mostra preparatória da Exposição Universal de 1862 em Londres, o governo brasileiro passou a realizar exposições nacionais com o intuito de “pré-selecionar os produtos e realizações da indústria local que iriam representar o país”.¹⁷³ As exposições representavam um dos mais relevantes espaços educativos da cultura do século XIX, pelas quais grandes parcelas de habitantes das cidades eram ensinados a observar “povos, culturas e também a hierarquizá-las a partir de uma visão única e evolucionista de desenvolvimento e história”.¹⁷⁴

“A elite cultivada brasileira” não se satisfazia com a imagem de país exótico que era destinada ao país nesses eventos. E eram justamente os aspectos considerados mais primitivos da mostra brasileira no exterior os ressaltados nos jornais europeus, tendo algumas crônicas mencionado “a feiúra da capital do país, cidade cheia de negros e doenças”.¹⁷⁵ Nesse contexto, a organização de uma exposição nacional numa data que simbolizava um século de inserção do Brasil no livre comércio constituía uma oportunidade de apresentar para o exterior e sua própria população os avanços da nação no caminho do progresso.

Se sobre o IV Centenário do Descobrimento Lima não se manifestou, quanto às comemorações do centenário da abertura dos portos ele fez a sua cobertura pela *Revista da Época*, editada por Carlos Viana. Em 1908, esse periódico, por ocasião da Exposição, publicou um suplemento que foi redigido em grande parte por Lima Barreto. Contudo, segundo o biógrafo Barbosa, a coleção da *Revista da Época* está bastante desfalcada na Biblioteca Nacional e os números do período de Carlos Viana se perderam no porão de sua casa em Paris, devorados “pelos bichos”.

Mesmo assim encontramos algumas impressões de Lima sobre a Exposição nos seus registros pessoais dos dias 2, 3 e 6 de novembro de 1908. Lima observou,

¹⁷² PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. Revista ARQtexto16, p. 7. Disponível em: www.ufgrs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/01_MSP.pdf Acesso em: 18 de abr. 2016.

¹⁷³ Ibid., p. 11.

¹⁷⁴ Ibid., p. 8.

¹⁷⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 168.

principalmente, a grande freqüência do público e a apresentação das peças teatrais. Percebemos, entretanto, que Lima não se mostrava entusiasmado com a Exposição, salientando, no dia 3, que a chuva havia reaparecido, mesmo que “fraquinha” e a exposição estava “agradavelmente vazia” com seus diretores, “de onde em onde”, passeando “pelas ruas de chapéu-de-sol aberto, a olhar simpaticamente os raros visitantes”.¹⁷⁶

As suas impressões sobre outra comemoração de grande repercussão no início do século XX podem trazer pistas esclarecedoras quanto à falta de entusiasmo acima. Algumas crônicas de Lima Barreto publicadas entre os anos de 1920 e 1922 expressam sua preocupação quanto à relação entre História, memória, legitimidade política, identidade e mudanças ocorridas em certos espaços da cidade do Rio de Janeiro. Esses textos gravitam em torno de um evento carregado de simbolismo que muito agitou a imprensa da época: as comemorações do centenário da Independência do Brasil, iniciadas em setembro de 1922 e encerradas um ano depois.

Durante a sessão especial de 9 de janeiro de 1922, realizada na sede do IHGB, o seu presidente Conde de Afonso Celso afirmou que “[...] cerca de um quarto de século, desde há vinte quatro anos [1898] cogita o INSTITUTO HISTÓRICO de condignamente festejar o centenário da Independência”.¹⁷⁷ Essa comemoração, tão aguardada principalmente por certos grupos que procuravam moldar uma imagem de país no caminho do progresso para o Brasil, mereceu do IHGB um número especial de sua revista para relembrar os acontecimentos relacionados ao 7 de setembro de 1822.

Jöel Candau, ao analisar o significado do ato de comemorar a partir do pensamento de uma das grandes referências teóricas apreciadas no Brasil naquele momento – Auguste Comte -, afirma que

[...] aniversários e comemorações invadiam os calendários para organizar as memórias com a esperança de unificá-las, de tal maneira que elas pudessem participar do jogo identitário no sentido desejado por grupos ou indivíduos: legitimação, valorização, conjuração, exclusão, adesão aos acontecimentos fundadores, manutenção de ilusão comunitária, da ficção de permanência e do sentimento de uma cultura comum [...].¹⁷⁸

¹⁷⁶ BARRETO, Lima. **Diário íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 137.

¹⁷⁷ CELSO, Afonso. Sessão especial em 9 de janeiro de 1922. Revista **do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, tomo especial, 1922, p. 5

¹⁷⁸ CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016, p. 147.

Nesse sentido, o momento das comemorações do centenário da Independência do Brasil se constituía em mais uma oportunidade para se avaliar o passado nacional, sendo considerado oportuno para “anunciar um novo país para as outras nações e, para os próprios cidadãos brasileiros”. Dentro desse horizonte de expectativas por meio do qual se procurou definir imagens nacionais, “modelando as lembranças do passado para arquitetar os modelos formadores da nacionalidade”,¹⁷⁹ percebemos o que Achugar denominou de esforço fundacional como pertinente para caracterizar essas comemorações, pois o

Esforço fundacional que, dito de passagem, constitui-se sempre a partir de um tempo posterior ao do tempo histórico, em que se supõe foi realizado o mencionado esforço, já que o que é fundacional caracteriza-se como tal pelas gerações posteriores, quando começam a construir ou reconstruir o passado e localizar, no passado, um momento que, talvez não tivesse o significado que o presente lhe atribui, inventando, desse modo, começo da memória.¹⁸⁰

Se considerarmos que, em termos mundiais, a crise gerada pela Grande Guerra ainda era um “fantasma” causador de desconforto, buscar a construção de uma imagem que representasse seus supostos progressos, pode ser vista como algo almejado por muitas nações, principalmente para o governo brasileiro que tinha iniciado seu regime republicano em fins do século XIX. Segundo Fernando Catroga, “seja como recordação ou como esquecimento, nunca é o passado que se impõe ao presente, mas é este, enquanto permanente tensão e protensão, que vai urdindo as tonalidades da presença do ausente”.¹⁸¹

Desse modo, selecionar, dentro do quadro da memória histórica nacional, o acontecimento representativo do início do Brasil como nação livre, foi uma estratégia importante para construção daquela imagem, como também estabelecer uma versão sobre o passado. E as cerimônias comemorativas são um dos modos de preservar versões do passado. Esses usos da memória têm implicações sociais e, nesse sentido, as observações de Lima sobre as comemorações do centenário da Independência do Brasil podem contribuir para o adensamento dessa discussão.

Aleida Assmann, ao discutir mudanças de valores que levaram à secularização do tempo e da memória, aponta a escrita como uma ferramenta

¹⁷⁹JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. As comemorações do sete de setembro de 1922: uma re(leitura) da História do Brasil. *Revista de História Comparada*, 2011, 5-2, p. 157.

¹⁸⁰ ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução: Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006, p. 202.

¹⁸¹ CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009, p. 19.

importante nesse processo. Para essa autora, na era da imprensa a escrita criou outros espaços de recordação, pois possibilitou que se quebrassem antigos domínios sobre o acesso à memória e à história e novos agentes sociais passassem a divulgar suas memórias.¹⁸² Se pensarmos essa potencialidade para o momento acima apresentado, podemos observar as crônicas de Lima acerca do centenário da Independência do Brasil como uma tentativa de elaborar uma outra versão sobre esse acontecimento, bem como provocar discussões em torno da maneira como a maioria da imprensa da época e o governo republicano, a partir daquele evento, procuravam conformar uma imagem do passado nacional a fim de legitimar suas ações no presente e sinalizar avanços para o futuro.

Uma personagem que se destaca nessas narrativas sobre as comemorações é a própria sede desse evento. A então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro, foi um cenário de disputas que envolviam aqueles objetivos almejados pelos organizadores das festividades do centenário. O jornal *Correio da Manhã*, na sua edição de 24 de abril de 1920, por meio do artigo intitulado “Melhoramentos necessários”, chama a atenção dos seus eleitores para a urgência na apresentação de uma cidade civilizada para os visitantes das festividades.

Faltam apenas vinte e nove meses para que o Brasil festeje o 1º centenário de sua independência [...]. Os festejos do centenário devem forçosamente atrair muitos visitantes à capital da República [...] pode-se dizer que não será para estranhar que todo mundo civilizado aqui envie as suas melhores representações [...] É preciso que quem aqui aportar [...] encontre como primeira cidade brasileira, alguma coisa que provoque louvores....¹⁸³

Meses antes do artigo acima, Lima também apresentava suas considerações sobre a proximidade desses festejos. Isso no primeiro momento da crônica “Extravagâncias oficiais”, publicada na revista *A.B.C.* do dia 17 de janeiro de 1920, pois no segundo momento do texto abordava uma proposta de estudos acadêmicos no exterior. Pelos propósitos desse item da tese, nossa atenção estará voltada para a parte inicial da crônica, na qual o autor afirma que a data do centenário da Independência, a ser festejada só no ano de 1922, já “escalda as imaginações patriotas”.¹⁸⁴ A partir disso, ele emite sua opinião sobre essa data:

¹⁸² ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, 2011, p. 53-54.

¹⁸³ Apud MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, 1992, p. 47.

¹⁸⁴ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 101.

Não tenho a data em grande conta, e não a acho certa. A nossa independência, ou se deu um pouco antes ou se deu um pouco depois, quando Portugal a reconheceu. Mas o tempo, portanto, de uma data não passa afinal de uma criação nosso entendimento; nada fora de nós dá-lhe existência; e, estando todos nós a aceitar o tal de 7 de setembro como marcando nossa separação política de Portugal, não vale a pena epilogar a respeito. É um fato.¹⁸⁵

Ao afirmar, ainda no ano de 1920, que a comemoração já escaldava as imaginações patriotas, Lima faz uma alusão aos projetos que, nos anos anteriores, vinham discutindo a forma e o conteúdo daqueles festejos.

O governo, desde 1916, já vinha discutindo questões referentes às festividades do centenário e, até mesmo, trabalhando na elaboração de um projeto acerca das distintas celebrações que permeariam a data comemorativa dos cem anos da Independência. Mas foi somente três anos mais tarde que esse plano ganhou forma e um conteúdo mais consistente. Substituindo o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados número 278 de 1916, o de 1919 continha cerca de cem artigos e estabelecia as bases para a constituição de uma Comissão Comemorativa do Centenário e todos os processos legais para a realização do respectivo evento. O principal objetivo era que, em todos os pontos do território nacional, se realizassem demonstrações de patriotismo pela data em que se contemplava o primeiro século de emancipação política do Brasil.¹⁸⁶

Lima, então, chama a atenção do seu leitor para a mobilização em torno desse evento que estava relacionado à evocação de um acontecimento nacional. E, logo em seguida, distanciando-se daqueles sujeitos envolvidos em monumentalizar a data em destaque, ele problematiza o seu significado, insinuando, de certa forma, aspectos inventivos presentes na atribuição de sentido ao passado. Contudo, Lima acaba por confirmar a aceitação coletiva do 7 de setembro, demonstrando seu desinteresse em continuar discutindo isso.

Essas primeiras observações de Lima sobre o centenário nos convidam a dialogar novamente com algumas considerações do antropólogo francês Jöel Candau, no tocante, agora, às possíveis relações entre as memórias individual e coletiva.

[...] Os quadros sociais facilitam tanto a memorização como a evocação (ou o esquecimento) – “podemos nos apoiar sobre a memória dos outros” – os orientam, conferindo-lhes uma “luz de sentido” comandada pela visão de mundo social da sociedade considerada. Nisso toda a memória é social, mas não necessariamente coletiva – e em alguns casos e apenas sob certas condições se produzem “interferências coletivas” que permitem a

¹⁸⁵ Ibid., loc.cit.

¹⁸⁶ JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. **Jornal do Commercio**: cronista da História do Brasil em 1922. Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, 2010, p. 73.

abertura recíproca, a inter-relação, a interpenetração e a concordância mais ou menos profunda de memórias individuais.¹⁸⁷

O 7 de setembro pode ser visto como esse “local” de interpenetração, uma vez que essa data já era considerada parte da memória nacional, sendo sua presença comum em muitas lembranças individuais. Por outro lado, temos que considerar, como salienta Catroga, a maior margem de manobra para o uso e abuso da memória, tendo em vista o quanto maior for a sua dimensão coletiva e histórica.¹⁸⁸ Segundo Motta, “variados setores da intelectualidade brasileira se voltaram para a temática nacional entre a segunda metade do século da década de 1910 e os primeiros anos da década de 1920.¹⁸⁹ O centenário da independência tornou-se, nesse contexto, um momento de destaque para a discussão dessa temática.

Nesse sentido, talvez possamos inserir as linhas acima escritas por Lima como uma parte de sua contribuição ao debate acerca daquela temática com a intelectualidade. Mas, por ora, prossigamos com as suas narrativas a fim de perceber se essa hipótese se sustenta. Como podemos observar, Lima se mostra muito atento àqueles usos e abusos da memória quando, ao dar continuidade à sua crônica do dia 17 de janeiro de 1920, volta seu olhar para um projeto da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro que pretendia “erguer no alto do Morro do Castelo uma reprodução, em miniatura, do famoso Castelo da Pena, que existe nas proximidades de Lisboa”, a fim de festejar o centenário.

Lima se questiona sobre a relação que poderia haver entre a Independência do Brasil e a “reliquia medíocre e mourisca do velho reino lusitano”.

O que ela para nós, brasileiros, que nascemos do Portugal da Renascença e não do Portugal que andava às turras com os mouros, como recorda essa obsoleta velharia que os portugueses estão no dever de venerar e conservar... mas que nenhuma relação tem? Por que [...] não o Mosteiro da Batalha, em Aljubarrota, que marca o advento da dinastia real portuguesa, sob o auspício da qual foram descobertas as terras que habitamos e começou o seu povoamento?

Se tivéssemos que copiar algum monumento de Portugal a fim de recordar as suas navegações, não devia ser o tal castelo semimourisco, mas os Jerônimos, que lembram Dom Manuel, a mando de quem Cabral navegava, e as descobertas e proezas dos portugueses, na Índia, sendo a do nosso país uma função delas.

¹⁸⁷ CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016, p. 49.

¹⁸⁸ CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009, p. 48.

¹⁸⁹ MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, 1992, p. 4.

O melhor não seria, talvez, Mafra, a Mafra de Dom João V, para cuja edificação muito contribuiu o ouro de Minas e outras partes do Brasil?¹⁹⁰

Nesse trecho, o autor aponta vestígios do passado que poderiam ser associados ao centenário da Independência, para a constituição da consciência histórica e, por conseguinte, para um delineamento de uma identidade. Lima, ao sugerir os monumentos que deveriam ser “reproduzidos” no Morro do Castelo – marco histórico da fundação da cidade do Rio de Janeiro – aponta como mais plausíveis os que recordariam o passado colonial do Brasil e sua consequente exploração por Portugal.

Sugestões que se contrapunham às pretensões do governo municipal, pois a sua escolha foi de um monumento representativo da formação do reino português. Isso nos leva a perceber que o intuito era aproximar as histórias de Brasil e Portugal no sentido de trazer uma leitura do passado na qual as nações fossem vistas como unidas, possuindo uma origem comum. Uma leitura oportuna para aquela ocasião, pois procurava se comemorar a Independência do Brasil que, mesmo sendo um momento de ruptura com Portugal, manteve à frente do reino brasileiro um monarca português, legítimo representante da dinastia dos Bragança. Isto é, um laço em comum com uma nação europeia, o que seria interessante num cenário de busca pela inserção do Brasil no rol das consideradas nações civilizadas.

Lima se mostra atento às discussões historiográficas que vinham desde o século XIX sobre o significado do processo de independência do Brasil, as quais se mantiveram enquanto tendência até 1908 com a publicação do livro *Dom João VI no Brasil*, de Oliveira Lima. Em 1922, com as comemorações do centenário, passou por tentativas de revisão

[...] que redundaram na consagração de uma leitura idealizada de um império, liberal e ordeiro, fruto de um pressuposto bastante equivocado: o da permanência no poder dos mesmos grupos dominantes por ele herdados, implicando, uma vez mais, em minimizar a dimensão violenta do processo de consolidação da Independência, face à multiplicidade de interesses junto a ela imbricados.¹⁹¹

O processo de Independência do Brasil era representado como resultado de uma evolução, pois toda a colonização portuguesa da América era vista como um caminho pré-determinado rumo ao seu grande desfecho. “Portugal teria preparado a

¹⁹⁰ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 101-102.

¹⁹¹ MENDONÇA, Sonia Regina. A independência do Brasil em perspectiva histórica. **Revista Pilquen**. Ano XII, n. 12, 2010, p. 2-3. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3259057.pdf> Acesso em: 26 mar.2019.

criação e amadurecimento do Brasil, que no século XIX surgiria legitimado, civilizado e promissor porque estreitamente ligado a uma ascendência europeia”. Além disso, o Brasil estava numa situação superior em relação às outras nações da América do Sul por não ter passado, segundo essa visão, por conflitos violentos durante a sua emancipação.¹⁹²

Para melhor compreensão dessa estratégia narrativa barretiana, vale trazer para nossa discussão as formulações de Jörn Rüsen sobre consciência histórica, pois esclarece certos aspectos da relação dos indivíduos com o tempo. Rüsen afirma que a consciência histórica

é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções de agir conformes com a experiência. Esse trabalho é efetuado na forma de interpretações das experiências do tempo. Essas são interpretadas em função do que se tenciona para além das condições e circunstâncias dadas da vida. [...]

[E a narrativa constitui essa consciência] ao representar as mudanças temporais do passado rememoradas no presente como processos contínuos no quais a experiência do tempo presente pode ser inserida interpretativamente e extrapolada em uma perspectiva de futuro.¹⁹³

A intenção daquela crônica barretiana pode ser considerada um estímulo à reflexão de seus leitores sobre como a relação com o passado está em consonância com as expectativas de futuro oriundas das condições apresentadas pelo seu presente. Essa relação temporal, no texto, é exemplificada pela tentativa dos governantes em conformar uma imagem da nação a partir dos festejos do centenário. Lima, então, endossa sua contraposição ao projeto da Prefeitura acima destacado, deixando transparecer aos leitores, ainda mais, o uso do passado para legitimar o presente e sinalizar projeções para o futuro.

De qualquer forma, a ideia é positivamente das mais infelizes; e, nem ao menos é do jeito daquelas dos americanos, pelos quais tanto enrabichado anda o Senhor Epitácio. Os yankees, segundo dizem, transportam as pedras, os mármore, as telhas, os tijolos, etc., de castelos mais ou menos célebres da Itália, França e outras partes da Europa e, no seu país de escassa história, reproduzem esses monumentos deveras desgraçados, que irão sofrer um exílio amargo que a sua idade não merecia, embora estejam cobertos de crimes.¹⁹⁴

¹⁹² PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *Revista História da Historiografia*. N. 3, 2009, p. 57-62. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/69> Acesso em: 30 mar. 2019.

¹⁹³ RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: fundamentos da ciência histórica*. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001, p. 59-65.

¹⁹⁴ BARRETO, Lima. *Toda crônica*: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 102.

Desse modo, Lima encerra essa primeira parte de sua crônica, afirmando que o monumento medieval que a Prefeitura pretende erguer vai enfear a cidade – “parecendo não ter um Sá à frente dela” – e sugerindo que se ponham anúncios nos jornais para recebimento de outras propostas para o festejo da independência, pois, acredita ele, “não faltará quem as tenha”. Esse desfecho lança ao público a outra faceta do processo de rememoração: o esquecimento (“parecendo não ter um Sá à frente dela”). Além disso, sugere que poderia haver outras possibilidades de seleção do passado – outras memórias – que se tivessem espaço certamente seriam apresentadas, adensando ainda mais a disputa pela legitimação do presente de certos grupos a partir da comemoração do centenário da Independência.

Na sequência cronológica dos textos barretianos que se relacionam aos festejos do centenário, temos a crônica “O centenário”, publicada na revista *Careta* de 30 de setembro de 1922, na qual Lima se debruça sobre as repercussões das comemorações propriamente ditas entre fins de setembro e inícios do mês de outubro. Nela, Lima procura apresentar ao leitor um certo alheamento do povo da cidade quanto às festas comemorativas do centenário da Independência.

[...] O observador imparcial não vê nele nenhum entusiasmo, não lhe sente no âmago nenhuma vibração patriótica. Se não há, na nossa pequena gente, indiferença; há, pelo menos, incompreensão pela data que se comemora. [...] o nosso povo carioca [...] nunca levou a sério as datas nacionais, sempre elas mereceram essa atitude displicente que está tomando agora o “Centenário”, festejado tão pomposamente com bailes e banquetes.¹⁹⁵

Em seguida, foca nas condições econômicas que aquele povo estava passando, realizando um contraponto aos gastos do governo com as festas comemorativas. Lima vai construindo uma outra memória do centenário na qual registra o descompasso entre o propósito de comemoração das elites e a indiferença do povo. Para tal, ele insere na sua narrativa, como exemplo, trechos de um conto inglês no qual um mendigo fala do seu pertencimento ao império britânico com suas grandes possessões de territórios.

Contudo, o mendigo se questiona: “Que me vale ter nominalmente tantas terras?”. A sua situação era de grande penúria, vestindo-se de farrapos, dormindo ao relento e passando dias sem comer. Ao final, ele lamenta que antes “tivesse alguns níqueis por dia”. Para Lima, o povo carioca tem um pensamento parecido.

¹⁹⁵ Ibid., p. 563.

[...] Dirá ele: “Que me adianta José Bonifácio, Pedro I, Álvares Cabral, o Amazonas, o ouro de Minas, se levo a vida a contar vinténs, para poder viver?”

Um tal estado de espírito não é favorável para entusiasmos patrióticos, ao contrário, há de trazer depauperamento e abatimento geral.

[...] Um pobre chefe de família tem que pensar constantemente no dia de amanhã. Terá ele tempo de impressionar-se com festividades patrióticas em que mais predominam jogos de bola e outras futilidades do que mesmo manifestações sérias de culto ao país e a seu passado?¹⁹⁶

A situação financeira do país naquele momento era preocupante, uma vez que estava passando por um momento de crise do café, uma inflação em alta e crise fiscal.¹⁹⁷ O governo de Epitácio Pessoa (1919-1922) havia ainda investido bastante na realização da Exposição do Centenário – esta, a partir de 1921, foi denominada de internacional, pois, conforme sugestões, passaria a estar conjugada a uma exposição internacional do comércio de indústria¹⁹⁸ – que apresentou uma infraestrutura monumental.

Lima não via na exposição algo que representasse o progresso alcançado pelo país ao longo dos 100 anos de sua independência política e, para isso, desloca o olhar dos seus leitores para a situação de penúria da população em geral, desconstruindo o mito da evolução social que o evento do centenário buscava apresentar. Desse modo, o autor passa a questionar os “rituais criados” para a comemoração do centenário bem como a sua respectiva “cobertura” pela imprensa, num segundo plano de sua abordagem.

O Brasil passa por uma crise curiosa que não sei como classificar. Como estas festas do “Centenário”, nós vemos uma de suas manifestações. Abre-se um jornal qualquer. Páginas e páginas são ocupadas com notícias de pugnas esportivas que se destinam a consagrar a efeméride que passa. A data em si é esquecida; tudo que se pode relacionar a ela, o é também; mas o negócio de bola e de box ocupa o primeiro lugar.

De forma que nós festejamos os cem anos de nossa independência política. O que nós fazemos, é transformar o Rio de Janeiro num grande campo de lutas de box e corrida de cavalos.¹⁹⁹

Para finalizar sua crônica, Lima lança mão de sua característica ironia, “retificando” seu pensamento inicial sobre a não associação do povo às festas do centenário. Ele afirma que às esportivas, às de iluminarias e às paradas militares o

¹⁹⁶ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 563.

¹⁹⁷ FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. **Revista Estudos históricos**, 1993, vol. 6, n.11, p. 3

¹⁹⁸ JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. **Jornal do Commercio**: cronista da História do Brasil em 1922. Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, 2010, p. 76.

¹⁹⁹ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 563-564.

povo “se associa de bom grado. [...] O povo saberá o parentesco que elas têm”.²⁰⁰ Ou seja, o povo, na sua visão, se associava ao que menos tinha relação ao que se pretendia lembrar com as comemorações. A crítica barretiana foca num dos símbolos da chegada da modernidade no Brasil via Rio de Janeiro: a prática esportiva.

Lima, desde 1918, já se pronunciava sobre as possíveis desvantagens sociais que o futebol estava trazendo para a sociedade brasileira como, por exemplo, a violência e o estímulo às rivalidades entre estados.²⁰¹ Um outro aspecto negativo era o preconceito racial.²⁰² Contudo, a prática esportiva ganhou popularidade e foi uma das formas de apresentar o país aos olhos estrangeiros e nacionais, durante o centenário, como uma nação que adquiriu hábitos saudáveis e adotou práticas com fins disciplinadores, consoante ao ideário modernizante da época preconizava.²⁰³

Daí a insatisfação de Lima Barreto ao mencionar as notícias que apresentam os eventos esportivos ocorridos durante a comemoração do centenário. E essa própria memória que a imprensa vai forjando ao noticiar os festejos é, pelo que podemos observar nas suas considerações – “[...] Páginas e páginas são ocupadas com notícias de pugnas esportivas que se destinam a consagrar a efeméride que passa. A data em si é esquecida [...]” – é vista de forma negativa.

Lima procura tornar pública a construção dessa memória pela imprensa, elaborando, por sua vez, uma memória da cobertura que essa realizava dos festejos do centenário da Independência e, claro, utilizando-se do meio mais eficaz de divulgação de informações à população: a própria imprensa (essa memória da cobertura teve continuidade como veremos nas crônicas seguintes analisadas neste trabalho). Vários periódicos noticiaram o centenário, sendo até criada uma revista específica sobre A Exposição de 1922. A revista *A Exposição de 1922* foi lançada com a

²⁰⁰ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 564.

²⁰¹ Id. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a, p. 372-375.

²⁰² Ibid., p. 432-434.

²⁰³ MELO, Victor. As camadas populares e o remo no Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX/XX, **Revista Movimento**, 2000, Ano 6, n. 12, p. 64. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2501/1145> Acesso em: 23 mar. 2008. AUGUSTO, Emília Carolina Bispo dos Santos. Olho no lance: futebol e modernidade na crônica de Lima Barreto. **Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**: “Usos do passado”. Rio de Janeiro, 2006, p.5. Disponível em: Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Emilia%20Carolina%20Bispo%20dos%20Santos%20Augusto.pdf> Acesso em 08 mai. 2015.

Incumbência de divulgar e promover tanto o planejamento da mesma, como anunciar os diversos produtos a serem expostos não só pelo Brasil, mas pelas demais nações amigas que participaram. No primeiro número da revista, lançado em julho de 1922, Pádua Resende pontuou que a mostra, a ser inaugurada no dia 7 de setembro, constituiria a ocasião para demonstrar o progresso brasileiro.²⁰⁴

Essa participação da imprensa na divulgação e enaltecimento das comemorações do centenário foi tão grande que *O Livro de Ouro Comemorativo do Centenário do Brasil e da Exposição Internacional do Rio de Janeiro*, publicado durante os encerramentos das festividades, reservou na sua segunda parte uma seção intitulada “A voz da imprensa”, a qual registrou a abordagem dada por este meio de comunicação ao centenário, além das várias edições especiais lançadas sobre o tema.²⁰⁵ Lima Barreto, como observador do cotidiano e leitor dos jornais, não deixou, então, de transformar isso em matéria literária, trazendo elementos que permitissem uma discussão sobre o modo como determinados setores da sociedade interpretavam suas experiências ao longo do tempo.

Numa crônica seguinte, Lima retomou sua discussão sobre as manipulações da memória acerca do passado brasileiro, dando continuidade à tão badalada comemoração da Independência do Brasil, através de um diálogo imaginário entre dois monumentos representativos de personagens envolvidos naquele momento histórico. A crônica “Pedro I e José Bonifácio”, publicada novamente na revista humorística *Careta* de 7 de outubro de 1922, tem como início a visita da estátua de José Bonifácio à do “real Pedro”.

Mal Pedro I encontrou-se com o seu antigo ministro, foi logo perguntando:

- Já falaram em nós?

- Qual o quê, Majestade! Nem pio!

[...]

- Não ouvi nada a respeito e tenho lido as gazetas; mas, nelas, coisa alguma encontro em que se fale de nós com referência à independência do Brasil.

- Mas, de quem falam eles, afinal?

- De Pedro Álvares Cabral, de Fernando de Magalhães, Vasco da Gama, de...

- Mas o que tem essa gente com o Sete de Setembro [...].²⁰⁶

O diálogo prossegue com a resposta de Bonifácio de que aqueles nomes nada têm com o Ipiranga, mas que os “comemorativistas” falam neles. Em seguida,

²⁰⁴ JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. **Jornal do Commercio**: cronista da História do Brasil em 1922. Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, 2010, p. 84.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 86.

²⁰⁶ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 565.

Bonifácio revela a Pedro I que Carlos Sampaio – prefeito do Distrito Federal e membro da Comissão do centenário – até arranhou dois marcos da fundação da cidade, “para homenagear Estácio de Sá, por ocasião do centenário de nossa emancipação política”.

- Dois!
- Dois, sim, Majestade!
- Como?
- É verdade. Um é da metade, por aí assim, do século passado; e foi fincado, por deduções históricas de um historiador desse tempo.
- E o outro?
- O outro? O outro, ele o achou na Igreja dos Capuchinhos, no morro do Castelo; e, por ocasião de iniciar a demolição do morro e da mudança dos respectivos religiosos, Sampaio o levou em carreta, com toda a solenidade, para a nova residência dos freis barbados.
- Este também foi por deduções, que...
- Não, Majestade. Este último parece autêntico. [...].²⁰⁷

Diante dessa situação, “Sua Majestade”, desapontada, despede-se de Bonifácio afirmando que não faria mais “independência” e cada um segue “para suas respectivas casas”. Três aspectos chamam nossa atenção nessa crônica. O primeiro é referente à continuidade da análise de Lima sobre as notas dadas pela imprensa ao centenário. As personagens-monumentos recorrem às “gazetas” para se informarem acerca das comemorações.

Com aquele diálogo ficcional, Lima desautoriza a memória forjada pela imprensa, pois os próprios participantes da proclamação da independência em 1822 não se vêem representados nas festividades do centenário. Esse aspecto fica ainda mais acentuado, uma vez que os personagens são monumentos, ou seja, já tinham sido incorporados à memória histórica nacional. Mais uma vez o cronista salienta a seleção do passado, que é arbitrária e deslocada do próprio passado, realizada pela rememoração e sua relação com o presente.

A participação da ciência histórica nessa seleção, legitimando o presente ao relembrar certos momentos do passado e promover o esquecimento de outros, é assinalado pelo autor (algo que já notamos em outros momentos de sua produção literária, principalmente no capítulo anterior). O segundo aspecto que destacamos da crônica “Pedro I e José Bonifácio” é justamente o modo como, no diálogo, é explicitada a presença de um historiador na ratificação de um novo marco de fundação da cidade.

²⁰⁷ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 565-566.

Marco histórico da fundação da cidade, o Castelo era reverenciado também por abrigar as igrejas de São Sebastião do Castelo (a dos Capuchinhos), onde estavam os ossos de Estácio de Sá, e a de Santo Inácio (dos jesuítas), transformada, posteriormente, em Hospital Militar e sede da mais antiga faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. [...]. Moradia de uma população pobre de cerca de cinco mil pessoas, distribuídas em mais de 400 casas, no dizer de Luiz Edmundo, “os que desceram na escada da vida, vão morar para o alto”, o morro era um marco constante da vida cotidiana da capital do país. Lugar de magia e misticismo com a missa dos Barbudinhos, às sextas-feiras pela madrugada, e com as “casas de pretos”, onde a macumba ressoava [...].²⁰⁸

Esse lugar de memória, no entanto, teve uma parte demolida para abertura de ruas largas onde se construíram pavilhões para a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Isso havia gerado uma grande discussão sobre se havia sentido a destruição de um marco histórico da fundação da cidade. Dez anos antes, o secretário geral do IHGB, José Vieira Fazenda - aquele mesmo cuja narrativa histórica foi objeto de crítica por parte de Lima, e que era tido por especialista na história da cidade do Rio de Janeiro -, declarou:

Não me incluo, pois, no número de muita gente para quem a derrubada do Castelo constitui o maior atentado que se poderia fazer à tradição da cidade [...]. Pode-se conciliar a tradição com o *salus populi* e a remodelação de nossa urbs. Não quebrem o padrão da fundação da cidade, não atirem na Sapucaia os ossos de Estácio de Sá, fica salva a Pátria.²⁰⁹

Segundo Motta, isso evidencia a dificuldade em se conciliar “os valores da modernidade com os da memória e da tradição.”²¹⁰ O que podemos inferir também, a partir da declaração do membro do IHGB, é a expectativa de ver o Brasil no grupo das chamadas nações modernas, algo tão almejado com os festejos do centenário, como também promover um esquecimento de uma parte do passado. Os vestígios do “fundador português” da cidade poderiam até ser preservados, mas o Morro do Castelo, com suas características que sinalizam a permanência do passado colonial e dos negros na cidade, deveria ser suprimido. Ou seja, uma clara hierarquização dos vestígios do passado histórico, tornando indignos de preservação aqueles que não se “encaixavam” na narrativa pretendida.

Já o *Jornal do Brasil*, por sua vez, realizou uma intensa campanha contra a destruição. Enquanto o prefeito da cidade do Rio, Carlos Sampaio, afirmava que o Castelo podia ser comparado a um “dente cariado” na linda boca era a baía da

²⁰⁸ MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, 1992, p. 54-55

²⁰⁹ Apud *ibid.*, 63.

²¹⁰ MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, 1992, p. 63.

Guanabara, o *Jornal do Brasil* via o morro como “uma pérola a engastar na jóia suntuosa que a Providência pousou à beira do Atlântico”. Esse jornal considerava um “sacrilégio” a destruição do morro, mostrando-se indignado com a “indiferença do carioca que é sempre ingrato [...] para as tradições, para as nossas coisas [...]”.²¹¹

Na visão dos defensores da destruição do morro, os melhoramentos na capital eram necessários. O Morro do Castelo representava para eles a desorganização sanitária com os surtos de varíola e febre amarela, o atraso, contrastando com a imponente e moderna avenida Rio Branco que ficava a apenas 20 metros dele.²¹² Além disso, como vimos, esse lugar era ocupado por uma população bem heterogênea, o que “contrariava um dos pilares mais evidentes” dos defensores da “modernização urbana, a qual seja, a organização funcional do espaço que condenava a mistura de usos e classes sociais diversos”.²¹³

Percebemos como Lima estava atento a esse debate, apropriando-se desse contexto para elaborar e publicizar sua reflexão sobre a relação do poder público e da imprensa com a memória da Independência do Brasil, promovendo, por conseguinte, através do diálogo entre as estátuas, uma outra discussão concernente ao momento, a qual discutimos linhas acima: a História, a partir de padrões da moderna ciência, e sua colaboração na legitimação do regime republicano.²¹⁴ Nesse sentido, o segundo marco de fundação encontrado, relatado no diálogo, é considerado autêntico, pois não foi algo realizado por deduções históricas.

Lima se mostra, nesse texto, incrédulo quanto à cientificidade da historiografia da época e mais preocupado com o processo de legitimação da memória e da tradição. O último aspecto que podemos sinalizar da crônica em destaque é a imagem que constrói de monumentos que descem dos pedestais. Lima opera uma desmonumentalização de figuras históricas, o que indica, como foi apresentado na sua primeira crônica discutida nesse item, os elementos inventivos presentes na rememoração do passado e suas relações com questões sociais, políticas e culturais do presente bem como sua crítica ao enquadramento da memória. Michael Pollak afirma que

²¹¹ Apud MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos: a questão nacional no Centenário da Independência**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, 1992, p.62-64.

²¹² JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. **Jornal do Commercio: cronista da História do Brasil em 1922**. Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, 2010, p. 76.

²¹³ MOTTA, Marly Silva da. Op.cit., p. 58.

²¹⁴ GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009, p. 24-25.

O controle da memória [...] é efetuado nas organizações mais formais pelo acesso dos pesquisadores aos arquivos e pelo emprego de “historiadores de casa”, sendo que, além da produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento da memória são os objetos materiais: monumentos, museus, etc.²¹⁵

E é justamente a partir de monumentos (as estátuas de D. Pedro I e José Bonifácio) que Lima representa o enquadramento da memória realizado durante as comemorações do centenário da Independência, suscitando uma discussão acerca dos laços entre memória, identidade e trabalho do historiador. Fernando Catroga traz argumentos que permitem elucidar melhor a compreensão dessas relações. Esse autor destaca que “a historiografia chega mesmo a fornecer credibilidade científica a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação”.²¹⁶ Durante os festejos do centenário, inclusive, foi até promovido um congresso internacional de História da América sob responsabilidade do IHGB²¹⁷ e, ao longo das primeiras décadas do século XX, procurou-se rediscutir a história brasileira, havendo disputas entre grupos políticos pela “escolha” de novos heróis nacionais que se iniciaram ainda na última década do século XIX²¹⁸ (contexto bem aludido por Lima na obra *Os Bruzundangas* a qual abordamos acima).

Lima era sensível a essas situações e acabou problematizando-as por meio de sua escrita. Meses antes de publicar o diálogo entre as estátuas, já havia realizado uma discussão que envolvia a relação entre monumentos, espaços da cidade e legitimidade política. Em 4 de março de 1922, na mesma revista *Careta*, sob o pseudônimo Jonathan, o narrador da crônica “As estátuas e o centenário”, expõe sua opinião sobre a Exposição do Centenário de forma entusiasmada como muitos periódicos da época. Logo depois, passa a comentar sobre os possíveis monumentos que o Brasil receberia de outras nações devido a tal comemoração.

A Espanha presenteou a Argentina, se não falha a memória com um magnífico monumento a Cristovão Colombo; Portugal vai presentear-nos com alguma coisa, mas, depois de acabado o certâmem, leva-a para lá. Há, entre as crianças, ao brincar, um prolóquio, ou que outro nome tenha, que diz: quem dá e torna a tomar, no inferno vai parar...

²¹⁵ POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989, p.10.

²¹⁶ CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009, p. 46.

²¹⁷ JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. **Jornal do Commercio**: cronista da História do Brasil em 1922. Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, 2010, p. 83.

²¹⁸ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das Almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 35-73.

Talvez não haja aplicação ao caso do nosso ilustre antepassado, mas...²¹⁹

Nessa primeira parte da narrativa, percebemos como o narrador criado por Lima de entusiasta se torna mais um crítico, pois quando se refere à tomada do presente por Portugal, faz uma alusão ao passado usurpador de nossa antiga metrópole, marcando o caráter separatista daquele momento de emancipação política brasileira a ser comemorado. Em linhas acima, já havíamos notado como Lima foi crítico da proposta da prefeitura de construir um monumento no morro do Castelo que simbolizaria a união ente Brasil e Portugal. Mas sigamos com a narrativa.

Jonathan, em seguida, menciona a oferta de uma estátua do último imperador asteca pelo embaixador mexicano e a intenção dos “homens dos Estados Unidos, de Londres e da Palestina”²²⁰ [de] presentear-nos com a estátua do “Sr. Carlos Sampaio, herói da City de Wall Street, da “Melhoramentos” e do morro do Castelo, à vista dos serviços lhes tem prestado. Que honra nossa!”.²²¹ Já nesse ponto a ironia do narrador tem relação aos gastos com aquelas modificações na cidade para os festejos. Como apontado acima, o Brasil passava por uma crise financeira, e pensava-se em monumentalizar o prefeito da cidade que deveria estar preocupado com as necessidades de sua população ao invés de contrair empréstimos internacionais para forjar uma imagem positiva para sua própria administração.

Surama Pinto afirma que, “com carta branca concedida por Eptácio Pessoa para transformar o Rio de Janeiro numa espécie de vitrine [...], Sampaio conseguiu 50 mil contos de réis, avalizados pelo governo federal, para movimentar diversas frentes de obras”. A própria imprensa o denominava de o “mordedor esperto” por sua capacidade em conseguir empréstimos com os Estados Unidos.²²² E, para arrematar sua narrativa, apresentando aos leitores a ideia de silenciamento sobre certos espaços da cidade com vista a legitimar o presente de seus governantes, assim escreve Jonathan:

A chenfradura eterna do morro do Estácio de Sá será o fundo do monumento imortal. Eris perenis...
O monumento de bronze e mármore ao Augusto Eptácio será oferecido pelo Centro Paraibano [...]

²¹⁹ BARRETO, Lima. **Sátiras e outras subversões**. Organização Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016, p. 153.

²²⁰ Ibid., p. 153-154

²²¹ Ibid., p. 154.

²²² PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados...**: o jogo político na antiga capital federal. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2011, p. 221-222.

Eis aí o que se sabe até agora ao certo sobre ofertas de monumentos de países estrangeiros ao Brasil.²²³

Ao dar continuidade à sua “cobertura do centenário na revista *Careta* de 7 de outubro de 1922, o autor revela que, por motivos de saúde, não pôde acompanhar as comemorações do centenário. “Não vi a parada naval; não vi os fogos-de-benguela da praia de Botafogo; nada vi, enfim nem mesmo a exposição propriamente dita”. Diante dessa situação, ele esclarece ao leitor como aproveitou esse tempo em casa para “estudar certas feições especiais dessa grandiosa comemoração. [...] É muito simples. Leio com o maior cuidado os jornais [...]”.²²⁴

Novamente, o autor vai realizar ácidas críticas ao destaque dado aos eventos esportivos como na crônica do dia 30 de setembro. Contudo, nessa de outubro, como o seu próprio título sinaliza – “Congressos” – Lima se debruça sobre os congressos que faziam parte dos festejos do centenário.

Outra feição própria da atual “comemoração” é a quantidade de “congressos” que estão funcionando, inclusive o “nacional”, de que ninguém dá fé.

Tenho estudado com afinco os seus programas; e, com o mais rigoroso método científico, procurando estabelecer uma regra geral para eles. Horas e dias, passo a comparar o dos “Meias para Homens e Senhoras” com o de “Eixos e Rodas para Carruagens”, com o de “Passarinhos em Gaiolas e fora delas”, com o do de “Micróbios Lunares” e tantos outros, para chegar afinal à lei geral que os rege. Não chego, não cheguei e, talvez, não chegarei nunca a uma solução satisfatória e rigorosamente científica.

Entretanto, empiricamente, posso afirmar que, o programa comum a todos eles, quer se trate do de “Batráquios e Répteis”, quer se trate do da “Navegação a vapor, na Idade Média”, ou outro qualquer consiste:

1º dia – Inauguração. Banda de música. Hino nacional. Discurso do presidente.

2º dia – Chá-dançante, para estudo das teses para debater.

3º dia – Subida do Corcovado e apreciação empolada de la naturezaza.

4º dia- Passeio na Avenida e adjacências ainda para estudo de teses.

5º dia – Espetáculo no Municipal, em chinês.

6º dia- Football, etc.

7º dia – Encerramento. Banda de Música. Hino Nacional. Discurso do presidente, concluindo, segundo um filósofo chinês, que o mais sábio é não agir.

Eis aí.²²⁵

Com essa apreciação, vemos, inicialmente, a explicitação de Lima quanto ao seu “método” de análise dos festejos do centenário. As suas “fontes” foram os jornais, corroborando ainda mais a nossa visão de que esse autor travou um embate contra a memória produzida pela imprensa da época referente àquele evento.

²²³ BARRETO, Lima. **Sátiras e outras subversões**. Organização Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2016, p. 154.

²²⁴ Id. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 567.

²²⁵ Ibid., p. 567-568.

Podemos notar também como parodia o discurso oficial em relação à realização de congressos científicos durante a Exposição de 1922, destacando mais seu caráter festivo do que propriamente preocupado com o avanço da ciência no país. A representação desse centenário como um edifício de bela fachada e pobres fundações, pelo exposto, foi a visão crítica de Lima da tentativa oficial de mostrar o país como uma nação moderna possuidora de um regime político que a conduziria, inexoravelmente, ao progresso.

Ao seguir essas linhas escritas por Lima acerca das comemorações do centenário da Independência do Brasil, notamos como esse autor promoveu uma discussão pertinente quanto às relações entre memória, história, legitimação política, identidade e espaço urbano. Nesse sentido, o autor se mostra contrário à memorização forçada trazida por essa comemoração convencionada com vistas a um fechamento identitário comum. Como vimos, seu olhar estava voltado para a representação de memórias mais plurais que poderiam, inclusive, ser evocadas no próprio espaço urbano carioca, como bem o fez em *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá*.

4.3 A busca por outras memórias, outros saberes: a oralidade em Lima Barreto

Na estratégia barretiana de apresentar aos leitores outras memórias possíveis, observamos a presença marcante da oralidade em sua escrita. Ao longo deste trabalho, percebemos que o recurso à oralidade foi um elemento cultural integrante de sua existência desde a sua juventude. Dois momentos que descrevemos logo no início do texto exemplificam muito bem como a oralidade forneceu bases para a sua formação como cidadão e escritor.

A busca pelas origens da avó Geraldina o levou a percorrer certos trechos da cidade, norteado por “frases ouvidas” em seu “âmago familiar”.²²⁶ Nas suas lembranças permaneciam as histórias, as quais lhe eram contadas de modo inalterável repetidas vezes, do preto velho Manuel de Oliveira.²²⁷ Por meio delas,

²²⁶ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 131.

²²⁷ Id. *Toda crônica*: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 361-363.

Lima conheceu uma parte do passado da escravidão e tomou conhecimento dos meios de sobrevivência e obtenção de liberdade.

A narrativa oral em África se constitui no principal meio de transmissão e preservação de saberes, compondo e recompondo sua história e, conseqüentemente, suas identidades. Nessa tradição africana, os griots, que podem ser homens ou mulheres, têm papel destacado. São eles que transmitem aos mais novos as memórias e os saberes de um povo, estabelecendo uma ligação entre as gerações.²²⁸

Ao serem submetidos à escravidão e trazidos aqui para o Brasil, os griots passam a ter uma missão diferenciada ao da executada na África. Além de produzir e transmitir uma narrativa de informação e preservação, eles também precisam elaborar uma narrativa de resistência diante do discurso dominante já “petrificado” pela escrita. Desse modo, busca-se apresentar o outro lado da história, proporcionando às gerações mais novas o conhecimento de sua “verdadeira” história e construção de sua identidade, bem como favorecendo o aprendizado da defesa contra a opressão do discurso oficial e da luta contra o preconceito.²²⁹

Lima apresentava a incorporação dessa tradição já num dos seus primeiros ensaios de produção narrativa ao apresentar um diálogo entre personagens que rememoram a sua passagem da África, como escravizados, para o Brasil enquanto aguardavam o rumo que deveriam tomar na fuga que então realizavam (trata-se aqui do esboço da peça *Os negros*, vista também no primeiro capítulo). O respeito à oralidade ancestral africana continua nos seus textos publicados.

Na crônica em que relata suas conversas com Manuel, percebemos, nitidamente, como esse exercia a função do griot aqui no Brasil. Algo que se repete na preta velha Maria Rita com sua cantiga apresentada a Quaresma e Albernaz. O contato de Lima com narrativas orais de descendentes de africanos não só se deu no seu núcleo familiar. Além de Manuel, que Lima conheceu ainda na infância na Colônia de Alienados na qual seu pai João Henriques trabalhou, o literato também

²²⁸ FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar de memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. Orientador: Marcos Antônio Alexandre. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, p. 24

²²⁹ Ibid, p. 27.

dialogou com outros internos durante, principalmente, os finais de semana em que retornava de Niteroi onde estudava nos demais dias.²³⁰

A inauguração de Colônias de Alienados, em 1888, tinha “o objetivo inicial de recuperar mendigos e indivíduos ociosos, recolhidos na cidade do Rio”. Dentre as pessoas que eram enquadradas nessa categoria, não eram poucos os indivíduos mais velhos e negros que se viam presos à condição de mendicantes e isso “por causa das poucas oportunidades de emprego e de colocação”. Schwarcz relembra que muitos desses sujeitos foram levados a essa situação como consequência da Lei dos Sexagenários e da Lei Áurea que não estabeleciam garantias de inserção social adequada para os libertos, ainda mais para aqueles em idade avançada.²³¹

Essa autora também destaca que “eram muitos os vínculos entre escravizados e loucura, na falta de melhor termo para lidar com a improbidade com que o tema do desamparo foi tratado pelo Império e depois pela República”. Com o decreto nº 508, de 21 de junho de 1890 – mesma época da contratação de João Henriques – as colônias foram destinadas somente aos alienados indigentes vindos do Hospício Nacional de Alienados,²³² o que deve ter aumentado a lotação de homens negros velhos naqueles espaços e sua presença na infância de Lima. Outro espaço de convivência no qual Lima também teve oportunidade de ter acesso às narrativas orais foi nos subúrbios com sua grande parcela de população negra.

Lima passou a viver num deles, o de Todos os Santos, a partir de 1902. Nas suas ruas, botequins e nas suas estações de trem para o centro da cidade, Lima conviveu com seus moradores dos quais observava e participava de suas conversas, bem como transformou em matéria literária seu cotidiano tão diverso social e culturalmente. Como exemplo de aspecto cultural observado por Lima nos subúrbios, vale assinalar a religiosidade de matriz africana que tem sua transmissão realizada por seus rituais e pela oralidade de seus praticantes (rever acima no item 3.3 o conto “O moleque” no qual Lima descreve o cotidiano dos subúrbios cariocas).²³³

Nesse capítulo, vimos como a tradição oral também é um elemento que norteia Lima nas suas narrativas que buscam trazer à tona um passado da cidade do Rio que estava sendo apagado pela reforma urbana. Já nesse último item, nosso

²³⁰ SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 94-98.

²³¹ Ibid., p. 79-80.

²³² Ibid., p. 80.

²³³ Ibid., p. 176-187.

objetivo será apresentar que a incorporação da oralidade por Lima, além de trazer os anônimos para a cena da cultura histórica – principalmente os negros –, visava subverter formas narrativas já consolidadas, vislumbrando a emergência de novos saberes que estavam sendo historicamente relegados pelo pensamento hegemônico branco ocidental. Jorge Augusto Silva, no artigo “O devir negro na literatura brasileira: notas sobre a oralidade em Lima Barreto”, afirma que

[...] A relação entre a escrita e a civilização marcam a modernidade ocidental, pois, a Europa capitaliza a tecnologia da escrita alfabética para afirmar a partir dela, não apenas uma diferença em relação aos povos ágrafos, às culturas baseadas na oralidade, ou às que tinham forma diversa de grafia, mas para erigir a escrita alfabética como marca de superioridade cultural.

A escrita é uma das características centrais pelas quais o ocidente europeu irá embasar dois argumentos centrais utilizados para legitimar a colonização e o genocídio dos povos africanos e ameríndios, a saber; a) a exclusividade da experiência histórica, pois, se os povos não europeus não tinham escrita também na tinham história; b) um estágio avançado no percurso civilizatório. [...].²³⁴

Nesse sentido, são relegados para um segundo plano, como inferiores e expressões não-civilizadas, duas experiências importantes na fabulação da existência do homem e das sociedades: a oralidade e a memória. Lima Barreto vai na contramão desse pensamento - daí fica mais claro o motivo das críticas que recebeu quanto ao seu suposto descuido com a língua portuguesa -, pois investe na oralidade como código primeiro de sua produção literária.

Lima vê na oralidade um modo comunicativo potencialmente revelador da história dos grupos marginalizados e sua capacidade de resistência cultural. Em *Recordações do escrivo Isaías Caminha*, o seu personagem-narrador, quando já se encontrava na capital federal, relembra um momento de sua infância no ambiente doméstico do interior.

Vinha o chá, nós ficávamos a tomá-lo e ao menor ruído minha mãe vinha do interior da casa para saber se meu pai queria alguma coisa. Acabado o chá, eu ainda ouvia “história” da tia Benedita, uma preta velha, antiga escrava do meu reverendo pai. Eram cândidas histórias da Europa, coisas dedicadas de paixões de príncipes e pastoras formosas que a sua imaginação selvagem transformava ou enxertava com combates de gênios maus, com malefícios de feiticeiras, toda uma ronda de forças poderosas e inimigas da feliz vida dos homens. [...].²³⁵

Segundo Amanda Ferreira, a velha contadora de histórias em África se torna a mãe preta no Brasil. Esta, no seu contato direto com os filhos do homem branco,

²³⁴ SILVA, Jorge Augusto. O devir negro na literatura brasileira: notas sobre a oralidade em Lima Barreto. *Fólio – Revista de Letras*. Vitória da Conquista. 2018, n.2, vol.10, p. 137-138

²³⁵ BARRETO, Lima. *Recordações do escrivo Isaías Caminha*. Erichim: EDELBRA, [2000?], p. 51

narra-lhes histórias africanas ou até insere nas histórias de outra matriz cultural modificações que permitem que sua memória e cultura sejam perpetuadas “por meio da boca do filho do colonizador branco”.²³⁶ Isaías era filho de um homem branco, que possuiu escravos e deixou o sacerdócio na Igreja Católica, com uma mulher negra. Pelo trecho acima fica claro que a “tia Benedita” era uma ex-escrava que permaneceu, após a sua abolição, como serviçal do antigo padre.

E a lembrança de Isaías, registrada na sua autobiografia, transmite essa forma de resistência negra por meio da oralidade. Notemos que a palavra história é grafada entre aspas, o que indica a intenção do narrador de marcar “uma inflexão sobre o que seria história (re)inventada (a ficção criada pela tia a partir de outra, europeia) e o história “original” (a advinda das informações obtidas, de uma forma ou de outra, da cultura europeia)”.²³⁷ Também vale observar que o narrador nomeia a memória da tia de “selvagem”, o que, por sua vez, denota que a educação formal recebida era de natureza eurocêntrica pela qual, como vimos, a oralidade era uma forma de recordar o passado inferior.

Isso só reforça a resistência cultural da tia, pois, mesmo com um ouvinte com aquela perspectiva, é por meio dele que sua memória se propaga. Outro detalhe importante da história dessa preta velha é a inserção de elementos culturais que remetem ao medo que os brancos escravocratas sentiam de seus negros no tocante a suas revoltas que poderiam resultar em fugas e assassinatos de seus senhores. Acerca disso, Ferreira acrescenta que as modificações nas cantigas e lendas destinadas às crianças brancas não visava agradar o senhor.²³⁸

Josiley de Souza, no seu estudo sobre a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil, afirma que “o negro escravizado e suas expressões culturais, forçados a habitarem uma nova terra, entraram em diálogo com esse novo lugar e se recriaram, transmutaram-se para persistirem numa cultura afro-brasileira”.²³⁹ Às

²³⁶ FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar de memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. Orientador: Marcos Antônio Alexandre. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, p. 28.

²³⁷ BEZERRA, Fernando Salomon. **Lima Barreto e Roberto Arlt: transições e permanências da memória selvagem**. Orientador: Marcos Antônio Alexandre. 2015. 149f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015, p. 51-52.

²³⁸ FERREIRA, Amanda Crispim. Op.cit., p. 28.

²³⁹ SOUZA, Josiley Franciso de. **Do canto da voz ao batuque da terra: a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil**. Orientadora: Sônia Queiróz. 2012. 201 f. Tese (Doutorado em

histórias românticas europeias (muitas delas também originárias de narrativas orais) contadas a Isaías, tia Benedita incorporava “combates de gênios maus, com malefícios de feitiçarias, toda uma ronda de forças poderosas e inimigas da vida feliz dos homens”.

Ao lado das revoltas escravas, havia no imaginário social dos escravocratas o medo de que os seus escravizados domésticos se utilizassem de feitiços e venenos para provocar a sua morte. A obra *Vítimas-algozes: quadros da escravidão* de Joaquim Manuel de Macedo, lançada em 1869, representa esse medo. Macedo estruturou essa obra, de caráter abolicionista, em três novelas: “Simeão, o crioulo”, “Pai-Raiol”, o feiticeiro” e “Lucinda, a mucama”. Com essas histórias, o autor procura defender a tese de que os principais prejudicados com a escravidão são os donos de escravizados.

Os senhores escravocratas, na visão de Macedo, estavam se tornando as verdadeiras vítimas das rebeldias e agressividades dos seus escravizados. Desse modo, argumenta que a melhor solução para tal cenário seria a emancipação. Especificamente, a segunda novela traz um escravizado que era feiticeiro e a forma que encontrou para matar os seus senhores foi o envenenamento. Macedo carrega na dramaticidade e representa, de forma bem preconceituosa, as práticas de curandeirismo e feitiçaria trazidas da África.

O feiticeiro das fazendas e dos estabelecimentos rurais, ainda mais dos mais modestos, é, se infelizmente entre os escravos existe, o negro herborário, o botânico prático que conhece as propriedades e a ação terrível de raízes, folhas e frutas que debilitam, enlouquecem, e fazem morrer o homem; que abatem com as forças físicas a força moral do homem, e ao eles chamam – amansar o senhor; que excitam a luxúria, e os instintos animais; que atacam o cérebro e corrompem a razão; que envenenam pouco a pouco dilacerando o estômago e os intestinos até matar no fim de horríveis tormentos, ou que de repente, em poucas horas, em breves minutos assassinam, como o tiro de bacamarte, mas sem o ruído do tiro do bacamarte.²⁴⁰

A recordação de Isaías das histórias de tia Benedita remete ao perigo dessa violência silenciosa que os escravizados poderiam perpetrar contra seus senhores, bem como a cantiga da preta velha Maria Rita fazia referência à violência física. Essa memória transmitida oralmente é trazida para o texto barretiano, desafiando as estratégias de seu apagamento por uma escrita oficial.

Literatura Comparada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, p. 13

²⁴⁰ MACEDO, Joaquim Manel de. *Vítimas-algozes: quadros da escravidão*, p. 40. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br Acesso em: 25 nov.de 2018

A necessidade de trazer ao público a permanência da circularidade dessa memória oral pela sociedade de sua época, fez com que Lima realizasse a busca de muitas narrativas orais entre moradores da cidade do Rio de Janeiro e procurasse relembrar algumas que ouviu durante a sua infância. Entre suas anotações pessoais, percebemos que, no ano de 1910, Lima, paralelo ao trabalho de elaboração do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, registrou algumas narrativas orais que lhe haviam sido contadas por homens e mulheres nascidos no Rio e em outros estados, sendo que em boa parte delas tomou o cuidado de indicar abaixo o nome de seus contadores.²⁴¹

Notamos que nessas histórias predominavam animais (com destaque para o macaco) como personagens, os quais apresentavam capacidades humanas, como a fala, e se relacionam com as pessoas. Novamente temos aspectos das narrativas orais que eram transmitidas pelas pretas velhas. Naquele processo de modificação das histórias de outras culturas e inserção de elementos de matriz africana, Ferreira, citando Gilberto Freire, aponta que muitas negras velhas acrescentavam histórias africanas, principalmente de bichos, às portuguesas.²⁴²

Além dos bichos, havia entre os personagens príncipes e princesas, gigantes e madrastas, sendo que, nas narrativas registradas por Barreto, os príncipes também estavam entre os protagonistas. Em 1919, Lima torna públicas essas narrativas por meio do jornal *Hoje*, intitulando a coletânea de “Mágoas e sonhos do povo”. Na parte final da sua introdução, o autor justifica a elaboração desse trabalho:

[...] devido à ignorância, [...] que tenho dessas coisas de folclore, eu não me animo a asseverar que a minha generalização possa ser de qualquer forma certa; e o intuito dessas linhas não é esse. O que elas visam, é explicar as razões por que fui levado a procurar, na conversa com homens e raparigas do povo, obter narrações, contos, etc de origem popular, sem mesmo indagar se eles foram publicados, e dar nesta revista o resultado das minhas conversações com gente de toda a parte. Sou homem da cidade, nasci, criei-me e eduquei-me no Rio de Janeiro; e, nele, em que se encontra gente de todo o Brasil, vale a pena fazer um trabalho destes, em que se mostre que a nossa cidade não é só a capital política do país, mas também a espiritual, onde se vêm resumir todas as mágoas, todos os sonhos, todas as dores dos brasileiros, revelado tudo isso na sua arte anônima e popular.²⁴³

²⁴¹ BARRETO, Lima. *Diário íntimo*: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a, p. 141-156

²⁴² FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar de memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. Orientador: Marcos Antônio Alexandre. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, p. 28.

²⁴³ BARRETO, Lima. *Coisas do Reino do Jambon*: sátira e folclore. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b, p. 246.

Notamos nessa preocupação de Lima com o folclore uma articulação “com o esforço de segmentos que há várias gerações buscam descobrir o perfil da nação brasileira”.²⁴⁴ Raphael da Silva afirma que

[...] Desde o Romantismo, no qual surge a problemática do folclore, passando pela inquietação cientificista dos literatos da segunda metade do século XIX, o que se evidencia no conjunto de toda essa produção é o modo como é permeada de visões representando projetos políticos de todos os matizes ideológicos, dos mais conservadores aos mais radicais. [...].²⁴⁵

Lima se mostra fiel à agenda de certos membros da geração de 1870 que preconizavam a inclusão de tradições populares como cantos e contos anônimos na busca pela compreensão do processo de formação da identidade nacional. José Veríssimo, por exemplo, ainda 1890 no seu *A educação nacional*, recomendava a inclusão no ensino de história de contos dos poetas e de lendas populares, uma vez que esses constituíam “produtos das mesmas forças emotivas que o povo” continha.²⁴⁶

Dois anos antes dele, o sergipano Sílvio Romero, na sua conhecida *História da literatura brasileira*, dedica todo um capítulo – “Tradições populares: cantos e contos anônimos. Alterações na Língua Portuguesa no Brasil” - à análise a ação das três raças nos contos e lendas populares e suas influências na língua portuguesa.²⁴⁷ Entretanto, Lima busca se distanciar, em certa medida, da forma e dos critérios de muitos estudiosos daquelas narrativas populares que, norteados pela perspectiva cientificista, procuravam coligi-las e analisá-las com o intuito de aprisioná-las num significado, retirando-lhes a espontaneidade e suas readequações ao meio social de onde foram extraídas.

Tanto é que no trecho acima Lima deixa claro que a sua visão sobre as histórias que lhe foram contadas não tem como objetivo de ser vista como a “correta” (“[...] não me animo a asseverar que a minha generalização possa ser de qualquer forma certa; e o intuito dessas linhas não é esse.”) Muito menos se

²⁴⁴ SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da. Os macaquitos na Bruzundanga. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em cousas miúdas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 174.

²⁴⁵ Ibid., p. 173.

²⁴⁶ VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985, p. 101 (Série Novas Perspectivas).

²⁴⁷ ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Organização: Luiz Antonio Barreto. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju: UFS, 2001 (Edição comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Sílvio Romero), p. 123-137

preocupa se as narrativas já tenham sido registradas, pois o que importa é perceber como aquela arte anônima expressava as expectativas e angústias do povo.

Outra diferença no registro feito por Lima das narrativas orais é sua identificação dos seus narradores, talvez objetivando fugir da idealização de trabalhos anteriores que se debruçaram sobre tais narrativas e dar certa visibilidade àqueles sujeitos históricos. Nas obras que inauguram a história da publicação de contos de tradição oral no Brasil – *Contos Populares do Brasil* (1897), de Sílvio Romero, *O selvagem* (1876), de Couto de Magalhães e *Serões da mãe preta* (1897), de Juvenal Tavares -, por exemplo, não há identificação dos contadores, mas somente do nome dos estados em que foram registradas.²⁴⁸

Segundo Raphael da Silva, essa preocupação de Lima, comum às gerações anteriores, no entanto, “é frequentemente associada, na trajetória do escritor, ao processo de descoberta da participação dos negros em sua identidade literária, com todas as repercussões negativas que isso acarretava no período em que o escritor elaborava sua obra”.²⁴⁹ E isso já aparece na introdução da coletânea de histórias “Mágoas e sonhos do povo” na qual destaca a presença de animais como personagens, marcando a forte identificação dos populares com a figura do macaco.

Este “é o símbolo da malignidade, de esperteza, da pessoa “boa na língua”, em luta contra a onça, cheia de força, mas traiçoeira e ingrata”, segundo a versão de um contínuo da Secretaria da Guerra e natural do Rio Grande do Norte, o ex-praça do Exército senhor Antonio Higino. Mas também ao macaco “os contos populares lhe emprestam alguma generosidade e alguma graça”.²⁵⁰ Lima considera que se o povo não o fez seu “totem”, possivelmente, de alguma forma, o fez “seu grande herói epônimo”, aquele responsável pelas suas principais características. Nos textos da coletânea “Sonhos e mágoas de um povo”, publicados em 16 de abril de 1919, o macaco é o grande protagonista. Lima diferencia o macaco nacional dos outros do

²⁴⁸ SOUZA, Josiley Franciso de. **Do canto da voz ao batuque da terra: a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil**. Orientadora: Sônia Queiróz. 2012. 201 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012, p. 37.

²⁴⁹ SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da. Os macaquitos na Bruzundanga. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em cousas miúdas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 174.

²⁵⁰ BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon: sátira e folclore**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b, p. 245.

planeta, afirmando que “o nosso macaquinho” não tem aspecto de força, mas astúcia com a qual procura “vencer dificuldades e evitar lutas desvantajosas”.²⁵¹

No início deste capítulo, vimos como Lima sofreu ao ter sua imagem associada à do macaco e, mais de dez anos depois desse episódio, ele indica uma representação positivada desse animal, invertendo o uso racista que se fazia daquela comparação entre negros e macacos. Lima representa o macaco como a imagem do povo brasileiro, passando por cima dos racialistas e suas expectativas de branqueamento da nação. Isso, naquele momento, estava tão latente nos discursos sobre a nacionalidade que, em 1920, caricaturas publicadas num periódico argentino dos jogadores de futebol da seleção brasileira nas quais eram assemelhados a macacos, levou alguns dos principais jornais cariocas a dedicarem várias notas de repúdio a tal iniciativa.²⁵²

Lima se envolveu também nessa polêmica, abordando-a de um ponto de vista contrastante “com as repostas indignadas dos jornalistas que acompanhavam o incidente”. Sarcasticamente, Lima buscou apaziguar os ânimos dos nacionalistas que se achavam ultrajados pelas caricaturas “e, ao mesmo tempo, sub-repticiamente”, elaborou uma crítica “de repercussões profundas, tanto no debate a respeito da identidade nacional como na construção de sua própria identidade”.²⁵³ Dessa forma, na revista *Careta* de 23 de outubro de 1920, assim se posicionou o escritor:

Precisamos nos convencer de que não há nenhum insulto em chamar-nos de macacos. O macaco, segundo os zoologistas, é um dos mais adiantados exemplares da série animal; e há mesmo competências que o fazem, senão pai, pelo menos primo do homem. Tão digno “totem” não nos pode causar vergonha.

[...]

Quase todas as nações, segundo lendas e tradições, têm parentesco ou se emblemam com animais. Os russos nunca se zangaram por chamá-los de ursos brancos; e o urso não é um animal tão inteligente como o macaco.

[...]

Não vejo motivos para zanga, nessa história dos argentinos chamar-nos de macacos, tanto mais que, nas nossas histórias populares, nós demonstramos muita simpatia por esse endiabrado animal.²⁵⁴

²⁵¹ BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon**: sátira e folclore. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b, p. 252.

²⁵² SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da. Os macaquitos na Bruzundanga. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em cousas miúdas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 159-162.

²⁵³ Ibid., p. 162-163.

²⁵⁴ BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b, p. 224.

Lima transforma o insulto em elogio, recorrendo à lógica de atribuição de símbolos às nações. O enaltecimento do macaco como símbolo nacional por Lima deve ser visto também como uma seleção que opera naquelas primeiras publicações de narrativas orais no Brasil a fim de trazer os elementos culturais de origem mestiça e africana para o palco principal da narrativa nacional. Segundo Raphael da Silva, Lima, como “conhecedor confesso das obras dos principais folcloristas de seu tempo e da geração anterior”, conhecia, certamente, os contos do jabuti - classificados como indígenas e citados nas compilações de Sílvio Romero e Couto de Magalhães -, “como autêntico símbolo da vitória da inteligência sobre a força bruta”.²⁵⁵

Contudo, Lima, nas suas pesquisas como folclorista amador, elege o macaco, “cujas histórias em que é protagonista foram consideradas por Sílvio Romero como de origem africana e mestiça”, o grande símbolo da astúcia.²⁵⁶ Nas histórias recolhidas por Barreto, o grande inimigo natural do macaco é a onça com quem, “no romancear do povo”, trava “um duelo de morte interminável”. Numa das histórias contadas pelo Antonio Higino, o macaco inventa uma história pela qual “Nosso Senhor” ia mandar um vento muito forte e só se salvaria quem estivesse bem amarrado. Diante disso, com medo, a onça pede ao macaco para lhe amarrar bem, já que não tinha mãos para fazer isso.²⁵⁷

O macaco a amarra e, depois de se certificar que a onça estava presa, dá-lhe uma surra de cipó e foge. Após ser solta por suas irmãs, a onça jura se vingar do macaco. A oportunidade veio quando estava num período de seca e a onça se escondeu próximo ao único lugar que havia água naquele momento, esperando pelo macaco. Mas este havia adivinhando sua intenção.

O macaco besuntou todo o seu corpo com melaço e se espojou num monte de folhas secas, ficando parecido com o ouriço-caixeiro com o qual a onça não tinha implicância. Dessa forma, bebeu água tranquilamente e adiando a vingança de sua inimiga.²⁵⁸ Michel de Certeau tem uma interpretação sobre o potencial da cultura

²⁵⁵ SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da. Os macaquitos na Bruzundanga. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em cousas miúdas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 175.

²⁵⁶ Ibid., lo.cit.

²⁵⁷ BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon**: sátira e folclore. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b, p. 254-255.

²⁵⁸ Ibid., p. 256.

popular que pode nos auxiliar na compreensão de mais um possível sentido que Lima talvez quisesse representar ao publicar essa história do macaco. Para Certeau,

[...] Uma formalidade de práticas cotidianas vem à tona nessas histórias, que invertem frequentemente as relações de força e, como as histórias de milagres, garantem ao oprimido a vitória num espaço maravilhoso, utópico. Este espaço protege as armas do fraco contra a realidade de ordem estabelecida. Oculta-as também às categorias sociais que “fazem história”, pois a dominam. E onde a historiografia narra no passado as estratégias de poderes instituídos, essas histórias “maravilhosas” oferecem ao público (ao bom entendedor, um cumprimento) um possível de táticas disponíveis no futuro.²⁵⁹

Como o povo se identifica com o macaco, Lima, por meio da história que registrou, representa anseios de grande parcela da população marginalizada e oprimida pelo Estado e pelas elites (a onça) de inverter as relações de força estabelecidas na sociedade. Se pensarmos no plano da representação, temos também operada outra inversão nessa narrativa, pois o povo (macaco) aparece como o protagonista e herói. Contudo, nem sempre o macaco consegue obter vantagem.

Numa história contada por sua vizinha, Dona Minerva Correia da Costa que era natural de Valença no Estado do Rio, Lima, no mesmo dia 16 de abril de 1919, narra as situações vividas pelo macaco após ter sido “troçado” pelas crianças por aparecer na rua vestido, mas com seu rabo ainda à vista. O macaco vai ao barbeiro e pede que corte seu rabo. Quando retorna à rua, as crianças agora o troçam pela falta do rabo.²⁶⁰

O macaco retorna ao barbeiro na tentativa de recolocar o rabo, o que é impossível. Diante disso, o símio lhe rouba a navalha. Mais adiante, ao encontrar uma mulher que não tinha uma faca para escamar um peixe, deu-lhe a navalha e em troca aquela lhe ofereceu uma refeição com o peixe que preparou e farinha. Após o almoço, o macaco quis a navalha de volta e a mulher não cedeu, levando o primeiro a carregar-lhe “um bom bocado de farinha”.²⁶¹

Depois disso, ele topou com uma professora que dava bolos de pau às alunas. “Ofereceu-lhe a farinha para fazer bolos” de verdade. Com isso, o macaco também se alimentou com os bolos. Depois de se despedir e, tendo andado um pouco, arrependeu-se e pediu a farinha à professora que se recusou, pois não a tinha mais.

²⁵⁹ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 85.

²⁶⁰ BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon**: sátira e folclore. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b, p. 253.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 253-254.

Como retaliação, arrebatou uma das crianças, a qual foi trocada por uma viola com um sujeito que encontrou mais a frente. Todavia, ao continuar sua caminhada se deparou com um obstáculo que não conseguiu superar: um largo rio que não podia atravessar.

[...] Pela primeira vez, depois de tantas aventuras, vencidas com facilidade, encontrava um obstáculo que a sua manha e sua astúcia não podiam vencer. Para consolar-se, resolveu cantar as suas proezas com acompanhamento de viola. Assim contou:

- Macaco com seu rabo arranhou navalha; com a navalha, arranhou peixe; com peixe, arranhou farinha; com farinha, arranjou menina, com menina, arranjou viola...

O rio, porém, continuava a correr mansamente em toda a sua largura intransponível. Viu bem que era impossível vadeá-lo. Não havia lábia ou astúcia que lhe valesse... Desesperado atirou-se nele para morrer.²⁶²

Notamos que nessa história o macaco é discriminado. Apesar de vestido como um ser humano, sofre com as troças das crianças por conta de uma parte específica de seu corpo. Mesmo quando a nega com a amputação, ainda assim é novamente perturbado. Uma leitura possível dessa narrativa é a representação da discriminação racial, o que endossa as considerações acima sobre a relação entre imagem do macaco e o racismo no Brasil.

Mesmo usando roupas consideradas elegantes ou até se tornando uma pessoa letrada como o próprio autor, a sociedade, muitas vezes, só ver a pigmentação da sua pele como uma marca social que a inferioriza. Lima deve ter se inclinado a registrar essa narrativa e torná-la pública para trazer esse tema, tão caro a sua literatura. A narrativa também faz referência ao cotidiano de lutas pela sobrevivência do macaco (povo) com suas várias artimanhas para ter alimento.

Quando não tinha mais o que fazer para se manter, vimos que, antes da resolução fatal, o macaco (povo) busca consolo na suas tradições culturais pelas quais narra suas vitórias “subterrâneas” cotidianas. Aqui nos referimos ao uso da viola e o canto produzido pelo macaco rememorando suas aventuras. Nesse trecho, Lima destaca hábitos condenados pelo critério utilitário de relacionamento social das elites da época, simbolizado pelo instrumento musical: a serenata.²⁶³ Esta, por sua

²⁶² BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon**: sátira e folclore. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b, p. 254.

²⁶³ Nos romances *Triste fim de Policarpo Quaresma* e *Clara dos Anjos*, Lima também traz a discussão acerca da simbologia da viola na cultura brasileira naquele momento por meio dos personagens Ricardo Coração dos Outros e do pai de Clara, respectivamente.

vez, estava relacionada a outro costume condenável que era a boemia, pois a viola ou o violão era presença constante nas rodas de estudantes boêmios.²⁶⁴

Além disso, a forma como são apresentadas essas histórias populares é bastante pertinente, se levarmos em consideração o contexto socioeconômico desses grupos sociais. As condições materiais de existência, no momento da publicação delas, tornavam-se cada vez mais precárias, exigindo das camadas subalternas mais artimanhas para garantir sua sobrevivência. Aliadas às dificuldades geradas pela política econômica do governo, ainda no fim do século XIX, com a emissão monetária contínua e câmbio baixo, tivemos ao longo daquele início do século XX falta de regulamentação legal dos salários e de moradia, aumento dos alugueis que foram agravados com a derrubada dos casarões e cortiços do centro do Rio pela reforma de Pereira Passos e pelo crescimento populacional, aumentos da tarifa de bonde, monopólio da carne vermelha e, partir de 1917, a excessiva especulação que se desenvolveu durante a Guerra Mundial com os gêneros de primeira necessidade.²⁶⁵

O recurso à oralidade como meio de apresentar a visão dos anônimos também norteou a produção do romance *Vida e norte de M. J. Gonzaga de Sá* no qual Lima procurou sinalizar um modo diferenciado para a escrita de biografias. Esse gênero era muito utilizado para a transmissão dos feitos memoráveis de sujeitos que se distinguiam por letras, armas e virtudes pelo IHGB, o que promoveu uma memória histórica enaltecida dos considerados grandes personagens da história pátria. Uma visão elitista de recordação do passado, portanto, que favoreceu ainda mais a marginalização das camadas populares na narrativa sobre a formação da nação.

O combate a essa marginalização se deu pela escolha do sujeito a ser biografado. Apesar de Manuel Joaquim Gonzaga de Sá ser um bacharel em letras pelo antigo Imperial Colégio Dom Pedro II e descendente dos fundadores da cidade do Rio, no momento em que o seu biógrafo o conhece ele vivia de seu trabalho como funcionário público do baixo escalão. A forma como justifica tal escolha endossa o objetivo de Lima em horizontalizar o direito de fazer parte do grupo dos

²⁶⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 46.

²⁶⁵ Ibid, p. 73-78.

memoráveis nacionais. Desse modo, o biógrafo Augusto Machado assim justifica sua opção:

A ideia de escrever esta monografia nasceu-me da leitura diurna e noturna das biografias do doutor Pelino Guedes. São biografias de ministros, todas elas, e eu entendi fazer dos escribas ministeriais. Por ora, dou unicamente subsídios para uma; mais tarde, talvez escreva as duas dúzias que planejo. Não há neste tentâmen nenhuma censura ao ilustre biógrafo, nem tampouco propósito socialista ou revolucionário de qualquer natureza. Absolutamente não! Obedeci, aliás muito inconscientemente em começo, à lei da divisão do trabalho; e, com isso, sem falsa modesta o digo, fiz uma importante descoberta que o mundo me vai agradecer.

[...] era fácil de ver que, exigindo a ordem obscura do mundo humano um doutor que cure, outro que advogue, forçoso era também que houvesse um biógrafo para os ministros e outro para os amanuenses.

[...] longe de ser um capricho, a publicação deste opúsculo é manifestação de uma grande e inevitável lei, a que me curvei e me curvo, como a todas as leis, independente de minha vontade.

[...].

Contudo, não me julgo com a verdade. Deus me livre de tal coisa! [...] É um estimulante que procuro, e uma imitação que tento, Plutarco e o doutor Pelino, mestres ambos no gênero, hão de perdoar esse meu plebeu intento, de querer transformar tão excelso gênero de literatura moral – a biografia – em específico de botica.²⁶⁶

Esse trecho traz mais uma dose da ironia que Lima costumava lançar mão para alfinetar desafetos e satirizar certas práticas sociais. Pelino Joaquim da Costa Guedes (1858-1919) de fato foi um biógrafo de figurões dos ministérios, mas também ocupou o cargo de diretor geral da Diretoria da Justiça no momento em que Lima tratava da aposentadoria de seu pai. A demora na resposta a sua requisição fez com que Lima formasse uma visão negativa de Pelino, considerando-o o tipo de funcionário público que bajula os poderosos e oprime os fracos.²⁶⁷

Outro aspecto relacionado à experiência pessoal do autor é a opção pela biografia de um funcionário público cujo cargo era o de amanuense, como fora Lima na Secretaria de Guerra. Mas, como temos acompanhado, essa incorporação de elementos de sua realidade tinha também propósitos mais amplos. A ironia barretiana tinha por alvo nesse trecho os critérios deterministas para a interpretação da realidade.

Ao justificar a necessidade de existir biógrafos para os amanuenses, Augusto Machado se fundamenta na máxima liberal de Adam Smith (1723-1790) sobre a divisão do trabalho que determina funções específicas para pessoas e nações a fim de aumentar a produtividade. Daí a sua “grande descoberta”: em respeito a tal lei

²⁶⁶ BARRETO, Lima. **Vida e Morte M. J. Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo:Brasiliense, 1961d, p. 29-31.

²⁶⁷ BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros), p. 115.

universal, urgia o surgimento de biógrafos para os amanuenses, uma vez que para os ministros já existiam muitos, cabendo a ele, Augusto Machado, equilibrar a balança (planejava escrever mais duas dúzias de biografias) e manter em pleno funcionamento da indefectível divisão do trabalho, a qual, como sabemos, gerou desigualdades e alienação entre operários e hierarquizações econômicas entre nações.

Para que uma biografia de pessoas afastadas do poder e de instituições oficiais responsáveis pela guarda e celebração dos representantes do passado nacional pudesse ser escrita, a metodologia precisava de mudanças em relação ao padrão até então aceito. Lima, na “Advertência” que antecede a narrativa, se apresenta ao leitor como aquele que havia recebido do autor Augusto Machado a biografia de Gonzaga de Sá com a tarefa de levá-la à publicação. E, até para marcar a diferença desse texto das biografias oficiais, Lima considera que não lhe pareceu “de rigor a classificação de biografia” que Machado atribuiu ao texto.

Faltam-lhe, para isso, a rigorosa exatidão de certos dados, a exploração minuciosa de algumas passagens da vida do principal personagem e as datas indispensáveis em trabalho que queira ser classificado de tal forma; e não só por isso, penso assim, como também pelo fato de muito aparecer e, às vezes, sobressair demasiado, a pessoa do autor. Aqui e ali, Machado trata mais dele do que do seu herói.²⁶⁸

Lima, no entanto, vê esses “defeitos” como insignificantes, em virtude dos inegáveis méritos da obra, responsáveis por convencê-lo a alcançar a publicação dela.²⁶⁹ Pela voz ficcional de Augusto percebemos que a forma de se expressar de seu biografado foi decisiva para a escolha do tipo de narrativa. Mesmo tendo a sua disposição muitos textos lidos e até manuscritos que haviam pertencido a Gonzaga,²⁷⁰ Augusto Machado afirma que a inteligência de seu amigo “não sabia dar logo um pulo de cabeça para o papel; e só a sua palavra viva, assim mesmo em palestra camarária, era capaz de dizer tudo o que lhe era próprio e profundamente seu”.²⁷¹

O desenvolvimento da narrativa da vida e morte de Gonzaga é realizado pela forte presença da oralidade. Por meio das conversas com Gonzaga que Augusto é levado a conhecer fragmentos de sua existência que, como vimos, se confundiam

²⁶⁸ BARRETO, Lima. **Vida e Morte M. J. Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo:Brasiliense, 1961d, p. 25.

²⁶⁹ Ibid., loc.cit..

²⁷⁰ Ibid., p. 33.

²⁷¹ Ibid., p. 43.

com a trajetória da cidade do Rio de Janeiro. Não é à toa que o considerou historiador artista que fazia história oral.

Essas histórias contadas por Gonzaga têm um forte impacto sobre Augusto que começa a observar a realidade a sua volta orientado pela palavra viva do amigo mais velho. Ao trazer aquelas narrativas orais para a escrita, percebemos que Augusto Machado fez questão de respeitar a fala de Gonzaga, a forma como se expressava.

Hampaté Bâ afirma que a cadeia de transmissão, em todos os ramos do conhecimento tradicional africano, se reveste de uma importância primordial.²⁷² Existe, segundo esse autor, um respeito pela transmissão que determina a reprodução da história da mesma forma que lhe foi contada, fortalecendo, assim, o elo entre as gerações. Nesse sentido, Augusto dá continuidade àquela cadeia, ligando-se temporal e afetivamente ao amigo Gonzaga.

“A função de narrar só tem sentido se encontrada aos ouvidos atentos, à ressonância”, conforme Ferreira.²⁷³ Na trama ficcional criada por Lima, Gonzaga encontra essa ressonância em Augusto Machado, tornando ainda mais nítida a influência da tradição oral na literatura barretiana. Além disso, podemos notar que, nesse romance, Lima indica que o recurso a oralidade é uma chave para tornar perceptíveis os fragmentos do passado de sujeitos que até naquele momento não eram considerados como memoráveis por um discurso histórico hegemônico. A própria biografia como gênero já consagrado poderia ser renovada se viesse a incorporar a tradição oral como fonte.

A autoria dessa “nova” biografia também é sugerida por Barreto a fim de romper as barreiras impostas pela cultura histórica da época que confiava a escrita da história aos homens de letras norteados pela cultura europeia. Assim como ocorreu em *Recordações do escrivão Isaias Caminha*, na obra *Vida e morte de Gonzaga de Sá* aquele que se torna autor das histórias não vem das elites, está fora do IHGB e da ABL - Augusto Machado é amanuense como Gonzaga. Algo que

²⁷² BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. In: In: KI-ZERBO, J. (org.). **História geral da África: Metodologia e pré-história da África**. Vol. 1. Brasília: Unesco, 2010, p. 181.

²⁷³ FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar de memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. Orientador: Marcos Antônio Alexandre. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013, p. 26.

representa a expectativa de Lima em ver os que estavam sendo relegados pela narrativa oficial da nação se tornando cidadãos e autores de sua própria história.

A oralidade em Lima Barreto, portanto, cumpre um papel estético e ético, pois nega a unidade lingüística e o grafocentrismo, bem como estabelece uma maior comunicação com o povo e dá visibilidade a um elemento do repertório cultural afro-brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lima Barreto travou um intenso e tenso diálogo com a cultura histórica de sua época. Esse teve início já nas suas primeiras reflexões acerca de sua origem familiar, expressas nas anotações pessoais cotidianas e esboços literários. O lugar social de Lima surge, ao longo da sua trajetória de escritor, como um forte componente a elucidar a forma como observava a realidade e suas representações nas narrativas literárias e historiográficas.

Com uma perspectiva histórica afiada, Lima deixou bem claro que sua literatura tinha como propósito analisar as ressonâncias da escravidão negra no Brasil nas relações sociais e na produção intelectual de início do século XX. A partir desse viés, a influência da ciência no pensamento social, literário e histórico brasileiro teve espaço significativo nos textos por meio dos quais Lima evidenciou a dimensão política das teorias racialistas.

A exclusão e/ou representação de maneira estereotipada dos negros nas narrativas que visavam conformar a identidade nacional e legitimar o regime republicano tinha por base a visão hierarquizadora das raças, apropriada por muitos homens de letras nacionais. Lima, diante de sua experiência de vítima da discriminação racial e social, enveredou pela análise de trabalhos com grande repercussão no cenário sociocultural da época, procurando apresentar a seus leitores as suas lacunas e tentativas de produzir uma memória que excluía boa parte do povo brasileiro.

Nesse contexto cultural, o autor procurou se apropriar de alguns aspectos do pensamento cientificista, trazendo para sua literatura tudo aquilo que, nessa visão de mundo, pudesse fornecer aos seus leitores um entendimento da sociedade. Lima, ao estudar as referências do cientificismo que tinham grande influência no Brasil, descartou seus determinismos, principalmente o racialista. Contudo, se serviu do enfoque da ciência na elaboração de seu foco narrativo.

Lima, assim, aproximou sua linguagem daquela utilizada pelos discursos de áreas do conhecimento, como a filosofia, o ensaio e parte da própria ciência. Obteve, como efeito nos seus textos, narrativas e análises objetivas, deixando velada a subjetividade do autor, ou seja, um padrão de linguagem predominante na historiografia e, de forma geral, em toda a produção científica. Além disso, adotou as formulações sobre a literatura propostas por autores que, como Taine, viam os

textos literários como documentos expressivos da psicologia de um povo ou de um dado momento histórico.

O discurso sobre a escrita da história e outras formas de rememoração do passado ganhou densidade nos seus romances, crônicas e contos, levando-o à desconstrução de certas versões sobre a formação do povo brasileiro. Assim, ele estabeleceu uma forte oposição entre a sua literatura militante e determinadas tradições literárias e historiográficas, elaborando questionamentos sobre práticas de esquecimento que percebia nas produções de membros da ABL e do IHGB.

Em muitos dos seus textos, o recurso à caricatura permitia realçar aspectos de certos sujeitos considerados memoráveis (os heróis nacionais), bem como da visão de intelectuais sobre a realidade nacional, realizando uma leitura questionadora no intuito de mostrar a “fragilidade” dos argumentos que os sustentavam. A tal estratégia aliava o uso da ironia que, por sua vez, fazia com que os narradores barretianos apresentassem projetos políticos e formas de representação do passado diferentes, suspendendo a autoridade dos discursos monofônicos e propiciando a dúvida com a enunciação de outras versões sobre certos momentos históricos brasileiros.

Muitas de suas críticas a certos historiadores eram pautadas, justamente, no respeito às próprias regras que esses homens estabeleciam para sua escrita, a saber: a busca da verdade como horizonte e a produção de uma narrativa ancorada em fontes devidamente criticadas. Mesmo com esse perfil, em grande medida iconoclasta, Lima apresentou algumas afinidades com historiadores brasileiros que propuseram inovações sobre a investigação do passado, como João Ribeiro e Capistrano de Abreu, bem como recorreu a certos postulados do historiador francês Renan, o qual tinha também grande influência na intelectualidade brasileira.

A principal crítica de Lima à produção historiográfica brasileira, de modo geral, dizia respeito à tendência a se considerar legítimas apenas narrativas de caráter político-administrativa, baseadas em documentos escritos, tidos por oficiais, nos quais o elemento branco colonizador é descrito como superior e civilizado em relação aos demais grupos humanos. Em contraposição, Lima sugeriu uma narrativa histórica popular e plural na qual a noção de tempo se distanciava daquela progressiva, linear, homogênea, uma vez que essa favorecia o apagamento de memórias de grupos sociais marginalizados.

A história que Lima almejava tinha um forte caráter social, marcada pela atenção aos aspectos culturais, às expectativas e ao protagonismo do povo. Dessa forma, inseriu nas suas narrativas literárias aspectos que fossem capazes de apresentar as possibilidades de uma alteração na cultura histórica da época. Uma delas foi a criação de personagens que, na sociedade brasileira, eram discriminados e, muitas vezes, esquecidos nas representações sobre a nacionalidade.

O caso mais notório foi o de Isaías, um descendente de negros e narrador de sua própria história. Pelas suas recordações, Lima buscou debater com a intelectualidade acerca de um traço das relações sociais no Brasil, muitas vezes negado na trajetória histórica brasileira: a presença do racismo. Além desse caso, percebemos que, mesmo não sendo protagonistas, havia outros personagens negros cujas aparições nos enredos barretianos representavam uma visão contrária à história oficial.

Isso ficou bem claro com a inserção dos pretos velhos, os quais traziam para a narrativa referências dos tempos da escravidão, remetendo para o tema da preservação da memória oral. Este procedimento, que tinha suas origens na tradição africana, foi utilizado por Lima para narrar as reminiscências dos afrodescendentes, contrapondo-se assim à memória nacional oficializada. A incorporação da oralidade era também indicada por Lima como uma fonte que os narradores nacionais poderiam adotar a fim de possibilitar a visão dos anônimos, de um modo geral, pertencentes às camadas populares.

Algo tão presente em sua criação literária que Lima propôs no romance *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* uma outra maneira de se produzir uma biografia na qual, por meio da oralidade, se poderia ter acesso ao pensamento de um sujeito fora do quadro dos considerados memoráveis pelo IHGB. Ao analisar, na sua obra, os procedimentos de memória histórica pública que compunham a cultura histórica de sua época, Lima também deu destaque às mudanças e permanências do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro. E, para isso, a oralidade novamente apareceu como um recurso para trazer à tona parte da história da cidade que desaparecia por conta de reformas urbanas ao longo do início do século XX.

Ainda para dar conta dessa rememoração do passado da cidade, Lima selecionou certos espaços da cidade e algumas edificações que representavam diferentes temporalidades do Rio de Janeiro, enfatizando, por sua vez, a diversidade racial e cultural da sua constituição. Nesse sentido, também abordou de forma crítica

as celebrações de marcos históricos como a Proclamação da República e do Centenário da Independência do Brasil, sendo este último articulado também ao espaço urbano carioca.

Lima se mostrou ao longo de sua trajetória como escritor atento a várias formas de produção de memórias e sua relação com as tentativas de legitimação do presente e orientação de projetos futuros. A construção da identidade nacional esteve entre os alvos de sua escrita desafiadora. Dessa forma, não se absteve de, mesmo marginalizado por grande parte da intelectualidade da época, se inserir nas discussões que envolviam a representação do passado brasileiro.

Como vimos, sua participação foi combativa e propositiva, apresentando rastros do passado que ofertavam a seus leitores uma outra visão da história. Uma visão dos vencidos, uma história, parafraseando Benjamin, a contrapelo.

Lima Barreto, por meio de sua literatura, divulgou um conhecimento histórico que nos permite elencá-lo entre os nomes da história intelectual brasileira, promotores de uma interpretação da nação naquele momento. Esse trabalho procurou evidenciar essa face do escritor carioca, a qual sinalizava um horizonte mais amplo para o campo da história, bem como contribuir com as discussões presentes na historiografia contemporânea acerca das relações entre as narrativas histórica e literária.

REFERÊNCIAS

FONTES:

Obras de Lima Barreto:

BARRETO, Lima. **Diário Íntimo**: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961a.

BARRETO, Lima. **Coisas do Reino do Jambon**: sátira e folclore. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961b.

BARRETO, Lima. **Numa e a Ninfa**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961c.

BARRETO, Lima. **Vida e Morte M. J. Gonzaga de Sá**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961d.

BARRETO, Lima. **Sátiras e outras subversões**. Organização: Felipe Botelho Corrêa. São Paulo: Penguin classics Companhia das Letras, 2016.

BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004a.

BARRETO, Lima. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organização: Beatriz Resende & Rachel Valença. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004b.

BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956a (Tomo I).

BARRETO, Lima. **Impressões de leitura**. São Paulo: Brasiliense, 1956b.

BARRETO, Lima. **Correspondência**: ativa e passiva. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1956c (Tomo II).

BARRETO, Lima. **Histórias e sonhos**. São Paulo: Brasiliense, [1920], 1956d.

BARRETO, Lima. **Contos completos de Lima Barreto**. Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Scipione, [1922], 1994 (Coleção Clássicos da Scipione).

BARRETO, Lima. **Recordações do escrivão Isaías Caminha**. Erichim: EDELBRA, [1909], [2000?].

BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas**. São Paulo: Ática, [1923], 1985 (Série Bom Livro).

BARRETO, Lima. **Diário do Hospício e o Cemitério dos vivos**. Organização e notas: Augusto Massi; Murilo Marcondes de Moura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

BARRETO, Lima. **Triste fim de Policarpo Quaresma**. São Paulo: Penguin, [1915], 2011.

BARRETO, Lima. Portugueses na África. [1907]. Disponível em: www.bn.gov.br/acontece/noticias/2015/09/cronica-inedita-lima-barreto-encontrada-bn. Acesso em: 25 mar. 2016

BARRETO, Lima. **O subterrâneo do morro do Castelo**. [1905]. Disponível em: www.virtualbooks.com.br Acesso em: 17 de ago. 2008.

Obras de outros autores:

ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e estudos: Crítica e História**, 1ª série. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

ABREU, João Honório Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, [1907], 1998 (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 4ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

ABREU, João Honório Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 3ª série. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, 1938.

ARANHA, José Pereira da Graça. **Canaã**. [1902]. Disponível: <http://www.fundar.org.br/bbb/index.php/project/canaa-graca-aranha/> Acesso: 07 abr. 2018

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Topbooks, [1905], 2005 (Edição do Centenário).

CELSO, Afonso. **Por que me ufano de meu país**. [1900]. Disponível em: www.ebooksbrasil.org Acesso em: 28 de mar. 2014.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Martin Claret, [1902], 2002.

LIMA, Oliveira Manoel de. **D. João VI no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Topbooks, [1908], 2006.

LIMA, Manoel de Oliveira. **Na Argentina** (impressões 1918-1919). São Paulo: Weisflog Irmãos, 1920.

LIMA, Manoel de Oliveira. **Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro: Topbooks; São Paulo: Publifolha, [1911], 2000 (Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).

MACEDO, Joaquim Manel de. **Vítimas-algozes**: quadros da escravidão, [1869]. Disponível em: www.dominiopublico.gov.br Acesso em: 25 nov. 2018

Peixoto, Afrânio. **A Esfinge**. 12 ed. São Paulo: Clube do Livro, [1911], 1979.

PRADO, Eduardo. **A ilusão americana**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, [1893], 2003 (Edições do Senado Federal, V.11).

Ribeiro, João. **História do Brasil**. 20 ed. revista e completada. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, [1900], 2001.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**. Organização: Luiz Antonio Barreto. Tomo I. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Aracaju: UFS, [1888], 2001 (Edição comemorativa do Sesquicentenário de nascimento de Sílvio Romero).

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, [1890], 1985, p. 3 (Série Novas Perspectivas).

VERÍSSIMO, José. História da Literatura brasileira. [1916] Disponível em: www.passeidireto.com/arquivo/24687055/a-historia-da-literatura-brasileira-jose-verissimo Acesso em: 26 jun. 2016.

Periódicos:

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 69, vol. 114, 1906 (publicado em 1908).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Tomo 70, vol. 116, 1907 (publicado em 1908).

Revista Trimestral de História e Geographia, Rio de Janeiro, v.6, n.24, jan. 1845.

Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo LXXVIII – (1915) parte II. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1916.

Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo LXXXVI – (1919). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1921.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo especial, 1922.

Bibliografia:

ABREU, Alzira Alves de (coord. Geral). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Tradução: Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

ALAVARCE, Camila da Silva. **A ironia e suas refrações**: um estudo sobre a dissonância na paródia e no riso. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

ALONSO, Angela. O abolicionismo como movimento social. **Novos estudos**. - **CEBRAP [online]**. 2014, n.100, p. 115-127. ISSN 0101-3300. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000300007>. Acesso: 04 mar. 2018.

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868-88. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. **Ideias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

AMED, Fernando. **As cartas de Capistrano de Abreu**: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca. São Paulo: Alameda, 2006.

AMED, Fernando. Ser historiador no Brasil: João Capistrano de Abreu e a anotação da *História geral do Brasil* de Francisco Adolfo de Varnhagen. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das [et.al.] (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 125-150.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Tradução: Paulo Soethe. Campinas, 2011.

AUGUSTO, Emília Carolina Bispo dos Santos. Olho no lance: futebol e modernidade na crônica de Lima Barreto. **Anais do XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ**: "Usos do passado". Rio de Janeiro, 2006, p.5. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Emilia%20Carolina%20Bispo%20dos%20Santos%20Augusto.pdf> Acesso em 08 mai. 2015.

AZEVEDO NETO, Joachin de Melo. **Vida literária e desencantos**: uma história da formação intelectual de Lima Barreto (1881-1922). Orientadora: Maria de Fátima Fontes Piazza. 2015. 341 f. Tese (Doutorado em História Cultural) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BÂ, A. Hampaté. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (org.). **História geral da África**: Metodologia e pré-história da África. Vol. 1. Brasília: Unesco, 2010, p. 167-212.

BAGGIO, Kátia Gerab. **A "outra" América**: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas. Orientadora: Maria Ligia Coelho Prado. 1998. 226 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BAGGIO, Katia Gerab. La Argentina según Oliveira Lima: impresiones de viaje, vida política y sociabilidad intelectual (1918-1919). In: MAILHE, Alejandra (org.). **Pensar al outro/pensar la nación**: intelectuales y cultura popular en Argentina y América Latina. La Plata: Al Margen, 2010, p. 98-138.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1952 (Col. Documentos Brasileiros).

BARROS, José D'Assunção. **Teoria da História**: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. 2 ed. Vol. II. Petrópolis: Vozes, 2011.

BARROS, José D'Assunção. Duas fases de Capistrano de Abreu: notas em torno de uma produção historiográfica. **Revista Projeto História**. n. 41, dezembro, 2010, p. 455-489.

BATISTA, Luís Cláudio. **Guerra do Paraguai**: peculiaridades do recrutamento. Orientador: Dennison de Oliveira. 2010. 51 f. Monografia (Graduação em História). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

BELCHIOR, Pedro. A capital do bovarismo: modernidade, cidade e memória em Lima Barreto (1881-1922). In: ENGEL, Magali Gouveia; CORRÊA, Maria Leticia; SANTOS, Ricardo Augusto dos. **Os intelectuais e a cidade**: séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012, p. 197-221.

BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília. **O Brasil Republicano**: o tempo do liberalismo excludente: da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 231-286.

BEZERRA, Fernando Salomon. Lima Barreto e Roberto Arlt: transições e permanências da memória selvagem. Orientador: Marcos Antônio Alexandre. 2015. 149f. Tese (Doutorado em Estudos Literários) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: BOSI, Alfredo. **Entre a literatura e a história**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 277-301.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996, p. 74-82.

BOTELHO, Denilson. **Letras militantes**: história, política e literatura em Lima Barreto. Orientador: Sidney Chalhoub. 2001. 243 f. Tese (Doutorado em História) – Programa em Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

BROCCA, Brito. **A vida literária no Brasil**. 5ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2005.

CAMPOS, Raquel Machado Gonçalves. **Entre ilustres e anônimos**: a concepção de história em Machado de Assis. Orientador: Noé Freire Sandes. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal em Goiás, Goiânia, 2009.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2016.

- CANDIDO, Antonio. **A Educação Pela Noite & Outros Ensaios**. São Paulo: Ática, 1989 (Série Temas: Volume 1 Estudos Literários).
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. **Revista Topoi**, Rio de Janeiro, 2000, vol.1, n.1, p.123-152. Disponível em: www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi01/01_artigo03.pdf Acesso em: 29 mai. 2016.
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Coimbra: Quarteto Editora, 2001.
- CATROGA, Fernando. **Os passos do homem como restolho do tempo**: memória e fim do fim da história. Coimbra: Almedina, 2009.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis, historiador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difel, 1988.
- CIRQUEIRA, José Vandério. Élisée Reclus e a excentricidade de sua geografia anarquista. **Terra Brasilis** (Nova Série) [online]. 2016, n. 7. ISSN: 2316-7793. Disponível em: <http://terrabrasilis.revues.org/1787>. Acesso em: 15 out. 2018.
- DANTAS, Carolina Vianna. Cultura histórica, República e o lugar dos descendentes de africanos na nação. In: ABREU, Martha; SOIHET & GONTIJO, Rebeca (orgs.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 229-248.
- DECCA, Edgar Salvatori de. Quaresma: um relato de massacre republicano entre a ficção e a história. In: DECCA, Edgar Salvatori de & LEMAIRE, Ria (orgs.). **Pelas margens**: outros caminhos da História e da Literatura. Campinas: Ed. Unicamp, 2000, p. 137-157.
- DUTRA, Eliana de Freitas. **Rebeldes literários da República**: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914). Belo Horizonte: Humanitas, 2005.

ECO, Umberto. **Seis passos pelos bosques da ficção**. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ELÍBIO JÚNIOR, Antônio Manoel. **Uma heroína na História**: representações sobre Anita Garibaldi. Orientador: Sérgio Schmitz. 2000. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

FALCON, Francisco José Calazans. Capistrano de Abreu e a historiografia científica: entre o positivismo e o cientificismo. In: NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das [et.al.] (org.). **Estudos de historiografia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 151-161.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1995 (Coleção Didática 1).

FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar de memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. Orientador: Marcos Antônio Alexandre. 2013. 115 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Gonçalves Dias: arqueólogo e antropólogo. In: LOPES, Marcos Antônio (org.). **Grandes nomes da História intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 456-465.

FREITAS, Celi. **Lima Barreto**: um intelectual negro na Avenida Central. Revista *Intellectus*, Vol. 1, Ano 4, 2005. Disponível em: <http://www.2uerj.br> . Acesso em: 10 dez. 2006.

FREITAS, Maria Teresa de. A história na literatura. **Revista de História**, n. 117, 2º semestre 1984. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61352/64287>. Acesso em: 26 mai. 2018, p. 171-176.

FRITSCH, Winston. 1922: a crise econômica. **Revista Estudos históricos**, 1993, vol. 6, n.11, p. 3-8.

GAY, Peter. **Represálias selvagens**: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GERSON, Brasil. **História das ruas do Rio**: e de sua liderança na história política do Brasil. 5 ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

GIANNOTI, José Arthur (org.). **Comte**. Traduções: José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (Coleção Os pensadores).

GOMES, Angela de Castro. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2009.

GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUEDES, Amadeu da Silva. **Diálogos de Lima Barreto com o cientificismo em Os Bruzundangas e O Subterrâneo do Morro do Castelo**. Orientador: Luis Filipe Ribeiro. 2012. 252 f. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) - Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HANSEN, Patrícia Santos. **Feições e Fisionomias: a História do Brasil de João Ribeiro**. Rio de Janeiro: Access, 2000.

HANSEN, Patrícia Santos. **Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República**. Orientador: Nicolau Sevcenko. 2007. 253 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

HOBBSAWN, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria Celia Paoli; Ana Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HRUBY, Hugo. **Obreiros diligentes e zelosos auxiliando no preparo na grande obra: a História do Brasil no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1912)**. Orientador: Charles Monteiro. 2007. 233 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou que é fictício no texto ficcional. *In*: LIMA, Luiz Costa (org.). **Teoria da literatura e suas fontes**. 3 ed. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 957-984.

JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. As comemorações do sete de setembro de 1922: uma re(leitura) da História do Brasil. **Revista de História Comparada**, 2011, 5-2, p. 155-178.

JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. **Jornal do Commercio: cronista da História do Brasil em 1922**. Orientadora: Lucia Maria Paschoal Guimarães. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado da Bahia, 2010.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. *In*: KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7 ed. rev. Tradução: Bernardo Leitão, Irene Ferreira & Suzana Ferreira Borges. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LIMA, Luiz Costa. **História.Ficção.Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto**: um pensador social na Primeira República. São Paulo: Edusp, 2002.

MALERBA, Jurandir (Org.). **Lições de História**: o caminho da ciência ao longo do século XIX. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

MARTINS, Eliete Marin. **Diário Íntimo** – documentos de memória, criação estética – uma dupla leitura. Orientadora: Ana Laura dos Reis Corrêa. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

MELO, Victor. As camadas populares e o remo no Rio de Janeiro da transição dos séculos XIX/XX, **Revista Movimento**, 2000, Ano 6, n. 12, p. 63-72. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento/article/view/2501/1145> Acesso em: 23 mar. 2008.

MENDONÇA, Sonia Regina. A independência do Brasil em perspectiva histórica. **Revista Pilquen**. Ano XII, n. 12, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3259057.pdf> Aceso em: 26 mar.2019.

MORAES, José Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. 2 ed. São Paulo: Atual, 1995 (Coleção Discutindo a História do Brasil).

MORAIS, Alexandre Magno de. **A historiografia na rede**: Capistrano de Abreu e a construção da moderna historiografia brasileira. Orientador: José Carlos Reis. 2010. 196 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. **E Canudos era a Vendaia...** O imaginário da Revolução Francesa na construção da narrativa de Os Sertões. São Paulo: Annablume, 2009.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz 100 anos**: a questão nacional no Centenário da Independência. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, 1992.

NERY, Antonio Augusto. Bíblia, história e ficção: a intextualidade no terceiro capítulo de A relíquia (Eça de Queirós). **Revista de Literatura, História e Memória**. 2009, vol.5, n. 5. ISSN 1809-5313, p. 193-205. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/rlhm/article/view/2111> Acesso em: 24 abr. 2018.

NORONHA, Carlos Alberto Machado. **Lima Barreto entre lutas de representação**: uma análise da modernização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Curitiba: CRV, 2018.

OAKLEY, Robert Jonh. **Lima Barreto e o destino da literatura**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPQ, 1990.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultural: as Comemorações do Descobrimento. **Revista Estudos Históricos**. 2000, vol. 14, n. 26, p. 183-202. Disponível em: www.bibliotecadigital.fgv.br acesso em: 15 mar. 2018.

PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. **A representação do nacional em Triste fim de Policarpo Quaresma**. Orientadora: Sônia Lúcia Ramalho de Farias Bronzeado. 1991. 97 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1991.

PEREIRA, Elvya Shirley Ribeiro. História à revelia: Quaresma e as ruínas alegóricas. *In*: CHIAPPINI, Lígia & BRESCIANI, Maria Stella (orgs.). **Literatura e cultural no Brasil: identidades e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 63-73.

PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Revista ARQtexto16*, p. 6-27. Disponível em: www.ufgrs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/pdfs_revista_16/01_MSP.pdf Acesso em: 18 de abr. de 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. *In*: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz (orgs.). **Literatura e história: identidades e fronteiras**. Uberlândia: EDUFU, 2006, p. 11-27.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade: visões literárias do urbano**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

PIMENTA, João Paulo G. A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. **Revista História da Historiografia**. N. 3, 2009, p. 53-82. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/69> Acesso em: 30 mar. 2019.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)**. Salvador: EDUFBA, 2002.

PINTO, Surama Conde Sá. **Só para iniciados...: o jogo político na antiga capital federal**. Rio de Janeiro: Mauad X, FAPERJ, 2011.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, silêncio**. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagem a FHC**. 9 ed. ampliada. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? In: CUNHA, Carlos Manuel Ferreira da (org.). **Escrever a nação**: literatura e nacionalidade (uma antologia). Guimarães: Opera Omnia, 2011, p. 29-44.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, José Honório. **História e historiografia**. Petrópolis: Vozes, 2008.

RUDI, Thiago Augusto Modesto. **A grande missão do século XIX e a escrita da História de Ernest Renan (1848-1863)**. Orientadora: Karina Anhezini de Araujo. 2014. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Tradução: Valdeci Araujo; Pedro Caldas. **Revista História da Historiografia**. 2009, n. 2, p. 163-209. Disponível em: www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/12 Acesso em: 15 mar. 2015.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: fundamentos da ciência histórica. Tradução: Estevão de Rezende. Martins Brasília: UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. ¿**Qué es la cultura histórica?**: reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. Disponível em: www.culturahistorica.es Acesso: 01 jul. 2014.

SANTANA, Suely Santos. **Uma voz destoante na rua do Ouvidor**: Lima Barreto e a representação das relações raciais no início do século XX. Orientadora: Florentina da Silva Souza. 2005. 122 f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal da Bahia, 2005.

SANTOS, Luis Alberto Brandão & OLIVEIRA, Silvana Pessoa. **Sujeito, tempo e espaço ficcionais**: introdução à teoria da literatura. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Col. Texto e linguagem).

SANTOS, Gislene Aparecida dos. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das ideias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHNEIDER, Alberto Luiz. **Sílvio Romero, hermeneuta do Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

SCHWARCZ, Lilia. **Lima Barreto**: triste visionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Jorge Augusto. O devir negro na literatura brasileira: notas sobre a oralidade em Lima Barreto. **Fólio – Revista de Letras**. Vitória da Conquista. 2018, n.2, vol.10, p. 135-159.

SILVA, Raphael Frederico Acioli Moreira da. Os macaquitos na Bruzundanga. *In*: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em cousas miúdas**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005, p. 159-197.

SILVA, Roberto Candido da. **O polígrafo interessado**: João Ribeiro e a construção brasilidade. Orientadora: Mirian Dolhnikoff. 2008. 200f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

Silva, Tatiane Gonzalez Leite da. **Ciência e ideologia**: revisando Populações medionais no Brasil – I de Oliveira Vianna. Orientadora: Elide Rugai Bastos. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; FGV, 1996, p. 231-269.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco**: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Tradução: Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976 (Estudos Brasileiros, vol. 9).

SOUZA, Josiley Franciso de. **Do canto da voz ao batuque da terra**: a presença africana em narrativas orais inscritas no Brasil. Orientadora: Sônia Queiróz. 2012. 201 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, Universidade Federal de Minas Gerais, 2012.

SOUZA, Melissa de Melo e. **Brasil e Estados Unidos**: a nação imaginada nas obras de Oliveira Lima e Jackson Turner. Orientador: Marco Antonio Pamplona. 2003. 85 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia da Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Capistrano de Abreu**: história pátria, cientificismo e cultura – a construção da história e do historiador. Orientadora: Lolerai Brilhante Kury. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Fundação da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Ricardo Luiz. **Identidade nacional e modernidade brasileira**: o diálogo entre Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre. Belo Horizonte: Autêntica, 2007(Ensaio, 2).

TODOROV, Tzvetan. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Tradução: Sérgio Goes de Paula. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

TOMICH, Dale. Pensando o “impensável”: Victor Schoelcher e o Haiti. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, 2009, vol.1, n. 15, p. 183-212. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132009000100007. Acesso em: 31 ago. de 2018.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. *In*: BOAHEN, Albert Adu (org.). **História geral da África**: África sob a dominação colonial, 1880-1935. Vol. 7. Brasília: Unesco, 2010, , p. 21-50.

VANSINA, J. O Reino do Congo e seus vizinhos. *In*: OGOT, Bethwell Allan (org.). **História geral da África**: África do século XVI ao XVIII. Vol. 5. Brasília: Unesco, 2010, p. 647-694.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da “política do café com leite”. 2 ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Tradução: Waltesir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.